

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TÍTULO: A AGONIA DO PATRIMÔNIO: imagens ambivalentes na cidade de Amparo (década de 1980).

AUTOR: Bruno Felipe Vieira

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Maria Carolina Bovério Galzerani

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Campinas
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

V673a	<p>Vieira, Bruno Felipe. A agonia do patrimônio: imagens ambivalentes na cidade de Amparo (década de 1980) / Bruno Felipe Vieira. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Maria Carolina Bovério Galzerani. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Patrimônio histórico. 2. Educação. 3. Juventude. 4. Amparo, SP – História. I. Galzerani, Maria Carolina Bovério. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>11-152/BFE</p>
-------	---

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês The heritage's agony: ambivalent images in the city of Amparo, SP (the 1980s)

Palavras-chave em inglês:

Heritage

Education

Youth

Amparo, SP - History

Área de concentração: Educação, Conhecimento Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Maria Carolina Bovério Galzerani (Orientador)

Pedro Paulo Abreu Funari

Cláudia Engler Cury

Fátima Faleiros Lopes

Áurea Maria Guimarães

Data da defesa: 28-07-2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: unesp.bruno@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: A AGONIA DO PATRIMÔNIO: imagens ambivalentes na cidade de Amparo (década de 1980).

Autor: Bruno Felipe Vieira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Carolina Bovério Galzerani

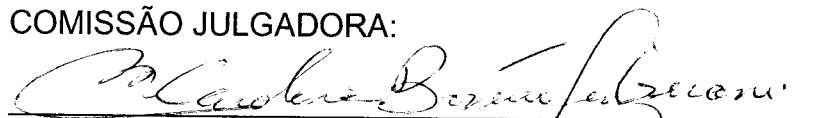
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado defendida por BRUNO FELIPPE
VIEIRA e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 28/07/2011

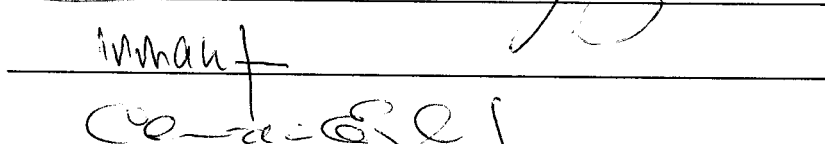
Assinatura da Orientadora

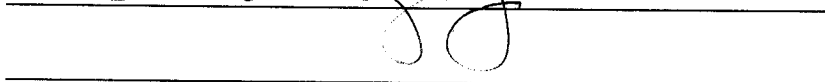


COMISSÃO JULGADORA:



inmanf





*Àqueles que amanhã ou depois desejarem
aproximar-se das histórias de Amparo,
elevando como seu maior patrimônio, as
pessoas, dedico esta dissertação.*

AGRADECIMENTOS

Frequentemente este ato revela-se como um dos últimos, senão o último de uma dissertação. Momento de um movimento retrospectivo na busca pelas pessoas que, de variadas maneiras, contribuíram não apenas com aquilo que se referiu à pesquisa, mas também com seu pesquisador. Acontece, porém, de esta última elaboração escrita acontecer logo após um árduo processo de pesquisa, escrita, reflexão e apresentação. O que a torna, quase que pela sua própria natureza, uma escrita cansada. E por isso difícil. Difícil também, pois não se trata de tão somente agradecer através dos genéricos “tudo” e “todos”, senão de trazer, numa atitude de homenagem e efetiva gratidão, as contribuições e os nomes de cada pessoa envolvida, direta ou indiretamente, nesta produção. Então, as injustiças acontecem. Uma reconstituição total das experiências durante o percurso não se revela possível. Lembrar de todas as pessoas, tampouco. Aos esquecidos, minhas sinceras desculpas.

Agradeço à minha orientadora, professora Carolina Galzerani, por ter apostado na pesquisa e confiado na minha capacidade de desenvolvê-la. De maneira sábia, cuidadosa e honesta, permitiu-me alçar voos próprios, ousados, mas não cegos, sem rumo. Como já havia me confidenciado uma orientanda sua, sua participação foi sabidamente precisa nos momentos em que dela mais necessitei. Suas reflexões, sensibilidades e – destaque – sua conduta acadêmica incontestes, permaneceram perenes ao longo de todo este curso. A você professora, meus primeiros agradecimentos. E aos seus orientandos, hoje companheiros na minha caminhada, minha gratidão pela força: Adriana, Nara, Bianca, João, Arnaldo, Maria Silvia, Fátima (também na condição de professora participante da banca de qualificação e defesa), Márcia, Pedro. Também àqueles professores/pesquisadores convidados a participar das “APPs”, digo que suas palavras, em algum momento, participaram desta produção: Arrovani, Danilo, Clécia, Thaís, Bruna e Maurício (parceiro também na Escola Estadual Julio Mesquita).

À minha família, agradeço por se doarem incondicionalmente e que a ordem das sentenças não diminua, em absoluto, sua importância neste trabalho. A minha mãe, Ana, meu pai, Ademir e meu irmão, Ederson, obrigado pelo apoio financeiro. Mas não só. Vocês foram além, novamente. Obrigado por tantos e sinceros gestos de motivação e confiança. Pelo extremo cuidado, dedicação, compreensão, envolvimento, entusiasmo... esqueçam! Não conseguirei *nunca* render-lhes a devida gratidão. O mesmo digo dos meus tios, Lê e Gu, que, mais do que um quarto para dormir durante estes praticamente três anos, deram-me um novo lar. Conseguiram tornar meu retorno a Campinas mais “familiar”. E envolveram-se também com o “ambiente” da pesquisa, modificando até mesmo seus hábitos em respeito a mim. Obrigado a todos por também acolherem em seus lares, mentes e sensibilidades aquela que será, em breve, a mais nova integrante “oficial” da família: Soraia.

Companheira dos tempos de UNESP, já há mais de cinco anos compartilha das minhas experiências. Caminha comigo. Ouve minhas divagações. Exorta-me. Queixou-se, aliás, por ocasião do meu trabalho final de graduação, da ausência da seção “agradecimentos”. Pois agora, tento corrigir a injustiça, com ela e com os outros. Obrigado Sô! Pela paciência, bondade, companheirismo, força, ensinamento, perseverança, fé... amor. Obrigado pela sua intensa participação neste processo, mesmo em meio a tantas outras demandas. Gostaria, igualmente, de poder lutar todas as suas lutas por você, de maneira a lhe aliviar dos fardos que carregou e carrega. Nem sempre consigo. Mas persigo. E alegre-se: agora falta realmente pouco!

Aos amigos... ah os amigos. Termo muito pequeno para caber nele toda a grandeza da sua representação. Àqueles dos tempos de “república”: Thunder (e Tina), Léo (e Ju), Pirata, Goiano, David e Guto, obrigado pelas experiências “bandoleras”, pelas idéias, companhia, alegria e força. Este trabalho tem, certamente, a mão de cada um de vocês. Se por vezes, fiquei em silêncio nas conversas públicas, confesso ser porque sentia ter pouco a falar, pois tenho a vocês como exemplos de professores/pesquisadores e por isso, sou muito grato

pelo quanto me fizeram crescer como pensador. Empresto as palavras do singular amigo “Pirata” para referir-me a todos: uma honra! E ao amigo Léo, saiba que foram suas as provocações e perguntas que me fizeram movimentar as primeiras reflexões sobre o patrimônio. Você provou-me o quanto a produção de conhecimento é coletiva. Obrigado, também, pela sua ajuda com a finalização do texto. Assim como você, “pequena” Gil. Sinto-me especialmente grato pela tua amizade e atenção inabaláveis. Obrigado pela companhia durante esta pesquisa e espero poder, em breve, ver a sua concluída, pois estou verdadeiramente contente em presenciar seu salto qualitativo como pesquisadora.

Aos amigos amparenses, obrigado. São diferenciados, pois são amigos e amparenses! Sei que não são muitas as amizades que resistem às vicissitudes do tempo, por isso considero-me privilegiado por me referir a vocês como “amigos de infância”: João (desde os seis); Will (desde os oito); Lucão e “Bigão” (desde os doze). Privilégio maior é aquele de poder chamá-los, ainda, de “amigos”. Especialmente João e Bigão, obrigado por dividirem a casa de seus pais comigo, durante as fases de pesquisa. João, especialmente pela ajuda com os processos de tombamento e Bigão, pela força no trabalho com os jornais.

Aos colaboradores que me privilegiaram com experiências únicas na cidade: Luis Pereira, Rita de Cássia Carrara, Teresinha Frare, “Siruga”, “Liminha”, Fernando Leme, obrigado pelas contribuições, racionais e sensíveis, para as histórias de Amparo e do seu patrimônio. Obrigado pela oportunidade de conhecê-los, pelos agradáveis momentos de diálogo, pelas aproximações com o vespeiro do patrimônio e, fundamentalmente, por se mostrarem tão receptivos à pesquisa e tão apaixonados pela cidade. Espero que se sintam contemplados com este trabalho, pois o produzi desejando elevá-los como sujeitos. Através de vocês, (re)lembrei-me da sensação de “ser amparense”.

Aos funcionários do Museu Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos”, na figura de Rogério e Maria das Graças, obrigado pelo envolvimento com a pesquisa. À direção da Escola Estadual Rangel Pestana, representada pela professora Leise, agradeço o reconhecimento da proposta, afirmado na

disponibilização do espaço escolar para as experimentações. E, evidentemente, agradeço a cada aluno desta e da Escola Julio Mesquita, de Campinas, pelas suas contribuições, capazes de movimentar imagens que ocuparam um capítulo inteiro e ressignificaram os rumos da pesquisa. Vocês deram sentido a este ato de produção de conhecimentos.

Aos professores da banca de qualificação, Ana Maria de Almeida Camargo, Pedro Paulo Abreu Funari e Fátima Faleiros Lopes, digo que suas contribuições forneceram olhares outros à pesquisa e potencializaram mergulhos mais analíticos no interior da temática. Àqueles da banca de defesa, além dos professores Pedro Paulo Funari e Fátima Faleiros, estendo os agradecimentos às professoras Cláudia Engler Cury e Áurea Maria Guimarães, pela atenção e disponibilidade na leitura e reflexão conjunta sobre o tema.

Agradeço a CAPES, pelo auxílio financeiro que me permitiu focalizar, com mais tranquilidade, o desenvolvimento da pesquisa.

Final e fundamentalmente, agradeço a Deus, a causa (in)causada de todas as coisas e sem O qual, nada realmente teria sido possível. Obrigado pela companhia nestes e em outros percursos. Por não me abandonar, em nenhum momento, mesmo diante de tantas tribulações. Por me inspirar nesta produção. Por dar sentido a esta caminhada. Obrigado.

“Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”

Walter Benjamin

RESUMO

A pesquisa ora em curso focaliza a temática do patrimônio histórico, na relação com um processo empírico referente à cidade de Amparo-SP, na década de 1980; ao mesmo tempo, produzindo correspondências com temporalidades distintas, quais sejam, a virada do século XIX e a contemporaneidade. O eixo fundamental de análise é flagrar representações (imagens) de patrimônio que atravessaram a elaboração de um pedido de tombamento, partido da localidade e endereçado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e que visou a preservação de um núcleo urbano da região central de Amparo-SP, composto por 23 edificações de declarado “valor patrimonial”. Metodologicamente, a pesquisa desenvolveu-se em três movimentos manifestos, respectivamente, em três capítulos. No primeiro, elege-se como documentos, os “Almanaques de Amparo”, publicação periódica, produzida entre os anos finais do século XIX e iniciais do XX e que se revela significativa por presenciar e registrar o momento em que as referidas edificações despontaram no cenário da urbe, em meio ao contexto do “progresso” econômico da cidade, advindo da atividade cafeeira. No segundo capítulo, trata-se de compreender a década dos tombamentos em Amparo (1980), num momento onde este discurso moderno mostrou-se, de maneira acentuada, menos atraente às mentalidades e sensibilidades dos sujeitos. No terceiro e último capítulo percorre-se, na contemporaneidade, os significados que os jovens ora moradores da cidade constroem acerca do patrimônio tombado e do qual, em tese, são herdeiras. A pesquisa é desenvolvida numa perspectiva historiográfico-educacional e deve-se, nos seus fundamentos teóricos e metodológicos, aos diálogos com os escritos de Walter Benjamin, acompanhados das reflexões em campos específicos promovidas por Mikhail Bakhtin e Lev Vigotski, além das contribuições mais recentes de Peter Gay, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Amparo-SP; Patrimônio Histórico; Educação Patrimonial; Juventude; História; Educação.

ABSTRACT

The research here in course proposes to study, in an analytical form, the theme of heritage, fulfilled in the middle of an empirical process that refers to Amparo's City (SP), in 1980's decade, however establishing correspondences with two different temporalities, which are, the turn of XIX century and the contemporary moment. The focus is to catch representations (images) of heritage that had lived the process of elaborating a report requiring protection, considering that it was asked by the City and was addressed to the Council for Defense of Historical, Archeological, Artistic and Touristic Heritage in the State of São Paulo (CONDEPHAAT) intending the preservation of an urban part of Amparo's downtown where can be found 23 building of declared patrimonial value. Methodologically the research was made in three manifesting parts, respectively, in three chapters. In the first were elected as documents "Almanacs of Amparo", a periodical publishing produced between the last years of XIX century and first years of XX century which is so significant due to the fact that they presence and register the moment when the buildings appeared in the City's panorama, in the context of an economic progress that came together with the plantation of coffee in the region. In the second chapter the focus is again to catch the decades of the buildings' protection in Amparo (1980), a moment when the modern discourse showed itself, in a stressing manner, less attractive for the subjects' mentalities and sensitiveness. In the third and last chapter was sought, in the contemporary time, the meanings that the youth citizens of Amparo erect about their protected heritage which, in thesis, they will heritage in the future. The research was made in a historiografic & educational perspectives and owes the theoretical and methodological foundations to the reinterpretation of Walter Benjamin's writings, followed by reflections of specific plots promoted by Mikhail Bakhtin and Lev Vygotsky; besides the more recent contributions of Peter Gay, among others.

KEYWORDS: Amparo-SP, Heritage, Heritage Education, Youth, History, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. POR ENTRE AS PÁGINAS DOS ALMANAQUES DE AMPARO	19
1.1 O “Almanak” de Francisco d’Assis Santos Prado	21
1.2 Os “Almanachs” de Jorge Pires de Godoy	31
1.2.1 Relações da cidade com as construções patrimoniais	37
2. CENTELHAS DE IMAGENS NUMA DÉCADA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	51
2.1 O(s) retorno(s) à cidade de Amparo	52
2.2 A década de 1980 no contexto europeu e estadunidense	58
2.2.1 O contexto brasileiro	63
2.3 As tensões no campo patrimonial	76
2.3.1 O Sphan e a Revista do Patrimônio	77
2.4 Amparo tem um patrimônio a ser preservado	90
2.4.1 Imagens de progresso	93
2.4.2 Imagens de perda	95
2.4.3 Imagens de patrimonialidade	100
2.4.4 Imagens do outro	106
2.4.4.1 Imagens do outro: o turista	110

2.5 Os processos de tombamento	115
3. O PATRIMÔNIO NAS EXPERIÊNCIAS DA JUVENTUDE EM TEMPOS DE MODERNIDADE CAPITALISTA	135
3.1 Toma! Este patrimônio é seu! A juventude amparense como geração herdeira: o caso da Escola Estadual Rangel Pestana	156
4. À GUIA DE CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	195
ANEXO 1	207
ANEXO 2	223

INTRODUÇÃO

Uma imagem em agonia numa agonia de imagens. Sem pretender afirmar a existência de uma única, verdadeira e objetiva representação de patrimônio, contudo, me parece evidente que o emprego deste termo, ao menos entre as nomeadas Ciências Humanas, ampliou-se exponencialmente ao longo dos últimos trinta anos. De tal maneira que aqueles que se propõem a apreender a totalidade dos conceitos que cercam o grande tema do patrimônio, devem estar cômicos de que realizam exercício dos mais árdios e complexos. E, antes, devem impor-se um ato de sincera confissão: não é possível, metodologicamente, capturar a integralidade dos significados que envolvem *uma imagem* – por assim dizer – de patrimônio. Nem tampouco esta imagem exista isoladamente, sem que a ela relacionem-se outras representações culturais. No que respeitou à presente pesquisa, optei então por acompanhar as pegadas de pensadores como o filósofo alemão Walter Benjamin e por trabalhar com a perspectiva de produção, justamente, de *imagens* – no plural – de patrimônio. Imagens entendidas, numa primeira leitura, como representações acerca do *objeto* patrimônio histórico. Imagens que, ao carregarem as marcas, racionais e sensíveis, dos sujeitos que as produziram, entrecruzaram-se a outras, provenientes de sujeitos outros e que se revelaram capazes de movimentar, por sua vez, novas representações acerca deste objeto.

Num contexto historicamente delimitado, qual tenha sido, o da modernidade – articulado ao avanço do sistema capitalista –, imagens de patrimônio acenaram em breves e intensas faíscas, que apenas lampejaram no interior do processo empírico amparado (por isso a minha atitude, manifesta na materialidade da escrita, em flagrá-las e produzir entre uma e outra, relações de sentido que pusessem a pesquisa em movimento). Desta maneira, por se tratar de um trabalho que persegue, fundamentalmente, pessoas – e pessoas mais inteiras –, nas suas racionalidades e sensibilidades, bem como nas suas relações espaço-temporais, reconheço a impossibilidade de um conhecimento totalizante das suas

experiências vividas. Porém, num esforço analítico e na tentativa de compreender o objeto por mim constituído como tal, disparei o argumento da *ambivalência*, entendida como uma estratégia de produção de conhecimentos que não encerra os sujeitos em estruturas compartimentalizadas, mas que, por outro lado, reconhece o caráter complexo das experiências humanas. Por vezes, as imagens ambivalentes confundiram-se com imagens dialéticas (contradição, neste sentido) e, nestes casos, procurei expressá-las no interior da escrita.

Quanto ao uso do termo agonia, ele ainda acenou outras vezes na narrativa, aproximado à *alegoria*¹ da morte, como na ocasião dos tombamentos em Amparo, em meados da década de 1980, ou na minha dificuldade de acesso às fontes, ou ainda, nas manifestações dos jovens a respeito da sua herança. Porém, deixo este exercício reflexivo para que o leitor mesmo realize, através da sua ressignificação desta leitura. Por ora, seja bem vindo o leitor ao “vespeiro” do patrimônio.

Pesquisar Amparo, uma cidade de 65.836 habitantes² – dos quais conheço nominalmente apenas uma pequena quantidade, – fora tarefa árdua. Parti na expectativa de encontrar pouca documentação sobre a cidade. Flertava com a idéia de realizar, enfim, um trabalho de *historiador de carteirinha*, imaginado por mim, na imagem de um sujeito absorto nos arquivos empoeirados de uma biblioteca pouco frequentada ou – no caso dos patrimônios edificadas – como explorador de construções velhas e inabitadas, daquelas que deixam a poeira do tempo cair sobre as suas vestimentas. Não que pensasse que o “ofício do historiador”, termo emprestado ao fundador da escola dos *Annales*, Marc Bloch

¹ Segundo uma leitora de W. Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin, “deve-se aprender uma outra leitura que busque sob as palavras do discurso seu verdadeiro pensamento, uma prática que os estóicos chamam de *hypo-noia* (sub-pensamento) e à qual Filo de Alexandria dará seu nome definitivo de alegoria (de *allos*, outro e *agorein*, dizer)” In: **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

² Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2010.

(1886-1944), estivesse vinculado a estes arquétipos, mas o querer estar onde poucos estiveram, o interessar-me pelo desinteressante e o anseio por encontrar algo que ninguém, até então, encontrara, fez-me desejar aquele modelo de historiador. Seria o clímax para o culto à minha própria personalidade. No mais, voltaria – após uma ausência de oito anos – à Amparo da minha infância, agora, na condição de professor, pesquisador, Graduado em História e Mestrando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

No retorno à cidade, entretanto, senti que algo havia mudado. Não nas construções arquitetônicas, senão nas pessoas. Meu grande incômodo não proviera, necessariamente, da indiferença ou da desconfiança dos *novos* olhares que insistiam em me acompanhar a cada esquina, senão da ausência de alguns *velhos* olhares. E por não me reconhecer entre aqueles da minha geração, senti-me, particularmente – e num trocadilho característico da cidade –, *sem amparo*. Desta forma, fiz dos movimentos iniciais da pesquisa, gestos, igualmente, bastante solitários. Que ao menos encontraram alento na possibilidade de outro tipo de reencontro, através das minhas lembranças, das pessoas e da cidade. Atento, agora, aos patrimônios edificados de Amparo, experimentei a certeza de já conhecê-los em outras circunstâncias como, simplesmente, a escola, a biblioteca, o hospital, a igreja e o mercado da minha infância. Mas a reflexão epistemológica, propriamente, sobre o patrimônio, formulara-se antes, durante o ano de 2006.

Era o último ano do curso de Graduação e já pensava no que escrever para o Trabalho de Conclusão do bacharelado em História. Soubera que a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) havia aberto concorrência e disponibilizado bolsas institucionais para graduandos que apresentassem um projeto de ação didático-pedagógica ambientado na cidade de Franca-SP. Naquela ocasião, entendi a proposta como sendo o desenvolvimento de um projeto de atividade docente em sala de aula e, aceito o desafio, questionei-me sobre o que iria ensinar. Compartilhei a dúvida com um amigo, Leonardo Guerra, que me trouxe à lembrança as experiências – compartilhadas outrora com ele – do meu estágio realizado no Museu Histórico

Municipal “José Chiachiri”, em 2005, na mesma Franca. Havia confidenciado-lhe o quanto me sentira incomodado com a relação que alguns visitantes daquele espaço pareciam travar com os objetos em exposição. Entre aquelas pessoas de maior idade – ao menos fora esta uma primeira categoria que dera sentido ao meu argumento – percebia *familiaridade* ao adentrar aquele espaço. O andar, mais seguro; o olhar, mais detido; a fala, mais carregada de sentimentos. Lembro-me do quanto apreciavam recontar as histórias dos sujeitos a quem, eventualmente, pertencera determinada peça em exposição. Lembro-me, especialmente, de um homem, “nego véio”, ressentido pela demolição do *Hotel Francano*³. Seu pai fora um dos trabalhadores que participaram da construção.

Homem simples como o era, não recebera aulas este filho, nem fizera leituras que lhe permitissem expressar, com uma boa seleção de palavras, um *conceito de patrimônio*, nem mesmo versar sobre a pertinência de sua preservação. Mas, certamente, ele sabia que o referido hotel não poderia ter sido demolido.

Habitualmente, o Museu recebia visitas, agendadas, na maior parte das vezes, pelas instituições de ensino básico. Como monitor desta atividade, eu ficava indignado com a maneira como os jovens em processo de escolarização comportavam-se diante de um espaço que, para mim, revelava-se tão sagrado. Construção de importância das mais incontestes da municipalidade, o Museu fora projetado em 1896 pelo arquiteto e professor da Escola Politécnica de São Paulo (Poli), o francês Victor Dubugras (1868-1933) para ser a nova cadeia e, concluída a construção do segundo pavimento, a sede do Fórum da Comarca de Franca.

³ Em sete de Setembro de 1928 foi inaugurado este hotel. Uma lei autorizou o Município a associar-se ao empreendimento determinando que ele funcionasse como hotel durante 20 anos. O Hotel Francano faliu com a crise da cafeicultura, a partir dos desdobramentos da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e, a partir daí, foi reaberto diversas vezes com vários proprietários ou arrendatários. Seus dois salões – segundo contou-me o professor Chafik Felipe – eram decorados distintamente com as cores azul e rosa e veriam animados jantares e bailes, inclusive os de carnaval. Em 1970, fora fechado definitivamente e na mesma década, comprado pelo grupo *Magazine Luiza* que o revenderia, posteriormente, a instituição financeira *Itaú*. Em 1980, a solicitação do tombamento pelo colegiado do CONDEPHHAT Estadual fora vetada pelo Secretário de Cultura da época. Numa madrugada de 1981, o Hotel foi demolido para a instalação da agência bancária do Itaú.

Edifício expoente de uma arquitetura dita, à época, *moderna*, abrigou, também, a Prefeitura Municipal, no andar inferior e a Câmara dos Vereadores, no superior, a partir de 1913 até 1969, quando foi desocupado para, em 1970, sofrer uma reforma e receber o Museu.

Gostava de me imaginar subindo a mesma escada, abrindo as mesmas venezianas, adentrando os mesmos lugares onde outrora estiveram pessoas que, mesmo na morte, pareciam ainda vigiar aquele espaço, nos olhares das fotografias penduradas na parede. Enraivecido ficava quando o silêncio daquele santuário era violado pelos ruídos da puerilidade das várias vozes que, falando alto e ao mesmo tempo, despertavam os mortos do seu descanso. O riso, às vezes contido, às vezes indiscreto, sempre que olhos famintos de experiências encontravam algo que lhes escapava ao imaginado. O fantástico precisava ser explorado pelos outros sentidos. Então, as mãos desajeitadas e ansiosas eram convidadas a dar o seu parecer. Os olhos tinham que percorrer toda a extensão do objeto e, mesmo que ele estivesse recostado a uma parede ou acessível apenas através do vidro, era preciso tocá-lo. Lembro-me, então do ralar das senhoras da limpeza quando os faziam guardar as mãos atrás das costas: “olhar é com os olhos e não com as mãos!”.

Quanto a mim, comportava-me como um guardião do objeto e do saber sobre ele. Punha-me a narrar algumas histórias aprendidas ali mesmo, com outros visitantes, ou com os jornais, fotografias e livros de tombo que consultava. Minha fala, entretanto, era, não poucas vezes, interrompida pelas exclamações daqueles que, da janela do segundo pavimento avistavam, abaixo, a garagem anexa ao prédio do Museu, onde um carro antigo os aguardava. Fala interrompida, também, pelo estranhamento compartilhado em altas vozes quando, na sala de taxidermia, se esforçavam por entender como pode ter existido uma galinha de quatro pés. Com os dedos, apontavam para aqueles pés – através do vidro – e recontavam, mais de uma vez, para certificar-se do absurdo.

Entretanto, o carro exercia especial fascínio. Tão logo o avistavam da janela do segundo andar, convocavam-se a descer pelas escadas de madeira

envernizada – que rangiam a cada pisadela – para um olhar contemplativo. Um Ford, modelo “T”, produzido no início do século XX e importado pela família italiana dos Presoto. “O primeiro carro produzido em série, numa linha de montagem, o “T” foi um carro muito popular na sua época”, era como nós o apresentávamos. Tinha alguns indícios – sem conseguir afirmar com exatidão – do por que de aquele carro ser tão procurado pelos *olhares* – pois ele só estava acessível ao olhar, fechado na sua garagem de vidro. Parecia relacionar-se mais às experiências vividas daqueles jovens alunos.

Não sei dizer se, já naquela época, sabia que o Museu era um prédio tombado por um órgão de defesa municipal, mas creio tenha lido algo nos jornais locais ou recebido algum folheto informativo sobre o patrimônio histórico municipal.

Quando surgiu a oportunidade de me lançar num projeto de ação didático-pedagógica, trouxe à tona as lembranças do Museu e apostei na hipótese de que o tombamento terá sido, enquanto estratégia de preservação das edificações locais, apenas uma parte do processo que intitulei *conscientização histórica*. Sugeri, logo, que a educação escolar representaria outra força, complementar, capaz de conduzir os jovens ao orgulho e ao desejo da conservação do patrimônio urbano. Parti, em decorrência, para o objetivo de ensinar os alunos, na sala de aula, a História de Franca, através de seus patrimônios históricos edificadas e tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico *Municipal* (CONDEPHAT). Escolhi a, então, quinta série do ensino fundamental, por confiar na perspectiva de que um projeto-piloto pudesse servir de exemplo a inspirar, na longa duração, uma proposta pedagógica regular de *educação patrimonial* – termo que depois, vi ser recorrente como metodologia e objeto de pesquisas no universo acadêmico e que reservarei para uma reflexão no terceiro capítulo. Agrupei cada um dos 17 patrimônios à época, em eixos temáticos, a saber: economia, política, religião, esportes, lazer. Ensinava-os, por exemplo, sobre o quanto a religião estivera presente no ordenamento e na administração dos primeiros anos da cidade; a atuação da Igreja como reguladora das relações econômicas e na

institucionalização da vida local; a importância social da elevação do povoado à categoria de Freguesia, no início do século XIX e o quanto a religiosidade regulou até mesmo o traçado urbano de Franca, pois que, segundo alguns apontamentos documentais, constavam nos planos da municipalidade que seus limites territoriais (norte, sul, leste e oeste) fossem encerrados pela construção de uma Igreja Católica, o que representaria, no desenho urbano, o aspecto de uma cruz. Metodologicamente, os patrimônios tombados de Franca comportar-se-iam como registros imagéticos e acessíveis, em qualquer momento, ao olhar dos alunos, bem como produziram subsídios para compor a minha narrativa das histórias da cidade, na sala de aula.

Ao fim de cada aula, a rouquidão indiciava uma árdua batalha, mas, por uma vez mais e assim, sucessivamente, minha missão terá sido cumprida: os patrimônios históricos de Franca eram, enfim, apresentados aos seus herdeiros. Porém, no decurso do processo, senti que era necessário estreitar os laços que uniam alunos e cidade. Imaginava que, talvez, não lhes ocorresse outra oportunidade, senão aquela possibilitada pela proposta, de aproximar-se dos patrimônios. E precisava certificar-me de que este vínculo seria sustentado, mesmo depois do fim do projeto. Optei por diminuir ainda mais os distanciamentos, apelando a outros sentidos.

Direção, coordenação pedagógica e eu, organizamos um percurso, de ônibus, pelos patrimônios tombados da cidade, prevendo algumas paradas para que os alunos pudessem dedicar um olhar mais demorado ou mesmo tocar, andar e capturar pelas lentes das suas objetivas, alguns espaços-objeto da preservação. Fora o momento de levá-los ao Museu. Esperava analisar *in loco* o efeito das minhas aulas sobre o comportamento daqueles jovens, tomando como objeto referencial, justamente, a construção mais largamente reconhecida na cidade como pertencente à categoria patrimonial. Imaginava que os quase seis meses de atividades em sala teriam colaborado, ao menos, para despertar neles alguma curiosidade e atenção diferenciadas à edificação. Porém, o registro que fiz naquele momento fora de que o *conteúdo* daquela construção, por motivos plurais,

atraíra bem mais olhares e entusiasmos do que a sua *embalagem*. A irresistível *galinha de quatro pés* e o *Ford modelo "T"* foram, novamente, as peças mais disputadas pelos olhos, mãos e câmeras fotográficas; objetos também, do maior número dos questionamentos.

No entanto, as possíveis incoerências da proposta, naquele contexto historicamente datado, acabaram por ser diluídas em meio aos seus entusiasmos e elogios (onde se incluiu a publicação de um artigo e a oportunidade como palestrante na “Semana dos Museus de Franca”, em 2007). Resultou disso, uma leitura retrospectiva menos analítica e mais lacunar quanto aos significados da experiência educativa-patrimonial para aqueles jovens moradores da cidade de Franca. Por outro lado, procurei (re)constituir uma experiência que, significativamente, participou da reflexão que ora apresento, sem, necessariamente, condená-la sob os – agora – novos argumentos aprendidos. Mantive-me vigilante ao pressuposto metodológico de localizar esta experiência na relação com seu contexto que, naquele momento, fora, ao mesmo tempo, de entusiasmo com as potencialidades pedagógicas do patrimônio no estudo da história local e de incômodo com o seu não-uso nas propostas curriculares de ensino de História.

Em meados de 2006, dentre os compromissos com o “Trabalho de Conclusão do Curso” (TCC) de Graduação em História, cuja temática, pouco correspondeu àquela do projeto de educação patrimonial, fui iniciado numa discussão mais especializada – promovida pela academia – sobre os pressupostos que envolviam aquilo que chamei de *a questão do patrimônio*. Isso porque em agosto, participei de um curso na Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS, UNESP), com o professor do Museu Paulista, Paulo César Garcez Marins, como parte das programações da “XVI Semana de História” da Faculdade. Aquelas exposições forneceram-me, creio, as bases para o início de um estudo sobre o patrimônio histórico no Brasil e revelaram-me, de antemão, algumas das tensões no que se referia à sua preservação.

Soube que, até então, a cidade de São Paulo não possuía nenhum bem tombado em larga escala, nenhum núcleo urbano preservado. Afirmava o professor a existência de interesses maiores – sobretudo os de ordem econômica – em não efetivar o tombamento de um nicho produtivo (referia-se à especulação imobiliária). A arquiteta da Prefeitura de São Paulo, Cássia Magaldi, no “Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania” (1991), afirmou, igualmente, – em leituras que fiz posteriormente – a relação do patrimônio com a economia, mas num movimento de desconstrução do argumento de que os custos da preservação seriam maiores do que aqueles da destruição e posterior construção (1992). O professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), Nestor Goulart Reis Filho, no mesmo evento de 1991, enfatizou que a “reciclagem” de um edifício custava “[...] apenas 30% do valor necessário para a construção de um novo, sendo que a margem de lucro dos empreendedores imobiliários pode ser muito maior nesses tipos de obras” (1992, p. 168). A organização destas leituras, no entrecruzamento com as observações e reflexões sobre a cidade de Franca, levaram-me à percepção de que havia uma prática preservacionista do patrimônio local e regional, que, historicamente, senão privilegiou, ao menos teve na arquitetura, seu principal expoente empírico.

Em âmbito federal, localizei a existência de uma legislação⁴ que organizou, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – órgão criado em janeiro de 1937 –, justamente, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Subordinado ao reorganizado Ministério da Educação e Saúde – pasta de Gustavo Capanema (1900-1985) – e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), o SPHAN já havia começado a funcionar, esporadicamente, a partir de 1936, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade (FONSECA, 2005, p. 97). O escritor Mário de Andrade (1893-1945), intelectual participante da Semana de Arte Moderna de 1922 e do movimento modernista que a circundara, foi convidado, em 1936, para elaborar o anteprojeto e a

⁴ Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível, entre outros lugares, no site do governo federal, na seção destinada à “legislação”: <www.presidencia.gov.br>.

fundamentação teórica da instituição nacional para defesa e preservação do patrimônio nacional que deu origem, no mesmo ano, ao SPHAN. Certo que não fora uma relação sem tensões aquela estabelecida entre o grupo dos modernistas – heterogêneo desde os seus primeiros movimentos – e o governo Getúlio Vargas, apesar de este manifestar nos seus discursos, certa imagem de coesão. Entretanto, algumas das justificativas destes que se comportaram como intelectuais do seu tempo, por vezes, não estiveram distantes dos postulados varguistas. A ambos interessava, pela preservação do patrimônio – mas não só –, assegurar a constituição e preservação das expressões culturais do Brasil, dentro de um projeto mais amplo de constituição mesmo, de uma identidade nacional. Evidentemente que se deva acrescentar ao Estado Novo, o poder de, como regime político centralizado na autoridade de Vargas, movimentar, à sua maneira, a própria nação, retirando sua força política (CURY, 2002, p. 42).

A primeira iniciativa, portanto, do Estado em relação, especificamente, à preservação do patrimônio, fora a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, em 1933. Em 1937, pelo decreto-lei n. 25 de 30 de novembro, o Estado tomou oficialmente para si a responsabilidade de organizar a proteção do patrimônio. A partir de então, para o Estado, o patrimônio seria definido como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Artigo 1º).

Segundo o argumento do professor Paulo César Garcez Marins, na prática, prevaleceu a proteção de bens imóveis, de inspiração arquitetônica portuguesa, propriedade de uma elite econômica, branca, cristã e católica. Dizia que, à época, tal atitude foi justificada por representar o referido arquétipo, os tipos que mais estariam sob a iminência da *perda*.

Perda. O professor do Departamento de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Reginaldo Gonçalves, em 1989, defendeu sua tese de doutoramento no departamento de Antropologia da Universidade de Virginia, nos Estados Unidos. Nela, analisou os discursos do patrimônio cultural no Brasil e sua presença na construção da memória e da identidade nacional. Discursos produzidos pelos agentes que estiveram na direção do SPHAN, especificamente, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Desenvolveu uma pertinente relação entre o patrimônio histórico e a perspectiva da sua perda/destruição. Defendeu que “[...] a perda não [era] algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional” (1996, p. 89); como se a nomeada “retórica da perda” estivesse inserida mesmo, na lógica do patrimônio.

Quando realizei esta leitura, em março de 2007, estava, ainda, em Franca e preparava-me para os exames de seleção do Mestrado. Com um olhar mais educado, lembro-me de (re)significar, com estranheza, a atitude do CONDEPHAT municipal no tombamento de dois bebedouros de animais, assim como outros de dois postes metálicos (este último, pertencente à Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL), e das fossas sépticas da antiga Estação de Tratamento de Esgotos. Evidente que a noção de patrimônio histórico havia sido alargada aqui. Mas, me perguntava, qual seria o preço disso? A quem se destinaria e com que sentido teriam sido preservados estes objetos?

Recordo-me de um momento na sala de aula, durante o projeto, quando, ao discorrer sobre o *tombar* como uma atitude atenciosa para com um objeto e de preocupação com a sua permanência no tempo, fui interrompido por um aluno que me perguntou sobre a possibilidade de *tombar* a própria mãe. Pergunta ardilosa a que, rapidamente, esquivei-me com uma negativa. Mas penso que sua aparente inocência trouxe um sujeito à tona, capaz de movimentar outros nesta reflexão. Afinal, quantos já não desejaram *tombar* seus amados, fazê-los existir um pouco mais no tempo e no espaço, ou, pelo menos, poder visitá-los uma última vez, para um último encontro, um último gesto, uma última palavra. Quantos não colocaram

suas forças em preservar um momento e não fizeram de objetos como que miniaturas detonadoras de toda uma existência, reveladoras de sujeitos com dificuldades em aceitar a possibilidade de um fim. A sugestiva anedota mostrou um sujeito capaz de se sensibilizar para produzir relações com sua vida, para produzir conhecimentos mais significativos para si e os outros. No entanto, lamento não ter sido capaz, naquele momento, de captar as potencialidades mais amplas de compreensão da colocação deste aluno.

Percebi que o aparente entrave à ideia do tombamento, expresso, em alguma medida, pelo jovem aluno, fora compartilhado, historicamente, entre os sujeitos formuladores das políticas de preservação patrimonial no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970. Como procurarei explicitar no segundo capítulo deste trabalho, a referência ao patrimônio, neste período, esteve atrelada à preocupação com a questão da(s) identidade(s) do(s) sujeito(s) histórico(s). Assim, a língua, o saber fazer, o rito, a tradição, a crença de uma coletividade tornaram-se paradigmáticos nesta nova conceituação de patrimônio. Datou deste contexto, a formulação da ideia de *bem cultural* (FALCÃO, 1984, p. 213) que alargaria as fronteiras, historicamente construídas do patrimônio como apenas os bens imóveis. A força cultural destas posturas e destes discursos, sobretudo na íntima relação com contexto histórico e as experiências do período – como veremos mais detidamente no segundo capítulo – avançariam os anos, deixando marcas nas produções de conhecimento que se seguiram.

Glauco Campello, ocupante do cargo de diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994-1998), afirmou que o patrimônio participava de um “projeto de cidadania” (TEIXEIRA, 1997, p. 21), no que acompanhou e foi acompanhado por significativa quantidade de estudos, elaborados num mesmo período, os quais me refiro apenas brevemente.

A professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Maria Clementina Pereira Cunha, já aventava uma discussão que ponderou ser necessária, sobre a relação entre patrimônio histórico e *cidadania* (1992). O também professor do Departamento de

História desta Universidade, Edgar Salvadori de Decca registrou a perda da memória e da *cidadania*, em tempos onde a “mundialização, a massificação e a mídia” romperam com o que havia de suportes coletivos da memória, a “memória espontânea”, gerada e mantida no próprio meio social e coletivo (1992, p. 130). A professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Maria Célia Paoli manifestou sua preocupação, na década de 1990, com a constituição de uma sociedade “sem *cidadania*”, decorrente da separação entre passado e presente e que se manifestava, perspectivamente, na imagem do patrimônio como “passado morto” (1992, p. 26). A professora doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB), Maria Cecília Londres Fonseca, num trabalho originalmente escrito no ano de 1997, dizia que a função do patrimônio era a de reforçar o “senso de *cidadania*”, pela posse coletiva do bem (2005, p. 59).

No momento de burilamento das minhas primeiras reflexões sobre a temática, na relação com as experiências do projeto educativo patrimonial, pareceu-me coerente o questionamento da atitude *seletiva* e *parcial* do tombamento. Ou, sob outra forma: se a proteção de monumentos antigos era, antes de tudo, uma “mentalidade”, como na afirmação da historiadora do Instituto Francês de Urbanismo (IFU) da Universidade de Paris VIII (Vincennes-Saint Denis), Françoise Choay (2001, p. 149), como insistir em um instrumento de preservação que parecia querer engessá-lo dentro de suportes materiais apenas? Como garantir, através do tombamento, que toda esta pluralidade da concepção de cultura tivesse seu direito a entrar para a História? Não se tratava de uma pergunta inédita.

A professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Olga Brites, criticou a prática do tombamento por entender que, com ela, o patrimônio perdia sua vitalidade e a memória social seria “coisificada”, reduzida a objeto de contemplação (1992, p. 19). Novamente, a professora Maria Célia Paoli afirmou que o patrimônio, como elemento de um passado morto, distante e irresgatável, não parecia ter uma significação social

clara, o que fazia do tombamento, apenas um ato jurídico (1992, p. 25). A professora do Departamento de Antropologia da USP, Eunice Ribeiro Durham, trabalhando com uma concepção mais ampliada de cultura, afirmou que

[...] devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no **uso** que dele é feito pela sociedade. (1984, p. 30, destaque da autora).

Esses argumentos vinham, frequentemente, acompanhados pela crítica em relação à postura – dita elitista – de intelectuais que faziam a seleção subjetiva daquilo que deveria ser coletivamente reconhecido:

Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como **universais**, em termos **estéticos**, e **nacionais**, em termos **políticos**, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social. E são também os intelectuais que, ao apontarem, no exercício de sua função crítica, o caráter arbitrário da representação vigente de patrimônio, atuam no sentido da sua transformação. (FONSECA, 2005, p. 22, destaque da autora).

Para a autora supracitada, a questão residia, justamente, em tornar uma discussão, então restrita a um seleto grupo, reconhecida como política pública. E o tombamento parecia não colaborar para isso, pois o tornava pesado.

Pesado porque mudo [...]. Protegidos, a maior parte do tempo, do acesso ao público que, em geral, vê a preservação como uma atividade culta, própria dos países civilizados, esses bens parecem guardar a sete chaves, para a grande maioria da população, as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional (2005, p. 27).

Fui para o divã e direcionei alguns segmentos da intelectualidade para o banco dos réus. Acusei-os de tomarem para si, a responsabilidade de selecionar o patrimônio para a coletividade que, imaginavam, fosse leiga. Acusei-os, também, de promover um processo de legitimação das suas escolhas, apresentando a

ciência como o crivo e a si mesmos como a personificação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, critiquei-os por adotar uma postura desqualificadora de outras práticas e saberes e contribuir para o uso mercadológico apenas, do patrimônio, pelo turismo histórico.

Num outro extremo, compartilhei da preocupação de alguns outros intelectuais em querer fazer a coletividade reconhecer-se como coletividade (FENELON, 1992) e no patrimônio, efetivamente, um *Patrimônio*, chamando-a a participar da constituição do seu valor (FONSECA, 2005). Coloquei-me na condição sujeito capaz de atuar, racionalmente, na instrução⁵ desta linguagem patrimonial, conscientizando a coletividade a apropriar-se destas tensões, presentes na narrativa histórica, e promovendo seu *empoderamento* para a mudança. Novamente voltei-me para a escola e para a educação, apostando na sua força transformadora. Acreditei, uma vez mais que, por ela, conseguiria tornar as práticas patrimoniais mais plurais. Elegi, sem titubear, a cidade de Amparo – localizada no chamado “Circuito das Águas Paulista”, distante aproximadamente sessenta quilômetros de Campinas, interior de São Paulo – como a cidade-objeto do novo estudo. Cidade para onde me mudei com seis anos de idade, em dezembro de 1990 e que fui levado a abandonar, em janeiro de 2002. Cidade onde desenvolvi, praticamente, todo o processo de minha escolarização e as relações sociais dela decorrentes. Cidade para onde desejava voltar e prestar um tributo na forma de uma pesquisa sobre sua história. Sabia dos seus patrimônios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico,

⁵ Peço a licença para um adendo: não partilho do desejo de produzir mais “fantasmagorias”, no sentido empregado pelo filósofo alemão Walter Benjamin, como o distanciamento do tempo, espaço e das relações sociais. Quando emprego o termo *instrução*, refiro-me a uma dada concepção de conhecimento inspirada em princípios iluministas do século XVIII (relacionados, por sua vez, à ascensão do modelo econômico liberal e incorporado ao pensamento positivista, na idéia da democratização do saber). Mas não desejo contribuir para o empobrecimento da reflexão sobre o pensamento iluminista. Trazendo seus sujeitos para o devido contexto, percebo sim, uma visão outra de história, mais plural, menos eurocêntrica e apologética da noção de progresso linear. A leitura dos escritos, sobretudo os de Voltaire (1694-1778), na relação com as discussões promovidas pela professora do “Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Educação” (GPPE), da Faculdade de Educação da UNICAMP, Patrícia Piozzi, contribuíram para a problematização das visões unidimensionais relativas ao movimento iluminista.

Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e apostei, comigo mesmo, que encontraria situação bastante semelhante a que havia lido e observado em Franca. Erro crasso. Ainda que houvesse – como houve – relações possíveis entre um caso e outro, hipóteses não são induzidas ao objeto no sentido de testá-las. Ao menos nas ciências humanas, elas são construídas na relação entre o pesquisador e a pesquisa.

Já aqui houve as mãos de uma experiente orientadora. Capaz de seduzir-me para um olhar outro sobre a minha produção: “tem que fazer sentido”, dizia-me a jaboticabalense Galzerani, a cada oportunidade. Referia-se a uma produção de conhecimento que mais profundamente se relacionasse com as minhas experiências e àquelas do outro: leitor, pesquisador, morador de Amparo. Queria que eu me entregasse como sujeito. Fui convidado a reaproximar-me dos pensamentos e sensibilidades do filósofo, ensaísta e crítico de arte alemão Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-1940), ou o berlinense Walter Benjamin.

Seu texto “Infância em Berlim por volta de 1900”, escrito em Paris, entre 1932 e 1933, é, antes, um desafio às convenções. Benjamin o escrevera no contexto do enfraquecimento da República de Weimar e da ascensão do regime nazista, que o forçaram a deixar sua cidade natal, Berlim, por ser judeu – ainda que heterodoxo – e filho de pais judeus. Sua vida parecia estar em crise. O professor Leandro Konder, do Departamento de Educação da PUC-RJ, leitor de um biógrafo de W. Benjamin, Werner Fuld, trouxe importantes subsídios ao argumento da crise (1999). Em 1924, o casamento de Benjamin com Dora Sophie Pollack, com quem teve um filho – Stepan Rafael, nascido em 1918 – andava tumultuado e acabaria pouco depois. Apaixonara-se, a partir de uma viagem a Itália, por Asja Lacis, mulher do diretor de teatro Bernhard Reich e colaboradora de Bertold Brecht. Mas ela nunca deixou o marido para viver com Benjamin. Isso alimentou nele um sentimento, já carregado desde a infância, de que estaria fadado à solidão (KONDER, 1999, p. 28). Além disso, era assaltado, frequentemente, por dificuldades financeiras. Tinha uma relação tensa com o pai – Emil Benjamin, um rico comerciante de tapetes e antiguidades – que, como

financiador de seus estudos, não concordava com os rumos profissionais do filho. Walter tentou resolver seus problemas candidatando-se ao cargo de professor da Universidade de Frankfurt, em 1925. A exigência: apresentar uma tese de livre-docência. Apresentou “A origem do drama barroco alemão”. Resultado: rejeitada. Pensou em suicidar-se. Chegou a escrever uma carta. Mas desistiu. Optou pela vida. E em 1933, terminou a escrita, em Paris, de sua “Infância em Berlim por volta de 1900”...

Há um vazio. Como ansiamos, nessas horas, conhecer as necessidades secretas do coração. Como desejamos poder interrogar os mortos. Mas há um vazio. O professor aposentado do Departamento de Letras Modernas da FFLCH-USP, Stefan Wilhelm Bolle, ou o alemão Willi Bolle, dá-nos uma centelha de esperança, com a leitura possível de que Benjamin encontrou na narrativa da sua infância em Berlim, um novo sentido para sua vida. O choque de ter que abandonar sua terra natal o moveu a escrever sobre ela, numa “[...] tentativa de preservar, através do registro escrito, a memória do que era essa cidade, antes que fosse destruída” (BOLLE, 1984, p. 12). A dedicatória, no início da obra – “ao meu querido Stepan” –, é para Bolle, indicativo que Benjamin estava lhe transmitindo um patrimônio: a cidade, sua paixão. Permitam-me ir um pouco adiante. Seu patrimônio não é Berlim, senão suas *memórias* de Berlim. Para Bolle, seu intuito era o de fazer enxergarmos que o patrimônio é vida (p. 23). Nisso, voltamos a concordar.

Data deste contexto de leitura e reflexão, o momento do meu encontro com os Almanques de Amparo.

1. POR ENTRE AS PÁGINAS DOS ALMANAQUES DE AMPARO

Conheci este tipo de publicação pela tese de Doutorado da professora e orientadora Maria Carolina Bovério Galzerani, defendida em 1998, no IFCH (UNICAMP). Dedicando-se ao estudo dos Almanques de Campinas das décadas de 1870 e 1880, num certo momento da sua narrativa, a professora referiu-se a uma edição do “Almanak de Campinas” (para o ano de 1872), publicada conjuntamente com um “Almanak do Amparo” para o mesmo ano. Como parte da tentativa de apreensão do campo documental disponível sobre a cidade, optei por caminhar por entre as páginas dos almanques ampareses. De maneira refletida, após sua leitura, entendi que tais documentações constituíam em vestígios capazes de relacionar-se com a temática pesquisada – o patrimônio histórico em Amparo – principalmente porque foram estas publicações, as primeiras a circular *na cidade e sobre a cidade*; além disso, os almanques – de Francisco D’Assis Prado e Jorge Pires de Godoy –, num certo sentido, acompanharam e registraram o contexto moderno em que se erigiu a quase totalidade das edificações objeto, hoje, da preservação patrimonial, e não deixaram de produzir sob suas penas, representações racionais e sensíveis acerca da sua materialidade.

Entretanto e em princípio, tal documentação não estivera compreendida no interior das periodizações da pesquisa ou do processo empírico que delineara inicialmente como objeto de estudo, qual tenha sido, a década de 1980. Ponderei, então, que se me propusesse a um trabalho de caráter reconstitutivo de todas as histórias relativas ao patrimônio em Amparo – e numa temporalidade tão dilatada – teria que me justificar ante a possíveis implicações. Arriscar-me-ia a ser acusado de, por exemplo, afirmar que num período de mais de cem anos, terá havido uma homogeneidade e uma linearidade do processo histórico, no sentido de um processo sem contradições ou ambivalências, orientado numa única direção e onde os fatos estariam devidamente alocados nos seus compartimentos no

espaço-tempo, aguardando tão somente a habilidade de um pesquisador para acessá-los, conforme as conveniências da sua pesquisa.

Na leitura das “Teses sobre a História”⁶ – a última produção escrita de Walter Benjamin, pouco antes de “suicidar-se”, em 1940 – encontrei, uma vez mais, a inspiração metodológica para a defesa da concepção de que a produção do conhecimento histórico potencializa o diálogo com diferentes fragmentos documentais – situados inclusive, em diferentes temporalidades –, constituindo movimentos de significações não lineares, em verdadeiros “saltos do tigre”, para utilizarmos aqui uma alegoria benjaminiana (1994, p. 230, tese XIV). Persistindo na sua argumentação, temos que a relação com o passado não é aquela do *resgate* – senão a de tentativas de reconstituição, no presente – e nem mesmo a da sua retomada *integral*, senão aquela dada pela busca da inteligibilidade de “fragmentos”, também nos dizeres de uma outra leitora sua, a professora aposentada do Departamento de Filosofia da USP, Olgária Chain Féres Matos (1992, p. 152). Na produção benjaminiana, a relação com o processo histórico não é aquela do *continuum* (presente-passado-futuro), onde o tempo comporta-se de modo linear, homogêneo, vazio e pronto *a priori*, a armazenar toda a imensidão do vivido, mas é uma relação onde o tempo está saturado de “agoras” (BENJAMIN, 1994, tese 14). Intenso e breve. Por isso, monadológico. Capaz de expressar experiências únicas de sujeitos mais inteiros, mundos em miniatura. Sendo cada momento, polissêmico, cabe ao historiador a tentativa de flagrá-lo.

Foi o que me ocorrera com os Almanques. Percebi neles e através deles, a existência de imagens⁷ persistentes de longa duração da cidade de Amparo e do seu patrimônio, na relação com as histórias de vida daqueles

⁶ Nem sempre será possível fazer uma referência direta – na forma de citação – do livro, capítulo ou mônada em que se encontram, especificamente, a ideia a que me refiro. Isso porque essas ideias são fruto de leituras, anotações pessoais, participação em eventos e registros das discussões promovidas nas reuniões de orientação que se encontram entrecruzadas. Mas mantenho, a todo instante, a preocupação em localizar historicamente o autor na relação com sua produção.

⁷ Trabalho com a ideia de imagens enquanto representação, numa perspectiva, pois, mais ampliada em relação ao seu uso prevalecente na contemporaneidade, como percepções somente visuais.

radicados no seu espaço urbano ou que se encontravam entre seus passantes. Flagrei, pois, dois momentos e algumas pessoas: Francisco D'Assis Santos Prado e seu “Almanak do Amparo para o anno de 1872” e Jorge Pires de Godoy e a obstinação dos seus dezesseis “Almanachs”⁸.

1.1 O “Almanak” de Francisco d’Assis Santos Prado

Mil oitocentos e setenta e dois. Era apenas o segundo ano do almanaque de Campinas, organizado por volta de um ano antes por José Maria Lisboa – o “Zé Maria dos almanaques”. Português, nascido em 1838 e radicado em Campinas desde 1869 – ano em que assumiu a gerência do único periódico da localidade, “A Gazeta de Campinas” – Lisboa dirige-se, logo às primeiras páginas, “Ao Leitor” do seu “Almanak”. Confessa-lhe, com surpresa e contentamento, a “extraordinária” aceitação do seu “livrinho”, sobretudo entre as regiões circunvizinhas de Campinas e na imprensa do país.⁹ Talvez lhe ocorresse algum estranhamento pela boa recepção de uma publicação que se propunha, primeiramente, a ser um anuário estatístico¹⁰ de Campinas – pois fora dessa maneira que Lisboa referiu-se aos almanaques quando da sua segunda edição.

Sua configuração metodológica dava-se, fundamentalmente, pelo registro escrito de um cômputo anual da cidade, feito ora pessoalmente, ora com o

⁸ Segundo informação do jornalista amparense Nicolau Cõnsoli, que participou da edição comemorativa de um Almanaque do Sesquicentenário de Amparo (1829-1979), Jorge Pires de Godoy publicou, ao todo, 21 Almanaxes. Informação ratificada no livro do professor amparense Paschoal Turatto. No entanto, só encontrei as dezesseis edições (cópias) que constam no acervo do Centro de Memória da UNICAMP. Exatamente as mesmas encontradas, no original, no acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos”, em Amparo. E é a partir delas que faço esta leitura.

⁹ Apesar do caráter de novidade, não se tratava de uma produção absolutamente desconhecida pelo nosso editor. Segundo o trabalho de Galzerani, Lisboa apoiara-se na experiência de Joaquim Roberto Azevedo Marques, editor dos primeiros “Almanaks administrativos, mercantis e industriais da Província de São Paulo”. Além disso, certamente pesara o fato de os almanaques serem uma publicação, há muito, estabelecida na França – país com o qual era frequente o relacionamento cultural – e de maneira localizada, desde o final do período colonial, em diferentes regiões do Brasil.

¹⁰ Para uma aproximação com as origens etimológicas do termo “Almanaque”, bem como suas significações historicamente datadas, sugiro o trabalho da professora Maria Carolina Bovério Galzerani, a partir da página 47. Sua tese está disponível na Biblioteca Digital da UNICAMP, acessível através do site do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP (SBU).

auxílio de informações fornecidas pelos poderes constituídos – civis e eclesiásticos. Disponibilizava aos seus leitores, entre outros, dados como o número de nascimentos, casamentos e mortes por período, na localidade; o número da população e sua distribuição em categorias socioeconômicas; os dias de chegada e partida dos correios; os homens que ora ocupavam os postos administrativos da municipalidade; a relação dos estabelecimentos comerciais e dos sujeitos prestadores de serviços, nomeados e localizados nos espaços da cidade; estatísticas econômicas, relativas à relação despesa/receita, importação/exportação de determinado gênero agrícola na localidade. Aliás, fora apoiado nesta última informação que José Maria Lisboa justificou seu desejo em compartilhar o “préstimo” do seu “livrinho”, fazendo-o publicar conjuntamente ao “Almanak do Amparo”.

A prosperidade econômica, decorrente da atividade cafeeira, havia estreitado as fronteiras entre os dois municípios, sob o denominador comum de constituírem-se, no último quartel do século XIX, em “[...] dous grandiosos núcleos de riqueza agrícola” (LISBOA, 1871, p. 5). Contudo, segundo o editor de almanaques, não fora apenas pela “importância agrícola notável” que se justificou a pertinência da escolha de Amparo, “[...] mas ainda pelas relações de toda sorte, que o ligam ao de Campinas”. Por parte destas relações, explico a presença de um sentimento republicano compartilhado entre Lisboa, Francisco D’Assis Santos Prado – organizador do primeiro “Almanak” do Amparo – e Bernardino José de Campos Júnior – seu colaborador. Eram amigos do Manifesto de 1870¹¹. Porém, suas relações iriam adiante: Assis Prado, segundo fontes, sempre se considerou “amigo” de Lisboa (CAMARGO, 1973, p. 14) e na sua botica, localizada à Rua do

¹¹ O Manifesto de 1870 foi considerado a formalização primeira de um movimento que pretendia fazer o Brasil chegar à República. Organizado em torno de uma associação – o “Club Republicano” – no Rio de Janeiro, seus membros nem sempre estiveram de acordo quanto aos rumos do movimento. Havia tensões, por exemplo, entre aqueles que defendiam uma revolução popular como caminho para a República e outros que apostavam numa transição pacífica de regimes, esperando até, se necessário, a morte do imperador D. Pedro II. O “Manifesto” foi publicado em três de dezembro de 1870, no primeiro número do jornal carioca “A República”.

Rosário, número dezesseis, local onde os medicamentos dividiam espaço com as ideias, chegou a vender, além de livros, os “Almanaks de Campinas”.

O finado historiador amparense Áureo de Almeida Camargo (1973), nos anos de 1960, bradou pela falta de preocupação dos poderes públicos locais em render uma mínima homenagem ao homem que, nos seus dizeres, tanto fizera pelos amparenses. Sentia que a morte deste republicano, em 23 de novembro de 1908¹², não havia sido feita com as devidas honras e para tanto, empenhou-se em conseguir ao menos um nome de rua para “o cidadão Assis Prado”,¹³ homem que, já ao final da sua vida, descuidara de manter os cabelos cortados e as roupas apumadas. Tornara-se, na verdade, um “esquisitão”, refugiado na sua velha botica.

Francisco d’Assis Santos Prado nascera em Campinas, em 1832¹⁴. Naquela cidade, iniciou-se na profissão de boticário, no largo da Matriz Velha, número nove. Num momento onde a profissão de médicos e a existência de um hospital eram raridades nas cidades, coube à sua categoria e àquela representada pelos barbeiros, “[...] o exercício da medicina e da pequena cirurgia, com as cautelas da assepsia ou sem ela.” (CAMARGO, 1973, p. 8). O início do seu relacionamento com Amparo, aliás, segundo as pesquisas que Camargo realizou nas anotações pessoais de Assis Prado, dera-se por ocasião da prestação de atendimentos à distância – por meio de cartas – e mesmo algumas visitas pessoais àqueles da municipalidade. Em 1864, mudou-se, definitivamente, para Amparo, na condição de “lavrador”, mas, provavelmente, exercendo a medicina na urbe, no interior da sua residência, como o sugerem seus pedidos endereçados à Câmara dos Vereadores para a regularização da sua atividade.

¹² Há uma diferença com relação às datas. No “Almanach do Amparo para 1909”, organizado por Jorge Pires de Godoy, há uma nota de falecimento de Assis Prado no dia 22 de novembro de 1908, às 10 horas.

¹³ Tal homenagem efetivou-se pelas mãos do prefeito João Batista de Campos Cintra, em agosto de 1969.

¹⁴ Num apêndice do mesmo “Almanach para 1909”, onde consta a nota sobre o falecimento de Assis Prado, diz Jorge Pires de Godoy que ele nascera em 1831 naquela localidade.

Nas narrativas que envolvem o seu nome, há a persistência de representações que nos aproximam de um sujeito dotado de uma ardorosa “fé republicana” (CAMARGO, 1973, p. 42), capaz de desafiar com uma bandeira – segundo consta, desenhada por ele próprio, com as datas dos levantes de caráter republicano no Brasil e encimada pela referência ao ano de 1789 – a figura do imperador D. Pedro II, em visita que fez a Amparo, em 1878.

Homem pouco desperto no seu entusiasmo por questões político-partidárias havia, no entanto, segundo Camargo, recebido com entusiasmo o Manifesto de três de dezembro de 1870. Tanto que dezessete dias depois, participava da primeira reunião para a organização, em Amparo, de um “Club” – alicerce, mais tarde, do Partido – “Republicano Amparense”¹⁵. Assis Prado ainda manteve estreitas relações com as sociedades locais, como a “Irmandade Religiosa dos Paroquianos”, responsável por enterrar aqueles que não morriam “no sagrado” e a “Sociedade Amante e Propagadora da Instrução” que, em 1871, já havia criado uma escola noturna, detonadora de acalorados protestos do então inspetor de ensino, lavrador e político monarquista Francisco Antonio de Araújo (1835-1913), pois não teve a sua autorização para funcionar. Araújo responsabilizava a referida escola por “disseminar doutrinas venenosas ao povo” (CAMARGO, 1969, p. 185).

O “Almanak do Amparo para 1872”, confeccionado por Assis Prado, esteve embebido nestas tensões. Primeira produção do gênero e primeira publicação impressa na cidade e sobre a cidade – a qual somente teve um periódico local, a “Tribuna Amparense”, em 1873 –, no entanto não se configurou como uma publicação estranha aos olhares de Assis Prado, pois segundo Áureo de Almeida Camargo, que teve acesso ao acervo do boticário, ele colecionava almanaques. De São Paulo e do Rio de Janeiro.

¹⁵ O *Club* foi desfeito e pouco depois, reorganizado, em 8 de setembro de 1872 – liderado por Assis Prado – com a aprovação de seu programa e estatutos, sob o lema da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Sua figura proeminente no interior do movimento local conferiu-lhe a representação na Convenção de Itu, em 1873.

Para o que seria então sua primeira e única publicação do gênero, contou o boticário com a colaboração do companheiro de projeto republicano, amigo de discussões – como aquelas em que tentava convencer Assis Prado a abandonar o pensamento escravocrata – mas, também, vizinho de rua, morador logo adiante, de uma residência de esquina onde exercia a profissão de advogado: Bernardino José de Campos Júnior. Nascido em Pouso Alegre, Minas Gerais, em seis de setembro de 1841, Bernardino de Campos teve seu nome inscrito na cidade e não apenas numa rua, mas numa avenida. Recebeu, também, a homenagem de ser biografado, mas não precisou que a morte lhe desse as honras. Em 1895, ainda em plena atividade, como presidente do Estado de São Paulo, recebeu de “Um Contemporâneo” sua trajetória descrita em palavras: com 24 anos, chegou a Amparo, já casado com a senhora Francisca de Barros Duarte e formado, há pouco, em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, onde conhecera os colegas do incipiente projeto republicano: Prudente José de Moraes e Barros (1841-1902), Manoel Ferraz de Campos Sales (1841-1913), Francisco Quirino dos Santos (1841-1886) e Francisco Rangel Pestana (1839-1903).

Bernardino de Campos aportara a uma cidade em vistas de tornar-se “Cidade”, pois que Amparo seria elevada da categoria de Vila ainda naquele ano. Suas ruas ainda eram de terra batida, se bem que naquele mesmo ano de 1865, a Câmara dos Vereadores contrataria os serviços do Senhor Manoel José da Silva para promover o calçamento, com “pedras grandes e de boa qualidade”, da Rua Municipal (hoje, Rua Conde de Parnaíba), a de maior movimentação de pessoas e a que ligava a região baixa, da ocupação primitiva da cidade – e segundo pesquisa do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima, local de construção da primeira igreja – até a parte mais alta da cidade. Provavelmente, Bernardino de Campos tenha, rapidamente, notado que a dinâmica social, em Amparo, realizava-se durante o dia, aproveitando-se da luz solar, pois que a cidade não possuía ainda um sistema de iluminação pública, salvo aquele instalado, individualmente, à

frente das casas ou ao longo de um trecho de rua, custeados, ambos, pela iniciativa particular¹⁶.

A Amparo que convidou os olhos de Bernardino a perderem-se pelos seus horizontes era uma cidade de construções irregulares, desniveladas e sem harmonia no seu conjunto; por isso, uma cidade que precisava ser “aformoseada” – e com urgência –, como solicitava o então presidente da Câmara, outrora inspetor de ensino, Francisco Antonio de Araújo, em 1873. Araújo já havia manifestado seu incômodo com as construções momentos antes, quando – numa terceira atividade profissional, como delegado de polícia – fez notar as condições deploráveis do prédio da Cadeia, em 1868: uma “espelunca insalubre”. As grades exteriores de madeira e a falta de policiais permitiam a fuga freqüente dos encarcerados.

Amparo não parecia ser mesmo cidade das mais seguras para seus moradores. Tanto que em 18 de junho de 1863, um homem chamado Lívio Pastor escrevia ao jornal “Correio Paulistano”¹⁷ para compartilhar sua sensação de que a segurança individual em Amparo não lhe causava ânimo. Desejou, pessoalmente, solicitar uma licença junto ao Juiz de Paz para andar armado, mas desistiu, por não querer, nos seus dizeres, “dar de comer” a um advogado que por qualquer “rabisco com pretensões de letra”, cobraria um alto valor. Difícil cercar-me de argumentos seguros em trabalhos deste tipo, mas é possível que Bernardino de Campos tenha se estabelecido em Amparo por, justamente, serem os ganhos advindos da sua atividade profissional mais promissores nesta cidade, onde permaneceu até 1888. Ao longo dos quase vinte e três anos em Amparo, acumulara ocupações as quais cito apenas nominalmente: inspetor da instrução pública (1868); promotor de resíduos e capelas (1871); fundador da Loja Maçônica “Trabalho” (1872); redator do jornal “Tribuna Amparense” (1873) e do periódico de

¹⁶ Somente em 17 de agosto de 1876, a Câmara dos Vereadores contratava a iluminação em algumas ruas, feita por 50 lampiões de querosene.

¹⁷ O jornal “Correio Paulistano”, num momento em que não havia imprensa local em Amparo, recebia artigos e publicava notícias sobre a cidade. A partir de 1866 será dirigido pelo irmão de Bernardino, Américo de Campos. Bernardino participará como colaborador, entre 1866 e 1874.

feições republicanas “A Epoque” (1879), além de figura ainda lembrada pelas suas defesas públicas, na imprensa, a favor do fim da escravidão e pelos seus atos de defesa gratuita, perante o Júri, de causas a favor de escravos.

Quase um ano após a divulgação do “Manifesto Republicano”, Bernardino de Campos participaria, finalmente, da elaboração do Almanaque do amigo Francisco D’Assis Prado, colaborando com um “Resumo Histórico” da cidade de Amparo, que atravessou o século e invadiu o seguinte sendo considerada a primeira produção historiográfica sobre a cidade e a principal fonte de onde beberiam muitas das narrativas históricas subseqüentes, destinadas a narrar as origens da cidade. “[...] Trabalho de investigação e paciência, já elle revela as qualidades de publicista e de orientador [...]”, diria seu “Contemporâneo” (1895, p. 11). Comportava-se como um homem educado em bases científicas, percebidos na metodologia que adotara para seu estudo: debruçou-se sobre os primeiros livros de nascimentos e óbitos da Capela Curada de Amparo¹⁸ e de Serra Negra. Localizou, pessoalmente, alguns dos batizados nesta capela que ainda estavam vivos e relacionou informações com o objetivo de afirmar a fundação de Amparo em, por volta, de 1828, quando da construção da primeira Igreja e – somente a partir dela – de um núcleo regular de habitações. Estava certo de que não fosse pela dependência da jurisdição eclesiástica de Bragança (Paulista) – revelada na necessidade de levar os mortos de Amparo à sede do distrito, para serem enterrados na religião católica e os vivos, para administrar os sacramentos – a vida civil na localidade correria facilmente. No entanto,

¹⁸ Os primeiros registros de eventos vitais em cartório civil que se tem de Amparo são: 01/11/1875 (Óbito); 16/11/1875 (Nascimento); 24/11/1875 (Casamento). Essas informações foram obtidas através do projeto “Memórias das estatísticas demográficas”, da fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), instituição pública ligada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, que tratou de compilar as estatísticas produzidas pela, então, Repartição de Estatísticas do Estado, criada em 1892 e de onde descende o SEADE. Essas informações estão disponíveis no site www.seade.gov.br/produtos/500anos, e foram acessados entre 20 e 24 de dezembro de 2010. Estão organizadas em seis módulos: 1) Memória das Estatísticas Demográficas do Estado de São Paulo; 2) Histórico da criação de cada município paulista desde sua origem; 3) Quadro sinóptico do desmembramento dos municípios paulistas; 4) Mapas das divisões político administrativas do Estado de São Paulo desde 1900; 5) Série histórica do registro civil dos municípios paulistas; 6) Primeiros registros de eventos vitais.

justamente o incômodo com tal dependência teria apressado o movimento para a construção de uma primeira Igreja, iniciada a partir da doação de parte das terras dos seus primeiros povoadores.

Bernardino de Campos, a partir deste último aspecto, construiria uma argumentação escrita especialmente focalizada em sistematizar uma ideia: Amparo não fora, nem no momento de sua fundação, nem tampouco no momento em que ele (Bernardino) escrevia, uma cidade criada ou mantida pela iniciativa pública. Amparo fora uma cidade erigida com a força abnegada do trabalho humano. Sua descrição, a seguir, dos aspectos físicos da cidade entrecruzou-se com outras narrativas, de onde emergiram as visões de mundo e as sensibilidades de um sujeito que depositou toda sua confiança na força criativa do homem. E seu entusiasmo “extravasou por todos os poros do texto” – para usar uma linguagem freudiana, resignificada pelo historiador Peter Gay (1988, p. 99).

Especialmente dentro dos objetivos da pesquisa ora em curso, compartilho com o leitor momentos desta escrita, atentando-o a uma primeira imagem de patrimônio – manifesta até mesmo na materialidade da palavra – na relação com o universo citadino amparense.

De configuração montanhosa e, abrindo no centro o estreito vale por onde corre o Camandocaia, abastecido das fartas correntes que para elle affluem, estas terras offerecem, contempladas das eminências que se depara a pequenas distancias, o maravilhoso panorama da natureza virgem desinrolando o quadro de uma vegetação esplendida, iluminado pelo sol brilhante destas regiões. A Riqueza, a exuberância da vestidura e dos accidentes revelavam a força e a fertilidade dos terrenos, desafiando a atenção e incitando a actividade dos que tinham conhecimento destas paragens (PRADO, 1871, p. 33).

Nomea-se, entre estes esforçados batedores do sertão que trouxeram, um após outro, a vida e o movimento para as montanhas desertas que são hoje o *rico patrimônio do município*, Manoel de Miranda Antunes, seu filho João Bueno, Manoel Vaz Pinto, Manoel Antonio Pereira, Joaquim César, vindos de Bragança; João Domingues, Lino d’Oliveira Cardoso, o sargento de ordenanças Francisco Xavier dos Passos, de Atibaia, e muitos outros posteriormente (p. 34).

Parece que na índole branda do povo, na sua moralidade, inclinação ao trabalho, independência, amor à justiça e horror ao crime se refletem em boas impressões da bellissima natureza que o cerca (p. 38).

A natureza que envolvia a cidade cativou o olhar de Bernardino. A região antes entranhada num vale, atravessada pelo rio de “fartas correntes” e iluminada pela luz do Sol, certamente impressionou o olhar deste que vinha de fora. Mas não mais do que a paisagem desvirginada a partir do contato com o homem. Pelo trabalho, o homem fez da natureza bravia e sedutora, seu recurso. A natureza mostrava-se rica, exuberante, forte, porém deserta, por isso, sem vida. O homem trouxera este sopro. Fora aquele a trazer o movimento, a ressignificar a vida natural. Fora por ele que a natureza tornara-se um *patrimônio*. Desta relação natureza-homem, Amparo é a *herança*. O homem atuou na natureza pela cidade e a natureza atuou no homem pela movimentação das suas sensibilidades. O patrimônio, portanto, não esteve na natureza nem tampouco no homem, mas na cidade, a resultante desta equação.

O professor de história da arte da Universidade Paris I (Sorbonne), Dominique Poulot, transitando entre o estudo do campo patrimonial e a relação com a museologia, permitiu-me aprender mais elementos para esta reflexão. Afirmou ele que no final do século XIX, na Europa, desenvolveu-se uma concepção outra de patrimônio, formada no rastro de uma separação entre Igreja e Estado e de uma tradição intelectual e ideológica, oriunda da Revolução Francesa. Dizia ter sido difundido nos relatórios de descobertas, nos registros de viagem e nas narrativas de exploração das Luzes, um olhar inédito para o que chamou de *território-patrimônio* (2009, p. 222), o que repercutiu numa museificação da própria paisagem natural. Amparo terá sido, assim, o próprio espaço museal patrimonializado.

Uma leitura possível, ao menos pelos indícios que Bernardino nos lança, pois a sua educação e a do grupo de seus contemporâneos, como republicano, abolicionista e preocupado com a instrução pública traz indícios de sua simpatia para com o movimento originado em França. Que ganhou força na crença

compartilhada por certa concepção otimista partilhada pelos positivistas de que o progresso ainda era um porvir. Bernardino de Campos participou do entusiasmo de Francisco D'Assis Santos Prado quando, no seu "Almanak", fez um cruzamento das "malas" vindas pelos correios e aquelas pagas ao estafeta – por iniciativa particular – para afirmar a proximidade das relações de toda a sorte estabelecidas entre Amparo e as cidades mais importantes da província, inclusive a capital. Sensação de progresso que atravessara o texto de Bernardino numa relação íntima com os pressupostos da modernidade capitalista, no lamento pela atividade cafeeira não ter sido, logo nos primeiros tempos da cidade, incentivada.

Seu desenvolvimento pudera ter sido muitíssimo prompto e maior se desde logo os fundadores houvessem se dado a outro gênero de indústria que não o adotado – a criação de porcos – com que a princípio estragaram parte das terras que, felizmente, tornaram hoje ao antigo ser. [...] Dificilmente [se] vencia a rotina dos criadores de porcos (PRADO, 1871, p. 37).

Contudo, cuido-me para não me levar por "simplificações tentadoras", argumento aprendido com o historiador alemão, naturalizado estadunidense e professor aposentado da Universidade de Yale, Peter Gay. No primeiro dos cinco volumes da sua obra sobre a experiência burguesa, iniciada na década de 1980, o historiador, orientado pela psicanálise, afirmou que

A necessidade de viver segundo classificações nitidamente delineadas está profundamente arraigada na mente humana e constitui uma de suas primeiras exigências; a simplicidade alivia ansiedades por meio da eliminação das discriminações. Situações reais raramente são nitidamente definidas, e sentimentos reais frequentemente são verdadeiros vespeiros de ambivalências (1988, p. 33).

Talvez Bernardino José de Campos Júnior, ao colocar tal peso na força criativa do homem como elemento transformador da paisagem natural da cidade-patrimônio estivesse, de fato, expressando experiências sentidas e educadas sob as marcas de um dos fundamentos básicos da modernidade capitalista, anunciadas nas entrelinhas da sua escrita: o elemento liberal, fortemente

anunciado pela valorização da livre iniciativa humana, que, na relação com o trabalho – não qualquer trabalho, senão aquele relacionado à atividade cafeeira – modificou a própria imagem que Bernardino construiu da cidade. Entretanto, talvez ainda existam possibilidades, dentro da própria materialidade da sua escrita, de flagrar um sujeito que ao falar do outro, consciente ou não, falasse também de si mesmo. Quando retomou a crítica, no “Almanak”, da falta de ações oficiais do governo no povoamento inicial de Amparo, não o fez sem lembrar e enaltecer a vontade e o esforço dos seus habitantes, que pelo “[...] trabalho o fundára, mantinha-o e o fazia prosperar, offerecendo-o, afinal já organizado para receber a sancção do officialismo” (PRADO, 1871, p. 36). As qualidades que imputou ao outro foram, semelhantemente, imputadas à sua personalidade pelo outro:

[...] homem de hontem, que conseguiu, á força de trabalho e de rigidez de character, abrir caminho por entre seus correligionários. [...] Pobre, que ainda hoje o é, fez-se por si, pelo próprio esforço, confiando unicamente no seu labor honesto, na rectidão do seu proceder e no seu amor á causa democrática [...]. (UM CONTEMPORANEO, 1895, p. 6).

“Sentimentos reais frequentemente são verdadeiros vespeiros de ambivalências”.

1.2 Os “Almanachs” de Jorge Pires de Godoy

Quatorze de outubro de mil oitocentos e oitenta e oito, largo da Matriz Nova, número 35. Jorge Pires de Godoy deixa tombar as últimas marcas de tinta no papel onde rascunha o que será a seção dedicada “Ao Leitor”, de abertura do seu primeiro “Almanach”. A insegurança caminha ao seu lado a cada momento da confecção. Mesmo a prática adquirida já há dois anos como proprietário e redator do jornal local “A Gazeta” parecia aquém daquela necessária para a nova publicação. Jorge Pires guarda receios de não conseguir, em palavras, “[...] patentear a riqueza pujante deste florescente município, cujo futuro é dos mais auspiciosos [...]”. No entanto, precisava enfrentar a labuta. A cidade aguarda.

Faz notar, Pires de Godoy, que Amparo era o segundo município da província – informação, inclusive, retirada das estatísticas da produção cafeeira do período, disponíveis nos seus almanaques. O termo progresso, na sua íntima relação com os pressupostos capitalistas, será largamente utilizado para se referir às condições socioeconômicas da localidade. O progresso, naquele final de século XIX, num mesmo movimento em que traduziu parte das experiências vividas pelos sujeitos do presente, alimentou expectativas, sonhos e ainda algo da incerteza quanto ao porvir. O futuro era “ridente” e “cheio de esperanças”, dirá um dos colaboradores. (GODOY, 1888, p. 133).

Porém, contraditoriamente, Amparo só publicara um único almanaque – de Assis Prado –, dezessete anos antes, enquanto que outras cidades – e Jorge Pires não hesitaria em dizer, num tom desqualificador, “menos importantes” – publicavam almanaques anualmente. Para o ano de 1901, numa crônica geralmente humorada destinada à rememoração do ano anterior, um tal que respondia pela alcunha de “Pachola Junior”¹⁹ dizia que Amparo se destacava como a “capital” daquelas redondezas, com uma vida cultural muito próspera, afinal tinha dois teatros e tinha Almanachs! Posso afirmar, cotejando este processo empírico com as ideias desenvolvidas pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (2002), que Jorge Pires de Godoy reconheceria a relativa “tradição” dos almanaques, gestada desde há pouco por meio de um processo de “formalização, ritualização e repetição”. Prova disso é que na materialidade da linguagem, percebemos um Jorge Pires que sabia não estar publicando *um* almanaque, senão *o* almanaque de Amparo.

¹⁹ Diversas pequenas informações, flagradas aqui e ali dentro do próprio almanaque permitiram-me afirmar ser “Pachola Junior” um entre outros pseudônimos de Jorge Pires de Godoy. Destaco algumas: 1) na sua primeira aparição, em 1892, Pachola diz ter recebido carta de um amigo do Rio de Janeiro, animando-o a publicar um almanaque, “negócio muito rentável”. Mas Pachola dizia que em Amparo não dava certo, pois faltava assunto; 2) Pachola alimentará o prazer pelos carnavais e pela “terpsychore”, atividade que Jorge Pires praticava e dirigia, como presidente de uma associação; 3) um partilhava da opinião do outro e manifestava, nos “Almanachs”, praticamente os mesmos posicionamentos políticos, as mesmas expressões; 4) dizia Pachola ser um dos poucos freqüentadores pontuais do jardim público, de tal maneira que as pessoas comentavam que a sua função era “fazer Almanachs” e passar tardes no jardim; 5) ambos declaravam-se solteiros e possuíam a mesma idade.

Confesso, em alguma medida, ter sido seduzido pela ideia dos Almanachs e, principalmente, daqueles de Pires de Godoy. Produzi indícios de que seria uma literatura especialmente contestada em Amparo, lida por um público mais heterogêneo, porém consumida – pelo menos de maneira mais explícita – entre alguns poucos que podiam pagar por ela²⁰. Deste fato decorreu um dos incômodos do obstinado autor de almanaques: frequentemente, não conseguiria “passar” suas edições.

Desejei aproximar-me da sua vida e daquele universo da cidade que ele me apresentava. Ansioso, aguardava a cada almanaque por boas notícias acerca da sua recepção em vendas e quando percebia um lapso entre as publicações, sem nem abrir a seção aos leitores, que iria me contar o que ocorrera, já imaginava tivesse passado por dificuldades²¹. A luta sociocultural de Jorge Pires de Godoy para vingar seu Almanach se travou dentro e fora da linguagem escrita publicada. E, justamente, as suas tensões seduziram-me. Remonto às práticas de sua leitura, na sala de luz fraca – um convite à introspecção – do Centro de Memória da UNICAMP (CMU). Em mergulhos diários de por volta de oito horas em pouco mais de dez dias, acompanhei aquela publicação como um leitor de folhetim. Quando os olhos sinalizavam o cansaço das horas acordado, do tempo debruçado quase numa mesma posição sobre a mesa, sentia, então, que era o momento de parar. Desejava diariamente levar para casa aquela vida e relê-la como um livro de cabeceira. Que ele fizesse parte das minhas divagações noturnas antes de o sono me apanhar. Porém, não fora possível. Ao menos restaria contentar-me com as minhas anotações feitas num caderno e com aquilo

²⁰ Não disponho de informações partidas do município que me permitam estabelecer alguma base de equivalência para o preço dos almanaques, a ponto de afirmar se eram caros ou baratos para aquele contexto. O único dado de que disponho refere-se ao da pesquisa da professora Maria Carolina Bovério Galzerani que flagrou nos periódicos campineiros, a informação de que um mil réis corresponderia a um “almoço num dos hotéis da cidade (Campinas)” ou a “meio dia de trabalho dos operários da estrada de ferro de Capivari” (1998, p. 14). No quarto ano da sua publicação, Jorge Pires declarou na capa, o preço de venda do seu almanaque: três mil réis (aumentado para cinco mil, a partir da oitava publicação).

²¹ Segundo sugeriu-me a professora Ana Maria de Almeida Camargo, em Exame de Qualificação, alguns destes “silêncios” entre uma publicação e outra são explicados pelo fato de que Jorge Pires também participara da produção de almanaques provinciais e administrativos de São Paulo.

que minha memória conseguira reter. Deliciava-me com a ideia de imaginar estar compartilhando de um exemplar folheado e lido outrora pelo historiador Áureo de Almeida Camargo. Sabia, no entanto, que no meu caso, lidava com uma cópia do original que, por alguns indícios, especulava pertencer-lhe. Neste sentido, de alguma forma, produzi correspondências – numa leitura benjaminiana – com tais publicações, as quais, por sua vez, teriam se correspondido comigo.

Filho de Antonio Pires de Godoy Jorge, capitalista²², lavrador, antigo proprietário de uma sapataria, fundador e chefe do Partido Liberal Amparense – apesar de ao final da vida ter flertado com os republicanos – Jorge Pires nasceu, em Amparo, a 30 de novembro de 1862. Contudo, segundo indícios documentais, manteve uma relação distanciada com o pai de quem se afirmou até, que o teria renegado como filho. A análise dos discursos presentes nos Almanachs, na sua relação com os vestígios documentais de tradição oral e local, e, ainda, a reação de Jorge Pires – no interior da mesma linguagem dos almanaques – com morte da mãe, a 11 de abril de 1908, permitiram-me ousar na afirmação de que Jorge Pires não teria uma relação tão estreita – física e emocionalmente – com o pai, como aquela demonstrada com a mãe, sobretudo quando dos seus respectivos falecimentos.

Com Dona Maria Joaquina do Espírito Santo, aprendera, Jorge Pires, o gesto de caminhar com os olhos pela cidade. Ela, da janela da sua casa, ora debruçada no parapeito, ora escondida atrás do vidro ou da treliça, punha-se a observar a cidade. Ele faria deste gesto, um hábito. As informações da cidade, para a elaboração de seus almanaques, não vinham apenas das estatísticas conseguidas junto à municipalidade ou através dos amigos, senão e, principalmente, das suas andanças pela cidade. Entre as declaradas dificuldades em publicar o Almanach da maneira e no prazo desejado, esteve a falta de tempo para confirmar as informações (1900, p. 24). Nas poucas horas que dizia sobrar

²² No termo empregado pelo almanaque e aprendido pela tese da professora Galzerani, “capitalista” era aquele sujeito que emprestava dinheiro a prêmio (GALZERANI, 1998, p. 81-82).

do fatigante trabalho do ensino particular – chegou a ser professor e diretor de uma escola, dentro das dependências da sua casa, à Rua 13 de maio, 43 – dedicou-se, intensamente, à confecção e à revisão dos almanaques. Como também aos compromissos como presidente da “Sociedade Terpsichore Amparense”, à direção do jornal Gazeta de Amparo e à redação da folha “Sétimo Distrito”, de José Militão de Siqueira.

A intensa atividade cultural, entretanto, não fora recompensada, proporcionalmente, por grandes quantias materiais. O paleontólogo Paschoal Turatto sugeriu que teria o nosso “velho homem das letras” vivido, a maior parte de sua vida, pobre. Pobre porque abdicou dos seus bens materiais em favor da ajuda aos menos favorecidos. Num almanaque comemorativo do sesquicentenário da cidade (1979), o jornalista Nicolau Cònsoli assinou um artigo biográfico de Jorge Pires de Godoy, onde trouxe à cena a imagem de um “vulto exótico”, vestido com a “[...] mesma sobrecasaca de todos os tempos, velha e poída, uma perna das calças mais curta do que a outra e um surrado chapéu de coco à cabeça.” (CATELLI; CÔNSOLI; NETTO, 1979, sem página). Contudo, segundo outros registros documentais, Godoy era proprietário de terrenos na urbe (CAMARGO, 1969, p. 146). E no “Almanach para 1893”, apareceu ao final de uma listagem de “lavradores do município”, com uma produção – provavelmente de café – de quatro mil e quinhentos quilos, de onde uma parte recebera em herança do segundo marido de sua mãe. Em que pese os dois argumentos, aproximo-me da ideia do historiador Peter Gay, quando afirmou, focalizado em outro objeto, sobre a dificuldade das “classes médias” em definirem-se a si mesmas. Dizia que estas classes “[...] compensavam em poder, conhecimentos e, por vezes, pretensões o que lhes faltava em número.” (1888, p. 28). E, mais adiante, afirmou que o que estas classes tinham em comum no século XIX “[...] era a qualidade negativa de não serem nem aristocratas nem operários, e se sentirem mal em suas próprias peles.” (p. 33).

A leitura que Walter Benjamin, na condição de tradutor, protagonizou do poeta francês Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867), potencializou a

movimentação de representações outras, acerca de Pires de Godoy. Conheci através da sua leitura a figura do “flâneur”, sujeito que faz da rua, sua casa e

“[...] que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente” (BENJAMIN, 1889, p. 35).

Benjamin referiu-se ao *flâneur* na íntima relação com a grande cidade, especificamente a Paris do Segundo Império (1852-1870), a Paris das galerias, “nova descoberta do luxo industrial”, local dos mais elegantes estabelecimentos comerciais. Era por esse ambiente que, segundo ele, Baudelaire flanava, sendo associado, muitas vezes, por outros, à figura do “ocioso”. O comportamento de Pires de Godoy – também chamado de “Diógenes de Monturo” (TURATTO, 1959, p. 61)²³ –, como alguém que tinha prazer em vagar pela cidade²⁴, não apenas em busca de informações (mercadorias) para o seu almanaque, guardava relações com aquele do *flâneur* francês, o qual transitava por formas de vida diferentes; uma delas, não articulada diretamente ao capitalismo. Contanto Amparo não fosse Paris – embora por vezes parecesse uma “capital em miniatura” (GODOY, 1908) – e nela não se encontrassem as galerias, a partir do último quarto do século XIX, sobretudo com a chegada da locomotiva em 1875, constituir-se-á na “cidade do capital” (LEFEBVRE, 2001). A cidade do desenvolvimento técnico, herdeiro das transformações produtivas decorrentes da Revolução Industrial na Europa Ocidental (Inglaterra, França e Alemanha) e que eram importadas em meio aos

²³ Referência ao filósofo grego “Diógenes de Sínope”, que teria vivido em Atenas entre os séculos V e IV a.C, vagando pelas suas ruas *armado* de uma espécie de lamparina que dizia utilizar-se na sua procura por “um homem justo”. Conhecido também por habitar dentro de um barril, em plena cidade.

²⁴ Lembro de que Jorge Pires seria lembrado, em descrições datadas daquele contexto, pelo seu hábito de permanecer por longos momentos e com frequência, sentado nos bancos do Jardim Público, a se distrair com a natureza, ouvir as bandas musicais aos domingos, observar as brincadeiras das crianças.

entusiasmos da modernidade, na “valorização positiva da novidade” (LÖWY, 1992, p. 119). Não escapou incólume nosso editor de almanaques ao fascínio desta modernidade, sobretudo moldada culturalmente por representações francesas – e, no caso da arquitetura, de acordo com o trabalho do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima (1998), por representações portuguesas. E nem tampouco o seu Almanach.

Visões das edificações ora tombadas pulularam, amalgamadas às racionalidades e sensibilidades modernas, ao longo da publicação de Jorge Pires. Através dos Almanachs, flagrei leituras de uma cidade que começava a estabelecer com aquelas edificações – exceção talvez, da Matriz Nova e da Igreja do Rosário, concluídas uma em 1871 e a outra por volta de 1838 – uma relação nova, pois que estavam sendo apresentadas uma à outra a partir do último quartel do século XIX. E quase um século depois, seriam estas mesmas edificações lembradas a compor uma listagem de objetos dignos de serem chamados patrimônios de Amparo. Convido o leitor a acompanhar este percurso tortuoso, mas instigante, pela cidade e suas construções. Através dos Almanachs do “conhecido e velho homem das letras”, “exímio poeta” e “inteligente jornalista” – como o qualificaram seus colegas de ofício – Jorge Pires de Godoy. Se o seu nome hoje intitula apenas uma pequena praça; se rua nenhuma recebeu esse substantivo, talvez seja uma oportunidade de conhecer o que ele fez “por amor à cidade”, num termo resignificado à obra do historiador francês Jacques Le Goff.

1.2.1 Relações da cidade com as construções patrimoniais

Nada pareceu movimentar tanto as mentalidades e sensibilidades modernas quanto as construções arquitetônicas – e destaco as de caráter público – orientadas por um gosto artístico específico, estrangeiro, traduzido numa certa identidade na configuração de suas linhas. O professor e hoje historiador da Prefeitura Municipal de Amparo, Roberto Pastana Teixeira Lima, num extenso trabalho de revisão historiográfica, originado a partir de sua tese de doutoramento,

afirmou o gosto pelo clássico, de herança greco-romana, como prevalecente nas preocupações entre os órgãos oficiais no sentido de melhorar a cidade, torná-la “formosa”, antes de receber os trilhos da Mogiana. O historiador fazia esta leitura a partir da análise da rigidez com que, percebeu, foram aplicados os “Códigos de Posturas” em Amparo. No seu entendimento, a espera pelo progresso e pelo estrangeiro, consubstanciados na chegada da estrada de ferro, teria mobilizado um plano *a priori* para o desenvolvimento racional e uniforme da cidade

Racional na medida em que impunha um projeto a ser seguido, determinando o traçado da cidade do futuro. Uniformizador, pois envolvia uma transformação arquitetural que, além de ser modernizadora no que concerne às formas, à acentuação do gosto por uma linguagem específica e ainda uma extensão e complemento da trama urbana. (1998, p. 104).

Importante afirmar que direcionamos – eu e o professor Lima – nossos olhares em direções distintas e nos orientamos a partir de experiências outras. O foco do presente trabalho é dirigido, fundamentalmente, à *recepção* destes sinais arquitetônicos, do que, propriamente, à sua *emissão* na cidade, como parece ser o caso do trabalho do professor Lima. Ou, de outra maneira, enquanto o professor, naquele trabalho, direcionou-se, prevalecentemente, a compor uma narrativa sobre o projeto racional e oficial de implantar um estilo classicizante ao traçado arquitetônico das construções de Amparo, coloco-me, neste trabalho, na tentativa de capturar como estas mesmas construções foram, por um processo racional e *sensível*, visualizadas culturalmente por aqueles que estavam na cidade, inclusive pelos próprios órgãos oficiais. Por isso, aceito seu argumento de que a modernidade tenha sido constituída na cidade antes mesmo da chegada da ferrovia e que, já na década de 1870, tenha havido um contraste mais nítido entre o antigo e o novo na arquitetura. Insisto, apenas, trabalhando com a recepção desta arquitetura na ótica dos almanaques, na tentativa de expandir esta imagem para uma polissemia de imagens. Não apenas racionais, mas sensíveis, não apenas individuais, mas coletivas, não apenas provocadora de encantamentos, mas de desencantamentos e, principalmente, estando arraigada às categorias de

tempo e espaço. Portanto, indissociáveis da ideia de progresso e de modernidade capitalista que estão sendo engendradas no período. Mesmo a noção de beleza estava sendo gestada historicamente.

No seu almanaque de estreia, Jorge Pires de Godoy convidou o já referenciado lavrador e político, Francisco Antonio de Araujo, a colaborar com um artigo no Almanach. Entre a sua releitura das origens da cidade, inspirada na conhecida pesquisa de Bernardino de Campos, Araújo viria a reforçar o argumento do progresso de Amparo, na observação do grande número de máquinas a vapor – da oficina Mac-Hardy & Comp. – para beneficiamento do café, existentes na cidade, cujo “[...] efeito economico é multiplicar o trabalho, aperfeiçoa-lo, e torna-lo mais productivo.” (GODOY, 1888, p. 131). Envolto neste espírito, foram de sua autoria as palavras, citadas no início desta narrativa, de que Amparo era ainda uma cidade em construção, mas de um futuro “ridente” e “cheio de esperanças”.

De dia a dia ella cresce e se alastra, aformoseando-se. Os *antigos* casebres dos fins do século passado vão sendo demolidos para dar lugar à construção de prédios elegantes e confortáveis. (p. 133, destaque próprio).

Aos velhos casebres sobrepunham-se, rapidamente, outros novos, que, num instante, na “tempestade chamada progresso” (BENJAMIN, 1994, p. 226), tornar-se-iam também velhos. Não faltou quem expressasse, no mesmo Almanach, a sensação de a cidade estar atrasada em relação às obras públicas, por só haver em Amparo o prédio do Mercado e o da Cadeia e Câmara. Este último, em construção, segundo as regras da “arte, sólida, sem um defeito”, acrescentaria Araújo. Através da sua escrita, também flagrei imagens do “bello” edifício da “nova” Igreja Matriz e do “bom” edifício destinado ao tratamento dos “variolosos”, construídos ambos, à custa dos amparenses, que, “confiando nos seus próprios recursos, dispens[ou] [...] a interferência do governo na realização dos melhoramentos de que necessita[va]” (GODOY, 1888, p. 135).

Para o próximo almanaque, Jorge Pires de Godoy acrescentaria às estatísticas do município, o número de prédios construídos: um mil, na extensão

dos sete largos, doze ruas e doze travessas da cidade. Os edifícios, somente os melhores, foram, novamente, objeto do desejo primeiro do autor dos almanaques, no sentido de capturar, pela lente da objetiva, uma seleção deles para figurar na sua publicação. Mas, somente se os seus “conterrâneos” comprassem os Almanachs! Perseguiria nesta expectativa de imprimir ao papel uma imagem visual da cidade, através das suas edificações, por longos quatro anos. “Em empresas desta ordem”, o lucro apresentava-se sempre incerto e problemático (1890, p. 3). Na ausência do que entendia ser uma imagem real, Jorge Pires fez da linguagem escrita uma tentativa de aproximação do leitor – aqui mais o estrangeiro, pois que ao autóctone essa experiência visual era disponível – em relação à imagem das construções.

Difícil afirmar que Jorge Pires concordasse com todas as opiniões emitidas pelos almanaques, principalmente quando vindas da pena do monarquista Francisco Antonio de Araujo. Jorge Pires, homem das letras, tinha orientação liberal-republicana – foi inclusive *adotado* por Francisco D’Assis Santos Prado. Todavia no que se referia ao progresso material da cidade, penso que partilharam ambos, *neste momento*, de um mesmo encantamento pelo moderno.

Araújo nos faria saber da construção do “magestoso” edifício – de onde se tinha uma vista “magnífica” da cidade – a que se deu o nome de “Hospital Anna Cintra”,

“[...] nome que representa o conjunto de todas as virtudes christãs. [...] Como templo da caridade, é destinado a receber os infelizes que vaga[m] pelas praias da indigência e [...] morrem privados dos recursos da medicina, e do balsamo salutifero da religião” (1890, p. 87).

Os pressupostos da higiene aparecem aqui relacionados à ideia de moralidade. E o espaço público configura-se como lugar da regeneração coletiva. No seu trabalho sobre as casas de cômodo e cortiços do Rio de Janeiro oitocentista, o professor do Departamento de História da UNICAMP, Sidney Chalhoub, trouxe subsídios a esta reflexão, ao afirmar que na mentalidade da elite

política e dos governantes a respeito – no seu caso – da saúde pública no Rio de Janeiro do século XIX, era possível distinguir duas ideias fundamentais: primeiro a de que existia um caminho rumo à civilização que passando por um aperfeiçoamento moral e material tornava-se alcançável por todo o povo; e segundo a de que um dos “requisitos” para o desenvolvimento de uma Nação passava pela solução de problemas de higiene pública. Configurava-se, assim, no argumento de Chalhoub, os pressupostos da higiene como uma ideologia

[...], ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização (1996, p. 35).²⁵

Apesar de se afirmar no “Almanach” que Amparo não era um município insalubre, por não haver lá moléstias endêmicas, o próprio heterônimo de Jorge Pires, Pachola, com ironia, irá dizer que a “hospitalidade” dos amparenses para com essas doenças era “boa”, pois estes davam lixo, “águas servidas”, ar viciado e muita falta de higiene às doenças, especificamente referindo-se à febre amarela. (1892, p. 54). Havia focos de infecção na cidade devido aos moradores depositarem lixo dentro da cidade e conservarem charcos nas imediações do povoado. No mesmo ano (1892), a Intendência contratou o médico natural da Paraíba, Francisco de Assis Vasco de Toledo (1866-1949), recém formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que ao lado do Delegado de Higiene local, Remígio Guimarães, atuaria no sentido de erradicar a ameaça importada da febre amarela, através da fiscalização da destinação dos dejetos das casas, da sugestão de arborização da cidade e de consertos no Lazareto, local já

²⁵ Falando sobre as origens da habitação social no Brasil, o professor do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Nabil Georges Bonduki chegou à mesma argumentação, mas para afirmar o surgimento de uma legislação urbanística, de planos de saneamento básico e estratégias de controle sanitário, que estariam na origem da intervenção estatal no controle da produção do espaço urbano e de habitação. A referência completa ao livro, originado de sua tese de doutorado, encontra-se na bibliografia.

especialmente distante do núcleo da cidade. (CAMARGO, 1969, p. 56-57). No ano seguinte (1893), a Câmara chamava um edital para lançar concorrentes ao serviço de água e rede de esgotos, finalmente contratando Joaquim Inácio de Camargo para o trabalho de remoção do lixo e águas servidas, duas vezes por semana. (CAMARGO, 1969, p. 189).

Neste contexto, a própria presença do Hospital Anna Cintra terá representado o esperado bálsamo aos corpos. Recebido com muito entusiasmo – na pena de Francisco Antonio de Araújo – quando da sua inauguração em 20 de março de 1890. Na crônica, ainda haveria espaço para a lembrança daquele que personificou a caridade, pois, sem alarde e sem barulho, custeou toda a construção do Hospital, apenas solicitando que o edifício homenageasse a sua falecida esposa, Anna: o senhor Joaquim Pinto de Araújo Cintra, agora terceiro Barão de Campinas e também “pai dos pobres”, responsável por esgotar as coroas de flores da cidade quando da sua morte, em janeiro de 1894. E que se colocou prontamente a realizar, igualmente, os serviços de encanamento de água e rede de esgoto. “[...] Mas a inveja dos mandões da aldeia, o ciúme dos potentados, embaraçaram a execução do projeto por elle formulado no interesse da população desta cidade” (1890, p. 93).

Se o Hospital Anna Cintra era o bálsamo dos corpos, o Theatro João Caetano configurou-se como o bálsamo dos espíritos. Inaugurado festivamente no mesmo dia do hospital, tinha na parede do seu salão de honra o retrato pintado a óleo sobre tela por José Ferraz de Almeida Junior (1850-1899), em homenagem ao filho mais velho do Barão de Campinas, José Pinto do Carmo Cintra (1853-1908), responsável financeiro pela sua construção, na condição de particular. Sobre o edifício do teatro, Araújo qualificou-o como “um dos melhores do Estado”, pela “arquitetura simples e elegante, pelo aspecto belíssimo e pela harmonia de suas linhas”. Inspirado no modelo do Teatro Guarani, da cidade de Santos, seu engenheiro, Manuel Ferreira Garcia Redondo (1854-1916), um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (1897) e professor da primeira geração da Escola Politécnica de São Paulo – criação do governo de Bernardino

de Campos – havia dado uma “feição moderna” ao edifício, atendendo aos preceitos de arte e às exigências do clima²⁶ (1890, p. 89). Gostaria de deter-me, por mais algum tempo, na recepção deste teatro.

No “Almanach para 1893”, pelo olhar do pseudônimo Pachola, recebemos suas primeiras notícias. Poucos espetáculos promoveu em 1892. Pachola encontrava algum alento no fato de o espaço servir, ao menos, como ponto de reunião. Não se negava a dizer a verdade, “[...] mas o certo é que os amparenses preferem o circo ao João Caetano.” Guardou, no entanto, a fé, no sentido bíblico – como a certeza daquilo que se espera e a convicção do que não se vê – de que seria apenas “questão de tempo...” (1892, p. 54). Afinal, a Amparo “[...] enlucada, acostumada aos salões, ostentando a elegancia dos seus edificios modernos, a adiantar-se prodigiosamente para alem do rio”; a Amparo de “ruas abertas da noite para o dia, aqui, alli, acolá para os lados do Jardim, da Estação, do Hospital e da Cadeia” fora outrora uma cidade “acanhada e caipira”, encostada numa colina, hoje Bairro Alto. (1892, p. 54).

Ao menos no ano seguinte, sua fé seria confirmada. Alegrou-se em dizer que o João Caetano esteve esplêndido, tendo recebido companhias de vários gêneros a satisfazer o “paladar artístico” dos amparenses. Mas, nos próximos quatro Almanachs, comunicou, com o pesar de um falecimento, que o João Caetano esteve “frio, sorumbático e sem animação o ano todo”, em 1894, 1896, 1902 e 1903. Em 1905 omitiria esta informação em nome dos outros divertimentos consumíveis da cidade, mais velozes e breves, próprios à modernidade capitalista: as partidas de *football*, organizadas por duas ou três associações – destacando-se a *Athletica Amparense* – e o exercício da patinação, no *Rink Amparense*. Em 1907 anunciou o fechamento do *Rink* e lamentou a falta de entusiasmo do *football*. “Tudo acaba”, menos os bailes que “crescem assustadoramente”. Já afirmei que era este um ambiente bastante frequentado por Jorge Pires de Godoy, que, inclusive, presidiu uma associação de terpsicore.

²⁶ Será chamado de “abafado” pouco depois, em outras vozes. E “acanhado” diante da elegância da construção, pelo próprio Jorge Pires, apesar da sua capacidade para seiscentos espectadores.

Lembro-me, agora, das palavras escritas pela professora e orientadora Maria Carolina Bovério Galzerani, leitora de Walter Benjamin e de Peter Gay, no seu trabalho com os *Almanaks* campineiros. Dizia que estes novos espaços públicos, a despeito de sua conotação “pública”, constituíam-se em espaços privilegiados para “alguns” – entre os quais, os editores de almanaques – onde estava em curso, “[...] o engendramento de um processo dramático de transformação de hábitos cotidianos, convicções, modos de percepção intimamente articulados ao avanço do sistema capitalista” (GALZERANI, 1998, p. 124-125). Isso me conduziu a um segundo argumento, sobre a relação – inclusive estética – travada com as construções arquitetônicas. No ano do *quase* incêndio do Theatro João Caetano (1908), num contexto local de crise pela queda dos preços do café e a conseqüente dificuldade de manutenção da lavoura, Pachola informava que o cinematógrafo fora colocado dentro do teatro, o que provocou seu grande movimento no ano. No que parece ser uma informação secundária na sua crônica, Pachola acreditava ser o cinematógrafo o único atrativo capaz de concorrer com o circo, “pela questão dos preços”. O cinematógrafo somente tornou-se acessível a um público menos homogêneo quando seu uso social, como atração cultural consumível, comparou-se ao do espetáculo circense. Retomarei, especialmente, este argumento sobre o Theatro João Caetano como parte da argumentação do segundo capítulo, quando pretendo falar das imagens ambivalentes desses mesmos patrimônios no contexto do seu tombamento, em meados da década de 1980. Apenas gostaria de adiantar ao leitor o quanto estas imagens, ainda que ambivalentes – podendo aqui ser entendidas também como dialéticas, nas pegadas de Walter Benjamin –, foram permeadas pela historicidade dos sujeitos que a elaboraram.

A estação ferroviária de Amparo, construída pouco antes da chegada da Mogiana, para abrigar os passageiros e as cargas em constante trânsito pelos seus trilhos, foi visualizada pelo Almanach como um dos mais fortes argumentos do progresso da cidade e acionada, na prática e muitas vezes, como uma *cartada final*, na metáfora própria da jogatina nas casas de tavolagem da cidade. Quem

ousasse duvidar do progresso de Amparo, que comparasse o número de bilhetes vendidos por outras estações! O argumento, já referenciado, que chegou a colocar Amparo como o segundo município da província, poderia ser avalizado pelas remessas do correio vindas para a cidade²⁷, como pelos relatórios anuais emitidos e apresentados pelos acionistas da Companhia Mogiana, que atestavam a quantidade de bilhetes de passageiros vendidos *nas* e *para* suas estações no período ou os números advindos da exportação do café. E seria justamente o escoamento desta produção, o motivo primeiro do surgimento de falas dissonantes sobre aquele prédio da estação, hoje compreendido na categoria patrimonial.

Logo no segundo almanaque, na pena, novamente, do seu colaborador, Francisco Antonio de Araujo, os diretores da Companhia Mogiana foram criticados por permanecerem inertes aos problemas do município – e, especificamente neste caso –, por não possibilitarem meios para o escoamento, em quantidade, de cargas de café, vindas dos “bairros” (povoados próximos à cidade que se tornaram hoje, cidades e distritos) para a estação. A Companhia havia colocado uma linha de bondes que se mostrou insuficiente para transportar a quantidade de sacas de café produzidas, as quais acabavam sendo levadas em tropas terrestres. As que ficavam na estação aguardavam – amontoadas – o dia em que, através de uma escala, pudessem ser escoadas pelos trilhos. Em épocas de chuva, a produção perdia-se ou chegava deteriorada ao seu destino final. Segundo Jorge Pires de Godoy, foram as pressões do Almanach e de outros órgãos da imprensa que mobilizaram os acionistas da Companhia a construir o armazém anexo ao prédio da estação. Mas permaneceriam, autor e colaborador, ressentidos com aqueles que prejudicavam o progresso da cidade. No ano seguinte, Francisco Antonio de Araujo tomaria a pena outra vez num arroubo contra a própria edificação:

²⁷ De tal monta que, num certo momento, a agência funcionou doze horas por dia, das 6:30 às 18:30!

A estação desta cidade é uma cousa ridicula, e que não está em relação com a importancia deste municipio; apesar dos remendos que se tem feito, é um edificio cheio de senões, e sem as accomodações necessarias para os passageiros. Não se encontra ali uma sala reservada para famílias; a que existe está transformada em depósito de cargas; as senhoras que procuram a estação ou hão de estar de pé, ou assentadas na plata-forma no meio de carroceiros e gente de toda espécie. Ora isso é simplesmente horroroso (1891, p. 65).

Ainda na mesma página, dirá que o [...] bom gosto preside a todas as edificações. Certamente não incluía nesta generalização o prédio da estação. Poderia estar pensando no prédio do Paço Municipal e Cadeia, “edificio elegantissimo e um dos melhores que conhecemos no Estado” (GODOY, 1892, p. 3). Na Matriz de “architectura simples e elegante e de estylo gothico” (1894, p. 20). Ou no “bellissimo edifico” de “construcção elegantíssima”, o Hospital Anna Cintra. No também “elegante”, porém “acanhado” Theatro João Caetano. Talvez no “magestoso”, mas mal localizado edificio do primeiro Grupo Escolar. No ainda não concluído, mas “bello edificio” do Gremio Portuguez de Beneficência. Belo porque vai ser levantado para um fim “nobilíssimo e altamente humanitário”, mas belo também pelo “aspecto majestoso, excelente colocação e primorosa arquitetura” (1900, p. 7-8). Todos poderiam ter passeado por suas vistas, menos o prédio da estação. Aquele precisava nascer de novo. Não se harmonizava com seus pares na cidade, nem emanava o progresso que dele se esperava. A Mogiana já tivera edificios melhores.

Urge que a Camara e o illustre Inspector da Mogyana cheguem agora a um acordo para a reconstrucção da actual Estação cujas acanhadas proporções não corresponde ao progressivo desenvolvimento das rendas do ramal, nem ao crescente progresso da cidade. [...] Cremos que o prédio da nova estação virá brevemente embellesar mais aquella praça (1908, p. 148).

Avisto, já ao final deste primeiro movimento, a imagem de um Jorge Pires de Godoy ansioso por compartilhar o orgulho que sente do progresso e da beleza da sua cidade. Percepções e emoções que foram, senão constituídas, ao menos sustentadas na relação com o outro. A figura do estrangeiro, do diferente,

daquele que vem de fora para a cidade, neste sentido, seria fundamental para a sua particular apreciação. Em 1891, solicitou a uma mulher, Adelaide de Brito, vinda recentemente da capital para morar em Amparo, que revelasse suas primeiras impressões relativas a Amparo. Lembrou esta senhora, das matas – “verde-escuras” – num relato entrecruzado por informações que recebera quando já na cidade, mas que não prevaleceram, necessariamente, sobre suas primeiras impressões: “São magníficos, lindos os edifícios construídos e alinhados em ruas largas, abauladas e limpas, notando-se em quasi todos os edifícios o que há de bom gosto moderno. [...] É uma cidade attraenthe” (1891, p. 84). Referiu-se ao Hospital Anna Cintra, à Cadeia, ao Teatro e ainda, ao “bom edifício” do Mercado que, dezoito anos depois, já não estaria mais em acordo com o “progresso e desenvolvimento de Amparo, sendo recomendado à “reconstrução” (GODOY, 1908, p. 149).

Quando, em 1894, mesmo queixando-se da falta de aceitação do seu almanaque, tornou-se possível a Jorge Pires compartilhar neste, as primeiras representações visuais da cidade, através dos clichês fornecidos por Maximino Riberi; seriam, prevalecentemente, as edificações – e mais, os hoje tombados patrimônios históricos de Amparo – o objeto da sua primeira *seleção* da cidade. Optaria por gravar no papel, as imagens do, então, “Paço Municipal”, edifício público notável; da Igreja Matriz, de arquitetura simples, mas elegante; do Hospital Anna Cintra, construção elegantíssima; do Teatro João Caetano e do prédio da Estação Mogiana. Além do Jardim Público e de um trecho da Rua 15 de novembro, tendo ao fundo, a Igreja do Rosário. Ainda repetiria esta atitude em almanaques subsequentes, a cada vez com uma nova seleção, onde chegaram a figurar as gravuras do primeiro e segundo Grupos Escolares, respectivamente, “Luiz Leite” e “Rangel Pestana” – este último, ainda alocado em prédio que não corresponde ao atual.

Jorge Pires amava Amparo. Se pudesse, escolheria morrer nela. De preferência, debaixo das árvores do Jardim Público (1900, p. 185), espaço que frequentava pontualmente e que lamentava por andar quase sempre “às moscas”.

Insinuava que a população tinha aversão àquele lugar. Talvez porque fora construído em cima do antigo cemitério público. Talvez porque ali a morte parecesse mais companheira. E nem os peixes do novo tanque aquático conseguiam dar vida ao lugar. Num último brado, exclamou: “nossa idéia de civilização é um fingimento”. Nas entrelinhas, permanecia o incômodo de Jorge Pires de Godoy por seu almanaque não ser consumido, mesmo sendo um “produto” por ele considerado “barato”.

O balanço da primeira publicação era de que seu autor fora “pouco feliz”, justamente pelo fato de somente conseguir “passar” metade da edição²⁸. Pedia para que seus “conterrâneos” se esforçassem por corresponder ao seu trabalho de “tornar conhecido os recursos, a riqueza e o maravilhoso progresso do abençoado torrão amparense”. A vendagem da segunda publicação não teve êxito na cidade, sendo melhor efetivada nas regiões circunvizinhas. Declarou, na terceira edição, querer “habituar seus conterrâneos” à leitura deste tipo de publicação, acrescento, educar os hábitos desta população de modo a neles incluir a leitura dos Almanachs. Não sem propósito, seus almanaques configuraram-se como um instrumento educativo dos sentidos, através de orientações que iam desde a metodologia no preparo de alimentos, a eliminação de moscas e a higiene dentária, até as orientações sobre como “manusear” a “cera mole” da alma de uma criança e como cultivar o sadio hábito de conversar. Educava também seu leitor a “amar a terra que lhe era berço”. A imagem da cidade-patrimônio volta a ser construída, desta vez, traduzida pela alegoria do nascimento. Amparo é a terra que o criara, que o abrigara, que o alimentara. Lugar da sua infância e das suas origens, do seu contato primeiro com o mundo e com as pessoas, lugar de memórias. Lugar de decepções. Como um filho, adotado pela cidade, Jorge Pires se “volta com amor para sua terra” e toma para si

²⁸ No almanaque para o ano de 1893, Jorge Pires declara, pela primeira vez, a tiragem da sua publicação: trezentos exemplares. Dez anos depois, no almanaque para 1903, diz ter elevado a tiragem da sua atual publicação de quinhentos para mil exemplares dos quais, no almanaque subsequente, vendera apenas cento e vinte e dois no município, cento e trinta nas localidades vizinhas e cento e quarenta nas localidades servidas pela Companhia Mogiana.

seus interesses, os quais, entende, sejam o de fazê-la desenvolver e prosperar. Em 1892, demonstrou um ligeiro entusiasmo pelo fato da edição anterior, a terceira (1891), ter sido esgotada em menos de quinze dias²⁹. Porém, depois disso, afirmou que a população trocou o almanaque, novamente, por “futilidades”. Até os bailes que Godoy admirava, deixaram-lhe indignado, pois segundo ele, os amparenses consideravam-nos, como produtos culturais consumíveis, mais “úteis” que seus almanaques. Em revolta, comparou Amparo a um “Palácio de Fantasmagorias” e insatisfeito com os amparenses do seu tempo, chegou a lamentar o fato de o “modernismo” ter invadido até mesmo o carnaval, tirando de cena a “laranginha”³⁰ e substituído-a pelos “confetis”.

Flagro Jorge Pires em 1918, no seu último almanaque: ambivalentemente, “um velho rabugento” que dá vivas à rapaziada alegre e divertida que se entrega aos bailes e não à hipocondria. (1918, p. 333). Um velho de cinquenta e seis anos que tardiamente desposara e logo se tornara viúvo da poetisa Maria do Carmo Sene de Andrade (1859-1915). Um velho ressentido com o progresso que o entusiasmou e de quem fora um divulgador... A modernidade fora longe demais. Como parte do projeto urbano de alinhamento da cidade, diversos prédios *velhos* da Rua 13 de Maio tiveram que ser demolidos, dando um *novo* alinhamento para as *novas* casas. A casa de número quarenta e três, sua casa, outrora escola, orfanato e redação, estava do lado da rua que sofreria a redefinição. O final, deixo para ele mesmo dizer.

O resultado do **embellesamento** é que as paredes das casas não demolidas tem servido para mictórios públicos. Eis a hygiene e o **embellesamento** que conseguiram obter com a demolição dos prédios que **desmanchavam** a esthetica da rua 13!! (p. 336, grifo do autor).

²⁹ No entanto, Jorge Pires não explicita os motivos que especulara tivessem sido causadores deste sucesso em vendas.

³⁰ Recipientes feitos com cera, onde se armazenava água perfuma para atirar nos transeuntes mais desavisados.

Como no caso do Hotel Francano, sinto que a modernidade colocou abaixo algo mais do que tijolos. No meio dos escombros, por descuidos do progresso, quedara um órfão.

2. CENTELHAS DE IMAGENS NUMA DÉCADA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

Neste segundo movimento, tenho por objetivo estabelecer uma relação com os sujeitos historicamente situados nos anos finais do século XX, procurando produzir imagens de um passado que já não é, mas que relampeja aqui e ali, em fragmentos. Passado que não está cristalizado num tempo vazio, a ser preenchido por uma imagem contínua e linear, única e eterna. Passado fugaz, difícil de capturar na sua integralidade, difícil de estancar para ser interrogado acerca de seus significados historicamente datados. Aprendo esta perspectiva analítica a partir dos significados construídos no diálogo com escritos do filósofo berlinense Walter Benjamin e, sobretudo, com as teses “Sobre o conceito da História”, as quais, segundo tenho notícias, não foram escritas com pretensões à publicação, justamente por temer, o autor, interpretações equivocadas. Ouso, contudo, tal diálogo com este texto, cuidando de relacioná-lo com os outros escritos do mesmo autor e em seus devidos contextos, trazendo, igualmente, as contribuições advindas das construções coletivas de conhecimento nas atividades do grupo de pesquisa “Memória, História e Educação” e da orientação de uma professora experimentada nestes caminhos. A ousadia também se justificou por acreditar que as *mônadas* benjaminianas são capazes de inspirar-me a produção de conhecimentos na trajetória da pesquisa. Possibilitam um estudo comprometido com a focalização de pessoas mais inteiras no ato narrativo, pessoas com suas racionalidades e sensibilidades. Um estudo que dialogue com as experiências vividas de quem escreve, com as perguntas que o inquietam e com os desejos que o conduzem, sem esconder-se atrás da condição de *pesquisador*, porém reconhecendo, também, a condição própria de sujeito da produção de conhecimentos historiográfico-educacionais.

A partir dos primeiros anos da década de 1980, em Amparo, localizei concepções das edificações, chamadas hoje, patrimoniais. Concepções, tanto reveladas quanto escondidas que estabeleceram relações diversas com as

concepções já flagradas, existentes no século XIX e início do século XX na mesma urbe. Em comum, além de se tratarem, prevalecentemente, das mesmas construções, pesou o fato de que ambas as concepções foram expressas pela linguagem, seja aquela dos almanaques – dos anos finais daquele período e iniciais do século vindouro –, seja a dos depoimentos – orais e escritos – presentes em jornais e solicitações de preservação do patrimônio, elaborados em meados da década de 1980. Para compreender tal documentação, mergulhei no universo da linguagem, historicamente datada, enfocando, sobretudo, suas ambivalências. Já não saberei discernir o lugar de cada contribuição teórico-metodológica, mas afirmo que há inspirações entrecruzadas dos estudos no campo da Psicologia, realizados por Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934) e no campo da linguagem, pelo seu compatriota russo, Mikhail Bakhtin (1895-1975); além do já referenciado filósofo Walter Benjamin (1892-1940).

À guisa de conclusão deste prefácio, flagro um segundo momento do patrimônio na década de 1980, mas não em toda ela, senão nos cinco primeiros anos que precederam à formalização de um pedido para o tombamento, protocolado junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), em novembro de 1985. Tal pedido refere-se a um conjunto urbano da região central, composto por 23 edificações que teriam representado, em tese, para toda uma coletividade, aquilo que se convencionou chamar de “o patrimônio histórico de Amparo”. Buscando manter a coerência dos argumentos defendidos, prossigo na narrativa, articulando pressupostos epistemológicos à pesquisa empírica.

2.1 O (s) retorno (s) à cidade de Amparo

Na parábola bíblica da tradição cristã neotestamentária, Jesus conta, em meio a seus discípulos, cobradores de impostos e pessoas de má fama da Jerusalém do primeiro século, a história de um filho pródigo, o mais moço de dois irmãos, que, após conhecer outras terras e ter nelas gasto todos os bens que lhe

havia sido dados por direito, é assaltado pela fome e na angústia decide retornar – arrependido – para a fartura e o conforto das terras de seu pai. Esse, sem pestanejar, recebe o filho regresso e manda fazer um banquete, regado a músicas e danças, para comemorar a volta do que “estava morto, mas reviveu; estava perdido, mas foi achado” (LUCAS 15, 32). Na ressignificação da narrativa, encontro uma imagem de mim mesmo. Sou eu o filho pródigo, sem me comportar como um pródigo; aquele que na juventude dos seus anos deixa o que lhe parecia mais seguro para viver o inesperado, no meu caso, sem desejar o inesperado. Instado a conhecer outras terras, igualmente distantes, sente fome. No entanto, não é, particularmente, a fome do alimento sólido que sinto, senão aquela despertada pelas lembranças. Na angústia, o pródigo regressa ao lugar do seu patrimônio. No meu retorno, entretanto, a cidade não me recebeu como esperava.

Na tentativa de estabelecer argumentos racionais que aplacassem a incômoda sensação, ponderei que esta poderia estar relacionada a outro pensamento próprio, desta vez, de que não conheci a ideia de um único e cortejado retorno à Amparo, senão de recorrentes *retornos*. Assaltado pela possibilidade de que não houvesse um próximo, lembro-me do gesto de tentar reproduzir, a cada breve estadia, todas as movimentações da minha infância nos espaços da cidade. Paulatinamente, porém, senti em cada novo retorno, a cidade mais distanciada das minhas experiências e, talvez por este motivo, tenha tentado refazer minhas marcas da infância vivida nela. Meus olhos ainda não perseguiram as edificações tombadas como patrimônios da cidade – creio que nem conhecia, inclusive, tal denominação. Meus olhos perseguiram as pessoas. Por isso o contentamento, quando, supondo algumas delas perdidas, flagrava-as nas minhas andanças, emolduradas pelas esquadrias das janelas e portas, nos seus afazeres num estabelecimento comercial, cruzando olhares na passagem rápida pela calçada ou no breve aceno através do vidro do carro, em fuga para um ponto distante do alcance do meu olhar. Alegrava-me em apenas observar e saber que todos estavam nos seus lugares, reavivando as cores do harmonioso quadro das

minhas lembranças. Seria esta a última imagem que guardaria da cidade, antes de revê-la, há pouco tempo.

Consegui sustentar apenas duas perguntas do movimento inicial de elaboração da reflexão historiográfica sobre os patrimônios de Amparo. Fundamentalmente, a primeira referiu-se à tentativa de compreender quais os pressupostos racionais e sensíveis estiveram presentes quando da solicitação de tombamento das vinte e três edificações de caráter histórico-patrimonial. A segunda, a qual será explorada, em pormenores, no capítulo seguinte, centrou-se em burilar as relações que os jovens amparenses, na contemporaneidade moderna, estabelecem com o mesmo selecionado de edificações patrimoniais.

Neste segundo capítulo, não pude escapar e não houve o que ou quem enfraquecesse a pergunta das *origens*. Sustentada por anos de formação escolar numa dada concepção de História, fortalecida por uma tendência historiográfica prevalecente do Curso de Graduação e alimentada pelas lembranças de um garoto curioso em explorar as profundezas de “mares nunca d’antes navegados”, a necessidade da busca pelas origens prevaleceu – não incólume – durante todo o percurso da pesquisa. Os escritos, entrecruzados às minhas experiências e às impressões na leitura da cidade, tornaram persistente, a cada nova tentativa de reflexão, a ideia de que o conceito de patrimônio, em Amparo, no final do século XX, contou com a participação de um órgão centralizador – reconhecido coletivamente como oficial – ou de organismos a ele vinculados, composto por membros de formação acadêmica e fala autorizada. Estes se acharam incumbidos por si próprios e por seus pares da responsabilidade de salvaguardar a permanência no tempo e espaço de objetos da cultura material da cidade, através de uma *seleção*. Justificada por critérios *técnicos*, predominara a opção por *edificações* de caráter excepcional ou de linhas arquitetônicas inspiradas em modelos chamados clássicos, mediados pela cultura, novamente, de uma elite branca, cristã (católica) e ocidental (européia).

Não se tratou esta, de uma hipótese nova. Aqueles que estudavam a temática do patrimônio histórico no Brasil conheciam tal generalização. Era uma

roupa surrada, mas que ainda vestia bem a historiografia do patrimônio no Brasil. No entanto, para Amparo, esse argumento ainda não havia sido formalizado e pareceu-me aceitável que minha contribuição se desse na colocação de mais um retalho novo àquela vestimenta velha, além de permitir-me aprofundar nas particularidades do processo e, quem sabe, urdir até uma nova trama. Tardaria a reconhecer a possibilidade de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, tese VII, p. 225).

Decidi, inicialmente, caminhar – no sentido literal – pelos espaços da cidade, ora consultando as obras da biblioteca, ora explorando a documentação do Museu, ou, ainda, conversando na redação de um jornal, ou, mesmo informando-me na sede da Prefeitura. Senti-me observado frequentemente nas minhas andanças, talvez por carregar uma mochila excessivamente grande às costas ou por circular em espaços onde um rosto diferente não era esperado. Também não reconheceria muitas fisionomias. E cheguei a me incomodar com isso, como o leitor bem o sabe. A cidade pouco mudara. Porém, meu olhar privilegiou, neste momento, o patrimônio edificado. Como parte de um “Plano de Reabilitação” do chamado “Centro Histórico”, algumas edificações receberam obras de restauração, as quais contribuíram para o colorido das construções, para a tentativa de alegrar o olhar de alguém que esperava ver algo mais. As ruas já não me pareciam tão íngremes, nem tão longo ou demorado o percurso por elas. Assim, percebi que me movimentava mais rapidamente por entre os lugares que perseguia. Não duvidava, mesmo, de quem havia mudado. Lembro-me de ter anotado que deveria manter-me, agora, mais atento aos nomes das ruas, atitude tão desnecessária na minha infância, quando os estabelecimentos públicos e privados faziam, na maior parte das vezes, a função destes referenciais: atrás do [supermercado] Guarani; subindo a rua do [Sanatório] Ismael; descendo a do [Instituto de Educação] Coriolano [Burgos]; na quadra do [Hotel] Ancona; dentro [do parque] da Caixa D’água. Se precisássemos dar maiores esclarecimentos aos nossos pais, bastava citar a proximidade com a residência de algum amigo ou conhecido para lhes permitir a relativa confiança de poderem nos encontrar, em

casos de extrema necessidade. Entendi parte do sentido desta estratégia quando, perdido, precisei reeducar-me ao novo, sobretudo face aos novos estabelecimentos comerciais, no regresso à cidade. Recorrer aos nomes das ruas e aos números das casas fora uma tentativa de, também, reencontrar-me na cidade.

Experimentei, não sem algum temor, a sensação de ver todos os caminhos conduzirem-me ao professor Roberto Pastana Teixeira Lima, o historiador da municipalidade, ou o “doutor”, no dizer daqueles que se consideravam diletantes perto das suas titulações. O nome do professor Lima ou “Liminha”, como constantemente ouviria ser chamado, era sempre indicado para falar com mais propriedade, sobretudo quando o assunto eram os patrimônios de Amparo e quando eu me apresentava como pesquisador, vinculado à academia. Encontrei-o no que parecia ser o seu reduto: a antiga casa, construída no final do século XIX, a qual servira de morada aos chefes da estação da Companhia Mogiana em Amparo. Dois lances de degraus altos de uma escada de madeira levaram-me ao segundo andar da construção, onde um homem grisalho, de costas para mim, examinava, ainda sobre a mesa, um maço de papéis retirados de uma caixa ao lado, até notar minha presença e virar-se para me receber com uma saudação. Lembro-me de ter registrado a impressão de que teria preferido continuar a interrogar os livros e os mortos. Passamos anos aprimorando, pela técnica, a esfera do privado, anos de dedicação ao aperfeiçoamento dos espaços de intimidade, de maneira que, quando nos vemos na necessidade de um contato com o outro, no público – e que não seja mediado por alguma artimanha técnica – sentimo-nos, muitas vezes, completamente acuados e despreparados. (Esse pensamento não tem pretensões de produzir generalizações, mas, certamente, encontrará quem os corrobore).

Talvez, também, eu tenha revestido aquela figura com um manto aurático, que lhe conferiu a autoridade de testemunha singular da história que eu pretendia narrar, o que, a partir de então, estabeleceu as bases do relacionamento, no distanciamento/proximidade semelhante ao culto. O professor pareceu ter

reconhecido minhas dificuldades e logo nos meus primeiros apontamentos da configuração da pesquisa, dispôs-se a falar. Apurei os ouvidos para as primeiras investidas na década dos tombamentos.

O professor contou-me que entre 1986 e 1987, o CONDEPHAAT paulista ratificou o tombamento, em nível estadual, do patrimônio histórico de Amparo e forneceu proteção a uma área envoltória – conhecida pelo termo *entorno* – de trezentos metros de raio, adotando como referência, a própria edificação. Referiu-se também, a um segundo personagem – pois neste momento já sabia que o professor Lima participara do processo –, o professor do Departamento de História da UNICAMP, Jorge Sidney Coli Júnior. Amparense, então conselheiro do CONDEPHAAT, como representante da UNICAMP, regresso há pouco tempo da França, onde havia realizado estudos de Graduação e Pós-Graduação em História da Arte e Arqueologia. Num momento posterior, já no Brasil, o professor Jorge Coli participou de reuniões para a criação de uma associação preservacionista, as quais se desenvolviam nas dependências do Museu Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos” – o que inspirou, posteriormente, o nome de “Grupo do Museu”.

Um dos problemas que o professor Lima, num olhar retrospectivo, acusou como os primeiros para o Grupo de Museu fora o de “como preservar”. Adotaram, então, a estratégia de percorrer a cidade e listar os bens passíveis de serem preservados. Referiu-se, também, o professor Lima, aos professores da UNICAMP, Pedro Paulo Abreu Funari e Marly Rodrigues, os quais foram convidados a vir para Amparo e participar de algumas discussões do grupo. Após o tombamento, o diretor do CONDEPHAAT paulista, naquele momento, o arquiteto Paulo Bastos, segundo tal depoimento, autorizou Jorge Coli a criar institucionalmente, o Grupo do Museu. Naquele mesmo momento foram, também, estabelecidos níveis de preservação – em ordem decrescente de prioridade – representados pelas siglas L1, L2 e L3. Flávio Moraes, de acordo com o professor Lima, foi designado pelo CONDEPHAAT como arquiteto do corpo técnico de Amparo. Nesse ponto, lembro-me de ter interrompido o professor Lima – o que fiz

poucas vezes – para lhe indagar o que considerava uma pergunta fundamental da pesquisa: qual foi a participação, senão de todos os amparenses, ao menos de uma coletividade mais ampla? Sua resposta foi instantânea: não existiu participação popular neste momento! A população estava “do outro lado” do CONDEPHAAT. Acrescento uma informação revelada num momento anterior a presente conversa: dentro da cidade, o Grupo do Museu não fora bem aceito. Os motivos não seriam especificados pelo professor.

Porém, Lima afirmou ter havido a preocupação do grupo em “conscientizar” aquela coletividade local para a importância da preservação: promoveram dois salões fotográficos, com imagens antigas da cidade e elaboraram duas pequenas cartilhas, relacionadas ao seu patrimônio. O restante da conversa – sua maior parte – o professor dedicou a uma exposição detalhada, num ânimo mais exaltado, de querelas políticas, envolvendo os poderes municipais e estaduais constituídos, bem como os desdobramentos da política de tombamento após sua efetivação, entre 1986/1987. Percebi a racionalidade que, até então, vinha conduzindo as suas falas, começar a ser atravessada por uma dimensão que não era somente racional. Optei por não compartilhá-la aqui, em respeito à confiança dispensada a mim naquela conversa e à figura pública do professor. Além disso, minhas perguntas estavam orientadas justamente para os primeiros movimentos relativos à preservação na cidade de Amparo. Acumulara indícios de que foram anos preches de significados e, não por acaso, o desejo pelo concreto do passado esteve arraigado às demandas sociais que o sustentaram no período. Porém, pensando no caráter ambivalente das situações, procurarei manter-me vigilante ao olhar metodológico aprendido com o historiador Peter Gay e expresso na frase que faço de epígrafe ao assunto apresentado a seguir.

2.2 A década de 1980 no contexto europeu e estadunidense

A maioria dos historiadores é partidária da proposição dubiamente crítica de que todo ser humano é uma vítima indefesa da falsa

consciência, um mero seguidor e porta-voz involuntário, porém incurável, de sua classe, de sua fé, de seu tempo. [...] Os adeptos da fé psicanalítica, em particular, são notórios defensores da concepção de que por trás de toda e qualquer ideia, discurso ou ação dos homens há mais do que pode ser percebido pelo olho não treinado. Mas isso não obriga o psicanalista – ou o historiador – a defender a opinião de que as coisas são sempre o contrário do que aparentam ser. Paradoxalmente, elas são a um só tempo o que não parecem e o que parecem ser (GAY, 1988, p.19-20).

Os ensaios – historicamente datados na década de 1990, mas focalizados num olhar retrospectivo – produzidos pelo professor de alemão e crítico literário da Universidade de Colúmbia (Nova Iorque), Andreas Huyssen, apontaram para uma primeira leitura possível acerca da década de 1980. Localizou o autor, desde os anos finais da década de 1970, a emergência de um discurso e de uma política de memórias na Europa, expandidos ao nível global a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989. Os escritos de outra professora, Maria Carolina Bovério Galzerani, em trabalho sobre o lugar das memórias na produção de saberes histórico-escolares, caminharam numa orientação semelhante, no que respeitou a esta afirmação. Leitora de Walter Benjamin, a professora Galzerani flagrou o argumento de Huyssen e ressignificou-o para a elaboração da sua produção escrita, que caminhou na assertiva da relação entre, de um lado, a emergência de um discurso articulado ao conceito de memória e, de outro, um contexto de “crise de utopias”, no limiar da década de 1980.

Diante das incertezas, o passado passa a seduzir muito mais que o futuro, e tal sedução imbrica-se à lógica capitalista dominante, transformando memórias em meros objetos comercializáveis, fetiches para o consumo – pelo menos como tendência cultural prevalecente (2008, p. 226).

Tomando como referencial este olhar e ressignificando-o, também, para esta produção de saberes, percebo na emergência da memória, a reação aos anseios por *sentido*, de uma geração insegura ante a modernidade – capitalista. Historicamente datada a partir dos desdobramentos da industrialização, a modernidade a que me refiro apoiou-se nas grandes conquistas técnicas dos

séculos XIX e XX. Contudo, por ora, permita o leitor que eu me detenha por mais algum tempo, no desejo por memórias, nesta agora, peculiar década de 1980, numa tessitura coletiva com os escritos do professor Andreas Huyssen.

Alemão de Düsseldorf, nascido em 1942, afirmou, numa produção da década de 1990, que um dos fenômenos culturais mais surpreendentes dos anos recentes, era a emergência da memória como uma das preocupações, culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Descrito como uma atitude de privilégio dado ao passado – a partir do presente –, entendia que esse movimento havia contrastado com as expectativas outorgadas ao futuro – a partir também de um presente –, que caracterizaram as primeiras décadas do século XX e que, inclusive, penso ter contribuído com algumas imagens através dos Almanachs, sobretudo os de Jorge Pires de Godoy.

Huyssen percebeu, a partir da década de 1980, um “deslocamento na experiência e na sensibilidade individual e coletiva do tempo – e do espaço” (2001, p. 9): os “futuros presentes” cederam lugar aos “passados presentes”. Esclareceu ao leitor que os discursos de memória não nasceram, propriamente, na cultura ocidental naquele período, sendo anteriores em pelo menos vinte anos. Elaborados no rastro dos novos movimentos sociais, nas suas buscas por histórias alternativas e revisionistas, que trouxessem para mais próximo a tradição dos outros e acompanhados pelo processo histórico de descolonização dos países africanos e asiáticos e pelas declarações recorrentes do *fim*: da história, da obra de arte, das metanarrativas e do sujeito.

O que, segundo o autor, ocorreu nos anos de 1980, fora uma mudança nas relações com os discursos. Eles aceleraram-se. Impulsionados pelo debate cada vez mais amplo – na Europa e nos Estados Unidos – sobre o Holocausto e por eventos a ele relacionados, celebrados de tempos em tempos nas solenidades destinadas à rememoração. Estas efemérides, num termo do próprio autor, tiveram repercussão e intensa midiatização internacional, globalizando o discurso do Holocausto. Um de seus efeitos mais imediatos, para Huyssen, foi manter vivo, em meio às políticas contemporâneas de genocídio em Ruanda (1994), Bósnia

(1995) e Kosovo (1996), o discurso sobre a memória do Holocausto, a servir como fundamentação, inclusive, de políticas intervencionistas de Organizações, como a do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sem, contudo, permitir que aquelas mortes viessem a compor uma mesma pintura com aquelas *do Holocausto*. Num processo temporal mais longo, o Holocausto tornou-se lugar comum dos traumas históricos (metáfora para outras histórias) e falsa memória, por bloquear a percepção de histórias específicas.

Especialmente para as construções historiográfico-educacionais desta pesquisa, flagrei o argumento de Huyssen, da “obsessão cultural pela memória” na década de 1980, externalizada na “musealização do cotidiano” (termo que emprestou do alemão Herman Lübbe); na restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais; na onda da nova arquitetura de museus; na comercialização em massa da nostalgia e na difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte (HYUSSEN, 2001, p. 14). Numa hipótese que traz à baila o correlato da lembrança, o professor apostou que o aumento explosivo da *memória* foi acompanhado pelo aumento, também, exponencial, do *esquecimento*. Não estava certo, apenas, quanto à ordem dos fatores: se o medo do esquecimento disparara o desejo de a tudo lembrar-se ou se o excesso de memória, na cultura saturada de mídia, teria criado uma sobrecarga no próprio sistema de memórias, que, sob o risco de implosão, disparara o esquecimento como mecanismo de defesa.

O escritor turco Orhan Pamuk, no romance “O Museu da Inocência”, publicado este ano no Brasil (Companhia das Letras), provavelmente tenha forjado o fundamento analítico desta sua recente obra a partir do diálogo com as ideias, acima, do amigo, Andreas Huyssen. Nascido em Istambul (1952) e premiado com o Nobel de Literatura (2006), Pamuk narra no referido livro, a paixão do personagem Kemal por Füsün, tão intensa que, num certo momento, o leva a criar um museu – a partir de um brinco dela – com objetos ligados à história dos dois. Numa entrevista ao jornal “Folha de São Paulo”, Pamuk afirmou que através do

seu personagem, Kemal, se põe a pensar no desejo humano de colecionar e em como a musealização do cotidiano se coloca como uma particularidade do mundo ocidental.

Não queremos saber por que colecionamos, mas continuamos a colecionar. Nas civilizações em que as coleções não são valorizadas, as pessoas tem vergonha de colecionar, escondem suas coleções, são chamadas de esquisitas, morrem sozinhas (VICTOR, 2011, p. 6).

Como na história de seu personagem principal, Pamuk defende que o nosso desejo de colecionar está “[...] relacionado a algum trauma, uma ferida espiritual, uma *memória dolorosa*” (destaque próprio).

Remontando ao estudo do contexto – sobretudo cultural – alemão, após a reunificação de três de outubro de 1990, Andreas Huyssen registrou que seu país engajou-se numa “mania de memória”. Memória, por exemplo, feita em pedras nos projetos relacionados, ainda, à temática do Holocausto. O objetivo: a “redenção pela memória”, ensinamento ressignificado a partir de um antigo ditado, de origem judaica. Se eles detonavam, realmente, o movimento de lembrança, Huyssen faria notar suas dúvidas: “as pessoas olhavam cada vez menos para esses monumentos”. Acionou uma frase frequentemente convidada a compor suas narrativas: aquela saída das mãos do escritor austríaco Robert Musil (1880-1942), de que “não havia nada mais invisível que um monumento”. Com isso, afirmava Huyssen que, quanto mais se construiriam monumentos, mais o passado se tornaria invisível e, portanto, mais fácil seria esquecê-lo (2001, p. 44).

Huyssen não conseguira esconder, na materialidade da sua escrita, o que percebo ser um incômodo conceitual, ao observar as pessoas de um país que culturalmente pautara-se, de maneira deliberada, desde a Segunda Grande Guerra, por um anti-monumentalismo, recorrer, agora, sob os auspícios da reunificação, novamente às dimensões monumentais para tratar da comemoração pública do Holocausto. Guardava receios sinceros de que os monumentos em pedra pudessem fazê-las lembrar-se mais. Numa entrevista, concedida a um

programa televisivo (2010), remeteu-se a uma imagem de crianças brincando no centro de Berlim, por entre os blocos do “Memorial aos judeus mortos na Europa”, obra do arquiteto Peter Eisenman.

De qualquer maneira, a obsessão pelo passado, no presente, através da musealização do cotidiano, na década de 1980, como se não houvesse amanhã, constituiu-se num argumento recorrente à minha tessitura discursiva, destinada a produzir imagens de um momento historicamente datado e, principalmente, nas suas relações com o patrimônio. A musealização do cotidiano pareceu responder, com algumas certezas, uma sensação, de certa maneira, generalizada de *insegurança*, provocada por uma modernidade que, na relação com o capitalismo, acelerou corpos, mentes e sensibilidades, ao mesmo tempo em que detonou uma “sedução pela memória”, manifestos, por exemplo, na preservação e comercialização de monumentos relacionados a um passado que se imaginava, tivesse sido mais estável e por meio do qual se esperava, permitisse o respirar mais aliviado.

Concordo, em algum sentido, que os sujeitos compartilharam de certas características – nomearei de comuns – da própria condição humana e que, sob os efeitos culturais persistentes da modernidade capitalista, encontraram-se na condição prevalecente de *insegurança*. Contudo, não pretendo, tão somente, diluir as especificidades desta pesquisa analítica em generalizações, apagando as marcas do referencial espaço-temporal adotado, ou seja, o contexto amparense, nacional, na relação com o contexto europeu e estadunidense, num momento historicamente datado. Estaria sujeito aos riscos de produzir *fantasmagorias*, no sentido empregado por Walter Benjamin, como produção justamente distanciada do tempo, do espaço e das relações socioculturais (micro e macro históricas). Passemos, pois, mais especificamente, ao cenário nacional, amparense, o qual não será dissociado, mas, sim, intimamente articulado ao contexto mais amplo.

2.2.1 O contexto brasileiro

Os ventos da abertura política “lenta, gradual e segura”, nos dizeres do penúltimo presidente militar a governar o Brasil, Ernesto Geisel (1974-1979), já se faziam sentir por alguns, naqueles primeiros anos de 1980. Desde 1964, o país experimentara um regime ditatorial, sob o comando de forças armadas e de “forças ocultas”, que, por um golpe de Estado, instauraram-se no poder, no segundo dia de abril, depondo o então presidente, João Goulart. O médico Leôncio Basbaum (1907-1969), num último trabalho, escrito em quatro volumes, sobre a história “sincera” da República (1968), nomeou algumas dessas forças desestabilizadoras: 1) Uma inflação herdada de outros governos e que alcançara um ponto crítico, em 1963; 2) A pressão de um partido – a União Democrática Nacional (UDN) – de orientação conservadora e que, desde 1945, tentava se colocar no poder político; 3) A intervenção externa – principalmente dos Estados Unidos – fundada num temor de que o governo “Jango” (cognome de João Goulart), excessivamente aproximado com os interesses das “massas”, pudesse conduzir ao enfraquecimento das relações econômicas capitalistas entre os dois países e ao conseqüente alinhamento com Cuba e União Soviética.

Instaurar-se-ia, a seguir, certo terror psicológico, associando “grosseiramente” a figura de João Goulart à “ameaça vermelha” de um governo de orientações socialistas. Segundo o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1945-2003), em trabalho sobre o contexto do “1964”, a estratégia disfarçou o receio de uma “elite orgânica” – associada aos interesses financeiro-industriais multinacionais e locais – em perder sua posição econômica privilegiada, consolidada por meio de alianças com aqueles que ocupavam posições políticas influentes dentro do Estado e que encabeçou a articulação de “[...] um bloco civil-militar, de tendência cesarista, que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista, quanto conteria as aspirações nacional-reformistas” (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Um governo que, hipoteticamente, fosse anunciado como a representação de uma mudança na natureza dessas relações, seria considerado perigoso aos interesses – predominantemente econômicos – de algumas classes.

No entanto, segundo a análise de Leôncio Basbaum, faltavam os sujeitos capazes de se organizar para destituir Jango do poder político. Os grupos militares, para o autor, foram importantes neste sentido, por responderem às demandas daquele contexto, assumindo a responsabilidade da derrubada do governo civil. No entanto, argumentava que a “classe” militar nunca se manteve ideologicamente alinhada, nem com a “direita” da UDN, nem com a “esquerda” de João Goulart. Constituía um segmento superior, uma classe nobre, acima dos conflitos políticos e alheia aos problemas nacionais e que, portanto, teve que ser despertada no seu interesse em tomar o poder. Discordamos nesse ponto. Apesar de reunidos dentro de uma organização que se pretendia homogênea e coesa, os militares não se comportaram apenas dentro dos limites daquilo que foi estabelecido como sendo um procedimento padrão. Seus pensamentos e sentimentos foram praticamente irrefreáveis. Quando se iniciou a veiculação de mensagens, através dos canais de rádio e televisão³¹, com o fito de abalar a sociedade civil, não havia um círculo militar descolado desta realidade. Havia sim, uma teia de relações sociais. As mensagens entraram – pelos veículos de comunicação – dentro dos espaços de intimidade e de sociabilidade: a corporação, sim, mas, também, a casa, o clube, o bar, as casas de jogo, as associações. Ninguém escapou ileso. E indivíduo algum se despe da sua individualidade e das suas relações sociais para vestir a farda. Nem, tampouco, suas atitudes respondem aos apelos apenas de uma dimensão consciente. Possivelmente, as incertezas do porvir e o senso de um caos iminente tenham fomentado, coletivamente, a necessidade de os militares intervirem no poder. Sem desprezar as “forças ocultas do capital”, nos dizeres de L. Basbaum.

Assim, baseado no argumento sugestivo da Segurança Nacional, o país foi tomado pelos militares nos primeiros dias de abril de 1964, sob a representação do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967). Não pretendo realizar aqui, uma exposição cronológica e com pretensões à apreensão total do

³¹ O professor Dreifuss afirma que o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes, além de patrocinar outros programas que pudessem movimentar a opinião pública, o que teria custado a cifra de dez milhões de Cruzeiros.

que ocorrera durante a ditadura militar. Flagro, apenas, que foi um momento de estreitamento de relações – sobretudo comerciais – com os Estados Unidos; momento de fortalecimento do capitalismo, apelidado pelo tom ufanista de milagre econômico; de desenvolvimento de uma estrutura eletroeletrônica, que possibilitou transmissões de rádio e televisão em todo território nacional³²; momento em que os expectadores passaram a receber, nas suas casas, a partir de 26 de abril de 1965, o sinal da “TV Globo”, empresa inaugurada no rastro de uma investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que acusava ser ilegal o seu funcionamento³³; período de reformulações das políticas públicas para a área da cultura no Brasil, manifesto em iniciativas como a de criação dos “Planos Nacionais de Cultura”, em 1973 e 1975, que, segundo o trabalho da professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, Cláudia Engler Cury, tinham como objetivo, reaproximar a “[...] classe artística e intelectual do país que havia sido excluída do processo de organização do universo cultural durante o período da ditadura” (CURY, 2002, p. 59). Questionando o argumento acima de que, como políticas públicas, os planos tenham, efetivamente, democratizado a participação da população brasileira no campo da cultura, Cury argumentou que a ideia era, sobremaneira, garantir a estabilidade do regime e preservá-lo de desgastes sociais, apelando, justamente, para iniciativas que aproximassem – com moderação – os militares de classes sociais mais heterogêneas.³⁴

Por fim, flagro um momento de intensa repressão militar aos movimentos de contestação – sempre presentes desde as primeiras movimentações do novo regime – articulados, também, a sujeitos vinculados às

³² O que, aliado a um programa de créditos ao consumidor, ambos estimulados pelo regime militar, permitiu dobrar a venda de aparelhos receptores ao final do ano de 1968. Recomendo, especialmente, o trabalho de Venício Artur de Lima (2001), à página 156.

³³ Com os militares no poder e as estreitas relações tecidas com as classes financeiro-industriais norte-americanas, o caso foi encerrado em 1968, pelas mãos do segundo presidente militar do país, General Artur da Costa e Silva.

³⁴ Recomendo, especialmente, as páginas 50, 51 e 52 – para uma análise mais detida e focalizada das políticas culturais no período – da tese de doutoramento da professora Cláudia Engler Cury, defendida em 2002, na Faculdade de Educação da UNICAMP. A referência completa encontra-se na parte final deste trabalho.

universidades. A ditadura não permitiria contestações à sua natureza, nem tampouco às suas atitudes. Em 13 de dezembro de 1968, o governo decretou mais um de seus já conhecidos e temidos “Atos Institucionais”; desta vez, o de número cinco que garantia ao presidente da República, “no interesse de preservar a revolução”, o poder de “[...] suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos [...]” ao mesmo tempo em que proibia atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política e abria precedentes para que o regime, sob a alegação da “segurança”, aplicasse medidas como a “liberdade vigiada”; “a proibição de freqüentar determinados lugares” e o “domicílio determinado” (BRASIL, 1968).

Especialmente para as instituições de ensino, o regime reservou o decreto-lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como o “AI-5 da educação”. Por meio deste nomeou-se o que seria considerado como infrações e estabeleceram-se as respectivas punições a que alunos, professores, funcionários e empregados estariam sujeitos em caso de violação. Neste momento dispensei os livros. Apelo às memórias. Lembro-me das marcas no rosto e nos pés de uma professora, torturada na sua juventude, por resistir; dos apuros, na circunstância de outra pesquisa, narrados numa entrevista com o ex-diretor de uma escola – preso, confundido por ser homônimo de um contestador – e do seu pedido para que desligasse a câmera que o filmava até então, para falar sobre aquele período; lembro-me da atitude sutil e persistente de outra professora que adquirira o hábito de sempre fechar a porta da sala para prosseguir em suas aulas, temendo que do lado de fora pudesse haver “ouvidos”; o desconforto pessoal que senti ao descobrir que o prédio que hoje abriga a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) do Estado de São Paulo, local onde se reúnem os conselheiros do CONDEPHAAT para suas deliberações, foi também sede do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), para onde foram mandados para interrogatórios, torturas e prisões, aqueles capturados pelas forças militares repressoras.

Ouço as reminiscências – narradas em outra entrevista – da juventude do advogado José Eduardo Pimentel de Godoy (2011), sobre uma noite de 1968 em Amparo, quando, à porta da casa de seus pais, à Rua 13 de maio, bateu outro pai, desorientado, à procura de uma maneira de esconder ou deportar o filho. O rapaz havia escapado à invasão do Conjunto Residencial dos estudantes da USP (CRUSP), promovido – sob a força dos tanques – pelos militares, na noite chuvosa do dia 17 de dezembro de 1968, quatro dias depois da promulgação do “AI-5”. Rumara para Amparo, para a segurança da casa dos pais. As lembranças de José Eduardo Pimentel de Godoy, ou “Siruga” – como os amparenses costumaram chamá-lo – são entrecortadas por esquecimentos, neste momento da narrativa. Imprecisões, diriam os mais afinados à busca de uma verdade. Sentidos, eu diria, de alguém que não resgata do passado um acontecimento tal qual ocorrera, mas o tece na lembrança presente daquilo que vivera e do que lhe fora ensinado, relacionando um e outro na história que está sendo narrada. Siruga era também jovem há época. Estava em casa com os pais, assistiu à cena, mas não viu o filho daquele pai agitado – lembraria que também não o veria pessoalmente em nenhum outro momento, pelo menos até o dia daquela nossa conversa. Soubera que ele não queria descer do carro naquela noite e que se movimentou pelos quarteirões do centro de Amparo, temendo que parado, pudesse ser mais facilmente surpreendido e inquirido por alguma autoridade.

Enquanto isso, um pai aflito brevemente narrava ao amigo o incidente ocorrido em São Paulo e o envolvimento do filho, para, então, compartilhar com ele o seu desejo de escondê-lo dos olhares militares. Ponderaram, juntos, a prudência do ato de deportá-lo do Brasil, e para tanto, conseguiu com o amigo, pai de Godoy, alguma quantia em dinheiro, com a qual, somada às suas próprias economias, adquiriu uma passagem aérea para a França, onde o jovem conseguiu asilo político. O curso de Filosofia, iniciado na USP por aquele rapaz, teria que ser interrompido. Iniciaria no novo país, o curso de História da Arte e Arqueologia, na Universidade de Provença, na cidade de Marselha. Uma cidade que, por sua vez, lhe permitirá, certamente, novas experimentações históricas, artísticas e

arqueológicas. Cidade disponível à experiência dos seus sentidos que serão educados – não sem a participação das suas condições sociais de existência –, por exemplo, nas edificações que remontam a diferentes temporalidades de civilizações, que se acotovelam por um espaço na lembrança dos indivíduos. Cidade localizada às margens do Mar Mediterrâneo, construída, culturalmente, a partir dos vestígios da chamada antiguidade greco-romana dos séculos VII e VI a.C, e, reelaborada, à medida que adquiria as marcas de sua pertença a outros momentos históricos europeus. Será, em parte, reconstruída após a Segunda Grande Guerra sobre as ruínas do agora velho. Inscrita, paulatinamente, numa nova concepção de cidade-patrimônio, comercializada através do turismo histórico dos sentidos, Marselha será uma das instâncias a agir sobre as sensibilidades e as visões de mundo daquele sujeito que chega. Suas concepções de história, de cidade e de patrimônio serão (re)significadas às suas novas experiências. E será este também novo sujeito, aquele que regressará, posteriormente, ao Brasil.

O professor Jorge Sidney Coli Júnior voltaria apenas no início da década de 1980, já em meio aos movimentos de abertura política do país, iniciados, como já disse, no governo Geisel e explicitados pela promulgação da Lei da Anistia, n. 6683 de 28 de agosto de 1979, já no governo do último presidente de origem militar, João Batista Figueiredo (1918-1999). No Brasil, o professor valeu-se da sua formação acadêmica para articular com outros sujeitos a formulação das medidas relativas ao tombamento das edificações de caráter histórico, de Amparo. Terezinha Nogueira Frare, designada pela Prefeitura Municipal de Amparo, desde 1975, na direção do Museu Histórico “Bernardino de Campos”, lembrou, numa entrevista (2011), da primeira relação que teve com aquele professor – apresentado a ela como visitante –, nas dependências do Museu. Vindo da cidade de Serra Negra, onde fora rever a mãe, Coli mostrou-se preocupado com a preservação patrimonial em Amparo. A ex-diretora afirmou que a demolição de uma antiga edificação em Serra Negra havia deixado o professor em estado de alerta e que, por isso, ele teria a procurado para comunicar a necessidade de se discutir o tombamento em Amparo. A perspectiva de uma perda

pessoal, na relação com o patrimônio, parece-lhe ter propiciado tecer relações de sentido também para o caso da preservação em Amparo. Mas não sozinha. A experiência do choque de um indivíduo que foi obrigado a partir, seu novo aprendizado estético manifesto no olhar às construções, suas lembranças da infância na cidade, a formação acadêmica e o *status* adquirido como autoridade reconhecida para falar sobre o assunto. Essa complexidade, como portadora de uma dimensão consciente, mas, ao mesmo tempo, inconsciente – sem pretender sondar aqui toda a complexidade do humano – poderia, das maneiras mais sutis, ter motivado um desejo de preservação pessoal da cidade. Que encontrará possibilidades de relação com outros sujeitos no seu interior.

Peço desculpas ao leitor por um recuo histórico tão grande, mas precisei reconstituir parte da trajetória histórica do professor Coli. Entendo que esta se faz importante aos significados construídos, individual e coletivamente, em torno do argumento da preservação patrimonial em Amparo e, portanto, aos objetivos da presente pesquisa. Talvez, então, tenha ocorrido ao leitor, a ausência das falas do próprio sujeito e a pergunta do porquê de o professor Jorge Coli não ter sido chamado a, pessoalmente, compor esta narrativa, uma vez que coexistimos num mesmo contexto. Digo que tentei, apesar da preferência já confessa, em interrogar os livros e os mortos. Expliquei-lhe os objetivos da pesquisa – ainda sem saber a que novos caminhos esta me levaria – e convidei o professor a colaborar com a sua produção. Ele, porém, optou pela negativa. Preferiu indicar o nome do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima, seu antigo orientando nos cursos de Mestrado e Doutorado do Departamento de História da UNICAMP, para falar em seu lugar. Alguma experiência nas leituras de Walter Benjamin e Peter Gay permitiu-me encarar a negativa do professor como possibilidade *de e para* outros dizeres. Estabelecer correspondências com um contexto nacional que, vimos, fora bastante conturbado e poder recontá-lo – não em sua integralidade, mas estabelecendo relações de sentido – numa rememoração coletiva de histórias de pessoas que nele viveram, confirmou ser um

movimento bastante profícuo. Ao menos meus alunos diriam que agora a História ficou menos *chata*. Ganhara vida.

O professor Coli encontrará no seu retorno, nos primeiros anos da década de 1980, um país e um estado inflacionado por movimentos reivindicatórios e de resistência vindos das mais variadas direções da sociedade. Lembro, especificamente, das greves salariais promovidas pelo sindicato dos metalúrgicos do chamado ABC paulista (que compreende as cidades, predominantemente industriais, de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, eleito, paulatinamente, pelos segmentos adversários, como o representante de uma esquerda socialista; movimentos oriundos da juventude católica, contando com grande colaboração de universitários vinculados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e agrupando-se em torno da denominação “Ação Popular”; registro as reivindicações dos aposentados em finais da década, articulados não apenas por idosos, mas por trabalhadores ainda vinculados às bases sindicais, que, uma vez aposentados, viram as expectativas de fuga da relação exploratória, na produção, serem frustradas por um benefício previdenciário que não garantia a imaginada liberdade e segurança de seu envelhecimento; na saúde, a Reforma Sanitária agrupou estudos e pesquisas realizados por professores universitários e funcionários ligados à área, para denunciar as péssimas condições da assistência médica prestada pelo Estado, no governo militar.

Na educação paulista, com o restabelecimento do pluripartidarismo (1979) e das eleições diretas para governador (1982), atitude reconhecida como uma estratégia militar em fragmentar as oposições, o antigo Movimento Democrático Brasileiro – que fizera parte, no cenário bipartidário, como oposição (controlada) à UDN militarista –, agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi alçado ao governo na figura de André Franco Montoro (1916-1999). Responsável por iniciar um movimento de chamada dos intelectuais – refugiados nas Universidades e que atuaram nas áreas de pesquisa e sustentação ideológica dos partidos clandestinos de oposição – para ocupar

cargos públicos no governo, neste caso, atuando na gestão do sistema de ensino de São Paulo. Uma das primeiras atitudes do governo Franco Montoro relacionou-se ao ensino de História, que se constituía num dos sustentáculos culturais do regime militar. Havia um acordo, firmado nos primeiros anos do período ditatorial, entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Por meio dele, foram outorgados poderes a esta agência sobre todos os níveis de ensino do país, tendo esta, a liberdade para atuar na administração, na formação docente e no controle do conteúdo ensinado, através do controle das publicações impressas. Sob recomendações *técnicas* da agência, foi criada a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) e as licenciaturas curtas em Estudos Sociais, algo como uma fusão das disciplinas de História e Geografia, tradicionalmente formações baseadas em conteúdos e metodologias desestabilizadoras da *Segurança Nacional*.

No governo Montoro, uma das primeiras atitudes foi proibir que os profissionais que tivessem “licenciatura curta” em História pudessem ministrar aulas, o que seria permitido, apenas em casos de declarada excepcionalidade. O professor aposentado do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Moacir Gigante, em artigo escrito há pouco mais de dez anos sobre o período ao qual me refiro, dissera que aquele contexto paulista constituiu-se num ambiente favorável à revisão dos métodos, conteúdos e currículos da História ensinada, ao superar os problemas gerados pela implantação dos Estudos Sociais durante os governos militares. Entendeu ter sido um momento “[...] favorável para reorganizar o ensino de História, acabando com uma tendência reducionista – obra das reformas do ensino dos governos militares desde 1968” (1997, p. 34).

Envolta neste ambiente de reformulações, elaborou-se a Proposta Curricular de História da Rede Pública de São Paulo³⁵, a cargo de uma equipe

³⁵ Recomendo como trabalho dedicado especificamente a este tema e suas tensões, a dissertação da professora (hoje, doutora da Faculdade de Educação, UNICAMP), Maria do Carmo Martins, defendida na FE/UNICAMP, em 1996. Há também a tese de doutoramento da professora Ilka Miglio de Mesquita, defendida na mesma FE/UNICAMP, em 2008 sobre o ensino e a formação de

técnica, formada por professores de História do, então, primeiro grau, articulada à Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP) – órgão vinculado a Secretaria do Estado de Educação –, assessorada por intelectuais produtores de conhecimento histórico nas universidades (destaco, PUC, USP e UNICAMP) e debatida, nas suas três versões preliminares, com os professores da rede, bem como junto à imprensa, à comunidade acadêmica e às entidades representativas – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e a Associação Nacional de História (ANPUH). Seria alvo de intensas contestações por parte, justamente, de membros destas organizações e, sobretudo, por indivíduos estabelecidos na imprensa paulista que a consideraram subversiva, aparentemente democrática ou centrada demais no universo do aluno. No conhecido tom áspero das críticas do professor Gigante, este chamou algumas destas posturas de “ignorantes, ingênuas e fruto de desinformação teórico-metodológica”. Explicitou as resistências e as tensões ocorridas dentro dos muros da Universidade, direcionadas, principalmente, contra a então professora do Departamento de História da PUC-SP e, naquele momento, dirigente da ANPUH, falecida em 2008, Déa Ribeiro Fénelon, que se opunha ferrenhamente a uma concepção de produção de conhecimentos históricos cristalizada, da verdade já pronta e acabada; que não fosse escrita de geração em geração; que se baseasse apenas na transmissão de conteúdos para alunos hipoteticamente esvaziados de suas experiências. Para a professora Maria Carolina Bovério Galzerani, em trabalho já referido sobre o lugar das memórias na produção de saberes histórico escolares (2008), o motivo detonador destas tensões fora, justamente, uma concepção de aluno como também produtor de conhecimentos históricos e não somente receptor de algo formulado *a priori*. Gigante falaria, ainda, num “rompimento institucional” que a inovação curricular provocara, ao restabelecer a relação divorciada entre os três graus de escolaridades, onde prevalecia uma tendência à divisão do trabalho dos profissionais de História entre um primeiro e

professores de História, através do diálogo com os Fóruns Acadêmicos Nacionais. A referência completa de ambos encontra-se ao final deste trabalho.

segundo grau de ensino, pautados no princípio da transmissão de informações, e o terceiro apenas, voltado à pesquisa e à efetiva produção de conhecimento.

Aquelas ideias, pressupostos, critérios, organização de conteúdos, sugestões de temas e de estudos para formação e desenvolvimento de noções e re-apropriação da historicidade dos grupos sociais de trabalhadores, causaram um impacto tão violento que provocou a reação organizada de jornais, de professores universitários, de reacionários de direita, de professores da Rede Estadual de Ensino, de entidades representativas do empresariado, etc. Os poderes formal e informalmente constituídos tomaram-na como uma ameaça séria (GIGANTE, 1997, p. 37).

O professor prosseguiria, ainda, no argumento de que esta Proposta foi relegada ao esquecimento, por saltar os muros da escola e colocar, excessivamente a descoberto, as contradições da organização social, o que para algumas classes e para um governo, que não era de todo – na sua leitura –, uma oposição à ordem estabelecida, representava um risco desnecessário a que se faria, por bem, sufocar.

Politicamente, em 15 de março de 1985, os órgãos da imprensa comemoraram e propalaram o que, ao menos no aspecto emocional, acreditaram ser o fim de um período da história do país, com a aguardada posse, por eleição indireta, do novo presidente civil da República, Tancredo Neves (1910-1985). O agravamento de seu estado de saúde, um dia antes da posse e sua morte, pouco mais de um mês depois, não apaziguaram os ânimos daqueles que mais se sentiram vitimados pelas vicissitudes do Antigo Regime. Seria preocupação menor aquela de o seu sucessor ser o vice-presidente na chapa “Aliança Democrática”, o maranhense e ex-governador daquele estado, José Sarney, herdeiro de uma oportuna retórica liberal, disfarçada em relações de poder aproximadas ao mandonismo coronelista das elites rurais e militares brasileiras.

A democracia era sentida como uma conquista *real*. Aqui, cabem algumas contribuições analíticas: os movimentos culturais de resistência às privações da ditadura tão logo não se esqueceriam das marcas deixadas pelo

regime e enfrentá-lo-iam, se necessário fosse, ao menor sinal de seu retorno, principalmente num momento onde forças sociais, relativamente articuladas, generalizavam-se pelo país (lembro o movimento das chamadas Diretas Já, em 1984, pelas eleições diretas para presidente ainda naquele ano). Porém, há outros movimentos que, cuidadosamente, apagaram os rastros deixados por suas pegadas e estabeleceram-se nos lugares mais privilegiados das relações de poder, sem entrar em atritos com a onda democrática, nem tampouco com a força militar, mas que buscaram articulações, no sentido de satisfazer seu interesse particular, qual seja, o de fortalecer o capitalismo como sistema econômico nacional, livre da atuação perniciosa do que a este se opusesse. Esses movimentos de classes solidificaram uma nova sensação de progresso, materializado em estatísticas econômicas³⁶; nos objetos comercializáveis, acessíveis, é certo, aos que poderiam comprá-lo; nas visões de mundo e sensibilidades daqueles indivíduos que sentiram, não raramente, fazer parte de um momento próspero. Lembro-me, com freqüência, das certezas de minha mãe – como não proprietária dos meios de produção, sem filiação político-partidária, escolarizada em instituições públicas, usuária do transporte coletivo, moradora de bairros periféricos em Campinas e São Paulo e freqüentadora de espaços de sociabilidade urbana gratuitos, como bancos de praças e frente de casas – de que aqueles tempos foram os de maior segurança, maior qualidade no ensino, maior facilidade de acesso a bens de consumo, maior respeito ao outro...

Sob estes olhares, não me pareceu equivocada a afirmação da historiadora Marly Rodrigues que, em meados de 1980, ocupava a função de historiadora do CONDEPHAAT paulista, no seu trabalho retrospectivo, escrito em finais da década de 1990:

Na década de 1980, o grau de internacionalização alcançado pela economia dos países pobres dispensa ditaduras. O modelo capitalista dependente já está solidificado e o regime político pode ser democrático e diretamente regido pelas burguesias das

³⁶ O país teria, em 1985, o oitavo Produto Interno Bruto no *ranking* mundial

“nações emergentes”. Afinal foram cúmplices e principais beneficiárias de sua acelerada modernização! (1999, p.9).

No entanto, reitero o cuidado em não esvaziar culturalmente os movimentos contra a ditadura, por uma leitura que os coloca como peças de um jogo que se sabe, não vai ganhar. Os movimentos pela democracia movimentaram mentalidades e sensibilidades de pessoas, ainda que se pudesse insistir no argumento de que tivessem sido alimentados por uma minoria militante e barulhenta de integrantes das classes médias regionais, que não representavam, hipoteticamente, os *verdadeiros* interesses populares. Se, perseguimos uma concepção ampliada e plural de cultura, seria um erro marcá-la, aqui, com as dicotomias do popular e do erudito.

2.3 As tensões no campo patrimonial

Culturalmente, podemos afirmar que na década de 1980, se não consolidados, os discursos democráticos, ao menos emergiram com a força e o peso do *atual*; polivalentes, foram incorporados às falas de variadas classes sociais brasileiras em suas reivindicações particulares. Compuseram uma mesma partitura com aqueles produzidos na Europa, tornados públicos e notórios através da midiaticização dos movimentos pelas eleições livres, pelo fim do comunismo e de suas versões ditatoriais, nos países, então, incorporados à União Soviética: Romênia, Hungria, Polônia, Bulgária, Checoslováquia.

Aos discursos democráticos somaram-se aqueles da identidade, ambos historicamente localizados num mesmo contexto, que, de outro modo, possibilitaram a ascensão, também, das práticas de memória: repúdio à manutenção da colonização européia nos países africanos e asiáticos; revisionismo histórico a favor das minorias; luta pelos direitos civis dos negros e movimentos de contracultura nos Estados Unidos. Sob os efeitos da relação *democracia, identidade e memória* – que nego constituírem um único fenômeno homogêneo, mesmo hesitando em afirmar os lugares de um e de outro, dada suas

fronteiras conceituais alargadas –, dissonantes vozes de uma imaginada cultura universal começam a despontar dentro das, igualmente, “imaginadas comunidades” nacionais, nos termos do professor emérito do Centro de Estudos Internacionais da Universidade Cornell, Benedict Anderson (1989). Flagro, novamente, a questão da memória. Aprendo com Walter Benjamin sobre a necessidade de manter-me vigilante ao momento em que o passado relampeja, tentando nele reconhecer imagens fugazes de sujeitos. Imagens de memórias.

Discursos de crise do projeto moderno encontraram seu espaço na uberdade do solo dos anos oitenta. O refúgio nas lembranças de um passado cristalizado como *melhor*, constituiu numa das estratégias, raras vezes consciente e explicitada, para o alívio das ansiedades ante as incertezas de um futuro pouco confiável e que se desmancha no ar. Antes apelar ao recurso de uma memória fantasmagórica – porque falseada –, mas perene – seja no consumo –, do que viver na sua completa ausência. Os discursos de memória estiveram em alta nos anos de 1980. Serviram à política democrática, à seguridade dos referenciais, à ressurreição do passado, às revisões historiográficas, à reeducação dos sentidos ou à redenção das identidades. Os movimentos pela preservação do patrimônio histórico – que afirmo, *não* foram iniciados a partir desta década do século XX, senão antes, em finais do XVIII, ao menos na cultura ocidental – colaboraram para o novo contexto. Importante acentuar que o tratamento privilegiado, na narrativa, aos discursos de memória e sua participação, historicamente datada, na elaboração de um conceito de patrimônio, não significou a afirmação da inexistência de relações de outra ordem nas trajetórias históricas do mesmo patrimônio. Apenas que, como imagem recorrente, a ideia de patrimônio histórico no Brasil, na década de 1980, esteve especialmente atravessada pelas seduções da memória e pelo medo do contato com as águas de *Lethe*.

2.3.1 O Sphan e a Revista do Patrimônio

Desde a criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, quando esteve sob a direção do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, o órgão tomou a responsabilidade de publicar, com relativa periodicidade, aquelas que ficariam conhecidas como as “Revistas do Patrimônio”. Publicações forjadas no interior do órgão – ao menos segundo os registros de Franco de Andrade no prefácio à primeira edição (1937) –, não se destinavam a propagandear suas atividades, uma vez que estas eram, ainda, “modestas” e “limitadas”: “O objetivo visado aqui consistia, antes de tudo, em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.” Ou ainda, uma “[...] ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de História de nosso país” (ANDRADE, 1937, p. 3). Sob os esforços principiados por Rodrigo Melo, as Revistas adquiriram o caráter de instrumentos *oficiais* de divulgação científica dos estudos e reflexões desenvolvidas no país sobre o patrimônio, aglutinando textos antes publicados em periódicos esparsos e prestando esclarecimentos sobre um campo recente e específico da historiografia brasileira. Ao manto do *oficial* acrescentava-se aquele do *discurso competente*. As edições da Revista contaram com a colaboração de pesquisadores e professores de variadas trajetórias profissionais e acadêmicas, reconhecidos no interior de grupos, igualmente seletos, como produtores de um saber qualificado e provado na sua excelência: Afonso Taunay; Lucio Costa, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Augusto Carlos da Silva Telles, Afonso Arinos, Luis Saia.

As trajetórias acadêmicas, as sensibilidades e as racionalidades de cada pensador estiveram presentes, historicamente, na materialidade dos discursos sobre o patrimônio, veiculados nas Revistas, quando não, participaram da sua configuração política e editorial. Naquela que ficou conhecida como a fase heróica do SPHAN, tendo Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente, esta configuração vinculou-se a referenciais teórico-metodológicos diretamente relacionados, por sua vez, às disciplinas visualizadas como legitimadoras deste objeto. Desta maneira,

neste momento, frequentemente a História, a Sociologia, a Arquitetura e a Antropologia foram convidadas a dar esclarecimentos sobre determinado assunto e o uso desta expressão não seria destituído de sentido. Prevaleceu, neste momento, o significado da instrução, vinculado a uma concepção de patrimônio como legado, sob um risco eminente da perda.

Desde antes da aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1967) e da sua morte (1969), a regularidade anual da publicação das Revistas, conquistada por dez anos (1937-1947), foi perdida com um silêncio que durou oito anos, até que uma nova edição foi produzida em 1955, seguida de um novo silêncio que perdurou por sete anos, mais precisamente, de 1961 a 1968, quando seu diretor já se encontrava aposentado. Em seu lugar, foi designado o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, indicação de Rodrigo Melo, responsável por comunicar sua morte na Revista de número dezessete, de 1969. E nada mais. Suas propostas para o órgão e para a Revista não foram anunciadas naquele ano. O professor, sociólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) apostou no argumento de que a indicação de Renato Soeiro fora um sinal de que não haveria mudanças significativas nas linhas políticas traçadas pelo seu antecessor. Daí decorreu seu argumento de que – dentro do referencial cronológico da sua pesquisa, ou seja, da década de 1930 à década de 1980 – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) conheceu apenas duas fases, apesar de ter passado por três direções.

Renato Soeiro deixou o cargo em 1979 e o artista plástico Aloísio Magalhães assumiu seu lugar na direção do IPHAN, falecendo três anos depois, vítima de um derrame cerebral, durante um compromisso público na Itália. Figura conhecida desde, pelo menos, o ano de 1975, quando participou da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) junto com intelectuais ligados às universidades – em especial, a Universidade de Brasília (UNB). Para os objetivos da presente pesquisa, destaco a preocupação de Magalhães em alargar a visão restrita do IPHAN na preservação, historicamente, de patrimônios arquitetônicos apenas vinculados às elites econômicas. De sensibilidade e formação artística,

incorporou aos seus argumentos a ideia de “bens culturais” e na condição de diretor do IPHAN, deixou suas marcas no órgão e nas Revistas do Patrimônio, que passariam a perseguir um sentido de preservação articulado a uma noção política de sujeito, mais ampla.

Segundo José Reginaldo Gonçalves, Magalhães foi o inaugurador, portanto, do segundo e novo movimento na Secretaria (então, Instituto), pautado na busca pela efetiva democratização do patrimônio, pela facilitação do seu acesso e inteligibilidade por uma coletividade.

Segundo a visão de Aloísio, os “bens culturais” são concebidos como “indicadores” a serem usados no processo de identificação de um “caráter” nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteadas pelo futuro. O passado é visto como uma referência que deve ser usada e reinterpretada no presente e com propósitos futuros. Em oposição ao enredo da narrativa de Rodrigo, articulado pelas idéias de “civilização” e “tradição”, a história narrada por Aloísio é articulada pelas noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural” (GONÇALVES, 1996, p. 52-53).

A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, por sua vez, localizou as características destas mudanças já antes de Magalhães, na gestão de Soeiro. Isso porque não pareceu querer personalizar a natureza da mudança, necessariamente, na vontade política de Aloísio e seu grupo, que estiveram à frente do SPHAN; ou, pelo menos, não tanto quanto objetivou colocar o peso de tal transformação numa realidade que se impôs externamente de maneira objetiva e até institucionalizada, como nas diretrizes promulgadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) publicadas na forma de “Cartas de Recomendações”.

Antes da gestão Aloísio Magalhães, o Estado já vinha sendo questionado como o único formulador das políticas de preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional e o fantasma do elitismo voltou a aparecer. O patrimônio estava em muito distanciado de outros sujeitos. O recurso jurídico do tombamento, ponto final da apropriação do patrimônio pelo Estado e,

historicamente, instrumento básico da preservação de bens materiais móveis ou arquitetônicos, foi criticado com mais veemência pelo grupo de Aloísio. Segundo eles, tal recurso não dava conta de uma concepção de patrimônio ampliada: não apenas material, mas também imaterial; não somente o das minorias privilegiadas, porém o das coletividades marginalizadas; que não fosse o fim, mas o meio. Nesse contexto, insere-se o peso desse grupo – reconhecido pela professora Fonseca – na formulação das propostas do CNRC³⁷. As iniciativas renderam a Magalhães, a nomeação para o cargo de secretário da SPHAN/FNpM/CNRC/PCH, em 1980³⁸. Segundo Fonseca, o desafio posto frente à década da democratização foi o de trazer um caráter popular ao patrimônio, envolvendo o outro na sua preservação. A preocupação, inicialmente da ordem do discurso, com a apropriação do patrimônio às experiências dos sujeitos, redundou na aceção de que a “[...] diversidade forma uma autêntica identidade nacional” (MAGALHÃES, 1985; 1986 apud GONÇALVES, 1996, p. 56). Em que pese o fato de que nesta busca pela totalidade, o acento pesaria, agora, sobre aqueles que historicamente foram excluídos do *cânon* patrimonial, as práticas de preservação, na década de 1980, consistiram numa cruzada pela redenção do outro.

Quanto à Revista do Patrimônio, as duas primeiras edições – de um total de quatro – da década de 1980 foram publicadas no ano de 1984³⁹, numa nova diagramação: com conteúdos divididos em recortes temáticos, com iconografias ao longo dos textos e com fotografias de capa inteira, referentes à pauta da edição. Retornando depois de uma interrupção que durou seis anos revelou vestígios da tradição criada há pouco pelo falecido diretor Aloísio Magalhães, porém, numa linguagem que escondia concepções de uma revista

³⁷ Apesar do termo, a professora Maria Cecília Londres Fonseca defende que o CNRC não se constituiu como um órgão vinculado ao governo, nem como formulador de políticas públicas, naquele momento. Suas atividades foram independentes do governo e da academia; menos propositivas do que reflexivas.

³⁸ Quando do início da gestão de Aloísio Magalhães, o CNRC seria fundido às recém-criadas Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). A estas, integrar-se-ia o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criação de 1973.

³⁹ N. 19 e n. 20.

ainda pouco democrática. As marcas do discurso qualificado e de uma publicação confeccionada para ser lida/escrita entre pares, seriam difíceis de apagar.

Uma pausa para considerações de ordem metodológica: meu objetivo ao capturar imagens de patrimônio nas “Revistas do Patrimônio”, publicadas durante a década de 1980, dialogou com dois princípios fundamentais: primeiro a opção, firmada em referenciais teóricos e construída na relação com o objeto, de eleger como uma das fontes para o estudo do período, um periódico. Literatura fragmentada, extensa, portadora de vozes individuais/plurais, racionais/sensíveis, reveladas/escondidas no interior da linguagem e não raro, pouco acessível no seu conjunto; penso que a opção pela sua leitura colocou-me diante da questão de como focalizá-la como documento histórico, plena de especificidades, as quais não deveriam ser diluídas em “tentadoras simplificações”, ou generalizações (GAY, 1988, p. 33).

Ressalvo que as generalizações, muitas vezes, respondem a uma necessidade intelectual e acadêmica fundamental nas ciências humanas, quando permitem organizar a reflexão em unidades de sentido relacionáveis. Por isso, ensaiei algumas e possivelmente ensaiarei outras. Contudo, lembro que generalizações podem comportar-se, ao mesmo tempo, como instrumentos para o alívio de ansiedades, dissolvendo as particularidades, no desejo de fazer passar por geral aquilo que é particular, historicamente datado. Reconheço que eu, também, não estou *ilesa* em relação a este risco metodológico. Contudo, afirmo que estou interessado nas singularidades da Revista do Patrimônio. Não sou capaz de perceber ou trazer todas ao texto. Por isso flagrei-as conforme apareceram, ou melhor, conforme foram disparadas pelas minhas próprias perguntas em relação ao passado. E neste momento, pergunto-me sobre as imagens de patrimônio.

O outro princípio que me direcionou para as revistas foi sua progressiva constituição como um documento referencial, difusor das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. As mudanças, aqui explicitadas, na direção e na orientação política e conceitual da preservação do patrimônio

expressaram-se na Revista, de modo que a análise destes periódicos permitiu-me compreender algo da natureza teórica destas mudanças, bem como seus efeitos práticos. Apresentou um nítido caráter educativo, nem sempre expresso na forma de instrução e dirigiu-se, também, a um público familiarizado, quando não, especializado. No entanto, como discurso *oficial e autorizado* – pois emanado da instituição centralizadora do Estado – *competente e qualificado* – por estabelecer critérios acadêmicos de seleção de artigos e autores –, as Revistas do Patrimônio participaram da circulação de idéias, e da ressignificação destas mesmas idéias, nas experiências de preservação dos patrimônios locais. Veremos, em breve, que o caso da cidade de Amparo possibilitou a produção de relações com o argumento acima.

Agora, às Revistas.

Num dos artigos da edição de número 19/1984, o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, então diretor da divisão de tombamento e conservação da subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicou seu trabalho, apresentado no colóquio “Historia gráfica del urbanismo y la arquitectura em la America Latina”, realizado em Buenos Aires, em abril de 1983. Neste artigo, defendeu a revitalização e a preservação de centros históricos, atitude que afirmava ser recente, tanto em âmbito mundial quanto nacional, dada a persistência de uma política preservacionista centrada apenas no monumento enquanto objeto isolado. No contexto daquela década, pensava ser inviável a preservação de um monumento isolado diante do crescimento demográfico, da metropolização e conseqüente descaracterização agressiva das cidades e do ímpeto da renovação do acervo edificado ante as novas exigências de moradia e de trânsito (TELLES, 1984, p. 29). Contudo, consentiu na dificuldade de considerar todas as complexidades da sua nova opção. Optou por inspirar-se na recomendação da UNESCO, baseada na Carta de Veneza de 1964⁴⁰, de que a

⁴⁰ As cartas patrimoniais constituíam-se como a elaboração escrita conclusiva de reuniões sobre a preservação patrimonial. As reuniões ocorriam em diversos países e em diferentes temporalidades e serviam, também, como balizadores das discussões e das práticas relativas ao tema, em âmbitos nacionais, regionais e locais.

preservação dos centros históricos deveria ser acordada entre a população que neles residisse ou deles se utilizasse. A seguir, na mesma temática, a revista publicou o artigo de outro arquiteto, Maurício Nogueira Baptista, então secretário-executivo adjunto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior. Num tom afinado ao do artigo do professor Telles, reivindicou – diante de planos de ordenamento urbano que raramente respeitavam os patrimônios históricos instituídos – a criação de uma legislação que superasse a ideia de proteger somente a visibilidade da edificação, insuficiente para valorizar o bem em vista do aumento demográfico e da necessidade por espaços, equipamentos urbanos e acessibilidade. Informou que a subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação pró-Memória vinham dedicando-se à definição da *vizinhança* (ou, como se tornou conhecido, do *entorno*) dos monumentos arquitetônicos tombados (BAPTISTA, 1984, p. 33). Numa leitura inquietante e com ares de anunciação, o professor Michel Parent, presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), da UNESCO, e inspetor Geral dos Monumentos de França, encerrou a presente publicação com um artigo originado a partir da sua participação no seminário de “Arc-et-Senans”, organizado pela Fundação Claude Nicolas Ledoux, em Amsterdã, 1975. Alocado isoladamente na seção “Idéias” da revista, partiu de um contexto histórico observável de “degradação sistemática” do patrimônio arquitetônico global, que se fazia acompanhar pelo reverso e também pelo forte movimento da sua “preservação sistemática”. No seu texto, sugerido como uma leitura outra da sociedade através das problemáticas do patrimônio, Parent perguntava-se acerca do destino que teria a tipologia de preservação centrada na arquitetura. Elevou as alegorias desta imagem de patrimônio arquitetônico, sugerindo ser ela, um “álibi momentâneo” para “a recusa social de enfrentar um mundo diferente”. Pois aquele contexto não parecia desmenti-lo: o movimento prevalecente da história era o da mudança. E através da preservação dos patrimônios arquitetônicos, a resistência a ela.

O autor percebeu o conflito do destruir/preservar, onde a arquitetura histórica comportava-se, com freqüência, como apenas “pedras velhas”,

expressão menor da realidade, em detrimento de um mundo onde predomina o ser “jovem” e o ser novo. Diante de tal consideração, ponderava ser necessária a realização de “escolhas” que não aquelas pautadas em critérios tão somente históricos, mas em práticas sociais. A manutenção *per se*, de uma hipotética pureza arquitetônica parecia fazer pouco sentido àqueles tempos, onde o maior patrimônio estava nas marcas do humano.

[...] a exigência da conservação ultrapassa hoje em dia o critério da antiguidade e tende a englobar tudo o que testemunhe culturas, mentalidades, modos de vida, vínculos profundos do homem com a natureza.

[...] segundo que critérios prolongar [então] a vida do [patrimônio arquitetônico] quase inerte: o da história desejada? O da história vivida? O da estética? Será que todo o edifício é um livro do saber onde se deve ler e explicar cada acontecimento, ou é uma obra única cuja misteriosa **essência** se deveria preservar, às vezes inevitavelmente restituir, ao mesmo tempo que a **existência**? Mas, se cada acontecimento, mesmo os que o transformam, concorreram para sua individualidade histórica, em que data ou sob que tipo de procedimento essas modificações se tornam ilegítimas e recusadas pela história? (PARENT, 1984, p. 112-113, destaque do autor).

No mesmo ano, num aparente cumprimento profético da passagem, a vigésima edição da Revista do Patrimônio publicou artigos mais próximos aos argumentos aloísianos da SPHAN. Na busca pelos sentidos individuais e coletivos do patrimônio, capazes de movimentar reflexões sobre as opções e perspectivas da política de preservação nacional, a Revista trouxe, entre outros, cinco artigos, escritos por um grupo de especialistas educados e educadores nas novas relações do patrimônio. O arquiteto e então professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Benedito Lima de Toledo, iniciou seu texto com a assertiva de que “a busca da preservação de nossa identidade cultural é o objetivo primeiro de toda a política de proteção dos bens culturais.” Não sepultou as manifestações arquitetônicas, mas elevou os significados embebidos socialmente nelas.

Apoiando-se num estudo elaborado em 1975, pela UNESCO⁴¹, sobre os efeitos psicológicos das ausências arquitetônicas na cidade, afirmou que

[...] a perda das manifestações arquitetônicas e paisagísticas expressivas, impossíveis de serem recriadas fora dos quadros que as geraram, leva à perda justamente dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com sua cidade. [...] A mudança leva a um esforço de adaptação do indivíduo que frequentemente pode exceder sua capacidade psíquica, gerando ansiedades (1984, p. 29).

O autor concluiu, a partir deste estudo, que “[...] a preservação e revitalização de nosso patrimônio ambiental urbano era, antes de qualquer coisa, a defesa da *saúde psíquica* da população.” (p. 30, destaque próprio).

Voltemos à ideia da perda e aos estudos do professor da UFRJ, José Reginaldo Santos Gonçalves. Sua opção teórico-metodológica pela análise de discursos constituídos sobre o patrimônio cultural no Brasil, entendendo-os como capazes de contribuir para a construção da memória e da identidade nacional, revelou, culturalmente, as relações profundas daquela década brasileira com o sentimento da perda. Escrevendo em 1996, o professor percebia permanecer uma concepção anterior àquela escrita, de se encarar a História como um processo fatalista rumo à destruição, à perda e à homogeneização. Nesta ótica, todas as diferenças regionais, culturais, linguísticas tenderiam a desaparecer em detrimento da uniformização. Não haveria permanências; a História estaria sempre em mudança. Considerando o pressuposto, o presente estaria numa constante e progressiva perda, o que teria legitimado, no período, a prática de colecionar, preservar e restaurar elementos de um passado quase mítico e que se imaginava, nunca voltaria. Talvez a ideia da memória traumática, do referido romance de Orhan Pamuk, possa encontrar aqui significados historicamente datados.

Explorando o argumento, Gonçalves defendeu que a oposição à destruição dos patrimônios acabou, historicamente, por contribuir para sua

⁴¹ O referido estudo, “Anxieties of city dwellers”, fora elaborado por Hans Foramitti e Maximilian Piperek e se encontra numa publicação da UNESCO chamada “The conservation of Cities”, editada em Paris, 1975, p. 43-56. Seu conhecimento deu-se apenas de forma indireta.

“deformação”, pois o desejo de fazer o passado materializado permanecer num contexto que não o da sua construção, fez com que uma nova significação histórica lhe fosse atribuída. Neste caso, para o professor, uma vez estabelecida esta nova significação, a “original” se perderia, fazendo permanecer, de qualquer maneira, uma dimensão de *perda* (GONÇALVES, 1996, p. 23).

A presente reflexão inspirou-me outras perguntas e olhares sobre o tema: quantas visões de mundo não teriam sido movimentadas no *agora* de uma década? Quantas práticas culturais não teriam sido detonadas a partir da experiência do choque: o choque do sentir-se arrastado pelos entusiásticos discursos de progresso. O choque do pensar-se diminuto frente às forças sedutoras que os tempos modernos exerciam no outro e, ainda que tenham resistido, em si próprios. O choque do despertar num mundo hostil às suas experiências, em detrimento daquelas revestidas pela película tênue do novo, tão logo tornado velho em nome de outra novidade.

Penso ter já concatenado elementos a compor um quadro possível do progresso, contudo, empresto e ressignifico a esta pesquisa uma nova mônada do filósofo Walter Benjamin, nas suas teses “Sobre o conceito de História”. Penso que não há, entre as leituras realizadas até aqui, qualquer outro pensador que tenha se posto a discorrer sobre a temática da modernidade capitalista numa relação tão íntima com as experiências ambivalentes dos indivíduos. Nesta passagem, em que trata do que entendo serem apontamentos metodológicos para o conceito de História⁴², Benjamin utiliza a alegoria de um anjo para referir-se ao comportamento de um sujeito (onde cabe a imagem do historiador) que diante do ritmo violento da mudança, provocada pelo sistema capitalista e alimentada por práticas sociais, esforça-se por resistir. Capturado pela figura perturbadora de um anjo, de “olhos

⁴² Isso porque conheço a existência de alguns questionamentos acadêmicos acerca dos escritos benjaminianos e da sua hipotética constituição como método para o trabalho científico. E concordo com a postura das professoras Olgária Matos, Jeanne Marie Gagnebin e Maria Carolina Bovério Galzerani que afirmam o potencial metodológico da obra de Walter Benjamin. Para uma breve discussão neste sentido, recomendo o artigo do professor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, Antonio Carlos Gaeta, publicado na Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO, no seu terceiro volume, na edição de número doze (2005), intitulado “Walter Benjamin e a leitura da cidade moderna”.

escancarados”, “boca dilatada”, e “asas abertas”, representação de um quadro do pintor suíço – naturalizado alemão e seu contemporâneo – Paul Klee (1879-1940), Benjamin constrói, alegoricamente, a imagem de um sujeito, que, ao “querer afastar-se de algo que encara fixamente”, tem seu corpo violentamente empurrado para uma direção que não deseja.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1994, p. 226, tese IX).

Em outra tradução, temos

O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade (LÖWY, 2005, p. 87).

Apesar das divergências, penso que, neste momento, os argumentos benjaminianos apontaram numa mesma direção daqueles do amigo, contemporâneo e um dos articuladores da conhecida Escola de Frankfurt, Theodor Adorno (1903-1969), quando afirmou num ensaio de 1949, o peso do contexto histórico sobre aqueles que se põem a refletir sobre seu tempo, espaço e relações sociais:

O crítico de cultura não está satisfeito com a cultura, mas deve unicamente a ela esse seu mal-estar. Ele fala como se fosse o representante de uma natureza imaculada ou de um estágio

histórico superior, mas é necessariamente da mesma essência daquilo que pensa ter a seus pés. [...] A atitude do crítico de cultura lhe permite, graças à sua diferença em relação ao caos predominante, ultrapassá-lo teoricamente, embora com bastante frequência ele apenas recaia na desordem (ADORNO, 2004, p. 75-76).

Talvez Benjamin, desconfiado de posturas que diminuíssem o papel dos sujeitos tomando-os apenas como pacientes do processo histórico, discordasse da última afirmação do amigo, mas o que espero ter conseguido despertar neste momento no leitor é a sensação de que mesmo aqueles que se comportaram como estudiosos *do* e *no* seu tempo, também sofreram os efeitos desta modernidade. E reagiram a ela. Os especialistas, escritores da Revista do Patrimônio não ficaram incólumes e resistiram a ela, por exemplo, escrevendo; oportunamente, sobre a preservação de símbolos de um passado que ainda lhes parecia familiar. Suas opções pela valorização das identidades na preservação do patrimônio são, em parte, reconhecidas como legítimas num contexto histórico que, de outras maneiras, as fortaleceram paulatinamente como necessárias. Porém revelaram, também, mecanismos obrigatórios de defesa individual, nem sempre conscientes ou declarados, contra um receio íntimo de que os tempos modernos pudessem promover o apagamento, não apenas daquele que se estuda, mas daquele que escreve. Neste sentido, o discurso patrimonial constitui outra maneira de falar de si. O professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, como membro do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, apresentou um artigo no “Encontro Nacional de Política Cultural”, em Belo Horizonte, em abril de 1984, publicado nas Revistas e por meio do qual defendeu a preservação do patrimônio arqueológico como reforço ou contribuição à identidade cultural. Seus argumentos revelaram uma educação firmada em novos pressupostos, onde houve uma preocupação evidente com uma noção mais abrangente de sujeito. No entanto, propiciou, a partir daquela defesa, a abertura para uma reflexão com seu leitor sobre a preservação como condição da vida *psíquica* e social, percebendo o novo comportar-se como ameaça a identidade. Creio que haja aqui e não somente neste autor, mais do que uma defesa do outro.

2.4 Amparo tem um patrimônio a ser preservado

Focalizando mais detidamente os cinco primeiros anos da década de 1980, observo a existência de discursos do patrimônio, fomentados em órgãos da imprensa local, os quais precederam a formalização de um pedido de tombamento ao órgão competente do Estado, o CONDEPHAAT. Elejo como fontes, para este momento da pesquisa, os jornais que circularam naquele momento em Amparo, ou seja, “O Comércio”, o de maior circulação, publicado desde 1917, pela família Lombardi, e que contava com João Batista Cintra na direção e Américo Ribas Esteves na redação; “O Município”, fundado em 1950 pelo combatente da Revolução Constitucionalista de 1932, José Jorge Filho, era dirigido, naquele momento pela família Tafner Jorge e redigido por José Luiz Rodrigues Leoncio; e a “Folha de Amparo”, circulando aos domingos, tendo como diretor, Clésio Moreira de Paiva Vidual, o qual acumulava a função de prefeito designado da cidade nos primeiros anos de 1980, sendo, pois, substituído na primeira função pelo jornalista Francisco Luzia Netto. Através destas publicações periódicas, difundidas para classes sociais heterogêneas, foi possível flagrar as peculiaridades locais naquilo que respeitou ao objeto deste estudo: as edificações que viriam a receber o estatuto do tombamento. Sem perder de vista o contexto mais amplo – anunciado previamente neste trabalho –, lembro que a preservação patrimonial local não foi *reflexo*, estritamente, dos ordenamentos institucionais nacionais ou internacionais.

Em 8 de julho de 1984, o jornal “O Comércio” publicava uma reportagem noticiando a realização de uma palestra, promovida pela Câmara dos Vereadores da cidade, sobre os “Problemas Urbanísticos de Amparo”, convidando os professores Gustavo Neves da Rocha – então titular da cadeira de História da Arquitetura Brasileira da FAU-USP e autor do primeiro Plano Urbanístico de Amparo – e o professor Benedito Lima de Toledo, catedrático da mesma Faculdade e já citado colaborador das Revistas do Patrimônio, na gestão Aloísio Magalhães. Segundo as palavras do professor Rocha, recontadas pelo jornal, datava da década de 1960 a preocupação com o planejamento urbano em Amparo

– na gestão do prefeito Antonio Andretta –, que resultou na aprovação do pioneiro “Plano Urbanístico” e na formulação de uma noção inédita de Patrimônio Cultural para a cidade, a qual se constituiu na opção pela preservação como forma de desenvolvimento. Referindo-se a uma das grandes conquistas, neste sentido, citou a aprovação de uma lei em 1964 que limitou a altura máxima dos prédios no centro da cidade em três pavimentos, evitando a sobrecarga do sistema de distribuição de água e coleta de esgotos; a retirada da insolação de uma construção por outra; o congestionamento de pessoas; e a falta de liberdade e identidade delas na cidade, como havia acontecido com a vizinha cidade de Serra Negra. Na mesma reportagem, foram reconstituídos trechos da fala do professor Benedito Lima de Toledo, no seu argumento, agora familiar, da importância da manutenção do patrimônio para a estabilidade *psíquica* do morador da cidade, o qual não era capaz de suportar as pressões das constantes mudanças dos seus espaços. Uma então jovem arquiteta, de nome Rita de Cássia Carrara Castan, da primeira turma do Curso de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e, à época, funcionária da Prefeitura Municipal, esteve presente na palestra e ficara absorta nos pensamentos de Toledo. Fora sua a responsabilidade por trazer as sedutoras ideias do professor para ganhar os espaços da cidade de Amparo. Conhecedora dos seus escritos, desde 1978, realizava junto com o colega de Graduação e de trabalho, Haroldo Cunha, uma listagem de patrimônios a serem preservados na cidade, preocupada já, com a sua *identidade cultural*.

De volta à palestra, outro ex-prefeito de Amparo, José Petri, tomou a palavra na sequência das discussões para dirigir-se ao presidente da Câmara, vereador Hélio Brunelli, classificando o encontro como um movimento de defesa da cultura de Amparo, pois, com pesar, observava o “dilapidar” do patrimônio histórico da cidade. Levantar-se-ia, a seguir, um debate sobre a criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Arquitetônico de Amparo, encarregado de fazer um levantamento da situação urbanística e promover um seminário para discutir – *entre profissionais* – algo que pudesse levar a uma resolução destes problemas, de maneira a envolver as representações da

sociedade, em especial os jovens. Ao final, o presidente da Câmara, Hélio Brunelli produziu um *grand finale*, ao fazer uma confissão, no sentido de que colocava a preservação do patrimônio cultural e histórico de Amparo “acima de suas próprias amizades”.

Em 25 de novembro do mesmo ano de 1984, o jornal O Município comentou a aprovação, pela totalidade dos vereadores, do aumento do “cinturão” onde as construções altas não seriam permitidas. O editorial comemorou, pois Amparo não queria transformar-se em metrópole se tivesse que pagar o preço do apagamento da escrita arquitetônica da história da cidade. “Destruir este patrimônio é atentar contra as tradições de um povo, é desprezar a própria história, é prestar um desserviço às futuras gerações”. (INFORMATIVO, 1984, p. 15). Referiu-se à palestra do professor Neves e do professor Toledo, aberta a toda população amparense, no intuito de fazê-la debater o tema democraticamente. No entanto – ao menos pelo que me foi apresentado pelos jornais – esta participação democrática fora, ou apagada ou inexistente. Aprovada a legislação, seus participantes e o corpo editorial do jornal seduziram-se pelos entusiasmos da preservação da estância turística de Amparo, através das edificações que deixavam deslumbrados “todos os que chegavam à cidade”. O vereador e proponente do projeto, novamente o senhor Helio Alceu Brunelli, justificou a pertinência da proposta com o argumento de que a verticalização desvalorizaria as edificações vizinhas e diminuiria sua insolação, ameaçando a salubridade do local; congestionaria a via pública; obrigaria a Prefeitura a modificar sua infra-estrutura; perturbaria a intimidade das pessoas que morassem nas edificações mais baixas, ao lado dos prédios.

No seu projeto, afirmou estar indo ao encontro do desejo da população e não apenas de alguns grupos. Procurava defendê-los e colocar-se a seu serviço. Encerrou o jornal enaltecendo a atitude corajosa da aprovação do texto pelos vereadores, o que iria evitar problemas no futuro, dentre eles, a formação de “mini-metrópoles”, de onde seus moradores fugiriam aos finais de semana para justamente ocupar as cidades turísticas, a fim de ver outra paisagem. Capto, a

partir destes dois breves excertos de textos, concernentes às publicações periódicas de Amparo no período compreendido pelo estudo, algumas visões que se concatenam àquelas dos patrimônios da cidade e que, historicamente, no caso de Amparo, participaram da sua definição e, sobretudo, da sua percepção. Pretendo debruçar-me sobre algumas delas.

2.4.1 Imagens de progresso

Na edição do dia 2 de dezembro, o jornal O Comércio do ano de 1984 trouxe, numa coluna sem autoria declarada, vozes dissonantes ao projeto de lei da Prefeitura, que impossibilitava a construção de prédios altos. Dirigida ao povo de Amparo, como um assunto muito sério e importante, o(s) autor(es) reconheceram que Amparo tinha sua história a ser preservada, mas afirmaram o peso também de uma nova história a ser construída. A tensão estava no fato de que neste período, Amparo enfrentava a grave dificuldade de moradias. A procura por aluguéis elevou seu valor enquanto produto – o que, ao menos neste aspecto, não fora privilégio desta cidade, senão de cidades com um determinado perfil sócio-econômico (pequeno porte e acelerado processo de industrialização). Culturalmente, criou-se o termo “fantasma do aluguel” para referir-se à situação das moradias. Lembro o leitor de que a minha instalação familiar em Amparo, mesmo em 1991, foi protelada em decorrência da falta de moradias para aluguel; fato este que nos levou a permanecer algum tempo a mais, em Campinas, enquanto nossos nomes preenchiavam as listas de espera das imobiliárias da cidade.

Desta maneira, as edificações verticais foram reconhecidas localmente como uma das soluções mais viáveis de moradias. Outro aspecto da apropriação do espaço urbano é que sua disputa econômica levou, para além do acréscimo do valor dos aluguéis, à compra de terrenos nas imediações do centro da cidade para a ereção de prédios e à especulação sobre o valor dos imóveis pertencentes ao núcleo histórico, o que acelerou seu processo de destruição e provocou descontentamentos. O, então, bacharel em História, Nomaicy Castro, escrevendo

na cidade e sobre a cidade, em artigo no Comércio de 8 de agosto de 1985, não deixou de registrar sua percepção do processo, utilizando a alegoria de uma doença, a “epidemia predial”. Sintoma típico das grandes metrópoles que estampam seu progresso em construções de prédios “arranha-céus”, produzindo “vítimas”, como na destruição do prédio da primeira Loja Maçônica de Amparo (datada de 1872), à Rua XV de Novembro.

Por outro lado, não deixaram de existir vozes entusiasmadas com o progresso. Na edição dominical de 4 de maio de 1980 do Município, o jornalista Jota Filho assinava mais um artigo da sua seção periódica “Um fato em foco”, desta vez, enaltecendo o “desenvolvimento firme e crescente” da cidade. Seu termômetro eram as construções de prédios novos, da ordem de trinta a quarenta por mês, empurrados pelo que chamou de um “surto industrial” na cidade. Nesse momento, percebo que seu discurso, apesar de localizado em outra temporalidade e espacialidade, parece confundir-se com aqueles dos Almanachs de Jorge Pires de Godoy. Afirmou que, a continuar naquele ritmo realmente “positivo de progresso”, Amparo alcançaria uma posição estatística de destaque entre os quase quatro mil municípios do Brasil. Como vimos também nas visões mais entusiastas, expressas nos almanaques, o progresso para o contemporâneo Jota Filho era fruto de esforços particulares, pois que o poder público pouco atuava nas novas realizações da cidade, limitando-se a “serviços rotineiros da administração urbana” (JOTA FILHO, 1980, p. 7).

Em 1981, na mesma coluna, desta vez datada de 19 de abril, intitulou o aquecimento do setor imobiliário de “assaz violento”. Já não estava certo quanto ao número de plantas aprovadas mensalmente pela Prefeitura: “quarenta, cinqüenta, sessenta ou mais”. Lembrou da arquitetura das novas construções: *moderna*. E na materialidade de sua linguagem foi possível perceber a ambivalência de um sujeito que se encontrava com dificuldades em assimilar, racionalmente, a violência do ritmo das mudanças. A linguagem escrita parecia insuficiente para dar cabo daquilo que sentia. Numa atitude de confissão e entrega,

semelhante às daquelas das profissões de fé, confiou que a cidade estava nas “boas mãos do progresso”. “No fundo, Amparo vai bem, obrigado” (1981, p. 6).

Se o progresso parecia ser, claramente, observável na cidade, disparando atitudes individuais, onde prevaleceram o contentamento e o orgulho, o olhar do outro permitiu fortalecer e generalizar esta atitude, quando aliado à confiante certeza nos números. Sem nomear a fonte, a edição de 3 de fevereiro de 1980 do jornal Folha de Amparo, dirigida pelo também Prefeito Municipal, Clésio Moreira de Paiva Vidual, estampou na sua manchete dominical, o título: “Amparo, terceiro município do Brasil”, referindo-se a um estudo entre os quinhentos municípios mais desenvolvidos do Brasil, que, com base em critérios econômico-financeiros – relacionados à infra-estrutura de serviços e a indicadores sociais – classificou a cidade de Amparo apenas abaixo das cidades paulistas de Araraquara e Campinas. Na edição de 27 de janeiro de 1983, O Município dividiu, entre as suas chamadas de primeira página, aquela de uma Amparo que ganhara o “primeiro lugar em progresso”, referindo-se a uma pesquisa realizada pela revista “Dirigente Regional” – que descobriu ser a mesma de onde partiu a notícia anterior. O progresso despertava suas imagens; movimentava culturalmente, ao mesmo tempo, desencantamentos e encantamentos das pessoas em relação à sua cidade.

2.4.2 Imagens de perda

No limiar da década de 1980, Amparo volta a conhecer a publicação de Almanques. Sob a inspiração de um, agora, ilustre Jorge Pires de Godoy, com status de poeta, jornalista e escritor, infatigável publicador de Almanachs, grupos amparenses ligados à imprensa escrita da cidade deram continuidade à publicação de almanques, embora somente por ocasião de celebrações dos aniversários da cidade: cento e cinquenta anos (1979); cento e sessenta anos (1989); cento e setenta anos (1999) e cento e setenta e cinco anos (2004). Imbuídos deste espírito, fizeram da publicação uma oportunidade de

rememoração romântica, atravessada por racionalidades e sensibilidades. Num dos artigos, sobre a desativação, em 2 de janeiro de 1967, do ramal da Companhia Mogiana em Amparo, o, então, ex-prefeito da cidade, Raul de Oliveira Fagundes, em protesto, escreveu um artigo para o “Amparo Jornal”, sob o título “Fato inqualificável e vergonhoso a supressão do ramal de Jaguariúna-Amparo”. Neste artigo, veementemente, criticou a postura dos diretores da Mogiana, justamente contra uma cidade que ajudara a construir o ramal e que emprestara àquela Companhia três dos seus diretores. Sobre a alegação da empresa de que a renda era insuficiente para dar conta das despesas da manutenção do ramal, Fagundes respondeu ter comprovado, através de estudos, que o argumento não era verdadeiro. Mas suas críticas avançaram ainda mais:

Se tudo está perdido como se foi dado a conhecer, – se foram os anéis que levem também os dedos. Não devemos pleitear os prédios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro localizados neste município, como compensação pelo mal que se fez ao povo amparense (FAGUNDES, 1967 Apud NETTO; CATELLI; CÔNSOLI, 1979, [s.p]).

No mesmo jornal a 8 de janeiro, um médico amparense, Carlos Burgos, publicou uma carta a Raul de Oliveira Fagundes, onde se mostrou solidário à indignação do amparense. Disse que Amparo não ficou em luto, ficou “desamparado”. E então, levou às últimas conseqüências, o argumento do amigo:

Diz em seu artigo que não devemos pleitear os prédios aqui localizados. Muito bem. Mas para essa troca vergonhosa, é melhor que *destruam tudo*, para que fiquem nesses locais o vazio das cabeças daqueles que isso determinaram e daqueles que deixaram que isso determinasse (BURGOS, 1967 Apud NETTO; CATELLI; CÔNSOLI, 1979, [s.p], destaque próprio).

Destruição. Como parte do enredo macabro da indignação ante o descaso com a história e a relevância da cidade por parte de uma Companhia de Estradas de Ferro, os dois artigos responderam às suas expectativas. Talvez indivíduos ressentidos com o descuido com a cidade e com seus moradores pudessem ter desejado levar ao extremo o argumento do boicote. Contudo, ao

menos na década de 1980, provavelmente teriam encontrado poucos aliados em Amparo. Coadunar com a derrubada de determinadas construções, em nome de que argumento fosse, seria algo próximo a cometer um sacrilégio. E talvez nenhuma outra edificação da cidade tenha movimentado discursos tão ressentidos e inflamados pela sua ausência do que o Teatro João Caetano.

Na edição do Almanaque do Sesquicentenário, um colaborador do jornal O Comércio, Armandinho Seabra, compartilhava as reminiscências de um 4 de abril de 1932, quando conheceu Amparo vindo de São Paulo, pelos trilhos da Companhia Mogiana. Achou a cidade “gostosa”, com suas “casas antigas”. Suas lembranças ora estavam naquele dia de 1932, ora em 1979, quando da produção de sua narrativa: percebia semelhanças entre os amparenses das suas reminiscências e os daquele momento, manifestas, por exemplo, no apreço de um e outro pela aparência das suas casas, “pintadas frequentemente”. A narrativa abriu espaço para as lembranças do Teatro João Caetano, lembranças não apenas suas, mas também atravessadas por aquelas de outros sujeitos. Informado de que a casa recebera companhias teatrais européias e, por muitos anos, fora espaço glorioso da opulente cultura amparense, Seabra não chegou a vivenciar tal período, pois quando da sua chegada, já funcionava no espaço o “decadente” cinematógrafo. Suas lembranças foram interrompidas para dar lugar à crítica, comumente manifesta na imprensa e nos círculos intelectuais, em relação à demolição do Theatro João Caetano:

A fúria iconoclasta de desconhecedores que, não sabem que deve ser preservado o que representa antiguidade histórica, arrasou aquela obra de arte, que era um marco histórico de Amparo e hoje no mesmo lugar ergue-se uma espécie de paredão, (chamam de edificação), mas em desacordo com a estética do local que em todas as suas casas ainda conserva um traço típico que Amparo não deve perder (SEABRA, 1979).

As rememorações anuais a cada aproximação do dia 20 de março, simbólico pela inauguração do teatro (1890), fizeram detonar na década de 1980, discursos relacionados à perda do João Caetano, os quais capturei nas

publicações da imprensa local. Lembro que através dos Almanachs do Amparo, percorremos a história de um Teatro, financiado por iniciativa particular; projetado por um engenheiro professor da Escola Politécnica de São Paulo, num estilo arquitetônico dos mais reconhecidos na época; inspirado no Teatro Guarani, de Santos; suntuoso nos seus trezes metros de comprimento frontal, vinte e oito de profundidade, nove metros e meio de altura e capacidade para seiscentos espectadores; decorado com pinturas internas de Benedito Calixto e que, em contrapartida, assistiu ao esvaziamento de pessoas. Vimos que mesmo no início de século XX, o Teatro receberia poucas companhias: “andava frio e sorumbático”, nas palavras de Jorge Pires de Godoy. Havia sido preterido, como atração cultural, pelo circo, espetáculo certamente mais acessível às classes com menor poder aquisitivo, o que não explica, sozinho, tal opção. Possivelmente a linguagem circense, o aspecto lúdico e até mesmo sua configuração espacial possam ter participado da sua escolha em detrimento do João Caetano.

Teatro que experimentou momentos de vitalidade e obsolescência, quando seu uso tornou-se esporádico, ganhou fôlego na adaptação de seu espaço a instalação de um cinematógrafo, que, ainda assim, não seria capaz de superar as pressões econômicas, as relações de poder e a tendência ao abandono pelos amparenses – embora tenha havido quem se opusesse – que o puseram a baixo. Demolido na década de 1960, o Teatro João Caetano despertou as mais intensas lembranças e lamentos entre as classes formalmente educadas na história local. Em 12 de dezembro de 1982, O Município publicou o artigo do diretor de teatro Pedro Paulo Pace, onde uma longa descrição dos espetáculos grandiosos recepcionados pelo teatro e a descrição de suas características físicas – lembraria das cadeiras de “palhinha”, vindas da Áustria – dividiu lugar com a narrativa de seus últimos momentos de “triste memória”, quando foi transformado em cinema; as telas de Calixto foram arrancadas, o palco foi destruído, as cadeiras importadas, substituídas por

[...] pesadas poltronas de madeira, fixas e, descômodas. [...] Mas o drama não terminou aí: picaretas e máquinas puseram abaixo até

o último tijolo do belo edifício, repositório das mais gratas recordações duma época bem mais feliz... (PACE, 1982, p. 22).

A posição de Pace dentro das relações sociais produtivas, como diretor de teatro, possivelmente alçou-o a uma relação mais aproximada com o espaço teatral. Contudo, sua narrativa esconde, também, um sujeito que, como outros na cidade, ressentiram-se com a brutalidade da destruição *daquela* construção específica, prenhe de significados, pelo menos, para alguns dos habitantes de Amparo. O trecho final deste fragmento de artigo – quando o autor se refere às suas lembranças no Teatro – é singular. Pedro Paulo Pace parece sugerir que a própria existência do Teatro João Caetano contribuiu para existência mesma, de um sujeito outro, “bem mais feliz”.

Em breve texto não assinado, no jornal O Comércio de 18 de março de 1982, a perda adquiriu feições de uma experiência de luto. Os noventa e dois anos do Teatro – “não fosse sua demolição” – seriam celebrados. Não fosse também o “desamor de alguns pelas tradições e pela cultura”, a paisagem do largo do Rosário não teria ficado empobrecida. Pedro Pace, novamente na crítica à demolição, afirmava que aquele largo sem o Teatro era como o “esdrúxulo sorriso de uma mulher formosa e banguela” (O MUNICÍPIO, 1982, p. 19). O jornalista Waldenir Daólio, homem das letras e que ficaria conhecido, ainda naquela década, em Amparo, pela publicação da coluna “Uma por semana”, destinada a recontar as histórias de edificações, na relação com os personagens da cidade, afirmou, numa linguagem irônica, que o teatro foi destruído para dar lugar ao “monumento arquitetônico” – referindo-se ao prédio de uma companhia telefônica construído em seu lugar. Lembro, no entanto, de uma conversa que tive com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Patrimônio Cultural, Fernando Leme do Amaral, em maio de 2010, quando ele manifestou sua indignação com as duras e recorrentes críticas da imprensa direcionadas ao poder público, por acusá-lo de não ter impedido a destruição de um teatro como o João Caetano. Trouxe à baila suas lembranças da juventude, quando ajudou a carregar o caminhão que transportou os tijolos ainda aproveitáveis da demolição do João

Caetano para o Liceu de Artes e Ofícios, onde seriam utilizados para assentar o piso de uma quadra poliesportiva. Sua memória duvidaria de que tivessem existido grandes manifestações contrárias à destruição, mas faria questão de registrar as impressões de um garoto que percebia um teatro “abandonado” pelos amparenses e que, quase cinqüenta anos depois, elevava sua voz contra aqueles que insistiam em acusar a administração pública pelo descaso com o Teatro. O descaso teria sido, antes, da própria comunidade.

Todas estas tentativas de captar imagens conduziram-me ao entendimento de que a lembrança do Teatro foi acompanhada de perto pelo correlato lamento da sua perda – pelo menos da parte de alguns. Nestes discursos, a História comportou-se como mestra da vida, aquela que oferece o ensinamento moral do passado para a não repetição de erros no presente. Na década de 1980, somado ao contexto de disputa em relação aos espaços na cidade – por um mercado imobiliário aquecido – e à educação das lembranças – fixadas na perda de um teatro, ícone da história pujante do município –, um discurso preservacionista, sob a legenda do patrimônio histórico, será largamente acionado para estabelecer valor às edificações e combater futuras destruições e/ou descaracterizações.

2.4.3 Imagens de patrimonialidade

Empresto a ideia de patrimonialidade ao estudo do professor Dominique Poulot, sobre a História do Patrimônio no Ocidente. O termo designa a “modalidade sensível de experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo”. Poulot exemplifica como uma primeira patrimonialidade, a relação íntima e secreta de alguns proprietários ou especialistas com determinado objeto, lugares e monumentos, que, paulatinamente, através de outro processo – o de patrimonialização – teriam sido construídos enquanto vestígios do passado, passíveis de leitura dentro de um mesmo quadro, o do patrimônio histórico. A patrimonialização seria, então, a

atribuição do qualificativo patrimônio a objetos presentes no seio de determinada sociedade e que é acompanhada pelo desejo da sua preservação legal (POULOT, 2009, p. 33).

No caso de Amparo, as experiências sensíveis de indivíduos com as edificações foram notadas nas lembranças escritas e publicadas nos jornais locais, de circulação corrente nos anos de 1980. Essas experiências sensíveis foram atravessadas, muitas vezes e de maneira ambivalente, pelo lamento do progresso, pela retórica da perda, da antiguidade (às vezes acompanhada pelo desejo de querer devolver o objeto à sua condição e característica física primeira), da estética (como afirmação da beleza experimentada num outro momento, sempre anterior) e da *preservação*. Esta última será cingida em diversos momentos com o discurso da patrimonialização, desembocando ambas, numa mesma instituição oficial, externa, centralizadora e reconhecida: o CONDEPHAAT. E também em sujeitos privilegiados desta localidade, orientados nas diretrizes daquele Conselho e responsáveis por atuar na cidade, no sentido da seleção, estudo e conscientização para o patrimônio.

Desde os primeiros anos da década em questão, a temática da preservação patrimonial ocupou espaço na pauta dos jornais semanais. No Comércio do dia 23 e do dia 30 de Novembro de 1980, é noticiada a realização da “I Semana de Estudos Históricos”, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Plínio Augusto do Amaral”. Entre as temáticas discutidas pelos professores convidados, a chamada por um “Movimento de Preservação do Patrimônio Local” foi destacada pelo jornal. Promovida por estudantes e professores, entre os quais o por hora regresso, Jorge Sidney Coli Júnior e a diretora do Museu Histórico Municipal, Teresinha Nogueira Frare, a discussão partiu da constatação do potencial histórico da cidade, acumulado desde os tempos do café – a maior riqueza econômica de outrora e que conduziu ao correlato da riqueza cultural, manifesta, entre outras, nas edificações – o qual a geração que despontava precisava conscientizar-se, impedindo a perda. Pairava, então, uma ameaça ao potencial cultural e histórico da cidade: o progresso, que, barbaramente, destruiu

dezenas de prédios e precisava ser refreado, num esforço coletivo e enérgico. À imprensa, na condição de veículo de comunicação de massa, coube a tarefa de informar tudo o que dissesse respeito à preservação do patrimônio local. Daquele encontro, objetivou-se sair com a elaboração de um documento realizado a partir de levantamentos de informações e estudos históricos da cidade e das edificações a serem protegidas. A reportagem finalizava com um chamamento do seu autor, Nelson Machado Filho:

Senhores e Senhoras:

– Amparo é a terra da felicidade... Terra dos abençoados... Terra de cultura. História da nossa história. Para amá-la é preciso conhecê-la. Para conhecê-la é preciso estudá-la. Para estudá-la é preciso conscientizar-se. Participe:

– Seja você também, um divulgador da nossa cultura (O COMÉRCIO, 30 nov. 1980).

Apesar da linguagem, reveladora de sentimentos pela cidade, o incitamento à participação coletiva na preservação é formalizado e externado na escrita sob o crivo da razão, na afirmação de uma dimensão apenas consciente da atitude patrimonial e da necessidade de, portanto, se promover uma educação racional dos sentidos (conhecer, estudar). A retórica da conscientização seria mais uma a ser frequentemente acionada, quando Filho se referiu à noção do patrimônio histórico local.

A Folha do Amparo de 14 de março de 1981 elogiou o fato de a cidade, mesmo em meio à “marcha ininterrupta rumo ao amanhã de progressos”, fazer parte de um seleto grupo de cidades que ainda conservavam, de maneira corajosa, inúmeros imóveis de estilo colonial. Lembrou de um documento elaborado, a partir do levantamento histórico e fotográfico do município, elaborado, inicialmente, pela diretora do Museu, Teresinha Frare e pelos arquitetos Haroldo Cunha e Rita de Cássia Carrara Castan – personagens ligados à gestão municipal e que ora se apresentavam como responsáveis pelo envio destes resultados ao CONDEPHAAT e pela solicitação da sua colaboração técnica com o objetivo de evitar novas destruições. A arquiteta Rita Castan, que iniciou por conta própria, em 1978, um

primeiro levantamento das histórias de uma seleção de edificações, registrou, numa conversa telefônica travada comigo, as dificuldades dos primeiros movimentos, ainda bastante informais, com um número pequeno de colaboradores, os quais, sem financiamento, dividiram entre si os eventuais custos do trabalho e enfrentaram, de início, resistências culturais dos proprietários das edificações-objeto da seleção patrimonial.

Falar em patrimônio naquela época era muito engraçado porque ninguém sabia direito o que era. Mesmo arquiteta, todo mundo desconfiava um pouco e falava: o que é arquiteta? Porque nem tinha muito isso na época. Ainda mais engenheiro. Então tinha que explicar até o que era ser arquiteta. Eles estranhavam ter “mulher” arquiteta na época, na obra, porque aqui em Amparo não tinha[...]. Era complicado falar de patrimônio porque eles achavam que tombar, no começo, era tombar literalmente. [...] E era verdade e falavam isso: a prefeitura ia pegar dele e demolir ou então ia pegar para virar museu, era engraçado isso (CASTAN, 2011).

Mesmo o então prefeito, Clésio Vidual, inicialmente pouco receptivo à ideia da preservação patrimonial, recebera do CONDEPHAAT impressos plastificados esclarecendo sobre a importância de se preservar o patrimônio local. Os impressos destinavam-se à distribuição em escolas, clubes sociais e empresas de comunicação com a “[...] finalidade principal de *conscientizar* os proprietários e população a respeito do assunto” (FOLHA DE AMPARO, 1981, p.1, destaque próprio). No mesmo ano, O Município de 15 de fevereiro referiu-se ao início de diálogos entre a Prefeitura e o CONDEPHAAT, para a preservação da riqueza arquitetônica de Amparo, com a satisfação de quem percebia que aquela colaboração traria repercussões ao

[...] promover à população amparense, uma *conscientização* sobre a preservação do nosso rico e ainda bem conservado patrimônio arquitetônico, através de cursos, palestras, publicações, exposições, etc. (1981, p. 19, destaque próprio).

Da colaboração e diálogos com o CONDEPHAAT emergiram um conjunto de orientações destinadas a esta conscientização, entendida como atitude de internalização de princípios preservacionistas, gerados a partir do

conhecimento racional e objetivo da edificação patrimonial, no quadro da história local. Ainda em 1981, em outubro, o mesmo jornal publicou a notícia de que a Prefeitura, em parceria com o CONDEPHAAT, realizaria uma exposição fotográfica e textual em painéis espalhados pela praça central da cidade – a Barão do Rio Branco, em frente à Matriz –, contando trechos da história de Amparo e de alguns amparenses. Metodologicamente, era uma iniciativa recém-descoberta pela arquiteta Rita de Cássia Carrara Castan, que através do conhecimento do projeto “Museu de Rua”⁴³, fizera um convite ao seu idealizador, o arquiteto, fotógrafo e professor da FAU/USP, Julio Abe Wakahara, para que viesse desenvolver sua proposta em Amparo.

Era coisa assim, super nova. Porque museu era museu entre quatro paredes. [...] A gente confeccionou, nós mesmos, voluntários, confeccionamos os painéis. Contamos com a colaboração da população, alguns amigos meus. Tinha um fotógrafo aqui em Amparo que também topou a brincadeira. A gente foi contando com o que dava e fizemos o Museu de Rua (CASTAN, 2011).

O Museu. Constituído em Amparo como espaço, por excelência, da patrimonialidade e da patrimonialização. Não faltaram referências ao seu nome, durante a década de 1980: as seções “Sobre o Museu” ou “Nosso Museu”, do jornal O Município, apresentaram, semanalmente, histórias dos objetos preservados naquela instituição; a seção, já referida, “Uma por semana”,

⁴³ Segundo a tese da professora Cláudia Engler Cury, uma concepção de museu, municipal, mais aproximada com as comunidades locais, já estaria presente no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, que fundamentou a organização da preservação patrimonial, em nível federal, a partir de 1937. Baseado na sua experiência no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo criou-se, nesta mesma cidade, em 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), responsável por preservar e divulgar os documentos relativos à memória da cidade. Nesse contexto, foram elaborados os “Museus de Rua” que Cury sistematiza, para fins analíticos, em duas versões: uma primeira, nos anos de 1970, relacionada, sobretudo, às exposições realizadas pelo “Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo”, onde flagro por entre seus objetivos, a persistência da imagem da perda; e a segunda versão, correspondente aos anos de 1980 e 1990, caracterizou-se pelo governo do Estado de São Paulo ter encampado a proposta municipal, ampliando-a para um “Museu de Bairro”, o que revela uma reformulação, sugere a autora, dos paradigmas no interior das ciências humanas: através da relação história local/história nacional se pretendeu constituir novas “brasilidades” (memórias/identidades) no território da cidade. Recomendo, novamente, sua tese, a partir da página 107.

publicada em dois jornais – O Município e O Comércio – sobre as histórias de edificações da cidade, escritas pelo finado membro da Academia Amparense de Letras, Waldenir Daólio, revisitaram a história do palacete, onde o Museu havia se instalado, outrora residência do Coronel Luiz Leite (depois, Barão do Socorro). O seu valor como reliquário, a abrigar tesouros locais e nacionais, foi acionado sempre que qualquer movimento o colocasse em risco, como se deu quando da notícia de que o prédio poderia ser desocupado para dar lugar à Prefeitura Municipal (O COMÉRCIO, 1980, p. 1). O desenvolvimento cultural da cidade, num contexto de ausência de outras instituições culturais locais, como o teatro, foi mensurado, na imprensa, pela quantidade e excepcionalidade do acervo museológico, incrementado e propagandeado de tempos em tempos por novas doações. Contudo, não faltaram vozes, igualmente audíveis, a lamentar o fato de o Museu de Amparo ser pouco visitado pelos amparenses. De tempos em tempos, o jornal O Comércio publicava a seção “O que vai pelo nosso Museu”, onde narrava alguns acontecimentos relacionados àquele espaço, dentre os quais, as doações recebidas, as atividades realizadas e a frequência de visitantes. Frequentemente lamentou o jornal a ausência de um público local, salvo aquele induzido por passeios e atividades pedagógicas, realizadas pelas escolas. Algo distanciava o Museu de Amparo do amparense. Neste sentido, o Museu de Rua terá sido um sucesso. Nos dizeres dos jornalistas, ao aproximar, justamente, o museu e a rua, a proposta promoveu instantes informativos de reflexão, num espaço de circulação cotidiana; permitiu outro olhar sobre a cidade, através de painéis elaborados com “muitas fotos e textos simples e agradáveis”; abriu a possibilidade do diálogo com as pessoas, no sentido de fazê-las participar como colaboradoras de documentos para os painéis (O MUNICÍPIO, 8 abr. 1982). Como prática cultural, apesar de reconhecer que nem todos puderam guardar as suas lembranças em objetos colecionáveis e que, portanto, suas histórias e seus patrimônios, possivelmente, estivessem longe daqueles painéis, sua exposição, certamente, terá movimentado visões de mundo e sensibilidades, de formas tão variadas que nem olhares, os mais cuidadosos, serão capazes de captar em sua totalidade. Neste momento,

não faz parte do foco da pesquisa e desta narrativa o estudo específico das recepções do Museu de Rua em Amparo. No entanto, através de algumas imagens – flagradas nas publicações periódicas e na entrevista com a arquiteta Rita Castan –, penso que a opção metodológica por um Museu que fugiu às convenções e cujas atividades desenvolveram-se fora do seu espaço tradicionalmente compartimentado, favoreceu o fortalecimento das relações dos amparenses com os espaços da cidade e, principalmente, com o outro – na cidade –, colaborando para a educação das racionalidades e sensibilidades históricas de ambos. A insistência neste argumento tem motivos no entendimento de que as noções mesmas, de patrimônio e de preservação, em Amparo, não se constituíram – ousaria dizer, absolutamente – sem a relação com o outro.

2.4.4 Imagens do outro

Antes, uma consideração de ordem teórico-metodológica. A ideia do outro, a que frequentemente me refiro no trabalho, é empregada num sentido apreendido a partir dos estudos do professor búlgaro, Tzvetan Todorov, como sendo aquele que é diferente de mim e do meu grupo social determinado (2003), concepção que se revela comum também, à filosofia benjaminiana.

Desta maneira, a imagem de Amparo como cidade de edificações com valor de patrimônio histórico, não se constituiu sem a recorrência ao poder legitimador do discurso do outro, flagrado, este, em dois atos: através dos discursos elaborados no interior da cidade – principalmente vindos da imprensa escrita –, para serem consumidos nela e longe dela; e discursos externos à cidade, elaborados, também, para serem consumidos pelos os que estão dentro e fora (refiro-me, em especial, ao turista). No Comércio de 9 de novembro de 1980, noticiou-se o descaso com uma “velha mansão que já tivera seus dias de glória”. Construída em 1895, para servir de residência a Felício de Campos Cintra, “abastado capitalista e produtor de café”, na sua morte, a casa fora herdada pelo filho, Hildebrando Cantinho Cintra e, posteriormente, não havendo descendentes

diretos, foi tornada propriedade do governo do Estado de São Paulo que, antes, já a havia utilizado como sede da Delegacia de Polícia. Nos anos de 1980, a construção esteve sem destinação definida e permaneceu, segundo os jornais, “abandonada” e “em ruínas”. O sobrado, “do mais alto nível arquitetônico”, representava os tempos gloriosos dos coronéis do café (SÃO PAULO, 24.326/85, p. 12). Aquela edificação seria a primeira a figurar em Amparo como objeto da preservação patrimonial, por meio de um processo de tombamento estadual pelo CONDEPHAAT. Sem uso social, a posição do editorial do jornal pela municipalização do prédio, seguido de sua transformação numa Casa de Cultura, foi considerada coerente, mas pouco movimentou atitudes neste sentido. Dois anos depois, o mesmo jornal criticou a permanência do abandono desta edificação, agora apresentada como “patrimônio público estadual” (mesmo sem efetivamente o ser), cuja construção “se enquadra perfeitamente nos parâmetros arquitetônicos da cidade velha”.

Em 29 de maio de 1983, os redatores do mesmo jornal comemoraram, desta vez, o processo de restauração de outro prédio da “cidade velha”: a casa que pertencera ao chefe da estação e que já seria considerado um “patrimônio” da cidade, pela admiração que causava em todos, pela arquitetura em estilo colonial e pelos afrescos moldados pelos construtores e artesãos. Contudo, na edição de 10 de julho, o entusiasmo fora interrompido com o pesar pelo desabamento do prédio administrativo do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), ocorrido no dia 6 de julho, por volta das vinte e três horas, à Rua Humberto Beretta, número oitenta e nove. O editorial do jornal O Município lamentou o desmoronamento de uma construção, que qualificou como um patrimônio da cidade, dada a sua vinculação histórica ao contexto da imigração italiana em Amparo, em fins do século XIX. Aquela construção, datada do início do XX, fora erguida à custa da “Sociedade Italiana Di Mútuo Socorro”, organização civil formada por italianos radicados em Amparo e que se orientou no sentido de prestar assistência, principalmente financeira, aos seus compatriotas recém-

chegados. Em certo momento histórico posterior, o prédio serviu de espaço para as sessões da Câmara Municipal.

Apesar das reformas que alteraram o seu estado original, não podia deixar de ser considerado um prédio de valor histórico, ainda mais numa cidade que ia “perdendo pouco a pouco a sua memória, gravada nas fachadas das casas e nos contornos das ruas”, pela destruição ou negligência dos proprietários e do poder público. Era um *patrimônio*, como o era também o edifício do Mercado Municipal, aquele “[...] cujo estado não esta[va] de acordo com o nosso progresso e desenvolvimento” (1908, p. 149), nas palavras de Francisco Antonio de Araújo, registradas nos “Almanachs” do início do XX. Como o era também o Jardim Público, “patrimônio no campo do lazer” (O MUNICÍPIO, 14 out. 1984, p. 3).

Mas nem tudo são patrimônios. O discurso da patrimonialização, flagrado pelos jornais, permitiu desvelar tensões quanto aos significados ambivalentes da noção, mesmo, de preservação patrimonial. Em 1981, o vereador Edu Bastos questionou a administração pública sobre a destinação do antigo prédio do matadouro, construído em 1885 – por Jerônimo Tambelini –, antes mesmo da construção do sobrado de Felício Cintra (1895), o primeiro a figurar num processo de tombamento em Amparo, e do tão lamentado, Teatro João Caetano (1890). Quanto ao prédio do matadouro, não concordou o vereador com a sua demolição, considerando-a altamente lesiva à memória da cidade; entendeu ser necessário, entretanto, estabelecer-lhe nova função, tendo sugerido a sua transformação em teatro. Mas na edição de 21 de maio daquele ano, um novo artigo do mesmo vereador informou que o prefeito já fazia planos de construir um novo teatro, mas em outro terreno. Tal fato levou Bastos a acatar a sugestão do presidente da Câmara, no sentido de transformar o matadouro, em uma escola; opção também contrariada pela Prefeitura que alegava haver firmado uma parceria com o governo paulista para a construção de um novo estabelecimento escolar – também em novo terreno (O COMÉRCIO, 1981).

Os protestos do vereador Bastos contra a demolição do Matadouro foram abafados por outras tantas vezes que o colocaram abaixo. No Município de

30 de maio de 1982, celebrou-se o triunfo da campanha, encetada pelo jornal, a favor da demolição do casarão do antigo Matadouro. Pesava contra ele o fato de localizar-se, então, numa área englobada pela urbanidade e, agora, de intensa circulação de automóveis, na confluência da Rua Galvão Bueno com a estrada que leva à cidade vizinha de Monte Alegre do Sul. Alegava o jornal que aquele entroncamento havia levado ao luto diversas famílias amparenses. O jornal Folha de Amparo, em edição de 5 de junho, declarou que “o bom senso prevaleceu”; o Matadouro era um “antigo e grave problema viário”, “um obstáculo aos motoristas”, que o prefeito Clésio Vidual se pusera a resolver, diante da morosidade com que os órgãos estaduais estudavam o assunto.

O casarão esteve, literalmente, no caminho do progresso. Fora acusado de ceifar vidas. O discurso patrimonial não resistiu à tamanha acusação. Sua demolição terá representado “um alívio” (FOLHA DO AMPARO, 5 jun. 1982).

As relações de força dos indivíduos com seu tempo, espaço e, sobretudo, com o outro, mais de uma vez chocaram-se com alguma pretensão à universalidade dos valores patrimoniais em Amparo. Em 23 de janeiro de 1983, a manchete do Município chamou de “retrocesso político, histórico e cultural”, a decisão do prefeito José Carlos de Oliveira, que, mesmo em meio ao momento de discursos democráticos, governava a cidade ignorando a vontade popular. Referia-se, especificamente, ao caso da desativação da praça da estação antiga, “um verdadeiro patrimônio histórico da nossa cidade”, que, afirmavam, não era vontade do “povo” destruir, pois queriam eles que todas as “lembranças vivas” dos seus antepassados tivessem sido “mantidas, restauradas e quem sabe até, tombadas”. Mas uma necessidade insaciável de progresso fez, novamente, de um patrimônio, o empecilho à livre manifestação de desejos mais amplos da urbe. Espaço, outrora, de uma estação de trem, lugar de encontros e despedidas; conversas e troca de olhares; presença constante de pessoas, a praça foi desativada para a construção do Hotel Ancona, uma exigência para uma cidade que pretendia se estabelecer como a estância do turismo histórico na região, local da maior coleção de acervos arquitetônicos preservados como patrimônios.

Parece-me instigante, principalmente neste último caso, que estamos diante de significações distintas de patrimônio, atravessadas por visões de progresso, de perda, de patrimonialidade – e de patrimonialização –, construídas por indivíduos historicamente localizados em lugares distintos, no interior das relações sociais. No entanto, prevalecera, de ambos os lados, um discurso patrimonial. No intuito de fazer acentuar a vocação histórica de Amparo e da sua arquitetura, como patrimônios, o prefeito da cidade manda construir um hotel sobre os escombros de uma estação ferroviária, considerada por parcelas da população, igualmente, um *patrimônio*! No caso do matadouro, o novo traçado urbano da cidade patrimonial exigia que um patrimônio fosse destruído, pois o progresso o tornara, agora, obstáculo à cidade do turismo histórico. Assim, os discursos colocados em ação, parecem comportar-se como, de certa maneira, *autofágicos*. Invocados como legitimadores da preservação da história local, sobrevivem, por vezes, da destruição de discursos outros de patrimônio. Analiticamente, esta autofagia pode ser historicizada num contexto fortemente marcado pelo avanço das relações capitalistas. Fornece indícios de relações modernas que, na valorização positiva da novidade, logo tornam o novo, velho, em nome de outra novidade. Na medida em que também é distanciado das significações mais plurais que os amparenses ou aqueles ora moradores da cidade constituem, o patrimônio fortalece-se na sua imagem como mercadoria, consumível pelo turismo histórico dos sentidos.

2.4.4.1 Imagens do outro: o turista

Peço ao leitor que imagine um recorte a partir da situação logo acima narrada, da desativação de uma praça para a construção de um hotel, a servir às pretensões turísticas de Amparo. Procurarei ampliar esta imagem do outro, debruçando-me, mais detidamente, nas suas relações com o turismo. Lembro, inicialmente, dos escritos da professora Marly Rodrigues, à época, desenvolvendo sua pesquisa historiográfica sobre o período 1969-1987, o qual englobou a criação

do CONDEPHAAT paulista. Na sua tese de doutoramento,⁴⁴ defendida no Departamento de História do IFCH, UNICAMP, afirmou uma peculiaridade quando da implementação do Conselho. Embora orientado por uma proposta semelhante àquela da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o CONDEPHAAT paulista originou-se a partir de uma perspectiva diferente “[...], pois guardava um profundo sentido cívico, aliado ao sentido *turístico*, ambos de interesse do poder público” (RODRIGUES, 1994, p. 39, destaque próprio). Avançando no argumento da autora, destaco sua análise de que o CONDEPHAAT nasceu desfocado do seu tempo, pois a finalidade do patrimônio, definida naquela nova orientação da SPHAN, era preservação das memórias constituídas pela nação. Porém, no órgão paulista, prevaleceu o “caráter turístico do bem”. A função do patrimônio na sustentação do turismo histórico resultou, pois, na

[...] consideração exclusiva do monumento histórico enquanto objeto de apropriação do passado como forma de enobrecimento de segmentos sociais conservadores de documentação de uma genealogia fundadora, que se perdia em meio à expansão da complexa sociedade urbano-industrial em São Paulo; pretendia-se em uma palavra, compor a memória dos descendentes das elites agrárias (p. 49-50)⁴⁵.

Capto e amplio esta imagem: no universo citadino amparense, os segmentos intelectuais da sociedade local elegeram, fundamentalmente, como pertencentes à categoria patrimonial, edificações provenientes do final do século XIX e início do XX, construídas em pleno avanço do sistema capitalista (agrário-exportador) e culturalmente experienciadas, ao menos entre os formuladores de almanaques, em meio ao contexto moderno e progressista da urbe. Edificações inspiradas em modelos arquitetônicos de origem europeia que, para além de traduzir o chamado “bom gosto” dos seus engenheiros e arquitetos, representou o desejo de alguns em quererem visualizar e fornecer para o outro, a imagem de

⁴⁴ Em 2000, seu trabalho foi publicado em uma parceria entre a Editora UNESP e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Ainda segundo a professora Rodrigues, esta visão desencadeou disputas internas no interior do Conselho que apartaram os profissionais envolvidos, em grupos.

uma Amparo do futuro. Na década de 1980, a modernidade capitalista revelou-se, pelos discursos de certos intelectuais, contraditoriamente, como nociva à existência mesmo das edificações patrimoniais que, naquele momento, representariam, antes, a sobrevivência de um momento pretérito. Entretanto – como hipótese interpretativa – por estarem descolados das experiências mais plurais da população citadina e remeterem a uma genealogia que não fora a sua, o patrimônio de Amparo, mergulhado nas relações capitalistas, encontrou no turista, um consumidor/apreciador dos seus valores.

A seção “Ciranda da Cidade”, assinada pelo casal Esther e Walter Rodrigues Símaro, destinada a narrar as movimentações culturais em Amparo, referiu-se, no início do ano de 1981, à inauguração do já referido Hotel Ancona. Informavam sobre o novo equipamento urbano ser de grande valia ao turismo local, embora o turismo não estivesse na “estaca zero”, por contar com um Museu (Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos”) de tal categoria, a ser correntemente visitado pelos turistas das mais diversas cidades do Brasil, que aproveitavam a estada na cidade para “apreciar os prédios antigos”. No entanto, quanto ao próprio amparense, este não sabia “valorizar e divulgar” aquele espaço. (O COMÉRCIO, 15 fev. 1981). Duas edições depois, o casal retornou à coluna chamando o amparense “a promover mais sua terra e a orgulhar-se do que ela possui”. Registraram, então, uma crítica realizada por turistas, os quais, hospedados num balneário nas imediações da cidade, conheceram algumas professoras locais que não souberam informar, quando perguntadas, como era o Museu da cidade e o que constava no seu acervo. E justamente o Museu, o “arquivo da memória”, a “casa de História”, o “relicário das mais caras tradições”, o “elo que liga presente-passado-futuro”, a “instituição de nível regional”. Entretanto, lamentou um vereador, era uma casa “nem sempre bem compreendida” (BASTOS, 1981). Por compreendida, entenda-se valorizada e por valorizada, entenda-se não freqüentada por uma parcela maior de amparenses.

A então diretora do Museu, Teresinha Frare, havia criado um “livro de impressões”, transcrito em excertos na já referida seção “O que anda pelo nosso

Museu”; narrativas elogiosas do acervo do referido espaço eram realizadas, em geral, por sujeitos vindos de outras cidades, na condição de passantes – um das máximas do turismo –, que chegaram a elevá-lo como referência de preservação e de riqueza documental, a servir de exemplo para outros museus, inclusive para os da cidade de onde, respectivamente, provinham. A diretora afirmou, inclusive, numa entrevista datada de fevereiro de 2011, que, nos primeiros anos de criação do Museu, fora pessoalmente solicitar às famílias que detinham importantes acervos documentais da cidade, a sua doação ao recém-criado Museu.

Ainda assim, o Museu não foi uma instituição espontaneamente visitada pelas diferentes classes sociais amparenses. E por este ângulo analítico, o turismo contribuiria para nutrir o sentimento de orgulho daqueles que sabiam ter um tesouro nas mãos; ao mesmo tempo, permitiria àquele espaço e às outras edificações patrimoniais, conhecer algum reconhecimento no olhar entusiasta daquele que, vindo de fora, visitava a cidade e estabelecia com ela relações, dentre outras, de consumo, no turismo histórico dos sentidos.

Em artigo de 27 de setembro de 1981, O Município veiculou notícia do que chamou de “A descoberta de Amparo pelos paulistanos”. Através das imagens televisivas da novela “Os imigrantes” (TV Bandeirantes), puderam os telespectadores ser apresentados à cidade. Em doses homeopáticas, administradas pelo diretor da novela, as exposições fizeram crescer, segundo a notícia, as expectativas estrangeiras de um encontro pessoal com a Amparo que representava a “fuga do bulício dos grandes centros” (PINTO, 1981, p. 13).

Politicamente, a Prefeitura Municipal esforçar-se-ia também, ao menos em meados da década de 1980, por atribuir uma identidade à cidade como estância turística. No entanto, estas ações contrastavam com as constantes reclamações dos gerentes de hotéis, cujos hóspedes, mesmo procurando a hospitalidade e a tranquilidade de Amparo, queixavam-se por não ter o que visitar na cidade (O MUNICÍPIO, 1 jan. 1984, p. 1). Talvez porque Amparo, no interior das relações capitalistas, não representasse mais o novo e já estivesse exaurida como objeto de consumo. A municipalidade tentaria, ainda, fazer do Morro do Cristo

Redentor um novo lugar da patrimonialidade. Mas os jornais afirmavam que ele não dispunha da urbanização necessária para receber os turistas (pavimentação dos acessos, instalação de aparatos de segurança, melhoria do local de observação e, principalmente, construção de um restaurante e de uma área de lazer). A cidade do passado já havia tido um cartão postal: a Igreja Matriz. Mas, como mercadoria suas potencialidades, naquele contexto, estiveram restritas. E neste sentido, o Morro do Cristo pareceu corresponder melhor à imagem dos novos tempos e servir de um novo postal de Amparo (O COMÉRCIO, 11 nov. 1984).

A força do turismo histórico dos sentidos se fez tão irresistível que até mesmo uma velha máquina compressora, utilizada para realizar o piso asfáltico da cidade em outros tempos, foi restaurada, no intuito de tornar-se objeto de exposição (O MUNICÍPIO, 16 jan. 1983, p.1).

Em 1983, o então prefeito, José Carlos de Oliveira, fez uma consulta pública aos munícipes sobre a orientação turística que a cidade tentava seguir; o qual foi, segundo os jornais, bem acolhido pela maioria dos moradores. O patrimônio foi visualizado, de maneira ambivalente, como possibilidade de emprego e de sobrevivência das classes locais economicamente fragilizadas, o que pode ter gerado – não numa relação automatizada – a constituição de, por exemplo, um sentimento de identidade dos moradores locais por habitarem numa cidade, que, literalmente, lhes alimenta por ser histórica, através do outro. E este outro não cansaria de afirmar que Amparo é uma bela cidade!

Todas estas representações acerca da preservação de objetos da cultura material foram flagradas em temporalidades e durações distintas, no agora de praticamente uma década. Não houve, entendo, uma visão única de patrimônio que não tenha sido atravessada por outras imagens contraditórias, tensas, que com ela se relacionaram. Desta maneira, a tentativa de burilar o contexto das movimentações formais para o tombamento dos patrimônios históricos de Amparo não se realizou escamoteando-se os movimentos locais que participaram de seu engendramento. Que algumas imagens tenham apenas acenado, aqui e ali, na

atitude do tombamento, ainda assim, deixaram marcas naquele contexto. Porém, sozinhas, não o definiram. Isso porque o processo, historicamente datado, de tombamento dos patrimônios de Amparo constituiu-se, verdadeiramente, num vespeiro de ambivalências.

2.5 Os processos de tombamento

As edificações julgadas pelo colegiado de especialistas – à época, membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – como objetos primeiros a compor um rol de patrimônios históricos da cidade, foram preservadas em Amparo, na década de 1980, através do ato do tombamento. Juridicamente, estas edificações sofreram restrições à liberalidade da sua descaracterização física, devendo-se – a partir daquele momento e mesmo antes, durante o curso do processo deliberativo – consultar o CONDEPHAAT para quaisquer intervenções, fossem elas de “modificação, reforma ou destruição” (SÃO PAULO, 24.300/1985, p. 128). Como afirmei, tratou-se de um processo, no caso de Amparo, iniciado a partir da solicitação de munícipes, ora organizados em grupos civis, ora pertencentes aos poderes instituídos. Composto, genericamente, de ofícios, pareceres, estudos, deliberações e pesquisas, verbalmente formalizadas num suporte material (papel), os processos tinham o objetivo de estabelecer comunicações entre o referido Conselho e a localidade. Tal documentação foi agrupada em pastas, denominadas “Processos de Tombamento”, e hoje está disponível para consultas no Centro de Estudos da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), espaço criado a partir de uma reorganização da estrutura da Secretaria Estadual de Cultura, em 2006.

Naquilo que respeita aos patrimônios de Amparo, constam no Centro três processos de tombamento, localizados pelo número que os identificam no Conselho e pelo ano em que ocorreu a abertura das suas atividades e a compilação dos primeiros registros: 1) Processo número 24.300/1985, relativo ao

tombamento do núcleo histórico da cidade, composto de 23 edifícios e suas respectivas áreas envoltórias (antigo guichê 159/1985); 2) Processo número 24.326/1985, relativo a um imóvel à Praça da Bandeira, número 55 (antigo guichê 117/1984); 3) Processo 24.929/1986, relativo à Escola Estadual Rangel Pestana (este agrupado em cerca ⁴⁶ de oito volumes, pois fora incluído num projeto estadual de tombamento de escolas do período republicano paulista). As histórias das tentativas de acesso a esta documentação renderiam muitos parágrafos no interior da presente dissertação. Contudo, opto por não fazê-los, na tentativa de preservar a imagem de pessoas e não colocar excessivo peso, na elaboração desta dissertação, na carência da documentação. Contudo, não me nego a realizar algumas breves observações, na expectativa de possibilitar ao leitor também impregnar-se da poeira levantada pelos caminhos por mim percorridos, de modo que, coletivamente, possamos estabelecer uma reflexão frente a certas práticas culturais as quais, entendo serem nocivas à produção de conhecimentos histórico-educacionais.

Conhecia algo da configuração dos processos. Ainda como graduando, no Curso de História na UNESP de Franca, pude ter acesso aos processos de tombamento, elaborados no interior do órgão de proteção local do patrimônio histórico francano e recorde-me de que me detive, então, nas justificativas declaradas para o pedido de tombamento, sem conseguir, na ocasião, avançar na formalização de uma reflexão mais apurada, além da impressão de que teriam sido justificativas esvaziadas de significados coletivos. Imaginei que em Amparo, tratando-se de tombamentos em nível estadual, provavelmente existiriam também tais processos, localizados na própria cidade ou no CONDEPHAAT. Se a minha pergunta mantinha-se aquela do tentar aproximar-me dos significados construídos em torno do tombamento de edificações na cidade, poder conhecer sob que

⁴⁶ Tive acesso a apenas seis volumes destes processos. Fui informado pela funcionária do Centro de Estudos, Norma, de que os volumes restantes – ela não saberia precisar quantos – estavam sendo utilizados pelo Conselho e por este motivo, naquele momento, encontravam-se indisponíveis para consulta.

justificativas teriam sido feitas as escolhas entre uma e outra, pareceu-me fundamental para a pesquisa.

Por entender tratar-se de processos de caráter público, novamente imaginei não haver grandes empecilhos ao seu acesso, no que fui contrariado por posturas emanadas daquele órgão, bem como da Prefeitura Municipal de Amparo, ora desnecessariamente restritivas, ora aproximando-se do patrimonialismo weberiano, o que forçou a que me armasse de novas estratégias, não mais para o acesso aos processos – pois continuaria perseguindo os caminhos institucionais –, mas para a tentativa de reconstituí-los a partir de fragmentos. Os mais experimentados nestes caminhos, leitores deste trabalho, talvez estejam agora afirmando a si mesmos: “ora, isso são percalços de qualquer pesquisa! O pesquisador deve mover-se entre eles”. E imaginando seus hipotéticos conselhos, digo que procurei ouvi-los.

Metodologicamente, dediquei-me a novas leituras e a abertura de novas hipóteses reflexivas quanto à produção de conhecimentos histórico-educacionais, relativos ao tema. Graças ao diálogo com os textos benjaminianos, à orientação de uma profissional experiente em, no ato de pesquisa, “tirar leite de pedra”, bem como às discussões no grupo de pesquisa, penso ter conseguido produzir um salto qualitativo na pesquisa, particularmente, na aproximação com as experiências de sujeitos mais inteiros; na preocupação com os significados construídos por eles naquele momento; no burilamento dos meus sentidos e na consolidação de uma certeza menos vacilante de que os processos de tombamento não trariam ao presente todas as experiências vividas e tampouco seriam a verdadeira e única fonte para o seu estudo.

No entanto, em janeiro do presente ano, já em plena atividade de redação deste capítulo, fui autorizado pelo CONDEPHAAT a, enfim, vistar os processos e a reproduzir parte deles para o escopo da dissertação. Não dispus de mais do que duas horas para dar cabo de dez volumes de processos, sendo seis, somente, referentes ao processo 24.829/86, vinculado ao tombamento da Escola Rangel Pestana. Tal ocorrência levou-me, indubitavelmente, à realização de novas

escolhas: optei por vistar os dois outros processos e focar-me, principalmente, naquele primeiro, que, de uma vez, solicitou o tombamento de 23 edificações da cidade. Isso porque, na breve leitura do processo n. 24.326/1985, relativo ao imóvel à Praça da Bandeira, sugeri que ele tivesse, paulatinamente, sido encampado pelas justificativas do processo 24.300/85, apesar de iniciado, processualmente, no CONDEPHAAT, há pouco mais de um ano antes.

Como veremos, houve um caráter de urgência na solicitação do tombamento do núcleo histórico, o que contribuiu para a aceleração do processo de seu tombamento, eliminando etapas e fazendo-o ultrapassar o processo relativo ao sobrado à Praça da Bandeira, tornando os argumentos preservacionistas válidos para os dois processos. O arquiteto do Conselho, Marco Antonio Lança e o professor conselheiro Edgard de Decca faziam notar, inclusive, que o sobrado à Praça da Bandeira deveria ter sido incluído entre aqueles do processo n. 24.300/85 (SÃO PAULO, 24.326/1985, p. 23).

Ainda assim, procuro tecer relações entre um e outro processo, fazendo elevar sua condição de documentos singulares dentro das relações tempo/espaço. Importante rememorar que não existiu um único movimento em defesa do patrimônio em Amparo, senão movimentos que ora se cruzaram, ora se tangenciaram e ora se distanciaram dos trabalhos realizados pelo CONDEPHAAT. Como alguns destes movimentos, nomeio aqueles já explicitados, vindos dos órgãos locais de imprensa. Aliás, parte do material historiográfico utilizado a compor as justificativas da preservação das edificações, proveio dos artigos publicados nos jornais, como aqueles da seção “Uma por semana”, de Waldenir Daólio, membro da Academia Amparense de Letras.

Pelos processos, percebemos que o início das relações institucionais entre a cidade e o órgão se deram nos primeiros anos da década de 1980, com a solicitação do, então, prefeito, Clésio Moreira de Paiva Vidual – por meio de um ofício datado de 6 de fevereiro de 1981 – ao presidente do Conselho, Ruy Ohtake, de um acordo de cooperação técnica e teórica para o desenvolvimento de um programa local. Pela materialidade do texto, o que se objetivou foi a

“conscientização” da população para a importância do “seu” patrimônio histórico, atitude esta que, se prescreveu, deveria expressar-se em práticas preservacionistas. Afirmava Vidual conhecer alguns trabalhos bem sucedidos do Conselho neste aspecto, por isso especificou no que consistia a desejada orientação: “exposições do tipo ‘Museu de Rua’; palestras e métodos de divulgação; cadastramento de prédios históricos; orientação para elaboração de projeto de lei; catalogação de documentos” (SÃO PAULO, 24.300/85, p. 82).

Porém, como vimos no relato da arquiteta do corpo técnico da cidade, Rita de Cássia Carrara Castan, as relações com o CONDEPHAAT precederam esta primeira comunicação escrita, constante nos processos. Um dos primeiros contatos fora justamente entre Castan e a, então, diretora do Serviço Técnico de Conservação e Restauração do Conselho, Giselda Viscondi, a quem fora solicitada contribuição quanto aos procedimentos para a preservação. Nos processos, pelo ofício de 2 de junho de 1981, reiterou a arquiteta, formalmente, o pedido de auxílio, consultando o órgão através da mesma pessoa, Viscondi, sobre a possibilidade de serem enviadas “[...] publicações, documentos, edições e quaisquer outras orientações, pois [...] faz-se necessário um respaldo teórico” (p. 83). Até aquele momento, os trabalhos na cidade, segundo tal arquiteta, foram desenvolvidos “[...] muito na base da intuição mesmo, porque não tinha nenhum ‘dez passos para a preservação’” (CASTAN, 2011).

Em outros excertos do documento, o nome de Amparo aparece relacionado em uma exposição itinerante de fotografias – organizadas para o interior do Estado de São Paulo – a percorrer as cidades “[...] cujo patrimônio ambiental seja significativo ou encontre-se ameaçado” (SÃO PAULO, 24.300/85, p. 79). O objetivo: sensibilizar seus respectivos habitantes para a problemática da destruição das suas edificações. O mesmo documento ainda revelou preocupações mais imediatas com a preservação patrimonial, ensaiando estratégias que pudessem atuar conjuntamente com a metodologia do projeto fotográfico. Amparo, novamente, esteve então presente na primeira de duas listas de cidades que, levando em consideração a “[...] antiguidade ou as peculiaridades

de sua formação, ou, ainda, a representatividade ou homogeneidade de sua feição urbana, estaria a destacar-se como casos prioritários de defesa do Patrimônio” (p. 80). Sob a lógica das relações capitalistas, os riscos das demolições seriam o crivo por onde passou a seleção e a colocação destas cidades em ordem de prioridade:

Deve-se sempre ter em mente que um dos critérios básicos de seleção consiste na ameaça de destruição do Patrimônio imposta pelo avanço não planejado do processo de industrialização (p. 81).

Novamente, a perda. E o quase imperativo correlato da preservação. Pelos jornais, vimos o quão presente fora esta imagem na cidade e que em especial, representações midiáticas relativas a umas destas edificações (Teatro João Caetano), produziram fortes reverberações da imagem da perda, nesta urbe. Nas páginas que abriram o processo n. 24.300/85, sujeitos associados ao, posteriormente, “Grupo do Museu”, dentre eles, a professora Teresinha Frare e os professores Jorge Coli e Roberto Pastana Teixeira Lima, endereçaram ao diretor da Secretaria Executiva do Conselho, Modesto Souza Barros Carvalhosa as seguintes palavras:

Prezado Senhor. O Patrimônio Arquitetural de Amparo encontra-se em processo de destruição. Desde a demolição do Teatro João Caetano (datado de 1890, obra de Garcia Redondo, com decorações de Benedito Calixto), que os atos de vandalismo se sucedem, sem que nenhuma providência tenha sido tomada por parte das instituições competentes. Em 1980, um levantamento cuidadoso, realizado pelos arquitetos Rita de Cássia Carrara Castan e Haroldo Cunha, revelava cerca de trezentas casas significativas do nosso patrimônio arquitetural. Hoje, 5 anos depois desse trabalho, pode-se constatar que 150 desses edifícios foram demolidos ou irremediavelmente alterados. [...]. Assim, é com urgência que solicitamos o estudo do núcleo histórico de Amparo, visando uma proteção adequada. Solicitamos também o tombamento de 23 edifícios ou sítios, ligados á história cultural da cidade [...]. Contando com medidas urgentes de Vossa Senhoria, no sentido de preservar este nosso patrimônio, subscrevemo-nos. (SÃO PAULO, 1985, p. 2, destaque dos autores).

A partir das justificativas, elegeu-se uma primeira listagem de patrimônios “ligados à história cultural da cidade” e que deveriam ser objeto das sanções legais. Reproduzo-os tal como são referidos nos processos:

Grupo Escolar Luiz Leite;
Igreja São Benedito, com seu teatro;
Palacete Luiz Leite (atual Museu);
Parque Dr. Arruda;
Igreja Nossa Senhora do Rosário;
Patronato Jesus Crucificado (antiga residência do Barão de Campinas);
Igreja Nossa Senhora do Amparo;
Casas da Rua Ana Cintra;
Hospital Anna Cintra;
Palacete Rua Barão Cintra
Mercado Municipal
Antiga Intendência
Liceu de Artes e Ofício
Beneficência Portuguesa de Amparo
Igreja de São Sebastião
Matadouro⁴⁷
Leprosário
Hotel Berardo
Asilo
Societá Italiana di Mutuo Socorro (atual Prefeitura)⁴⁸
Antigo Colégio Nossa Senhora do Amparo
Antigo Conservatório
Casas da Rua Barão de Campinas

A demolição do Teatro João Caetano constituiu-se, no imaginário social local, como uma lembrança recorrente acerca da necessidade preservacionista. Reitero que, segundo o depoimento da então diretora do Museu, Teresinha Frare, o professor Coli ficara incomodado com a demolição de um casarão histórico da cidade de Serra Negra, o que o teria estimulado, em última instância, a iniciar uma conversação no Museu sobre a necessária preservação das edificações de Amparo. Pelos argumentos que abriram o processo 24.300/85, referidos acima,

⁴⁷ Esclareço o leitor que este matadouro não é, evidentemente, o mesmo referenciado há pouco quando da sua demolição. Trata-se de um terceiro matadouro que existiu na cidade, na região do bairro Ribeirão.

⁴⁸ Hoje, o prédio encontra-se desocupado, dada a mudança de sede da administração municipal.

flagrei críticas do Grupo do Museu dirigidas aos poderes instituídos, os quais não teriam tomado as providências quanto ao vandalismo das destruições. Contudo, as relações entre estes grupos foram, deveras, ambivalentes e confusas. O que parece ser possível compreender, neste momento, fora a emergência de diferentes movimentos preservacionistas. De um lado, grupos heterogêneos nas suas origens, educados em pressupostos historiográficos e aproximados, ou buscando aproximar-se – quando conseguiam – de parcelas civis da sociedade. E de outro, grupos diretamente articulados às esferas de poder político e econômico, também heterogêneos e bem relacionados, igualmente, com parcelas civis da sociedade, que procuravam frear o desejo preservacionista – ao menos de alguns patrimônios. Não posso, neste momento, afirmar, categoricamente, que a administração municipal tenha atuado à serviço desta segunda corrente, sobretudo porque existiu em Amparo, na década de 1980, dois governos, liderados por dois prefeitos de trajetórias político-partidárias distintas⁴⁹. Mas, analisando os discursos dos processos, percebo concepções, grosso modo, divergentes de patrimonialização, entre aqueles que estavam no poder e os que ficaram às franjas dele.

Para especificar, remonto a trechos do primeiro processo de tombamento no âmbito municipal, apresentado formalmente ao CONDEPHAAT e ao qual já me referi alguns parágrafos acima. Partiu da iniciativa do, então, prefeito municipal, José Carlos de Oliveira, que, por meio do ofício n.735 de 23 de outubro de 1984, solicitou o tombamento do sobrado de Hildebrando Cintra, à Praça da Bandeira. Perceba o leitor, como seus argumentos foram apresentados.

Senhor Presidente. Vimos pelo presente solicitar os préstimos de Vossa Senhoria no sentido de que sejam efetuados estudos visando o “Tombamento” do prédio da Praça da Bandeira, que tem construção datada de 1895, importante marco arquitetônico da cidade de Amparo. Segue em anexo, fotos e plantas da construção e de locação do imóvel. Na expectativa de vermos acolhida nossa pretensão, valemo-nos do ensejo para apresentar à Vossa

⁴⁹ Clésio Vidual, pertencente à antiga “Aliança Renovadora Nacional” (ARENA) e José Carlos de Oliveira, ao “Movimento Democrático Brasileiro” (MDB).

Senhoria os protestos de distinta consideração e apreço (SÃO PAULO, 24.326/85, p. 2).

Não há, aparentemente, vestígios de uma retórica da perda. Não há, aparentemente, tensão manifesta na escrita. Quando solicitado, como representante da administração municipal, a enviar ao Conselho um levantamento histórico sobre o bem em causa, para que fosse apreciado pelo Colegiado, o prefeito remeteu um breve texto, de uma lauda, onde constavam a data de construção da edificação, os personagens a ela relacionados na condição de proprietários, o contexto de sua ereção e sua condição física na atualidade. O arquiteto Marco Lança, enviado à cidade em agosto de 1985 para elaborar seu parecer técnico, discorreu sobre o uso social da construção, sua localização topográfica, as suas linhas arquitetônicas, os materiais empregados e o estado geral de conservação. E mediante estas observações, recomendou a abertura do processo de tombamento. Aliás, segundo pude apurar, era este o *modus operandi* das decisões de tombamento do CONDEPHAAT paulista na década de 1980, ao menos nos casos em que a solicitação partia da própria municipalidade: a partir do pedido local de abertura do processo de estudo e tombamento, encaminhavam-se informações prévias sobre o objeto da preservação; ao órgão, caberia a realização de estudos que avalizariam ou não a pertinência da solicitação, podendo valer-se de pesquisas, frequentemente em bases acadêmicas, para fortalecer o argumento da preservação; a seguir, estes processos seriam submetidos à apreciação de conselheiros que deveriam elaborar um parecer final, proposto pelo presidente a ser deliberado nas Assembleias do Conselho. Se favorável, tal parecer deveria ser comunicado através do registro em atas e da publicação no Diário Oficial do Estado, de modo a garantir a efetividade jurídica do ato.

No entanto, difícil negar que a patrimonialização, no caso amparense, tenha se expressado de maneira singular. Sob as tensões de um discurso da perda, em pelo menos um dos processos, efetuou-se uma negociação com a metodologia e com os critérios do tombamento pelo CONDEPHAAT, resultando, inclusive, em mudanças, quando necessário, na condução racional das

deliberações do Colegiado. Isso porque Amparo possuía patrimônios que precisavam ser preservados. E agora!

A solicitação de estudo e tombamento de um núcleo histórico da cidade foi declarada como novidade entre as deliberações do Conselho já realizadas. Aliás, pelo que pudemos observar nas Revistas do Patrimônio, tratou-se de uma novidade, considerando até mesmo as práticas preservacionistas em nível nacional e internacional. Apesar do movimento, ainda incipiente, pela valorização da ambiência das edificações, o caso de Amparo elevava as responsabilidades do Conselho a um grau nunca antes experimentado, por se tratar, num só processo, da solicitação de estudo e tombamento de uma quantidade de edificações que, em muito, ultrapassou as práticas do órgão. Com o agravante de que os proponentes do tombamento, conhecedores da legislação federal que garantia à época, também a proteção das respectivas áreas envoltórias (entorno) das construções, utilizaram-se dela como estratégia para a preservação – caso o CONDEPHAAT optasse pelo tombamento – de praticamente todas as construções do centro histórico da cidade.

As professoras – na ocasião daquela gestão, designadas como historiógrafas do Conselho – Marly Rodrigues e Ana Luiza Martins foram convidadas a fornecer um parecer à pertinência da abertura do processo e não deixaram de registrar a sensação contagiante da urgência do tombamento.

Analisar a procedência de uma solicitação de tombamento de 23 imóveis concentrados no centro de uma cidade requer um estudo em profundidade tanto dos aspectos históricos como dos arquitetônicos envolvidos para tornar possível uma correta avaliação do universo a ser preservado.

Dado o caráter de urgência com que esta questão se coloca, e o volume do pedido, não foi possível desenvolver este estudo com a profundidade aludida, baseando-nos para este parecer nas informações constantes no dossiê do processo e em algumas poucas publicações sobre Amparo, dado que a cidade não foi objeto de nenhuma monografia.

Segundo levantamento realizado em 1980 pelos arquitetos Rita de Cássia Carrara Castan e Haroldo Cunha havia em Amparo cerca de 300 casas significativas para o patrimônio local. Hoje, passados 5 anos, constata-se que 150 destes edifícios foram demolidos ou

alterados e, dentre eles, 9 desapareceram há menos de um ano. Acrescente-se a esses dados – e daí o caráter de urgência da tramitação – que estão para ser demolidos, em semanas, imóveis com o Hotel Berardo, um dos remanescentes de arquitetura hoteleira do começo do século.

Esta última ameaça é prejudicial não só pela destruição do imóvel em si, como também pela alteração que provocaria no conjunto no qual ele se insere, composto de edifícios característicos da virada do século (SÃO PAULO, 24.300/1985, p. 119).

O parecer datava de 29 de novembro de 1985 e ratificava, na íntegra, o pedido de tombamento das vinte e três edificações selecionadas pelo Grupo do Museu. No entanto e apesar da urgência, as historiadoras citadas realizariam, ainda, uma vistoria de um dia – mais precisamente o dia onze de dezembro – aos patrimônios em questão, de onde se originou um novo parecer de reconsideração do tombamento, no dia seguinte.

O conjunto de casas pertencentes à Santa Casa Anna Cintra e a própria, construídas à custa do Barão de Campinas em 1890 – considerando sua importância na ambiência urbana e, sobretudo no caso do conjunto de casas, o risco imediato de demolição –, foram mantidas nesta nova listagem, proposta pelas professoras. O mesmo se deu com as Igrejas do Rosário – considerada a mais antiga da cidade –, a de São Benedito e da Senhora do Amparo – sucessora da capela primitiva e ordenadora do primeiro traçado urbano da cidade. Além disso, mantiveram as historiógrafas, o prédio do Hospital Beneficência Portuguesa – obra da agremiação literária portuguesa –, o Museu Histórico – residência do Coronel Luiz Leite, mais tarde, Barão do Socorro –, a antiga Intendência, o Mercado Municipal – que em outros tempos, não esteve “[...] de acordo com o nosso progresso e desenvolvimento” (GODOY, 1908, p.149) –, o prédio da Sociedade Italiana de Mutua Assistência – sublocado à Prefeitura Municipal durante toda a década de 1980 –, aquele do Liceu de Artes e Ofício – uma das primeiras escolas de formação profissionalizante do estado, rebatizada com o nome daquele que articulou sua criação, João Belarmino Ferreira de Camargo –, o do antigo conservatório – inicialmente sobrado da família Carneiro, portando uma estátua justamente do animal que empresta o sobrenome à família, na platibanda

da construção – e os três casarões residenciais à Rua Barão de Campinas – unificadas num mesmo conjunto, segundo o processo n. 24.300, dado o “mesmo partido arquitetônico” (p. 34). Sobre quase todas as edificações selecionadas estiveram presentes os argumentos da “excepcionalidade” e “originalidade” arquitetônicas e o seu valor como “testemunho” histórico de um passado republicano e cafeeiro em Amparo, coerentes com as orientações políticas de, ao menos, uma parcela dos membros do CONDEPHAAT, como vimos através da pesquisa da professora Marly Rodrigues. As escolas “Luiz Leite” e “Rangel Pestana”, respectivamente, primeiro e segundo Grupos Escolares, foram excluídas deste primeiro parecer. Isso porque estiveram sujeitas a uma apreciação específica da antiga Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) – hoje substituída nas suas responsabilidades, pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) – que as incluiu num projeto, em separado, de preservação e restauro, referenciado, segundo as historiadoras, no universo escolar (SÃO PAULO, 24.300/85, p. 181).

Assim, na nova listagem a cargo da equipe técnica do CONDEPHAAT, dez edificações, portanto – em relação à primeira seleção –, permaneceram em fase de estudos mais aprofundados “[...] que levem em conta o desenvolvimento urbano da cidade, os conjuntos nos quais se inserem e o estado de conservação no que diz respeito à manutenção das características arquitetônicas” (p. 182). Foram elas: Grupo Escolar Luiz Leite; Parque Dr. Arruda; Patronato Jesus Crucificado (antiga residência do Barão de Campinas); Palacete Rua Barão Cintra; Igreja de São Sebastião; Matadouro; Leprosário; Hotel Berardo; Asilo; Antigo Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Acolhendo a recomendação da equipe técnica, o presidente do Conselho, Modesto Souza Barros Carvalhosa, reuniu-se com os outros membros para a última sessão ordinária do ano de 1985, ocorrida em 16 de dezembro. Nela, o professor apresentou seu parecer favorável ao que chamou de “decisão sem precedentes” na trajetória do CONDEPHAAT. Apelou, em diversos momentos do seu texto, para o argumento da urgência do tombamento contra a “tendência

irreversível” da destruição e/ou descaracterização do “perfil histórico-arquitetural de Amparo”. Enfatizou, ainda, o que se tornou outra peculiaridade do *caso amparense*: a “representatividade” do pedido de tombamento, assinado “por mais de quinhentas pessoas” da comunidade local (SÃO PAULO, 24.300/85, p. 177).

Eu já havia tomado conhecimento de tal observação através da publicação, organizada pela professora do Departamento de História do IFCH, UNICAMP, Maria Stella Martins Bresciani, intitulada “Imagens da cidade”. Num de seus capítulos, a historiadora Ana Luiza Martins apresentou-se como autora de uma reflexão, na qual, declarando sua relação institucional com o CONDEPHAAT, narrou a “trajetória da política da preservação dos patrimônios no Estado de São Paulo”. Inicialmente, durante os primeiros anos de sua atuação no Conselho, num contexto de alegada urgência da preservação, a historiadora registrou que a prática do tombamento quase nunca foi colocada em ação com base em estudos técnicos, capazes de aferir sua efetiva necessidade. Registrou, também, que na década de 1980, com a “mercantilização do espaço urbano”, buscou-se o tombamento das nomeadas “cidades médias paulistas”, que sofriam um processo de urbanização acelerada. Partiam, para tanto, de uma avaliação conjunta com as prefeituras.

Foi o caso de Amparo, cidade de patrimônio expressivo da virada do século, onde através da ótica de agentes sociais diversos (morador, historiador e administrador local), foram selecionados marcos de paisagens urbana, de importância para o município e para o Estado (MARTINS, 1994, p. 181).

No momento de leitura daquele texto, em fevereiro de 2007, eu não pude mergulhar, mais profundamente, nos meandros daquela afirmação. Soube, apenas, que o caso do tombamento dos patrimônios arquitetônicos de Amparo guardou algum grau de especificidade e diversidade em relação às práticas prevalentes do Conselho, mas não soubera precisar como tal particularidade se dera. A possibilidade da leitura dos processos acabou por se constituir num estímulo ao prosseguimento do argumento analítico, então, adormecido. Nos

processos, flagrei uma listagem de vinte e duas laudas, com aproximadamente quatrocentos e cinquenta nomes, escritos à mão e seguidos das respectivas assinaturas de pessoas, que, em tese, ratificavam o desejo pelo tombamento das edificações listadas. O caráter “democrático”, sugerido no parecer dos processos e na publicação da professora Ana Luiza Martins, sustentou-se pela quantidade de assinaturas – neste que pareceu ser, realmente, um abaixo-assinado – e pela diversidade das funções, nas relações produtivas, ocupadas e declaradas pelos sujeitos. Enquanto nomes apresentados à mão e, dada à maneira como os processos estiveram acondicionados, nem sempre foi possível a identificação correta dos nomes dos sujeitos e, em alguns casos, também das suas ocupações (por vezes, nem mesmo declaradas). Optei, portanto, por não reproduzir aqui esta relação de nomes e profissões, disposta entre as páginas três e vinte e dois do processo n. 24.300/85. Ao leitor que desejar consultá-la – ainda assim e ciente da possibilidade dos erros –, disponibilizo uma transcrição desta documentação, na forma de anexos, ao final do trabalho.

A primeira colocação a ser feita sobre os abaixo-assinados foi a de que os discursos que citavam a cifra de “mais” ou de “quase” quinhentas assinaturas, não corresponderam à realidade dos fatos. Atuaram, ao que parece, mais como artifícios linguísticos, no sentido de reforçar a mensagem democrática da preservação. No entanto, não deixou de ser significativa a iniciativa de fazer circular uma listagem assinada por, exatamente, quatrocentas e quarenta e nove pessoas. Não dispus de muito tempo, como afirmei, para análise mais detida desta documentação. Assim, penso ser uma atitude leviana, neste momento, confirmar ou refutar, por esta documentação apenas, o caráter popular e democrático do desejo de preservação patrimonial em Amparo, na década de 1980. Permanecerá por ora, a reflexão revestida na forma de questionamentos, no interior dos quais ouso fazer duas sugestões: 1) Pela ordem das assinaturas e pela característica de terem sido produzidas à mão e encaminhadas, como estavam, para o CONDEPHAAT – sem passar por mecanismos técnicos, que, por exemplo, poderiam ter agrupado os nomes em ordens variadas – percebo que a listagem

esteve, frequentemente, em trânsito, porém, por alguns momentos, permaneceu num mesmo espaço, geralmente familiar ou institucional (escola, universidade, polícia, hospital), sendo assinada, numa sequência, por sujeitos de uma mesma família ou no interior de uma mesma atividade profissional (professoras, médicos, auxiliares de escritório, bancários). Vez ou outra, o nome de uma “faxineira” ou “pintor” acenava – também próximo um do outro – e precedido pelas assinaturas de membros de uma empresa, família ou instituição. Tal observação levou-me a sugerir que a listagem tenha percorrido estes espaços, sempre liderada por um indivíduo que a fazia circular entre aqueles com quem se relacionava, para depois, ser encaminhada, diretamente ou através dos membros do Grupo do Museu, a outro indivíduo, que lideraria, da mesma maneira e, assim, sucessivamente; 2) Outra hipótese baseou-se no fato de que a iniciativa das assinaturas nem sempre foi lembrada ou reconhecida por aqueles que fizeram tombar sua escrita sobre aquele papel. A arquiteta Rita de Cássia Carrara Castan, a décima terceira pessoa a assinar a listagem, mostrou-se hesitante – em entrevista a mim concedida – quanto à sua participação: “Pode ser. É que acontecia tanta coisa... não sei, assim de cabeça eu não sei [...]. Pela lógica, é claro que eu estaria junto.” (2011). E não foi a única a não se recordar da sua assinatura. A professora Teresinha Frare, primeira a assinar a listagem, também não se recordou de tê-lo feito. Evidentemente, passou-se muito tempo – mais de vinte e cinco anos – desde o acontecimento e é natural o esquecimento humano. Mas, em se tratando do esquecimento de pessoas tão intimamente ligadas ao processo de preservação, pergunto-me sobre o quanto significou, nas experiências vividas dos sujeitos, o fato de terem sido, em tese, solicitantes do tombamento. O quanto fora – para utilizar a linguagem dos processos e da historiógrafa Ana Luiza Martins – “democrática” a manifestação pelo tombamento?

Entretanto, para além das discussões sobre o caráter das assinaturas, fato é que o apelo do abaixo-assinado foi relacionado entre os critérios de pareceristas e conselheiros do CONDEPHAAT para a decisão favorável ao tombamento. Aliado a dois outros: 1) a representatividade do acervo no contexto

histórico do Estado de São Paulo e do Município; 2) o significado do “pacote” do tombamento; além da urgência – argumento o qual já fiz referência e que perpassou todo o processo.

Na seção ordinária de 2 de dezembro de 1985, o “Egrégio Colegiado” deliberou, por unanimidade, a abertura do “Processo de tombamento de 23 edifícios do Núcleo Histórico de Amparo” e no dia 16 do mesmo mês, na última sessão ordinária do ano, foi aprovado, também por unanimidade, o tombamento de uma terceira seleção de edificações. Nesta, sublinho (em relação à primeira) aquelas que efetivamente receberam o atributo jurídico do tombamento. As demais continuariam em processo de estudo.

1. Grupo Escolar Luiz Leite;
2. Igreja São Benedito, com seu teatro;
3. Palacete Luiz Leite (atual museu);
4. Parque Dr. Arruda;
5. Igreja Nossa Senhora do Rosário;
6. Patronato Jesus Crucificado (antiga residência do Barão de Campinas);
7. Igreja Nossa Senhora do Amparo;
8. Casas da Rua Ana Cintra;
9. Hospital Anna Cintra;
10. Palacete Rua Barão Cintra;
11. Mercado Municipal;
12. Antiga Intendência;
13. Liceu de Artes e Ofício;
14. Hospital Beneficência Portuguesa;
15. Igreja de São Sebastião (velha);
16. Matadouro;
17. Leprosário;
18. Hotel Berardo;
19. Asilo;
20. Societá Italiana di Mutuo Socorro (atual Prefeitura)
21. Antigo Colégio Nossa Senhora do Amparo;
22. Antigo Conservatório;
23. Casas à Rua Barão de Campinas.

A partir de então, novas imagens seriam engendradas pelas tensões entre o Conselho e os proprietários/administradores das edificações tombadas. Já

em 2 de dezembro de 1985, Carvalhosa assinava ofícios dirigidos a cada um dos responsáveis pela edificações, notificando a abertura do processo de tombamento e fazendo citar a legislação vigente sobre a restrição à modificações, reformas ou destruição do imóvel, assim como as sanções legais a que estariam sujeitos, caso descumprissem as deliberações. No dia 17 do mesmo mês, fora a vez de comunicar sobre os efetivos patrimônios tombados. A então presidente do Hospital Anna Cintra, Maria Emília dos Santos Maurano, seria a primeira a manifestar-se, ainda em 1985, alegando não ser possível aceitar aquela determinação, principalmente no que se referia ao conjunto de casas sob propriedade do Hospital.

Alegava, em linhas gerais, que a transitoriedade da gestão do Hospital não lhe permitia acatar como definitiva, esta deliberação, por representar um eventual prejuízo ao futuro do Hospital. Além disso, acrescentava que algumas das casas já se encontravam fechadas, devido ao péssimo estado de conservação e que o Hospital não poderia perder a autonomia nas decisões sobre estas construções, tendo em vista suas necessidades financeiras. Ao que as historiógrafas Marly Rodrigues e Ana Luiza Martins responderam, recorrendo ao argumento da importância histórica e arquitetônica daquele conjunto. Apesar de concordarem quanto às condições de conservação das casas, não entendiam haver uma “situação de comprometimento irreversível” (SÃO PAULO, 24.300/85, p. 193). Como sugerira a arquiteta Rita de Cássia Carrara Castan, houve naquele contexto, a necessidade de um efetivo esclarecimento quanto à prática do tombamento. O terceiro dos cinco contra-argumentos endereçados pelas historiógrafas à presidente do Hospital Anna Cintra versaram, exclusivamente, sobre as implicações do tombamento, ressaltando sua potencialidade de valorizar o imóvel em questão, sobretudo na perspectiva do turismo, o que permitiria uma “efetiva reapropriação social”.

Em 1986, fora a vez dos proprietários do antigo conservatório – naquele momento, apenas um sobrado onde funcionava o supermercado Rosário – manifestarem-se, de maneira enfática, sobre a decisão do colegiado. Nas suas

vozes, o sobrado nem mesmo seria digno de figurar entre os Patrimônios de Amparo.

[...] o imóvel objeto da medida não guarda, como não guardava quando da aquisição feita pela Contestante, suas características originais [...] e com o devido respeito, não guarda ele nem a unicidade de estilo. [...] Não pode nem merece ser tombado, pois, em verdade e ao que se sabe, só podem sê-lo bens que componham um patrimônio histórico, ou artístico [...]. Dado sua localização e sua destinação comercial, aludido imóvel tem sido objeto de inúmeras e variadas pretensões de terceiros, objetivando adquiri-lo, sendo certo que ainda recentemente recebeu esta empresa valiosíssima proposta, a qual foi agora tolhida pela medida que nos está sendo comunicada (p. 221).

Por último, Jacira Macedo, proprietária de um dos imóveis tombados à Rua Barão de Campinas, viria a manifestar-se perante o Conselho, em março de 1986, com toda a simplicidade e objetividade de um argumento que se tornou corrente entre as falas daqueles que se sentiram prejudicados no livre exercício das suas vontades.

[...] o imóvel da contestante não apresenta qualquer valor cultural ou natural. Realmente trata-se de um imóvel que não possui nenhum valor histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico [...]. Por outro lado é importante salientar que na área onde está localizado o imóvel, não existe aspecto histórico, artístico ou natural. Portanto [...] não há necessidade de preservar o imóvel através de tombamento, sendo certo ainda, que o mesmo não é possuidor de qualquer característica importante ou notável que autorize tal medida.

Negação. Em 1990, em comemoração à abertura do “I Salão de Arte Fotográfica de Amparo”, o Grupo do Museu, associação criada então, desde 1987, organizou em parceria com a Prefeitura Municipal, uma cartilha informativa – a mesma referida pelo historiador Lima, na introdução deste trabalho – que, juntamente com a exposição fotográfica, procurou sensibilizar e conscientizar – baseados que estavam, numa premissa da negação, como falta de esclarecimentos da comunidade – sobre as implicações do ato jurídico do tombamento, para o imóvel e para o proprietário do imóvel, de maneira a quebrar

as resistências existentes *a priori*. Nela, além de um artigo assinado pelo professor Jorge Coli, elevando a importância do patrimônio num projeto de Civilização, o leitor encontraria, na sequência, depoimentos de intelectuais sobre o Patrimônio e o Patrimônio Amparense, além de depoimentos de proprietários de bens preservados pelo tombamento e textos específicos que se punham a corrigir interpretações errôneas da legislação preservacionista. Ao fim, a cartilha traria uma orientação técnica, destinada ao proprietário de um imóvel tombado, sobre como proceder diante da nova condição do seu bem.

A materialidade escrita desta cartilha, juntamente com os artigos nos jornais, os processos de tombamento, as exposições fotográficas, o Museu de Rua, o Grupo do Museu e, evidentemente, a permanência no tempo/espaço das edificações patrimoniais, esconderiam a tentativa de uma modelagem silenciosa e sutil das visões de mundo e sensibilidades dos indivíduos e grupos (HADLER, 2007, p. 141)⁵⁰, neste caso, localizados em Amparo. E, ao mesmo, tempo revelariam, principalmente após o tombamento, aquela que será uma nova imagem persistente, vinculada ao patrimônio: a representação do legado.

Flagro como forma de expressar este princípio, uma fala presente na cartilha do Grupo do Museu, de autoria do então Prefeito Municipal de Amparo, Carlos Piffer. Seu fundamento analítico estará no cerne do próximo e último capítulo desta dissertação:

“Vejo na conservação do Patrimônio Histórico de Amparo, a opção única para deixarmos para *gerações futuras* a imagem viva de nossa História” (PREFEITURA MUNICIPAL... 1990, p. 8, destaque próprio).

⁵⁰ Aproximando-se do conceito de “educação dos sentidos”, do historiador Peter Gay, a professora Maria Sílvia Duarte Hadler, em tese sobre os bondes na cidade de Campinas, irá pensar “[...] nas mais variadas instâncias, de diversas procedências sócio-culturais, que agem de modo descontínuo e heterogêneo sobre as sensibilidades dos diferentes indivíduos e grupos sociais, amalgamando-se com as condições sociais de existência destes indivíduos e grupos”, de maneira a moldá-los e moldar suas visões. Concordamos, pois, com esta perspectiva de educação mais ampliada. A referência completa a este trabalho encontra-se na bibliografia.

3. O PATRIMÔNIO NAS EXPERIÊNCIAS DA JUVENTUDE EM TEMPOS DE MODERNIDADE CAPITALISTA

Para este capítulo onde pretendo focalizar, num olhar mais detido, a recepção do patrimônio em Amparo, comprometido estou a *ensaiar* – e o emprego do termo não é obra da fortuna – algumas relações tecidas ou em processo de tessitura, na contemporaneidade, entre o agora eleito Patrimônio Histórico de Amparo e as experiências dos jovens “amparenses”⁵¹. Jovens situados no processo final da sua escolarização e – o que me parece significativo –, justamente, desenvolvida na relação com um espaço escolar elencado na histórica listagem patrimonial, que, em meados da década de 1980⁵², resultou na abertura do processo de seu tombamento: o antigo “Segundo Grupo Escolar”, no momento, Escola Estadual “Rangel Pestana”.

A respeito da temática da escola, lembro o leitor de que na introdução da pesquisa, trouxe à baila a imagem de um sujeito, trabalhador na construção civil, que não completara a sua escolarização e que, no entanto, mostrou-se absolutamente seduzido pelos objetos de um Museu e expressou o seu lamento, no mesmo tom de “doutos e escolares”, pela demolição de um hotel, construído na primeira metade do século XX, por classes sociais a que claramente nunca pertencera. Seu desejo pela preservação do patrimônio não revelava indícios de ter sido constituído no interior de um processo de escolarização. Porém, apresentava-se com uma vitalidade desconcertante. Não conseguia compreender, com os materiais e reflexões que dispunha naquele momento, o porquê de um sujeito que não fora *educado* – dentro de uma concepção específica de educação,

⁵¹ As aspas fizeram-se necessárias porque o processo empírico da pesquisa revelou que alguns dos jovens colaboradores da pesquisa não tinham a cidade de Amparo como local de nascimento, de vivência da maioria dos seus anos ou mesmo, como local de preferência.

⁵² Destaco esta escola, bem como a Escola Estadual “Coronel Luiz Leite”, antigo “Primeiro Grupo Escolar”, figuraram, segundo documentos a que tive acesso, nos primeiros rascunhos de uma listagem de edificações a serem preservadas na cidade. Contudo, apenas esta última prevaleceu na relação final, encaminhada ao CONDEPHAAT estadual. A Escola Estadual Rangel Pestana fora incluída, num outro processo, de número 24.929/86, que a tombou como parte de um projeto de preservação de escolas paulistas do período republicano.

relacionada à escola e ao currículo – nos meandros do processo patrimonial, preocupar-se de tal forma com a preservação de uma edificação que não se relacionava, aparentemente, à sua condição sociocultural.

No mesmo contexto, lembro-me de, paralelamente, ter sido despertado, numa leitura, pela formulação do psicólogo Lev Vigotski quando, ao referir-se ao processo de “internalização” dos signos que eram externos ao sujeito – e, no caso específico, a criança –, indagou-se sobre os usos que faziam dos objetos que lhe eram transmitidos. Em outro de seus escritos, organizado por alguns estudiosos de seus pensamentos, na obra “A formação social da mente”, Vigotski sugeriu a veracidade de um ditado, circulante no interior das suas relações, de que a verdadeira essência da civilização consistiria na construção propositada de monumentos para não esquecer os fatos históricos (2007, p. 50).

Patrimônio como lembrança/esquecimento. Relação potencialmente capaz de movimentar significados. E instigante! Tanto que, metodologicamente, embora pudesse me colocar em dificuldades, na tentativa de burilar as recepções do patrimônio tombado em Amparo, optei por elevar estas observações na forma de perguntas, no interior dos objetivos da pesquisa. Constituíram-se no segundo grupo de perguntas a que me referi no capítulo anterior como sendo aquelas que, uma vez formuladas e apesar de (re)significadas, mantiveram-se perenes no percurso da pesquisa até esta dissertação. Quando a estas somaram-se as perguntas referentes às origens do movimento preservacionista em Amparo, latentes nos meus pensamentos, porém não declaradas, tornou-se evidente que eu desenvolveria uma argumentação acerca do objeto “patrimônio histórico”, centrada no par “emissão-recepção” dos seus significados, em que tenha pesado mais o segundo aspecto.

Uma vez na condição de aluno ingressante do curso de Mestrado na Faculdade de Educação, iniciei um levantamento bibliográfico dos pesquisadores, que, igualmente, em nível de Pós-Graduação, ou se debruçavam ou haviam se debruçado sobre o mesmo universo empírico, qual seja, o patrimônio histórico na cidade de Amparo-SP. Através de ferramentas de busca e consulta digital, tais

como o “Banco de Teses” – *software* integrante da biblioteca virtual da CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação) – e as plataformas virtuais das bibliotecas de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), este trabalho pode ser dinamizado, permitindo uma ampla varredura destas pesquisas. O que não dispensou, absolutamente, o trabalho manual por entre o acervo das bibliotecas do Centro Universitário Amparense (UNIFIA), da Biblioteca Municipal “Carlos Ferreira” e do Museu Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos”; além das consultas a Centros de Documentação específicos, como o Centro de Memória da UNICAMP (CMU).

Acerca desta documentação, uma primeira pesquisa apontou um reduzido número de produções – três dezenas, em Pós-Graduação –, cujo objeto esteve, de alguma maneira, ambientado ao menos, no município de Amparo. Destas, um terço foram desenvolvidas – na modalidade Mestrado⁵³ – em áreas do conhecimento denominadas, hoje, de “Ciências da Natureza”, orientadas, pois, por um enfoque analítico cujo cerne fora o humano na sua condição biológica e onde Amparo exerceu a função predominante de *lócus* para determinada experimentação.

Os outros dois terços destes trabalhos estiveram agrupados, institucionalmente, à grande área denominada de “Ciências Humanas”, porém, ramificados em, pelo menos, seis subgrupos, quais sejam, a Geografia (contribuindo com, aproximadamente, nove pesquisas), a Educação (quatro), a Arquitetura (três), a História (dois), as Artes (um) e a Psicologia (um). Lembro que se tratou de uma análise onde não pretendi realizar uma exploração em

⁵³ Através deste recorte metodológico, foram encontradas apenas duas pesquisas – publicadas no interior de uma temática relacionada ao município de Amparo – na modalidade Doutorado: uma desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, na Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, em 2007 e a outra, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, em 2001.

pormenores da materialidade de cada pesquisa, isso pelo próprio recorte metodológico do presente trabalho; o que tampouco me eximiu do cuidado em não incorrer em perigosas sistematizações. Dito de outra maneira, afirmo que as produções, sobretudo na área das Ciências Humanas, não raras vezes, dialogaram com as especificidades de disciplinas outras, interpenetrando-se. Portanto, a própria tentativa de leitura de um campo de pesquisa, neste caso, a cidade de Amparo, revelou-se problemática quanto a sua sistematização científica em compartimentos estanques. De qualquer modo, penso ter sido possível alguns direcionamentos, dentre eles, o que apontou para o reduzido número de pesquisas sobre Amparo.

Dentro dos objetivos da presente pesquisa, explico o trabalho, já referido, do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001), nas suas reflexões acerca da participação das ordens arquitetônicas de origem clássica – inspirada em modelos portugueses – nos projetos de construções amparenses, objetos hoje, na sua maioria, da preservação pelo estatuto do tombamento (movimento que, como vimos, o próprio professor participara, em meados de 1980). Na perspectiva de um estudo envolvendo edificações patrimonializadas, especificamente, localizo a dissertação de Paulo Roberto Accorsi Pereira (Instituto de Artes, UNESP, 2007) sobre a antiga Escola de Artes e Ofícios e as propostas educacionais desenvolvidas em seu interior entre 1911 e 1950; assim como a dissertação de Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido (Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2007), sobre a arquitetura forense das cidades paulistas, inseridas num projeto de modernização a partir de finais da década de 1950.

Houve, ainda, dois trabalhos que, penso, guardaram aproximações mais estreitas com os objetos da presente pesquisa: a dissertação de Elza Helena Camargo do Canto e Castro (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2003), por se tratar de um trabalho que movimentou algumas discussões acerca da preservação dos patrimônios arquitetônicos, embora numa relação mais voltada a articular os princípios preservacionistas ao argumento do “desenvolvimento

sustentável” de Amparo, uma cidade caracteristicamente “histórica” e de “pequeno porte”. A segunda produção, em nível de Mestrado, de autoria da arquiteta Cintia Alen Zimmermann, defendida na mesma FAU-USP (2006), fora especialmente instigante, por se localizar, metodologicamente, num semelhante movimento de flagrar os usos sociais e, portanto, as significações de um espaço urbano de Amparo para os cidadãos, naquele caso, uma praça: a Praça “Pádua Salles”. Numa leitura inspirada, dentre outros, em referenciais teóricos advindos da chamada “Nova História Cultural” francesa, vertente mais atualizada da Escola dos “Annales”, Zimmermann faz uma leitura deste espaço urbano a partir da análise do par “memória” e “identidade”, elementos, segundo sua perspectiva, capazes de atribuir valores aos objetos inclusive, valores patrimoniais. A praça comportar-se-ia como um “lugar da memória”; lugar imaginado como permanência, em relação ao tempo de transformações da História; lugar que tornaria presente e atual – e pela Memória –, a própria História. O interesse da sua pesquisa esteve, pois, em, justamente, encontrar as “imagens” (no sentido de representações) da praça, historicamente datadas num passado e num presente, prendendo-se às suas “persistências”, na contemporaneidade, nas “mentes dos amparenses” (ZIMMERMANN, 2006, p. 11). As perguntas da pesquisadora foram, em muitos momentos, semelhantes àquelas que eu formulara no início das minhas incursões pelo “vespeiro” do universo patrimonial, sobretudo, quanto ao problema de se tratar, o patrimônio, de uma *eleição* e, portanto, não raras vezes, distanciada da comunidade em nome de quem se preserva. Do mesmo modo, observava Zimmermann, que as “comunidades” – já num sentido que ultrapassou o “local” – não pareciam identificar-se com os espaços e monumentos urbanos e, numa aparente “coincidência”, sugeriu algo como uma interrupção a esta tendência, através da valorização de projetos voltados à “educação patrimonial” (p. 16).

Apenas na relação com o discurso do outro, pude encontrar uma imagem de mim. Somente no cotejamento entre as produções de conhecimento, reconheci o meu movimento e pude (re)significá-lo. Perguntei-me: que mecanismos mentais e sensíveis, individuais e coletivos, teriam feito sustentar,

com tamanha força cultural, um discurso regenerador do patrimônio, sob a tutela da educação? Por que, no âmbito destas reflexões, onde a minha própria incluía-se em certo momento, descansava-se de maneira tão singela na confiança do processo educacional – sobretudo, o escolar – como, aparentemente, o único capaz de transmitir o desejo preservacionista para outros sujeitos? E que campo seria esse, o da “educação patrimonial” – se é que já estivesse constituído como “campo” – com o qual, naquele momento, eu iniciava diálogos e que, em princípio, atuava como aglutinador de argumentos antes esparsos, formalizando-os?⁵⁴

Numa das reflexões coletivas do grupo “Memória”, realizadas periodicamente entre orientandos e professores/pesquisadores outrora orientados ou convidados pela professora Maria Carolina Galzerani, defendeu-se a pertinência de, num trabalho acadêmico, conhecer o campo da pesquisa e os pesquisadores que estiveram ou estão relacionados ao ensino de História, como uma tentativa de situar, propriamente, a pesquisa corrente e o seu lugar neste processo. O movimento anteriormente descrito quanto aos levantamentos das produções sobre Amparo, na relação com o patrimônio, representou parte deste objetivo. Porém, o campo da educação patrimonial dava mostras de ser mais extenso e, por isso mesmo, difícil de capturar na sua integralidade. Fora necessário realizar recortes metodológicos. Juntamente com uma colega do curso de Pós-Graduação, a doutoranda Adriana Carvalho Koyama, iniciamos um levantamento – cada qual movido por suas próprias perguntas – das pesquisas desenvolvidas ou em curso e comunicadas através de dois conhecidos fóruns acadêmicos nacionais voltados à área da Educação: o “Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História” e o “Encontro Nacional Perspectivas do

⁵⁴ Lembro que nenhuma das quatro dissertações defendidas na área da Educação e que se desenvolveram na relação com o universo empírico amparense, esboçaram, obviamente, qualquer tentativa de resposta às questões acima por não se localizarem no interior destas formulações. Ocuparam-se, predominantemente, com as linhas de pesquisa já reconhecidas por alguma tradição na produção de conhecimentos, quais sejam, a “Formação de professores”; “Educação de Jovens e Adultos”; “Práticas Pedagógicas” e “Políticas Educacionais”.

Ensino de História”, fóruns diferentes, pois historicamente situados em contextos distintos, e que se direcionaram, igualmente, a um público específico.⁵⁵

A tese de doutoramento da professora Ilka Miglio de Mesquita sobre a temática da formação de professores, no diálogo com estes mesmos dois fóruns nacionais – e ainda, com os encontros da Associação Nacional de História (ANPUH) – refere-se ao fato de que o antes denominado “*Seminário Perspectivas do Ensino de História*” ter-se constituído no contexto das inquietações provocadas pela Proposta de reformulação curricular do Estado de São Paulo, na década de 1980, a que brevemente fiz referência no capítulo anterior. Segundo Mesquita, as práticas prevaletentes de ensino de História estavam sendo problematizadas a partir de 1986, com base em questionamentos produzidos pela aludida Proposta, tais como aquele da dissociação entre ensino-pesquisa, saber-fazer ou do distanciamento Universidade-Escola. A professora Déa Ribeiro Fénelon e o professor Marcos Antonio da Silva, na condição de assessores desta Proposta, participaram da sua elaboração e o conjunto destes questionamentos, no argumento da autora, atingiu profundamente a visão hierárquica prevaletente nas instituições de nível superior, o que movimentou, por sua vez, a oposição por parte de professores dentro das próprias Universidades (2008, p. 148-149). Evidentemente, não seria o único grupo a opor-se a tais propostas.⁵⁶

Este processo, historicamente datado, fora uma forte referência que a documentação de Miglio apontou como motivador do nascimento do encontro

⁵⁵ Trata-se este, de um projeto de maior alcance, pois visa realizar o levantamento da totalidade das publicações decorrentes expressamente destes encontros (Anais, Caderno de Resumos), com o fito de disponibilizá-las, numa revista eletrônica, de maneira a facilitar as pesquisas na área do ensino de história. A proposta decorreu da dificuldade sentida pelo grupo de pesquisa em localizar, fisicamente, estas publicações e ainda pretendemos, num segundo momento, realizar o levantamento das produções originadas a partir dos encontros da ANPUH e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Atualmente, contamos com a colaboração de uma bolsista do curso de Pedagogia da UNICAMP, Bruna Pastro, que vem realizando o trabalho de digitalização das produções impressas, sob orientação, também, da professora Maria Carolina Bovério Galzerani.

⁵⁶ Recomendo os trabalhos da professora Ilka Miglio de Mesquita, defendida em 2008, na Faculdade de Educação (UNICAMP), sob orientação da professora Ernesta Zamboni e, sobretudo, a tese de doutoramento da professora Cláudia Engler Cury, sobre as políticas culturais no Brasil, defendida na mesma faculdade, em 2002 e orientada pela professora Eloisa de Mattos Hofling.

“Perspectivas do Ensino de História” em 30 de junho de 1988, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Fizeram parte da comissão organizadora deste evento as professoras Ana Maria Lucchesi Carvalho, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Elza Nadai, Ernesta Zamboni, Helenice Ciampi, Katia Abud, Maria do Carmo Ferraz, Tedesco, Raquel Glezer e Zilda Maria Grícoli Iokoi. (p. 152). Efetivamente, a coordenação do primeiro encontro coube a Elza Nadai, então professora da disciplina de “Prática do Ensino de História”, na USP. Segundo entrevista da professora Selva Guimarães, concedida à Ilka Miglio, o “Perspectivas” não reuniu somente pesquisadores, mas também professores de primeiro e segundo graus, editores, produtores de livros didáticos, pesquisadores na área da História e da Educação que não se dedicavam à causa do Ensino de História (p. 152-153). Não deixou de vincular-se, pela própria heterogeneidade do seu público, aos encontros da ANPUH, porém se constituía como um verdadeiro espaço para o “compartilhar de experiências” entre os 804 professores inscritos no primeiro encontro.

Já o “Encontro Nacional Pesquisadores do Ensino de História” (ENPEH), surgiu a partir da iniciativa de professores diretamente relacionados à área de Ensino de História da ANPUH, especialmente as professoras Selva Guimarães Fonseca, Mara Rúbia Alvez Marques e Silma do Carmo Nunes. Numa outra documentação, acessada também através da pesquisa de Miglio, Nunes identificaria claramente que aquele encontro, ocorrido na sua primeira versão na Universidade Federal de Uberlândia, em 1993, objetivava

[...] identificar os pesquisadores em Ensino de História da região; conhecer os trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento naquela época e socializar o conhecimento elaborado, contribuindo também para a melhoria da qualidade do Ensino de História nos diferentes níveis educacionais. (1999, p. 15 apud Mesquita, 2008, p.178).

A professora Selva Guimarães afirmava sentir-se “sozinha” – no que se referia à presença/ausência de pesquisadores na área de Ensino de História – quando, durante aos anos finais da década de 1980, realizara seu Mestrado na

área de Ensino de História, no Departamento de História, da Universidade de São Paulo. Não discordava da existência de pesquisas defendidas e escritas na área, mas sentia a ausência de um “espaço” para diálogos. Argumento forte a favor da criação de um “Encontro”, que, no entanto, deveria firmar-se solidamente como um “espaço diferenciado e específico das discussões em torno da pesquisa em ensino” (MESQUITA, 2008, p. 180). Fora preciso delimitar claramente, naquele contexto historicamente marcado, que não se trataria de outro encontro nos moldes do “Perspectivas”, embora este também estivesse voltado para a focalização do ensino de História. Porém, a busca pelo “estatuto científico” do campo de Ensino de História marcou a caracterização deste novo espaço, cujo objeto seria o ensino-aprendizagem de História e, particularmente, suas questões teóricas, metodológicas e epistemológicas (p. 181).

Dentre os quase quinze encontros periódicos⁵⁷, alguns não produziram publicações dos trabalhos apresentados, como foi o caso do primeiro “Encontro de Professores e Pesquisadores em Ensino de História” (ENPEH), realizado na Universidade Federal de Uberlândia em 1993; outros tiveram apenas parte de sua produção publicada (III ENPEH, UNICAMP, Campinas, 1997 e V ENPEH, UFPB, João Pessoa, 2001), ou, ainda, outros, não consegui ter acesso, senão indiretamente, através de pesquisas como a da professora Ilka Miglio de Mesquita (I, II e III Encontro “Perspectivas” do Ensino de História). Entretanto, procurei flagrar nas suas trajetórias, pesquisadores – e pesquisas – que ora nomearam, através da materialidade das suas propostas, o patrimônio e a educação, num mesmo movimento, como o cerne de suas análises, frequentemente sob a denominação de “educação patrimonial”⁵⁸.

⁵⁷ A presente pesquisa não pode abranger, reflexivamente, o último encontro “Pesquisadores do Ensino de História”, aquele de número nove, por sua realização ter ocorrido apenas em abril deste ano de 2011 e eu, pessoalmente, não poder ter acesso, em tempo hábil, as publicações respectivas.

⁵⁸ Quanto ao termo referido acima, embora tenha sido acionado com mais recorrência somente nos encontros mais atuais – o que talvez revele uma tradição relativamente recente de pesquisas acadêmicas nesta área – seu emprego revelou/escondeu, prevalecentemente, a força cultural do discurso educacional ainda presente nas mentalidades e sensibilidades dos sujeitos, pesquisadores/professores.

Na quarta edição do encontro Perspectivas (2001), entre os dezesseis “Grupos de Trabalho”, a partir dos quais foram organizadas as pesquisas, destaquei uma produção do “GT” de número seis, intitulado “Ensino de História e Cultura Material”. No seu interior, desenvolveu-se uma apresentação de trabalho, em regime de co-autoria, de Lana Mara de Castro Siman, professora doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da – naquele momento – graduanda do curso de História, sob orientação de Siman, Janice Pereira da Costa, hoje, professora Mestre em História, titulação obtida pela mesma Universidade. No trabalho ora apresentado, as autoras narraram a trajetória institucional do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), em Belo Horizonte - MG e do projeto a ele relacionado, denominado “Projeto Museu e Escola”, desenvolvido desde o ano anterior àquela apresentação, por docentes da Faculdade de Educação (FAE) da UFMG e pelos alunos de Licenciatura das áreas de “Ciências Naturais e Linguagens” e “Sociais e Humanas”. A “perspectiva teórica” era a da Educação Patrimonial, entendida como “[...] uma via de abordagem do papel educativo desses espaços não escolares [referindo-se aos museus]”, mas também como uma “[...] alternativa de incentivo à criação e ampliação de novos espaços de memória”, que escapassem à idéia do “museu escolarizado”. O objetivo das autoras naquela apresentação, em especial, fora o de avaliar as práticas educativas propostas por um setor específico criado no interior do MHAB – o de “Ação Educativa” – inspiradas, entre outros, no que intitularam de “conceitos e metodologias” da Educação Patrimonial – subentendido o Museu como um espaço paradigmático de uma noção de Patrimônio. Revelava-se, também, neste trabalho, uma concepção de Patrimônio como “fonte primária” do conhecimento – neste caso, histórico – e a figura do professor como um “mediador”, capaz de “[...] despertar nas crianças e adolescentes o *senso crítico primordial* [...], capacitando-os para um melhor usufruto destes bens” (SIMAN; COSTA, 2001, *on-line*, destaque próprio). Seleciono estas imagens e prossigo na narrativa.

Em 2003, em meio às comemorações e tentativas de realização de um “balanço” – como o subtítulo do evento sugeriu – das atividades realizadas desde o ano de 1993, realizou-se o sexto “Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História”, na cidade de Londrina-PR. No Grupo de Trabalho de número quinze, denominado “Memória, História e Ensino de História”, sob a coordenação da Professora Doutora Maria Carolina Bovério Galzerani (FE-UNICAMP), ocorrera a apresentação do trabalho de uma pesquisadora, Juçara Luzia Leite, recentemente (2002) Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP e desde 1994, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Através de um resumo dele, “ainda em sua fase inicial”, a pesquisadora expressou seu entusiasmo com a possibilidade de a Educação Patrimonial atuar na “interface” entre a Memória, fragmentada em “cacos” e o Ensino de História, o conhecimento reconstituído. Declarou partir da observação constatada de que havia um “[...] crescente número de trabalhos de alunos finalistas do curso de Licenciatura em História da UFES, cuja temática [esteve] relacionada à Educação Patrimonial” e, entretanto, objetivou conhecer as potencialidades de o conhecimento histórico ser trabalhado através de “*práticas pedagógicas*” que considerassem o Patrimônio Histórico local enquanto “lugar de memória” (LEITE, 2003, *on-line*, destaque próprio). Apesar da declarada prematuridade da pesquisa e de ter lançado como “perguntas”, esta reflexão, algumas das suas escolhas não se fariam deixar de notar, como a que sugere ser a Educação Patrimonial, uma ferramenta didática de “mediação” da relação sujeito-patrimônio-sujeito, possibilitando relações de pertencimento a uma comunidade.

Mais uma imagem. Adiante.

No sétimo encontro dos “Pesquisadores em Ensino de História”, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2006, o “GT” de número três (Educação Histórica) contou com a contribuição da pesquisa da professora Regina Maria de Oliveira Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, USP, dedicada a compreender “como” o patrimônio

cultural de uma localidade “favorece” a aprendizagem de conceitos históricos, “[...] ao exercer o papel de *mediador* no processo de ensino e aprendizagem da História” (SIMAN, 2006, p. 69, destaque próprio). No interior do mesmo evento, foram apresentados no “GT 8” (Memória, Tempo e História no Ensino de História), coordenado pelas professoras Maria Carolina Galzerani e Sonia Miranda, quatro trabalhos, resultado de pesquisas ora em curso na Pós-Graduação ou de experiências em projetos e atividades.

O trabalho em coautoria das professoras da Universidade São Francisco (USF, Bragança Paulista-SP) Ana Cristina do Canto Lopes Bastos e Maria de Fátima Guimarães Bueno (ex-orientanda da professora Carolina Galzerani, em nível de doutoramento) remontou às experiências em educação patrimonial por meio de um projeto de construção de conhecimentos históricos junto a professores e alunos da rede pública de educação, focalizado em “familiarizá-los” ao patrimônio arquivístico e estimular “[...] a preservação dos conjuntos documentais de suas respectivas escolas”. (SIMAN, 2006, p.147).

O doutorando da FEUSP, José Ricardo Oriá Fernandes, sob orientação da professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, apresentou reflexões oriundas da sua pesquisa, centrada na política preservacionista do patrimônio histórico no Brasil e, numa análise historiográfico-educacional, sobre as origens da “[...] discussão acerca do potencial educativo dos *suportes da memória* (museus, arquivos, centros de memória, etc.) na escola” (SIMAN, 2006, p. 154, destaque próprio).

A professora Raquel Félix Conti, então na condição de Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e professora de História da Secretaria Municipal de Educação de Vitória-ES, trazia à baila uma seleção das discussões empreendidas na sua dissertação que versou sobre a relação Museu e Escola. Nela a professora defendeu a pertinência de se pensar em “[...] programas e projetos de formação continuada de professoras/es e de ensino de História no interior do museu-escola [seu objeto de estudo], considerando a educação patrimonial como *metodologia de trabalho*” (CONTI, 2006, p. 4, destaque próprio).

Por último, a professora Carolina Galzerani, coordenadora das atividades do Grupo de Trabalho, compartilhou com seus participantes a experiência coletiva desenvolvida junto à Guarda Municipal de Campinas-SP, que teve como “mote” a

[...] educação patrimonial como tessitura coletiva, destinada a fortalecer a *dimensão de cidadania* dos participantes. Cidadania entendida como direito à participação ativa, questionadora dos rumos prevalentes nas metrópoles modernas; rumos estes, muitas vezes, diluidores das relações sociais, da dimensão de tempo, de espaço, diluidores dos próprios sujeitos. (GALZERANI, 2006, p.154, destaque próprio).

Galzerani elegera como elemento detonador da sua reflexão, o questionamento sobre, se seria possível, através daquela experiência, justamente, “ultrapassar a concepção liberal de educação patrimonial”, centrada na idéia da “instrução” acerca do patrimônio (p. 155).

Finalmente, para o último movimento por entre os Encontros “Pesquisadores” e “Perspectivas” do Ensino de História, flagrei outras quatro apresentações a que, brevemente, procurarei contextualizar, dentro das ações do VIII ENPEH (USP, 2008). Na sua totalidade, estas produções estiveram compreendidas no “GT” de número seis (Ensino de História, Museus e Patrimônio Histórico), sob a coordenação da professora e do professor, doutores, Júnia Sales Pereira (FAE/UFMG) e Francisco Régis Lopes Ramos (Universidade Federal do Ceará). Esteve presente a então graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Drielli Peyerl, com pesquisa onde defendeu a preservação e a valorização dos sambaquis dos sítios arqueológicos de Santa Catarina, enquanto componentes de um patrimônio arqueológico representativo da História de povos antigos e que precisava ser preservado. Não sem antes, conhecê-lo. Para tanto, deveria “[...] haver uma forte divulgação e uma construção de novos conhecimentos, numa *educação patrimonial* predominante, desde as escolas [...]” (ABUD; RESENDE; RIBEIRO, 2008, p. 119). As últimas três pesquisas partiram, nas suas reflexões, de um objeto empírico comum, qual fora,

a Escola: Luciana Rossato, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), realizou uma “pesquisa diagnóstica” com turmas da então 6ª e 7ª séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itajaí, no intuito de discutir as “possibilidades” e “limites” do ensino de história local e a contribuição de um processo educativo para a “formação e desenvolvimento da *consciência histórica* entre os jovens” (ABUD; RESENDE; RIBEIRO, 2008, p. 122, destaque próprio); Mariana Silveira (UFPR) participou de uma atividade com os alunos do 1º ano de Ensino Médio do “Colégio Estadual do Paraná”, em Curitiba, na qual se propôs uma aula de História “fora da sala de aula” e “dentro do Museu Oscar Niemeyer” (Curitiba-SP). A partir dos resultados da iniciativa, a autora esperava contribuir com uma proposta metodológica capaz de contribuir “[...] com a formação da *consciência histórica* do aluno” (ABUD; RESENDE; RIBEIRO, 2008, p. 122, destaque próprio); já o mestrando Moroni Tartalioni Barbosa (PUC-SP), referiu-se a uma experiência junto a discentes do Ensino Médio de uma escola pública na cidade de São Paulo para “[...] destacar a importância da Educação Patrimonial como *ferramenta* no ensino de História” (ABUD; RESENDE; RIBEIRO, 2008, p. 123, destaque próprio).

Após extensa narrativa – embora ainda restrita como tentativa de apreensão de todo o campo da pesquisa – é o momento para algumas ponderações. Inicialmente, afirmo que ao promover o levantamento destas pesquisas, sobretudo no que respeitou às suas relações entre educação e patrimônio histórico, não estiveram entre os meus pressupostos, promover a desqualificação destes trabalhos, baseado numa hipotética concepção verdadeira e para qualquer contexto, válida, a qual a presente pesquisa viria inaugurar. As limitações em, por exemplo, não poder explorar sob outros ângulos ou acompanhar mais proximamente os trabalhos, certamente produziu uma leitura apenas parcial das pesquisas, embora importante por capturar seus elementos delineadores, como as “justificativas”, “objetivos” e “metodologias”. Da mesma

forma, não se tratou de um processo analítico dedicado apenas em perceber semelhanças entre as pesquisas e, portanto, afirmar implicitamente uma postura homogeneizante ao considerar que a diversidade das suas fontes, objetos, experiências, pensamentos e sensibilidades confluíram numa mesma e única concepção da Educação Patrimonial enquanto campo. Quando nos referimos à produção de sujeitos, só raras vezes podemos falar que as coisas possuem apenas um único aspecto. Como o leitor acompanhou, existem tensões deflagradas neste campo e, portanto, poucas concordâncias quanto às conceituações. Resultado, entre outros, de processos de constituição de argumentos teórico-metodológicos díspares, de Educação, de História e de Patrimônio, manifestos, na materialidade escrita, por exemplo, em diferentes *atribuições* da Educação Patrimonial, que vão desde uma ferramenta pedagógica, passando por instrumento mediador ou que estabelece familiaridade entre a relação sujeito-patrimônio; estímulo à preservação; fortalecedor da cidadania; metodologia de trabalho científico; até uma prática escolar, destinada a despertar o sentimento de pertença, desenvolver a conscientização histórica do sujeito/aluno ou moldar este mesmo sujeito com práticas, tendencialmente, diluidoras da sua singularidade.

Posto isso e contrariamente ao que se possa, então, imaginar, o fato de haver diferenças nas concepções não invalida, necessariamente, o campo de pesquisa e, sim, agrega valores a ele, ao expor suas vicissitudes e permitir aberturas para que sujeitos outros possam prosseguir na construção de conhecimentos. Reafirmo esta idéia para esclarecer que não se tratou, portanto e novamente, de realizar aqui uma desqualificação das produções, mas elevar seu potencial enquanto construções coletivas de sentido, que ao se tocarem entre si e entre os limites da presente pesquisa, ressignifica-a, passando a constituir subsídios disparadores da sua tessitura discursiva.

No interior da linguagem destas pesquisas, então, fora possível a tessitura de tênues fios que, enquanto reveladores de tendências culturais prevalecentes, puderam indicar caminhos possíveis para incursões analíticas.

Um deles apontou para pesquisas frequentemente referenciadas em bibliografias e, portanto, sujeitos provenientes de uma formação acadêmica na área de História e não da Educação, ou, mais especificamente, no Ensino de História. Em alguns momentos, esta opção teórico-metodológica pode ser entendida, analiticamente, como produção, que reputo, proveniente de leituras superficiais, no que se refere ao campo educacional/patrimonial. A educação patrimonial, por estas pesquisas, teria como *lócus* quase natural, a escola. E quando se evidenciou sinais de um esgotamento de perspectivas quanto à instituição escolar, na valorização de outros espaços educativos, somente poucas vezes conseguiriam escapar da “forma escolar”, no entendimento ressignificado da leitura do argumento do professor Guy Vincent (Université Lumière Lyon 2). Isto é, forma escolar como prática social vinculada à existência de saberes objetivados (escrita), relações *pedagogizadas*, organização racional do tempo, repetição de exercícios, objetivação e codificação de relações sociais e de poder (VINCENT, 2001, p. 28-38).

Outro caminho sugeriu que, dentre os historiadores declarados como referência bibliográfica, havia a presença ostensiva de um grupo historicamente constituído num movimento historiográfico, não homogêneo, conhecido como “Nova História Cultural” ou “História Nova”. Terceira geração de um pensamento inicialmente articulado pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, através da Revista “Annales”, na década de 1930, preconizavam o rompimento com um tipo de escrita da História centrada, essencialmente, na política (como sinônimo de aparelho de governo dominante) ou nos acontecimentos – prática cara à metodologia da “Escola Metódica” que os precedera –, na proporção em que entendiam o objeto da investigação histórica como algo não dado, pronto *a priori* e, portanto, possível – para não dizer, necessário – ser problematizado, com o auxílio de outras disciplinas. Do terceiro movimento dos “Annales” emergiram as figuras expoentes de Jacques Le Goff e Pierre Nora, autores dos conceitos centrais abordados pela maior parte dos pesquisadores/professores que se debruçaram sobre a Educação Patrimonial, como os pares História/Memória,

Memória/Lugar e Documento/Monumento. Contudo, a referência a uma corrente historiográfico-filosófica heterogênea, de origem alemã, também se fez notar, na referência a autores como Walter Benjamin e Jörn Rüsen.

No momento em que estes trabalhos perseguiram uma reflexão mais detida que acionasse referenciais teóricos acerca de uma eventual e específica historiografia da Educação Patrimonial, recorreu-se, primordialmente, aos escritos da museóloga brasileira Maria de Lourdes Parreiras Horta, recentemente supervisora técnica do Instituto “Cravo Albin”⁵⁹ e considerada a introdutora, no Brasil, do conceito e da metodologia da Educação Patrimonial, termo, segundo consta, formulado também por ela na década de 1980, sob a inspiração de um trabalho pedagógico, desenvolvido na Inglaterra, denominado *Heritage Education*. (HORTA; GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 5). Em 1999, como tentativa de sistematização das ações desenvolvidas pelo IPHAN na área de Educação Patrimonial – as quais a museóloga coordenara, na condição de diretora do Museu Imperial de Petrópolis-RJ –, o próprio Instituto catalisou uma publicação, organizada por Horta, sugestivamente denominada de “Guia básico de educação patrimonial”.

Na apresentação desta obra, a cargo do, então, diretor do setor de Promoção do IPHAN em 1999, Luiz Antônio Bolcato Custódio, revelou-se um dos pressupostos centrais daquela publicação e, antes, daquela metodologia: “A valorização do patrimônio cultural brasileiro *depende*, necessariamente, de seu *conhecimento*.” (1999, p. 5, destaque próprio). Horta, a seguir, retomaria a palavra escrita para situar, historicamente, a formação do seu campo de pesquisa, em termos práticos, a partir de um “1º Seminário de Educação Patrimonial”, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, em 1983, de onde se difundiu e iniciou a implantação da “*metodologia* da Educação Patrimonial” (p. 5, destaque próprio).

⁵⁹ Segundo o *site* do Instituto, trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Rio de Janeiro e criação datada de 24 de janeiro de 2001 com a finalidade de incentivar pesquisas, reflexões e promover fontes relacionadas à música popular brasileira, visando a sua divulgação, defesa e conservação. Maiores informações encontram-se no endereço eletrônico www.institutocravoalbin.com.br.

No momento da escrita do “Guia”, manifestava a sensação de poder estabelecer alguns resultados das experiências desenvolvidas.

O primeiro deles pode ser visto como uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas, como *fonte primária* de conhecimentos e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inseridas nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino [...]” (p. 5, destaque próprio)

Metodologicamente, seu guia baseia-se no princípio da experiência direta, do contato com as produções culturais, no sentido de potencializar às crianças e aos adultos um “[...] processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural” (p. 6, destaque da autora), pois, fundamentalmente, pelo “conhecimento crítico” e a “apropriação consciente” das comunidades, fortalecer-se-iam os “sentimentos” de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial, nesta ótica, comportava-se como “instrumento” de “alfabetização cultural” (p. 6), lentes para o sujeito realizar a leitura do mundo e a compreensão do processo histórico e sociocultural em que está inserido.

Uma pausa para ponderações.

Não pretendo realizar simplificações. Sobretudo em torno de uma proposta movimentada em âmbito nacional por, pelo menos, um quarto de século; que se ramificou na ereção de uma postura institucional educativa dentro do próprio IPHAN, com repercussões, por exemplo, na organização setorial das ações educativas em torno de uma “Gerência de Projetos e Educação Patrimonial (Geduc)⁶⁰.

⁶⁰ Tal fato desencadeou, por sua vez, a configuração de um projeto pedagógico destinado a estimular a participação e o diálogo do IPHAN com as comunidades locais e regionais, de maneira a atuar conjuntamente com outras políticas públicas, no sentido de uma maior transparência na gestão do Patrimônio Cultural. Para informações pormenorizadas, indico uma pesquisa no *site* do IPHAN (www.iphan.gov.br), seção “Patrimônio Cultural” e nela, a aba “Educação Patrimonial”. Ou a procura, no local destinado à “busca” pelo *site*, ao verbete “Casas do Patrimônio”.

Da mesma forma, reconheço a existência de leituras outras acerca do mesmo campo, impossíveis de serem referidas na sua totalidade⁶¹; porém, admitido a especificidade e o lugar da produção da autora citada e da sua importância nos rumos que esta pesquisa tomou, pois ao ser apresentado aos respectivos argumentos e a refletir sobre eles, senti-me provocado. Provocado pelas minhas próprias experiências. Produzi memórias relativas aos tempos de estágio no Museu Histórico e dos tempos de desenvolvimento do projeto patrimonial na escola. Rememorei experiências e relações tecidas como professor de jovens alunos, em processos de escolarização. Lembrei-me das leituras de Walter Benjamin e de um dos seus escritos finais, organizado em 1940, num caráter de teses “Sobre o conceito de História”, texto a que já me referi nos capítulos anteriores. A tese de número sete, desta vez, fora responsável por (re)significar, de maneira singular, os rumos da pesquisa, atingindo seus pressupostos teórico-metodológicos. A partir de então, a pesquisa e a reflexão sobre o campo patrimonial adquirira ares de um ato político, propondo-se a elevar

⁶¹ A título de exemplo, cito autores cuja produção encontra-se, em parte, localizada na própria plataforma virtual do IPHAN: o professor – com formação na área de museologia – **Mario de Souza Chagas** e seu argumento sobre o uso do termo educação patrimonial ser redundante, por entender que a educação e a cultura são processos imbricados e que, portanto, falar em patrimônio pressuporia, de antemão, relações educacionais; a antropóloga **Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto**, coordenadora até o ano passado, do Laboratório de Educação Patrimonial (LABOEP), na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, cujo objetivo expresso constitui-se em refletir sobre a formulação do conceito de Patrimônio, problematizando seu caráter de seleção e questionando acerca das metodologias que devem ser utilizadas na sua gestão, bem como dos referenciais teóricos a serem utilizados; **Ana Carmen Amorim Jara Casco**, doutora em Antropologia Social da UFRJ, que entende ser coerente uma divisão das responsabilidades da preservação patrimonial entre o Estado e a sociedade civil. Pensa que a informação e a publicidade podem revelar-se ações de fundamental importância para a proteção. Porém, inspirada nos pensamentos de autoras como Beatriz Sarlo e Hannah Arendt, mantém-se cautelosa quanto a estabelecer uma relação pautada na repetição dos valores, no culto ou na homogeneização; o professor doutor em Arqueologia (MAE-USP) **André Luis Ramos Soares** desenvolve uma intensa produção na área de Educação Patrimonial desde, pelo menos, os anos finais do século XX e cujas atividades envolvem a participação/coordenação em projetos de pesquisas voltados para municípios específicos no estado do Rio Grande do Sul, além de docência em disciplinas afins, produção bibliográfica, participação em eventos e orientação de pesquisas, numa perspectiva frequentemente relacionada ao universo escolar, às questões de inserção da educação patrimonial no currículo escolar da formação básica, num processo contínuo de formação, tanto de alunos, como de professores, com vistas à conscientização para a preservação.

as tensões e ambivalências do patrimônio, mais do que, propriamente, colocar-se num ângulo de aperfeiçoamento da sua proposta curricular. Compartilho com o leitor um breve excerto da tese benjaminiana, num contexto em que acusava a historiografia francesa positivista de identificar-se com os vencedores, ou seja, com as classes economicamente vencedoras.

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. *Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.* Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1994, p. 223, destaque próprio).

Ou, numa outra tradução:

Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialista histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje (a marcharem) por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corvéia sem nome de seus contemporâneos. *Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um*

*documento*⁶² da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo da sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa *escovar a história a contrapelo*. (LÖWY, 2005, p. 70, tese VII, destaque próprio).

E se a certeza de que o conhecimento racional acerca dos objetos culturais – nomeados como patrimônios – seja capaz de favorecer a causa preservacionista, constituísse em um falso axioma? Dependeria, realmente, a sua permanência no tempo dos dispositivos legais ou do grau de destreza da elaboração metodológica de uma proposta educacional escolar ou não formal? Estaria no cerne de um sentimento de pertença ou de identificação com o patrimônio tombado, apenas a *consciência histórica* da sua importância e localização no conjunto das criações humanas? No interior do processo empírico desta pesquisa, interrogava-me sobre como os amparenses relacionavam-se, hodiernamente, com as edificações de valor histórico, artístico e arquitetônico, que, na década de 1980, compreenderam, no seu conjunto e de maneira deliberada, um núcleo de preservação patrimonial, atitude que não encontrou precedentes na trajetória do CONDEPHAAT. E quais seriam os desdobramentos, hoje, do argumento outrora tão anunciado de que o movimento preservacionista caracterizou-se pelo seu caráter democrático em Amparo, por conta de um manifesto assinado por quase quinhentas pessoas?

No Almanaque do Amparo para 1989, comemorativo dos cento e sessenta anos da cidade, o historiador Jorge Coli assinou um artigo onde, se referindo especificamente à decisão do CONDEPHAAT paulista em reconhecer, pelo tombamento, o valor de dezesseis monumentos da cidade de Amparo, exortava seus leitores a se conscientizarem de que o patrimônio desta cidade não estava localizado apenas naqueles monumentos. E de que preservá-lo não significava, diretamente, colocar-se numa postura contrária ao progresso e ao desenvolvimento econômico da cidade. Num contexto de ameaça de destruição

⁶² Segundo uma referência que encontrei no original, em alemão, o termo empregado por Benjamin nas teses é “dokument”, traduzido como “documento”.

ou descaracterização do centro histórico de Amparo, Coli recorreu à idéia de um legado, do patrimônio como um objeto, o qual se deveria “assimilar”, “aprender” e “conservar” como “um dos mais belos e valiosos do Estado”. Em meio aos seus argumentos racionalizantes, deixaria entrever uma imagem mais sensível que penso ter sido – não isoladamente – definidora deste vespeiro que é o conceito de patrimônio: a imagem do futuro.

[...] a consciência da comunidade amparense em relação ao próprio valor da sua cidade, vem crescendo consideravelmente. E isto é fundamental. Só nosso amor por nossa cidade garantirá realmente que sua grande beleza e harmonia continue a ser usufruída por nós e *pelos gerações futuras*.” (NETTO; DAGMAR, 1989).

Gerações futuras com quem se flertavam antes mesmo do momento em que se efetivou o tombamento em Amparo. A imagem de gerações que se desejou viesse bater euforicamente à porta dos antigos, para oferecer cuidar dos seus pertences. Constituída por sujeitos frequentemente apenas imaginados, mas já aguardados num porvir; a imagem do futuro não raras vezes esteve articulada a outra imagem correlata: a imagem da juventude.

3.1 Toma! Este patrimônio é seu! A juventude amparense como geração herdeira: o caso da Escola Estadual Rangel Pestana

Acompanhando a trajetória do movimento preservacionista em Amparo, através, dentre outros, dos três periódicos que circularam na cidade durante a década de 1980, capturei e registrei, concomitantemente, imagens de uma juventude amparense, que, naquele momento, era contemporânea do contexto preservacionista e, ao mesmo tempo – como geração futura e esperada –, objeto da preservação. No entanto, pelos jornais, flagrei uma categoria juventude que não se esgotou numa imagem de herdeira, apenas, do legado cultural amparense, senão também e de maneira ambivalente, como uma juventude “pervertida”,

“independente”, sem respeito, incompreendida, “pichadora” e destruidora dos espaços públicos e privados da cidade.

Em artigo datado de 18 de janeiro de 1981, a colunista Esther Símaro exortava os pais a que não pressionassem seus filhos e não lhes impusessem desejos que, na verdade, eram próprios e, portanto, aguardassem pela livre manifestação das vocações (O COMÉRCIO, 1981). Gesto coerente, se a ele somarmos as palavras de um jovem, Carlos Roberto Simas, que, no ano de 1985 – celebrado pela imprensa amparense como o “Ano Internacional da Juventude” – manifestava ao repórter do jornal local o que o editor chamou de “um dos maiores anseios dos jovens amparenses”: o desejo de “maior compreensão” e o de maior “liberdade de ação”. Justamente porque o “choque de gerações” fazia aquele jovem sentir-se “muito magoado”. (O MUNICÍPIO, 13. jan. 1985). Contudo, nesta tensão, a juventude não se reservaria apenas uma categoria de sujeitos que são atingidos por este choque, senão, também, provocadora. O articulista Gilmar Michelazzo, mesmo sinalizando ser contrário ao excessivo número de críticas contra esta categoria, condenou expressamente as atitudes provocativas que “[...] uma turma de jovens, de idades variadas” dispensava aos idosos agrupados no largo da Matriz e atribuía à “falta de educação” dada pelos pais, a justificativa para tais comportamentos (O COMÉRCIO, 9 out. 1983).

Nos anos finais da década, quando o processo que resultou no tombamento do núcleo urbano da cidade fora, finalmente, encerrado, os jornais pulularam com informações que davam conta de um aumento do número de pichações que “enfeavam” e “poluíam visualmente” a cidade. A Câmara dos Vereadores chegou a articular a realização de um debate para discutir o tema (FOLHA DE AMPARO, 7 jan. 1987). Nele, redigiram um parecer que afirmou ser a pichação, atitude relacionada a uma juventude “ansiosa por comunicar-se”. Chamado pelo jornal, a opinar sobre o assunto, um psicólogo, de nome João Batista Damião, opinou que “com o avanço tecnológico nos distanci[ávamos] cada vez mais da parte afetiva, ocorrendo uma despersonalização [...]” que acertava os jovens na sensação do “estar perdido num mundo desestruturado” (FOLHA DE

AMPARO, 14 fev. 1987). No entanto, antes, a despersonalização das construções arquitetônicas precisava ser refreada. Os jovens precisavam ser “esclarecidos” quanto à importância e necessidade do “embelezamento” da cidade e, no outro extremo, punidos e encaminhados à “detenção”, como “menores infratores”, quando pegos no ato de pichação.

Um novo e último salto – inspiração benjaminiana – traz-me ao presente, ao chamado contemporâneo, ao momento de onde falo e situo as minhas experiências. Experiências como aluno, neste momento, do curso de Mestrado da Faculdade de Educação, mas também professor da educação básica da disciplina de História, em escolas públicas estaduais de Campinas. Experiências as quais não hierarquizo como produção menor, em detrimento do conhecimento produzido no interior de um estatuto científico, porém, considero como também capazes de produzir significados, individuais e coletivos, portanto, conhecimentos. Experiências como já compartilhara com o leitor, atravessadas em diversas temporalidades, pelo universo escolar.

Considero importantes os apontamentos do professor da Faculdade de Educação (UFMG), Luciano Mendes de Faria Filho, quando, a respeito da sua tese de doutoramento sobre a cultura escolar e a cultura urbana na cidade de Belo Horizonte da primeira República, arriscava-se num campo até então pouco explorado de, justamente, relacionar a cultura escolar a uma cultura urbana, ambas historicamente datadas e, portanto, construídas numa certa temporalidade e espacialidade. Leitor, entre outros, de Roger Chartier e Guy Vincent, Faria Filho privilegia na sua análise, a ação dos sujeitos e as representações que constroem acerca da instituição escolar, instituição que não é, nas palavras de sua orientadora, “transistórica”, porém, constituída paulatinamente enquanto “forma autorizada” (agora, palavras de Guy Vincent) da educação escolar (FARIA FILHO, 2000, p. 20). É de Faria Filho, novamente, a sugestão de que a construção dos Grupos Escolares nos anos iniciais do século XX fora parte da projeção de ideais racionais, modernos e republicanos, manifestos em instituições escolares que

pudessem responder a esses anseios, por exemplo, na localização e na sua construção, propriamente, na forma de verdadeiros “palácios” (2000, p. 38).

O caso da Escola Estadual – antigo Segundo Grupo Escolar – Rangel Pestana, em Amparo, é significativo deste movimento. Inaugurado ainda em prédio alugado e adaptado pelo governo, nos primeiros anos do século XX, o Segundo Grupo Escolar é rebatizado com o nome de “Segundo Grupo Escolar Rangel Pestana” a partir de 1906, numa evidente homenagem ao histórico advogado e jornalista republicano, signatário do “Manifesto Republicano” de 1870⁶³. O prédio próprio, projeto do arquiteto Manuel Sabater, somente seria inaugurado em 11 de junho de 1915, abrigando até este momento, as funções escolares. Prédio de características monumentais, nos dizeres daqueles que se põem a descrevê-la, a Escola Estadual Rangel Pestana localiza-se numa das elevações topográficas da cidade, precisamente na extensão da Rua Treze de Maio, principal eixo formador do traçado urbano da cidade, nos seus primeiros tempos e hoje, via de intensa circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Fora, também, o prédio onde realizei alguns dos meus anos de escolarização formal, especificamente os quatro primeiros do ensino fundamental. Espaço de segundas experimentações sociais como aluno, uma vez que as primeiras tinham se desenvolvido em outra edificação patrimonial, a do “Patronato Jesus Crucificado”.

Hoje sei da presença arquitetônica européia nas suas linhas, das ornamentações provenientes de variados repertórios estilísticos, da elaboração refinada da sua construção; contudo, naquele momento, seria apenas uma escola grande, dona de um pátio ótimo para correr, uma boa árvore para jogar bolinha de gude sob sua sombra, algumas “cavernas” excelentes para esconder-me dos excessivos olhares ou para lanchar algo trazido de casa – isso quando não me interessava pelo cardápio da merenda escolar. As escadas rangiam, as portas rangiam e cada passo nos corredores parecia ser sentido por toda aquela

⁶³ Hoje, trata-se de estabelecimento de ensino voltado para a educação básica, atendendo alunos de diferentes categorias sociais, desde os primeiros anos de escolaridade até os anos finais do ensino médio.

construção, que os devolvia na forma de ecos. Festejei seus aniversários, entoiei canções, realizei atividades artísticas a cada novo ano completado pela “escola de fama”. Não me recordo de ouvir qualquer afirmação sobre aquela escola ser uma escola tombada e, confesso, se o tivesse, estranharia um pouco o uso desta palavra. Da mesma maneira, não me recordo de qualquer atitude curricular no sentido de ensinar-nos, em sala de aula, acerca da preservação, do patrimônio, da importância histórica e arquitetônica daquela edificação. No entanto, ela estava ali e eu, no seu interior... Como alegoria, um exercício interessante: eu estava *dentro* de um patrimônio. Ele apropriara-se de mim, e eu tentava movimentar-me no seu interior. E ela continua, até estes tempos, a apropriar-se de sujeitos e eles continuam, por sua vez, movimentando-se no seu interior. Será, então, esta a relação com um espaço patrimonial? Será esta a minha relação, por exemplo, com esta escola?

Procuro flagrar imagens para o que, pretendo, seja um ensaio apenas, distante da tentativa de uma apreensão, na sua totalidade, dos significados construídos por sujeitos acerca do espaço – patrimonial – escolar. Recorro ao conceito benjaminiano de “experiência”, na sua íntima relação com o de narrativa e memória. Movimento as relações sociais travadas na materialidade do espaço escolar, isso porque persigo sujeitos ora organizados no interior de uma denominação intitulada jovens, na condição de alunos, chamando-os a compor comigo está elaboração textual.

Objetivamente, está produção está associada também às minhas experiências construídas junto à Escola Estadual “Julio de Mesquita”, no município de Campinas, interior de São Paulo, onde atuo desde o ano de 2009, como professor eventual⁶⁴ das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Quando pela primeira vez cheguei à escola, no início de 2009, fui convidado a ser parte de uma comissão julgadora num concurso que os incentivava a desenvolver

⁶⁴ A escola “Julio Mesquita” localiza-se no bairro “Vila Marieta”, bairro situado nas proximidades do Cemitério da Saudade. Atende alunos de variadas classes sociais, desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino médio, em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais. Era então o mais jovem professor da escola. Mergulho nesta reflexão.

A nomenclatura jovem se faz acompanhar de uma pluralidade de imagens e conceitos que nem sempre concordam dentro de uma comunidade e falam mais do que a própria materialidade da palavra. A professora da Faculdade de Educação da USP, Marília Pontes Sposito⁶⁵ tem sido uma das responsáveis, no Brasil, pelo aprofundamento da noção do “ser jovem”. Diz não ser possível conceituar a juventude sem conjugar várias perspectivas. Seus leitores, e cito aqui as professoras Ana Paula Corti e Raquel Souza, dentro de uma formulação teórica que alia a Sociologia e a Psicologia, adotam, ainda, outra definição: a de adolescente. Segundo as autoras (2004, p. 12), psicólogos e sociólogos concordam que a categoria jovem refere-se a uma categoria social, representada pelo vínculo que os indivíduos de uma mesma geração tem entre si e que repercute na sua organização dentro de um grupo social específico. Já a adolescência remeteria mais a um processo individual e subjetivo, ligado às transformações físicas e psíquicas do indivíduo.

Apesar de, no interior da pesquisa, valer-me, predominantemente, da primeira nomenclatura, não desprezo em absoluto as manifestações próprias à chamada adolescência. Isso porque entendo que, historicamente, esses conceitos nunca foram estanques e, dentro da sua transitoriedade, penso ser possível referir-se ao jovem na sua relação com certa faixa etária, mas também com um processo de mudanças e permanências biológicas, psicológicas, sociológicas, que se fazem na relação consigo e com o outro e que são atravessadas pela experiência da escola. Entendo também que estou sujeito ao risco de reduzir as experiências juvenis à sua condição como aluno, como já alertara Sposito nas dissertações e teses que pesquisou; porém, a apropriação dos postulados benjaminianos, na voz também de seus leitores como a professorada Maria

⁶⁵ O periódico a que me refiro é de sua coordenação e trata das relações entre juventude e escolarização. Há artigos assinados por diferentes autores, inclusive Sposito, com quem dialogo especialmente nesse artigo. A referência completa encontra-se ao final do trabalho.

Carolina Bovério Galzerani, me permitirá – justamente colocando-os como produtores de conhecimento – superar as amarras enquanto aluno.

Pois então, cheguei à referida escola campineira como um jovem, há três anos professor de História na rede pública estadual e que buscava aproximar-se e relacionar-se com os alunos, entrecruzando minhas experiências às deles, na construção do conhecimento. Mas no olhar da escola, pelas suas secretárias e coordenadoras, eu era o jovem imaturo, aprendiz sonhador de uma utopia acadêmica, que logo se veria diante da realidade da dinâmica escolar, mas, de qualquer forma e também por isso, alguém que precisava ser cuidado. Prova disso é que tão logo cheguei, fui adotado sob a alcunha de “nosso menino”.

É preciso sensatez para não olhar o gesto de maneira, apenas, unilateral: certo que há um carinho recíproco por pessoas que me acolheram, abraçaram minhas dificuldades e participaram da minha vida nesses três anos; mas tal gestão também se manifestou, por vezes, numa hierarquização de saberes problemática. Quando das reuniões de bimestre para fechamento de notas, atribuição de conceitos e eventuais discussões de caso de alunos, tive minhas opiniões cerceadas sob o argumento de que era novo e que, portanto, restaria algo a aprender que pudesse me colocar em condições de opinar. Quando, analisando o desempenho de determinado aluno ao longo dos quatro bimestres e considerando sua reação às avaliações realizadas, optei por ao final do ano, não aprová-lo para o próximo ano letivo, contando, por vezes até com a anuência de colegas professores, fui convidado a repensar o caso, considerando minha falta de experiência e conhecimento dos alunos. No entanto, deveria cumprir com as responsabilidades de docência da disciplina.

Ambiguidade. Segundo Ana Paula Corti e Raquel Souza (2004, p. 19), característica da concepção de juventude vigente: não há clareza em relação à condição juvenil e a seus direitos e deveres. Ora a sociedade trata os jovens como crianças, ora exige deles responsabilidades típicas do mundo do trabalho.

A idéia para esse ensaio construiu-se no bojo dessas relações. É uma narrativa onde me coloco também como jovem e onde chamo outros jovens a

compor esse cenário: os alunos do ensino fundamental e médio da Escola Julio Mesquita e os alunos do terceiro colegial da Escola Rangel Pestana. Chamar esses silenciados a falar é também uma atitude política de combate às relações hierarquizantes e autoritárias que estão latentes na cultura escolar prevalecente e para além dela. É chamá-los a ser co-produtores desse trabalho, produtores de conhecimento. É entendê-los como pessoas mais inteiras, que constroem referências de sentido, que sonham, sentem e (re)sentem-se, que buscam apagar suas contradições ou revelá-las quando se sentem seguras; pessoas do seu tempo, mas que não assumem apenas uma condição de submissão aos seus ditames.

Uma perspectiva de análise quantitativa desta juventude logo me faria desistir de tal objeto de pesquisa, sob o argumento de que não é possível caracterizar os jovens no Brasil estudando apenas uma escola em Campinas e uma em Amparo. A ela respondo: 1) Não busco caracterizar os jovens, pois entendo não haver um perfil homogêneo do “ser jovem” e creio que nunca existiu. O que existiu foram, sem dúvida, tentativas externas de agrupá-los sob uma mesma categoria para fins variados, que vão desde a venda de goma de mascar até programas sociais de capacitação para o mercado de trabalho; 2) Ainda assim, falo de um lugar. Se, penso nos jovens, na relação com a cultura escolar, devo estar atento ao fato de que nem todos os jovens em idade escolar estão de fato, na escola; de que nem todos os jovens compartilham dos mesmos objetos da cultura material ou não se relacionam da mesma maneira com eles, não tem as mesmas condições sócio-econômicas-culturais. Metodologicamente é um risco que espero não cometer, mas que estará à minha espreita com suas armadilhas; 3) Insisto no trabalho, pois percebo que, concomitantemente às diferentes culturas jovens que se desenvolvem nas relações sociais, há algo da modernidade impregnado nelas: a sedução da mercadoria, o desencantamento/encantamento com o mundo, o distanciamento/aproximação entre as gerações ou entre uma mesma geração, o medo ante as incertezas do futuro, que leva a uma fruição do presente. É da busca por estas visões de mundo que parte essa narrativa.

No caso da escola campineira, baseio-me na materialidade escrita de algumas avaliações, feitas pelos alunos dos três anos do Ensino Médio, no decorrer do último bimestre de 2009, cujo objeto versou sobre as temáticas “Cultura”, “Trabalho” e “Política” respectivamente. Já na Escola Rangel Pestana de Amparo, orientei-me pelos relatos escritos e discussões orais disparados por atividades ou questionamentos que lhes propus, durante os encontros diários entre as duas semanas em que permaneci na escola. Em ambos os casos, a perspectiva metodológica é aquela aproximada a uma pesquisa etnográfica, na medida em que procuro mergulhar no interior destas relações, consciente de que me comporto como sujeito e que, portanto, modifico, também, aquelas relações; não considero, pois, que constitua como uma perda para os objetivos da pesquisa, uma vez que não deixam de expressar, também, a realidade. Procurei valer-me do que entendi ser uma estratégia, ao dialogar, justamente, com os alunos em anos finais de escolarização, pois estes se aproximam mais da minha própria faixa etária, o que possibilitaria, eventualmente, sentirem-se menos receosos para aproximações. Além disso, no caso amparense, o processo de escolarização formal básica, próximo ao seu fim, fez levantar a pergunta: o quanto a educação os educou? O quanto aquela escola, como instituição caracterizada pela “organização” (FARIA FILHO, 2000, p. 20) e espaço da “patrimonialidade” (POULOT, 2009), havia “educado os sentidos” (GAY, 1988) daqueles jovens? Lembro que suas respostas tiveram, muitas vezes, a marca das perguntas e do meu desejo de que evocassem suas memórias. Constituíram-se, também, por vezes, em depoimentos íntimos, conquistados pela confiança recíproca e que, por isso, opto por revelá-las sem os nomes dos alunos, indicando apenas as iniciais do seu nome.⁶⁶ Peço a compreensão do leitor.

⁶⁶ Os alunos, sobretudo aqueles do “Rangel Pestana”, acompanharam todos os passos da minha pesquisa, ainda que seu produto final não estivesse certo, nem mesmo para mim, pois os alunos constituiriam as elaborações-objeto deste capítulo. Contudo, mesmo considerando que tenham se relacionado comigo na condição de professor e que, portanto, possam ter efetuado as atividades como um dos vários ordenamentos a que estão sujeitos na escola, estabeleci com eles uma relação de respeito desde o início, para manifestarem-se ou não, declarar seus nomes ou não, revelando-lhes a minha condição de professor de História e que ali colocava-se, também, como um ex-aluno daquela escola e um pesquisador da cidade e do seu patrimônio, situando-os, sempre, no interior desta produção e revelando as suas respectivas participações, como colaboradores.

“O Rangel é uma escola muito grande [...]”⁶⁷. (A.C)

“Particularmente acho a escola Rangel Pestana um lugar bom. arquitetura antiga faz com que seja mais confortável [...]”. (F.H.P)

“O Rangel é uma escola bem grande e foi construída em lugar que e de fácil acesso [...]” (J.L)

“Eu gosto de estudar no Rangel, ela é uma escola bonita [...] e o lado bom dela que ela foi construída em um lugar que e fácil de achar” [...] (M.M.P)

“O Rangel e uma escola muito grande, alta, extremamente assustadora [...]” (M.E.P)

“Rangel – e um lugar grande e antigo [...]” (I.B)

“Pra falar a verdade o Rangel e pequeno, apagado e muito antigo [...]” (Sem nome)

Ainda que se tenha pensado e defendido o argumento de que o patrimônio fosse pesado – porque mudo –, há resquícios, aqui, de sinais (sonoros, visuais, táteis, olfativos) emitidos pela edificação aos seus alunos. A escola, desta maneira, possui um discurso arquitetônico, que, de maneiras variadas, é capturado e incorporado pelos sujeitos como parte de suas experimentações. Nas manifestações escritas, fora recorrente a referência ao aspecto monumental da construção, seja pelo emprego dos adjetivos (grande, alta), seja pelos advérbios que os precederam (muito, bem, extremamente). Possivelmente os alunos nunca tenham se colocado a calcular o comprimento, palmo a palmo, das pedras que compõem a edificação, para, então, poder afirmar a dimensão monumental da obra. Eles a experimentam no cotidiano escolar. A escola Rangel Pestana é monumental porque se constitui num desafio a quem deseja observá-la. Suas proporções quase não permitem seja abarcada, na

⁶⁷ Opto também, por transcrever as manifestações escritas dos alunos tal como eles as produziram, mantendo os eventuais erros de ortografia, concordância, acentuação.

sua totalidade, pelo campo visual, de maneira que o único ângulo de onde se torna possível a apreensão imagética total da escola, é aquele proporcionado pelo distanciamento da sua materialidade.

Da mesma forma, o ato de abrir uma das folhas da janela ou de fazer correr pelo trilho a longa cortina, exigia-lhes esforço e habilidade superiores ao exercido pelas mãos, apenas. Exigia a participação de todo o corpo. Entretanto, como uma imagem ambivalente, a imagem monumental da juventude sobre o Rangel apesar de prevalecente, não fora intocada.

Há quem tenha considerado o Rangel, um lugar pequeno.

A localização configura-se como outro aspecto a constituir a imagem de uma escola monumental, pois o Rangel – se me permite uma referência própria às práticas da urbe – se acha encravado numa região de elevada topografia, que lhe possibilita visualizar – e ser visualizado, a partir de – outros referenciais da cidade. Fora uma escola historicamente construída no que deveria ser o outro extremo da cidade, para atender a demanda urbana distante do primeiro Grupo Escolar “Luiz Leite”. Com a expansão da cidade, para além dos seus limites primitivos, a escola Rangel Pestana tornara-se central na cidade e este elemento compôs parte do discurso monumental. Certo, também, é que o argumento do fácil acesso fora utilizado precisamente por alunos – curiosamente –, habitantes da zona rural, espacialmente organizados em um grupo em separado, mesmo no interior da sala de aula, e que, na condição de migrantes pendulares, não dissociaram sua apreciação particular daquela edificação da sua localização no interior das relações urbanas. Ou, talvez, como uma entre as tantas atividades solicitadas pelos professores, reagiram a mais esta, apelando ao recurso da cópia de uma hipotética resposta correta, alcançada por um de seus pares. Não teriam sido os únicos. Houve quem não descansou até certificar-se de que sua resposta estava certa, assim como quem indagasse se a atividade valeria nota, pois, dependendo da colocação afirmativa, decidiria pela sua anuência quanto à sua realização. As eventuais práticas patrimoniais estiveram, constantemente, amalgamadas às práticas escolares. Numa alegoria, alcançá-las, fora como explorar pedras com um buril.

Cheguei a lhes indagar se já teriam ao menos ouvido falar na palavra patrimônio. Algo em torno de sessenta por cento dos alunos responderam afirmativamente e destes, a maioria remeteu às circunstâncias em que conheceram a palavra: com parentes ou através da imprensa, porém, já na relação com Amparo. Quando perguntados se poderiam indicar nomes de cidade que lhes parecessem com cidades patrimoniais, entre os quarenta alunos participantes da pesquisa, somente três referiram-se a Amparo. As respostas foram heterogêneas, mas possíveis de serem agrupadas em pelo menos, três grupos: o de cidades localizadas geograficamente, nos arredores do município, como Campinas, Jaguariúna, Serra Negra e Pedreira; outro, de cidades configuradas, historicamente, como objeto do turismo histórico, como Porto Seguro, Tiradentes, Ouro Preto e Parati; e, por último, as capitais do país, como São Paulo, Recife, Salvador, Brasília, Fortaleza. Talvez o leitor pudesse ser conduzido, então, ao argumento de que os alunos não se referem a Amparo por não ser esta a cidade do seu nascimento, ou na qual mantinham relações sociais mais estreitas. Isso pode ser em parte, uma verdade, porém não permitiria compreender o porquê de, preponderantemente, não se referirem nem mesmo às suas respectivas cidades de origem, que responderam por quarenta e quatro por cento das estatísticas. As cidades que elegeram como patrimônios históricos não foram, em geral, aquelas relacionadas mais intimamente às suas vivências e mesmo diante de um contexto onde, apesar dos cinquenta e seis por cento de alunos nascidos em Amparo, quase setenta por cento consideram-se amparenses.

Quanto ao discurso da Antiguidade, este demanda um tempo mais dilatado para sua exploração. Isso porque não se constitui somente a partir dos sinais disparados aos sentidos dos alunos pela materialidade arquitetônica da escola, mas, também por discursos verbais construídos fora do objeto e que os informam sobre este, por meio das relações familiares, pedagógicas, culturalmente mais amplas.

“Na própria escola temos uma maquete perfeita dela que mostra bem como ela era quando foi construída, mas infelizmente mudou bastante ela era até bem bonita mais hoje está muito acabada as

escadas fazem barulho quando se pisa nelas, a pintura está descascada, as janelas estão muito velhas entre outros detalhes.” (Sem nome)

“O Rangel é uma escola muito grande, alta, extremamente assustadora, a arquitetura é muito velha, faz parecer que escola é suja, as janelas caem aos pedaços, literalmente na cabeça dos alunos.” (M.E.P)

“O Rangel é um patrimônio tombado mas deixado de lado, precisaria de uma reforma, é uma arquitetura bonita e na cidade encontramos vários casarões antigos bem preservados, mas o Rangel encontra-se em um estado precário.” (T.P.S)

“[...] Bruno eu te recomendo a você visitar a escola Rangel Pestana que foi tombada três vezes e por ele ser grande parece que foi construído para ser um hospital. E o Rangel tem 100 anos de idade.”⁶⁸ (R.S.)

“Um lugar estórico rangel pestana porque é um lugar bem antigo que tem muitas história, por exemplo, professores que dam aula no Rangel a muito tempo que já estudarão aqui.” (K.G.C.)

“Na minha opinião um lugar bem histórico da cidade de Amparo é a Escola Rangel Pestana, porque ela já passou mais de 106 anos, e bastante dos moradores da cidade já estudou na Escola, e o que mais chama a atenção é o prédio que é antigo e possui porões que também revelão bastante a história do Rangel.” (M.N.)

A estas imagens, acrescento outra, compartilhada oralmente durante os diálogos em sala de aula. A aluna J., em dificuldades para elaborar um argumento sobre os motivos que a impediam de apreciar aquela construção escolar, de repente, disparara contra esta um adjetivo: “o Rangel é sinistro!”

Certo que a materialidade da escola não tem cessado de emitir sinais aos sentidos dos jovens alunos, (re)significados nas suas percepções, de que se trata de uma escola velha ou que demanda reformas. Estes sinais, segundo seus relatos, excederam-se na sua intensidade em dois momentos, como quando uma janela tombou sobre o corpo de um aluno e na ocasião anedótica em que uma parte do piso da sala onde hoje funciona o “3º B”, cedeu e um aluno ficou literalmente “preso” entre

⁶⁸ Os últimos três relatos referem-se a uma atividade escrita na qual, sugeri, me indicassem um lugar ou uma construção que consideravam de valor histórico para a cidade, ao qual eu, como professor de História, num retorno à cidade, poderia ser reapresentado.

dois andares, “dividido”, pois, entre duas salas de aula. Talvez por isso, a escola apareça na percepção de alguns alunos, como um lugar sinistro e assustador. Descobri, através do diálogo com eles, que os porões da escola guardavam parte da sua antiga mobília, algo que confesso não me recordar de ter sido informado nos meus tempos na escola.

Assim, nos colocamos diante de um patrimônio que, ao menos por estas leituras, longe de evocar um desejo preservacionista, que permitisse correspondências com aquele do contexto do tombamento, desperta naqueles jovens, sentimentos amedrontadores. Talvez seus porões, reveladores de histórias, escondessem ali algo além do que peças empoeiradas do seu antigo mobiliário. O ranger das escadas, saudado em vozes nostálgicas como marcas de que aqueles degraus sofreram as pisadelas de personalidades do passado amparenses, é apropriado por estes alunos de outra maneira, como indicadores de uma escola já não antiga, mas velha; centenária, mas também precária; tombada, porém “caindo aos pedaços”. Reconhecem sua antiguidade, vinculando, não poucas vezes, o tempo decorrido da escola às vidas de habitantes da cidade – onde se incluíam alguns de seus próprios professores. A arquitetura educou-os.

Contudo, aquilo que, numa linguagem benjaminiana, chamaríamos de “pátina”, como sendo as marcas deixadas por alguém, que, num momento pretérito, passara por ali, são significadas pela juventude não sem algum *horror*. As marcas remetem, justamente, a pessoas que, na sua maioria, não se reconhecem ou não estão vinculadas às suas vivências imediatas e, portanto, ainda que se encontrem no tempo vivido, não deixam de estar “mortos” para a juventude; daí o horror que expressam sobre aquele espaço: um espaço velho, um espaço morto. E, possivelmente, não exista imagem cultural mais persistente nas mentalidades e sensibilidades destes sujeitos modernos, do que a recusa de um fim.

A alegoria da morte, aliás, como tendência prevalecente, esteve impregnada, também, nos escritos dos jovens. Neste sentido, a nomeada “agonia do patrimônio” fez-se, novamente, presente nestas produções. A maneira como se referem às cores do Rangel é significativa deste relacionamento ambivalente com

uma escola, a qual não deixa de se afirmar pela sua beleza, porém uma beleza enevoada pela presença do tempo, que lhe subtrai a vida e a torna estranha às suas experiências.

“[...] na minha opinião deveria demolir e construir de novo. Ficar restaurando aos poucos vai demorar muito. Eu já estudei no Coriolano⁶⁹ e não sei se é porque é mais nova mais é maior, mais “vivo” um ambiente mais harmônico quem sabe se mudasse as cores e trocassem por cores mais vivas ela ficaria mais agradável.” (Sem nome)

“Eu acho que o Rangel está precisando de uma mudança por exemplo pinturas janelas.” (A.C)

“[...] alguns problemas pequenos como a pintura ou portas quebradas ofuscam um pouco a beleza mas ainda assim continua sendo um lugar muito bom para estudar.” (F.H.P)

“Eu gosto de estudar no Rangel, ela é uma escola bonita, mais o que estraga nela é a pintura, os matos que as vezes não são cortados. [...]” (M.M.P)

“Eu gosto de estar aqui no Rangel, ela é uma escola bonita, só a pintura dela que esta feia e da a impressão de um ambiente chato, um ambiente meio morto, desanimado [...]” (LP)

“Rangel – é um lugar grande e antigo, minha relação com ela é que venho todos os dias, se fosse mais cuidada e conservada seria mais bonita e se pintasse o prazer de vir estudar e ficar nesse ambiente, não só pra mim mas para todos os outros que estudam aqui [...]” (I.B)

Da mesma forma como o discurso de Antiguidade esteve, quase sempre, acompanhado da ideia do velho, a ambos opõe-se, com frequência, o manto do novo. Isso porque a juventude anseia por novidade. Novidade perseguida na íntima relação com os pressupostos do sistema capitalista.

Acionados pelas suas lembranças, solicitei aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio que fizessem um percurso pela cidade de Amparo, percurso que partiria da Escola Rangel Pestana e terminaria somente em outra escola, o antigo Primeiro Grupo Escolar, “Coronel Luiz Leite”. Durante este percurso que atravessaria

⁶⁹ Escola Estadual Coriolano Burgos.

todo o centro histórico e tombado, passando pelo principal eixo-formador do traçado urbano da cidade, a Rua 13 de Maio, sugeri que utilizassem uma linguagem narrativa para expressar – se assim o quisessem – lembranças anteriores vinculadas a determinado lugar, ou realizassem uma seleção dos lugares atrativos aos seus sentidos.

Como narrativa que envolvia seleção, evidentemente, fora preciso que se fizesse escolhas quanto aos seus limites; escolhas que permitissem àqueles alunos e alunas, escrever dentro dos tempos organizados da escola. Dentro das limitações de uma ou duas aulas de História. E talvez por isso, alguns não tenham desejado nem mesmo iniciar esta atividade ou não tenham encontrado sentidos ou finalidade em falar dos seus percursos e de si próprios para outros – neste caso, eu mesmo –, numa atividade que afirmara, “não valeria nota”.

Mas havia um incômodo silêncio. Falar de si, e não apenas no universo juvenil, não era atitude das mais simples. E neste sentido, prevalecentemente, os homens parecem sofrer os maiores embaraços. Entre aqueles que se puseram a narrar, flagrei indícios escritos de uma diferenciação bastante acentuada, entre gêneros. Relatos breves, afobados e objetivos em geral, partidos de jovens do sexo masculino, contrastaram com manifestações onde as sensibilidades se fizeram presentes com menos dificuldades entre àqueles do gênero feminino.

Sai do Rangel desce a rua do Rangel, passei em frente ao Bar do bolinho, subi a rua treze até a matriz, passei em frente ao banco do Santander, continuei a ir em frente passando a igreja do rosário ande mais ou menos 3km a sua direita se localizará a escola Luiz leite (S.P.R., Escola “Rangel Pestana”).

Desde que eu tive liberdade para fazer esse percurso sozinha, todas as vezes que o faço, saio com algum lugar em mente. Por esse motivo não reparo muito; mas na rua 13 tem um relojoeiro chamado Rubens e todas as vezes que passo por lá me lembro dele e muitas vezes paro para conversar com ele, adoro o espaço onde ele trabalha e tenho um carinho por ele, que ele nem sabe. (M.B., Escola “Rangel Pestana”).

Lembro-me destes dois alunos e dos seus respectivos comportamentos, quando da minha chegada à escola. Ele, sentado mais próximo à lousa, no

chamado grupo da frente, quase atrás da mesa destinada ao uso pelo professor. Sua primeira pergunta: para que time de futebol eu torcia. Sentiu-se pouco seguro quanto a escrever o excerto acima e de tempos em tempos, solicitava-me sugestões quanto ao que escrever. Já ela, localizada mais ao fundo da sala, descansava seu corpo na cadeira de uma maneira quase a escorregar por ela. Não a via conversar com ninguém. Nem mesmo durante momentos os quais chamaram de aula, a aluna manifestava-se. Punha-se tão somente a me observar e pela maneira como o fazia, imaginava que estivesse atenta ou interessada no assunto, o que aumentou a minha preocupação em não cometer qualquer deslize. Seu silêncio somente seria quebrado quando eu trouxera as minhas lembranças, como aluno, daquela instituição escolar. Achou-me velho, mesmo, tendo declarado meus vinte e seis anos. Daí em diante, sempre que eu invocava os tempos de aluno ou que perdido, precisava da sua ajuda e da de outros alunos para localizar-me por entre os espaços da cidade, lembrava-me, com um sorriso esboçado, da minha idade e aguardava a réplica. Como em relação ao seu amigo relojoeiro, de quem guardava um carinho sem que ele o soubesse, talvez lhe ocorresse algo semelhante por mim. Poderia ser este, um dos motivos da sua manifestação mais sensível no que diz respeito à elaboração da narrativa por mim proposta.

Ontem logo de manhã eu acordei e fui para a escola depois que sai da escola fui direto para o Bar do Bolinho almoçar, o bar fica na rua Argemiro Silvestre, depois segui reto para a rua treze, mais o meu destino era ir até a escola Luiz Leite, cheguei até a Praça da Matriz e meu amigo Bruno me ligou dizendo que estava me esperando, eu já estava na frente do museu e resolvi entrar para conhecer coisas antigas. Bruno me ligou mais uma vez e eu mandei ele me esperar, eu sai do museu e cheguei até a escola e quando ele me viu ele abriu aquele sorriso e me abraçou, me perguntou o que eu iria fazer à tarde, eu disse que nada, e ele me perguntou se eu poderia levá-lo em algum lugar bonito, eu disse que sim, mais teríamos que dar uma volta na cidade, ele disse que não teria problema algum pois precisava se exercitar, pois estava começando a ficar gordo.

Ele me perguntou mil vezes onde iríamos, eu queria fazer surpresa, estávamos já na frente do half, seguimos reto e viramos a direita, na Avenida da Saudade e seguimos até o horquidário, Bruno ficou encantado, com aquele lugar cheio de árvores, plantas, bichos

como arara, jabuti, tucano, pássaros, e me agradeceu falando que nunca iria esquecer desse dia que passou junto a mim. (R.M., Escola Rangel Pestana).

R. M. fora apresentadora de um programa de uma emissora de rádio em Amparo. Segundo me contara, o caráter do programa consistia em receber ligações diárias de pessoas à espera de uma palavra que as pudesse reconfortar ou de que alguém, do outro lado, lhe dedicasse, por instantes, alguma atenção. Dizia saber dar conselhos. Participara também como protagonista de um breve documentário sobre o Rangel, elaborado pelo professor de Geografia. Não percebi qualquer inibição ao falar de si. Chegou a afirmar, inclusive, ao longo das suas participações nas aulas, que apesar de, em tese, estar namorando, não procurava envolver-se emocionalmente com ninguém. Não valeria a pena. Não conseguia acreditar na sinceridade dos sentimentos masculinos.

Na escola Julio Mesquita, estas recorrentes imagens da juventude – e, sobretudo, das mulheres – já haviam mostrado sua face desde há algum tempo: aquelas pessoas acabavam por chegar a uma conclusão, às vezes, dolorosa, de que os sentimentos tendiam a ser pouco verdadeiros nas vivências sociais atuais e de que o outro não lhes inspirava grande confiança. O que mais se queixavam era de que os homens tendiam a gabar-se entre seus pares com *status* adquirido por “pegar” – numa linguagem próxima ao universo de suas relações – determinada mulher e revelar suas características físicas ou comportamentais entre aqueles do seu grupo. Admito não saber se, especificamente, constitui-se esta uma característica essencialmente nova nas relações humanas; entretanto, inegável que represente outra marca, pois, dos relacionamentos modernos no interior da juventude: a marca mesmo da sua efemeridade e superficialidade.

Outro aspecto constituído a partir das elaborações escritas foi que os alunos que se arriscaram a produzir alguma reflexão escrita sobre o patrimônio histórico em Amparo, para além de carregarem as marcas de um discurso informado racionalmente, trouxeram a experiência de sujeitos outros que lhes foram transmitidas, estas sim, na forma de um patrimônio. A aparente frieza e

incomunicabilidade das construções adquiriram, nestes relatos, o calor e a voz de pessoas, as quais conhecem e estimam desde longa data.

Então, percebo com mais clareza de onde provinha o lamento daquele senhor, narrado nos percursos introdutórios desta presente narrativa. Trabalhador da construção civil em Franca, lamentava pela demolição do Hotel Francano e sentia sua perda. Seu pai participara da construção daquele hotel. Pois o patrimônio esteve o tempo todo, justamente, nesta relação. Seu pai havia lhe transmitido aquele hotel, na forma de uma experiência, numa inspiração benjaminiana (1994, p. 114). E, daí em diante, a imagem do hotel estaria, para sempre, vinculada à vida de seu pai e ambas, juntas, formariam a sua própria imagem de patrimônio. Demolir aquele hotel representou, portanto, sepultar mais do que pedra e cal. Uma parte daquele sujeito estava ainda ali

“Eu gosto da idéia de se manter os patrimônios históricos da cidade. Acho isso muito importante para as futuras gerações poderem ver as construções que fizeram a nossa história. É legal quando você pode contar para um filho ou neto: - olha estudei naquela escola ou, o seu avô morou naquela casa...Além de poder contar as histórias você pode mostrar coisas que também fizeram parte dela. [...] esses lugares foram ‘cenários’ de muitas histórias e serão sempre lembranças concretas de bons momentos.” (R.)

“A minha relação é nenhuma, talvez porque eu não seja parente de nenhum desses caras dessa década de 80, mas a cidade em si é muito bonita, os casarões de Amparo chamam muito a atenção, tudo aqui é bem antigo e quase tudo tem uma história, mas que nem algumas casas tem um patrimônio, as vezes esses patrimônios são doados para outras pessoas.” (R.M)

Como na parábola de um livro de leitura, referida num dos escritos de Walter Benjamin⁷⁰, onde narra a história de um pai que, próximo da morte, revela aos filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos e que só depois de muito cavarem, se dão conta de que o tesouro era, na verdade, a própria vinha, assim também o patrimônio não se encontra enterrado junto às fundações da Escola Rangel Pestana ou de qualquer outra das edificações tombadas. O

⁷⁰ “Experiência e Pobreza”, texto de 1933.

patrimônio sempre esteve nas pessoas e na sua relação com as edificações, transmitidas, então, na forma de experiências, às gerações futuras. Lembro-me de que não pude escapar à ansiedade de conhecer profundamente o que levara a arquiteta Rita de Cássia Carrara a apresentar-se como praticamente a inauguradora dos primeiros movimentos culturais, que, em 1985, iriam resultar no tombamento do núcleo urbano de Amparo. Lamento não poder compartilhar estas falas da maneira como sucederam, pois ela preferira que eu não as registrasse. Temia falar “muita coisa errada”. Remontara às práticas sociais dos almoços de domingo, quando ao redor da mesa, seu pai e sua mãe colocavam-se a narrar as histórias de suas respectivas saídas da Itália. Recordara-se de que, se acaso os pais não narrassem uma história, ela mesmo solicitava-lhes, sugerindo sempre um assunto o qual não havia sido ainda tratado. Tão logo pegasse a sua cadeira para se sentar perto dos pais ou avós, era recepcionada com risos amistosos daqueles que já sabiam quais eram as suas intenções.

Fundamentalmente, o patrimônio não prescinde da relação mais ampla com as pessoas. Na medida em que é produzido afastado do diálogo com o outro (o não dominante), o patrimônio torna-se “pesado, porque mudo”. E um patrimônio mudo, não é um patrimônio.

Certamente que ele “educa os sentidos” – num termo caro ao historiador Peter Gay – dos passantes, habitantes e alunos da cidade. Vimos isso na maneira como estes sujeitos localizam-se na cidade e nos discursos que constroem sobre as edificações. No entanto, os jovens ressentem-se de um patrimônio distante, porque apenas acessível ao olhar. E rejeitam-no, como indica a escrita da aluna R.M. Se as edificações patrimoniais não podem fazer parte das suas experiências e responder aos seus desejos de pertencimento, na cidade, suas manifestações apontam que melhor seria que fossem demolidos, ou que buscassem, eles (jovens), sentidos para suas relações em outros lugares da cidade.

“Bom eu não conheço bem a cidade mais tenho uma curiosidade de conhecer por dentro o Luiz Leite parese ser diferente construido

em 1894. Ana Cintra parece ser muito antigo e é muito interessantes estátuas logo na frente.” (T. R)

“[...] gostaria de conhecer o Hospital Ana Cintra.” (G. T)

“Para mim o local mais bonito de amparo é a praça que fica perto da casa onde gosto de ficar e lembrar os melhores momentos que ali passei.” (A. P)

“Outro patrimônio histórico tombado que eu de vez enquanto tenho a felicidade de participar é na Igreja São Benedito, e em outro patrimônio que eu já passei foi na Santa Casa Ana Cintra, e o Grêmio Hospital.” (S.)

Flagro para este próximo movimento, a imagem do novo, como indicativo cultural de uma juventude de sujeitos ansiosos/frustrados ante os imperativos da novidade, manifesta, fundamentalmente, no desejo de posse de bens materiais, provenientes das relações capitalistas.

Certa vez, no sexto ano do ensino fundamental, aproveitei-me de uma pergunta feita pela diretora da escola, num contexto em que falava sobre o baixo rendimento escolar daquela turma, e dediquei-me a investigar o que pensavam ser o objetivo dos estudos ou, numa linguagem mais aproximada das suas experiências em tempos de modernidade capitalista, “para que serviria, afinal, estudar?” Prontamente, um aluno, carregado de um discurso educacional que não era apenas seu, mas (re)significado por ele, respondeu-me algo como: “para trabalhar, pagar as contas, comprar uma casa, um carro, um cachorro... e uma mulher!”. Os risos irromperam imediatamente por toda a sala, enquanto o garoto tentava explicar que se tratava de um engano. Como tendência cultural, no entanto, as relações mercadológicas do sistema capitalista não são tão anedóticas e estão impregnadas na sociedade e neste recorte específico, nas experiências dos jovens.

Em Amparo – a respeito da atividade referida, alguns parágrafos acima, no sentido de imaginar um percurso pelo seu centro histórico – a própria construção das referências espaciais dos alunos na cidade fizera-se pautada, sobretudo, por edificações sobremaneira relacionadas ao comércio de

mercadorias e serviços. As construções patrimoniais, historicamente tombadas, aparecem de maneira tímida no texto, mas, também, presentes como parte da sua leitura da cidade. A escolha por narrar um percurso demarcado por espaços de comércio pode trazer indícios de práticas sociais estreitamente relacionadas às práticas econômicas.

“Saindo das rua do Rangel seguindo em frente passando pelo bar do Bolinho, logo depois pela padaria Tentação. E atravessando a rua tem a padaria (sorveteria) copa de ouro. Logo depois tem os comersios. Lojas e lugares muito conhecido como Casas Bahia. Ponto Frio. Pernambucanas entre outras logo depois tem a caixa federal econômica, a galeria 13⁷¹, one⁷², antigo prédio da prefeitura, um lugar muito utilizado a encontro com amigo matriz. Rovigo⁷³. Bar 15 largo do Rosário o botequim seguindo temos Buteco do coleguinha e o museu, bar do Marcio Empório da cerveja.” (T.R)

“Saindo do Rangel descendo a rua, passo em frente do bar do bolinho, que sempre bate fome por causa dos salgados. Atravessando a rua sentido a rua 13, passando ao bar do gelo, há sempre muitos homens bebendo, geralmente fedendo. Seguindo em frente na rua, olho sempre nas lojas para ver se tem algo novo ou algum conhecido. (A.P)

[...] Em direção do centro avistamos uma parte da praça Padoaçalles com um grande movimento de carros. Iniciando andar na 13 de maio vistamos lojas de diferentes mercadorias de exelente qualidade, com atenção total para os cliente, ouvindo as propaganda de divulgação, o aroma não recusável dos bares populares (bar do bolinho, bar do ponto). Uma parada para alimentação. (ninguém é de ferro). Restaurantes de diversos gostos. A adiante entrei na loja “Andorinhas”⁷⁴, gastar um pokinho.” (L.L)

“Quando saio do Rangel e vejo uma pequena praça na frente da escola mais para frente encontro o bar do bolinho e sempre da uma fome. Na esquina tem uma padaria e na oura um bar, do lado esquerdo da rua tem uma banca de jornal, uma pouco mais há frente tem a Copa de Ouro⁷⁵. Subindo a treze tem muitas lojas com várias coisas bonitas na vitrine da vontade de sair comprando

⁷¹ Trata-se, de fato, de uma galeria com salas comerciais ocupadas mediante um aluguel.

⁷² Danceteria ou, numa linguagem aproximada às suas vivências, uma “balada”.

⁷³ Pizzaria.

⁷⁴ Loja de roupas e acessórios, para o público masculino e feminino.

⁷⁵ Pastelaria.

também encontro várias pessoas de diferentes estilos. [...]. Do lado esquerdo tem a galeria 13 no outro lado tem um banco ando mais um pouco e chego na matriz e continuo andando passo pelo bar quinze e por algumas lojas.” (J.L)

“Saindo da escola, sigo em frente vejo uma praça, e ai continuo seguindo em frente, passo na frente do bar do bolinho 1, com 2 passos eu passo na mesma calçada passo na frente do lava-rápido, do lado do lava-rápido tem uma padaria, atravessando a rua tem uma bar, passando na mesma calçada passo em uma loja de perfume, depois pego em frente, passo em uma sorveteria, sigo a reta, vejo varias lojas que da vontade de comprar tudo.” (M.M.P)

Evidentemente, uma primeira leitura dos excertos, carregada já com as marcas da minha reflexão, pudesse induzir o leitor a concluir, com alguma segurança, que a juventude se relaciona com o mundo de maneira mercantilizada apenas, seduzida que está pelos encantos da mercadoria. Vemos, pela análise destes discursos, tratar-se de uma leitura possível e pertinente, mas que não esgota a relação dos jovens com este contexto chamado, adequadamente, de moderno. A exemplo, chamo a constante referência ao “Bar do Bolinho” nas narrativas. Até que ponto elas revelam sujeitos que apenas se comportam como autômatos, pelo consumo, ante aos ditames do mundo moderno-capitalista? Não esconderiam, num mesmo movimento, sujeitos na sua condição mais humana, famintos que estão por saciar a fome diária do seu corpo e que, ao passar, ainda que repetidas vezes, pelo mesmo lugar, não se enfadam de evocá-lo nas suas lembranças porque justamente remetem ao que há de mais vivo na sua existência?

Em outra atividade, sugeri que – na minha condição de um quase turista, por estar desde há muito tempo longe da cidade e não ter acompanhado algumas de suas transformações – os alunos me indicassem locais na cidade que consideravam como os mais “legais”, interessantes ou atrativos, para que eu os (re)conhecesse. Não por acaso, os locais mais indicados estiveram vinculados ao gênero dos bares e aos locais de práticas esportivas (*skate*, futebol, bilhar). Provavelmente, se estivéssemos balizados, especificamente, por estas manifestações, sobretudo as relacionadas à ingestão precoce e intensa de bebidas alcoólicas, bem como a utilização de substâncias alucinógenas –

confidenciada a mim, por alguns alunos –, somaríamos elementos para a afirmação de uma juventude socialmente condicionada e seduzida por valores coletivos que lhe são externos, traduzidos em pequenas porções, materializadas e adquiríveis mediante um custo monetário. Ser-nos-ia permitido falar, também, de uma juventude fragilizada desde seus primeiros anos, por conta de deficitárias relações familiares e afetivas vivenciadas e que encontrara – ao menos como discurso – algum conforto nas tentadoras e vivas experimentações psicodélicas do estar fora de si. Ou, talvez fosse possível afirmar que se trata de uma juventude angustiada e amedrontada com o que percebe ao seu redor, frustrada, constantemente, nos seus desejos, decepcionada com o próximo a quem deve referir-se como seu semelhante, incapaz de se reconhecer nas experiências do outro, profundamente arraigada ao presente e ansiosa por preencher o pouco tempo que sente lhe restar, com toda a intensidade do vivido.

Provavelmente, nenhuma das tentativas de compreensão estariam, de todo, erradas quando o objeto da investigação são as pessoas. Evidentemente que alguns argumentos demonstram serem mais persistentes nas relações com as empirias, mas, ainda assim, não esgotam e não se fecham a outras possibilidades analíticas, disparadas por outras documentações, ou por outras leituras da mesma documentação.

Isso para afirmar, categoricamente, o equívoco de atitudes que fazem tábula rasa da juventude; que não estão mergulhadas no interior das suas especificidades como sujeitos e que, prontamente, os associam a outros segmentos, homogeneizando ambos. Não! A juventude movimenta-se. E surpreende, no caso do patrimônio, pelo desejo que anunciam, através da sua escrita, de querer pertencer à cidade e às suas relações sociais. Os jovens querem deixar suas marcas e, da mesma maneira, encontrar-se nelas.

“Eu me sinto excluído da sociedade e opcionalmente pois existem ilusões nessa sociedade, como alguém achar que um diploma o deixará feliz para sempre sendo que podemos viver no campo, sem estudo nenhum, ou então com a desigualdade das classes, o

dinheiro não me preocupa e esse é o verdadeiro interesse do mundo, o resto é só fachada.” (F., Escola Julio Mesquita)

“Pelo meu ponto de vista, esse foi um fato estranho e que eu particularmente, não aceito. A sociedade hoje em dia virou uma bagunça. Ninguém sabe viver com o que tem e com o que é certo, querem sempre ‘inovar’ e essas ‘inovações’ afetam diretamente em suas vidas, em sua imagem, em como é visto pela sociedade. Isso não é questão de cultura [...] é questão de descontrole da sociedade, é libertinagem.” (M., Escola Julio Mesquita)

“Há anos atrás tinha minha vida rodeada de amigos, tanto na rua quanto na escola, vivíamos todos unidos sentados na calçada de casa brincando e conversando, não nos preocupávamos com televisão, computador, horários fixos como é hoje! Agora destinamos pouquíssimo tempo a família, aos amigos, porque somos completamente ligados a era tecnológica; não conseguimos viver sem acesso a internet, a TV, ao som alto, temos horários para acordar, trabalhar, comer e dormir, e quando há diversão sempre haverá drogas, álcool, violência envolvida, é por isso que nos dias de hoje ficamos mais focados ao trabalho enquanto ainda somos jovens.” (B. Escola Julio Mesquita)

Por fim, acabo de assistir a uma reportagem na televisão sobre “o perfil dos jovens no Brasil nos dias atuais”. O que detonara a matéria jornalística foram algumas conclusões de um longo estudo, desenvolvido na academia, que buscou localizar, no interior das relações sociais, a figura do jovem. Contudo, a informação jornalística incomoda-se e na verdade, torna-se pouco atrativa – e vendável – se não estiver acompanhada de simplificações. Assim, segundo a reportagem, os jovens da década de 1970 caracterizaram-se pelo desejo de liberdade; os de 1980 foram revolucionários contra a ditadura; os de 1990, questionadores pouco mobilizados e agora, aqueles dos primeiros anos do novo século caracterizavam-se por serem pessoas desejosas de transformar sua realidade, sem abrir mão das suas condições materiais de existência.

Fantasmagorias! É o que resulta destas visões. Se quisermos entender algo acerca da juventude, devemos antes assumir, sem receios, a dificuldade justamente em entendê-la.

À GUIA DE CONCLUSÃO

No preciso momento em que ensaio a derradeira parte desta elaboração escrita, o espaço urbano de Amparo experimenta os efeitos de uma legislação municipal (n. 3474/2009) que, “visando deixar o centro um local mais bonito e agradável, ressaltando sua riqueza arquitetônica” (AMPARO, 2010, p. 1) instituiu a nomeada “despoluição visual”, de maneira a atingir, sobretudo, os elementos visuais de comunicação (cartazes, anúncios, propagandas, banners, placas), presentes no espaço urbano e que promoveriam, de acordo com esta hipótese argumentativa, o “desconforto visual” dos transeuntes, além de “tirar a beleza da cidade” e torná-la, tão somente, um “espaço de promoção comercial”.

A referida legislação integra o “Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo”, documento produzido em dois volumes, entre os anos de 2004/2005 e centralizado numa “ação valorativa” dos patrimônios edificados. Apoiado pelo Ministério das Cidades do Governo Federal e desenvolvido pela Prefeitura Municipal através de uma equipe, na sua quase totalidade, de engenheiros e arquitetos, coordenados pelo professor doutor da FAU-USP, Luís Antônio Jorge, tal documento, por sua vez, integrou uma proposta em âmbito federal que teve como meta, a garantia de mecanismos eficazes para a preservação e valorização do patrimônio cultural (material e imaterial), incluindo bens e conjuntos edificados, mobiliário, equipamentos urbanos, bem como características da paisagem e do traçado urbano.⁷⁶

O primeiro volume do documento (Levantamento de Dados sobre o Município) faz referência a uma seção intitulada “Patrimônio Imaterial”, onde sujeitos, ora habitantes em Amparo, são convidados a compartilhar algumas de suas experiências pretéritas vividas na urbe. Transcrevo uma seleção delas para o

⁷⁶ Informações que apresentam a referida proposta de reabilitação de áreas urbanas centrais, bem como o documento do “Plano Municipal de Reabilitação da Área Urbana de Amparo”, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Cidades, neste *link*: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=915:planos-municipais-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais&catid=138&Itemid=171. Acessei-as em 15 de dezembro de 2010.

último movimento reflexivo acerca dos significados da preservação do patrimônio de Amparo.

Como lembrança da cidade, cito o coreto da praça da Matriz e a “banda” que ali tocava. Para nós que vínhamos de São Paulo nos fins de semana, aquilo era uma volta aos velhos tempos, dos quais nos falavam nossos pais que aqui viveram. Isso sumiu. Sinto pena de meus netos que não terão essa recordação **(Maria Lúcia R. M. Fioravanti)**.⁷⁷

Eu sou nascido em Amparo, na zona rural e o marco maior para mim é a Praça Pádua Salles, pois quando eu vinha para Amparo a minha locomoção era feita através do trem ou de bondinho. Foi uma pena o nosso governador na época ter abolido este meio de transporte, pois tirou de nós um portal de entrada e transformou toda esta área da Praça Pádua Salles onde hoje é o Jardim, a Fonte – num acervo de memórias. As ruas todas de paralelepípedos. Hoje acho tudo muito bonito, os prédios, o hotel, mas lamento não só de Amparo, mas de toda a região ter perdido essa ligação de um outro tipo de transporte **(Gilberto Roque Parpinelli)**.

Nasci em Amparo, ao lado do Liceu, numa chácara de mais de 1000 m², onde moram várias famílias nas casas ao lado da casa principal da chácara. Lá tinha a maior fartura em frutas e espaço para brincar. Tinha dois terreiros de café, a tuia, o tanque para a lavagem do café, onde brincávamos de esconde-esconde e esparramávamos todo o café. A casa principal era enorme, com 6 quartos, 1 sala grande, 2 cozinhas, banheiro tudo completo com a banheira tudo antiga, era lindo. Tinha um pé de primavera que subíamos lá para brincar e bordar as folhas com os próprios espinhos do pé (da primavera).

Esta rua do Liceu até Artur Alves de Godoy (alto) era tudo de terra. Quando foi asfaltada teve de subir mais de um metro a rua. As casas que eram com um nível alto tiveram que fazer uns degraus para entrar.

Tenho muita saudade, pois faz mais ou menos 10 anos que foi tudo destruído. Gostaria de saber como pode um patrimônio desse, dentro da cidade, ter sido demolido. Hoje há um grande prédio ali construído, não mais que 30 metros do Liceu **(Shirlei Miranda da Silva Sita)**.

⁷⁷ A referência explícita aos nomes verdadeiros dos sujeitos deve-se ao fato de que as suas falas compõem, expressamente e desta maneira, o “Plano de Reabilitação”, documento oficial e tornado público através do Ministério das Cidades.

Vivo há 16 anos em Amparo.

A Praça da Bandeira foi companheira de minhas brincadeiras de infância. Não mudou nada ainda, desde então. Continua bela, entretanto, não há mais brincadeira de criança no local.

Será que as infâncias e brincadeiras de rua acabaram? **(Marco Antonio dos Santos Romariz).**

Quando tinha sete anos, em 1974, jogava bola no largo do Mercado. Um gol era no poste na esquina, no início da rua Duque de Caxias. O outro era no outro poste depois da loja Carlos Vido.

Trinta anos depois o Largo do Mercado continua do mesmo jeito, apenas não jogamos mais bola **(Paulo S. Miota).**

Hipoteticamente, se nos propuséssemos a uma nova pesquisa, desta vez, exclusivamente focalizada nas relações entre o patrimônio histórico tombado de Amparo e as experiências vividas na contemporaneidade por outros sujeitos para além da juventude, possivelmente, como os excertos nos sugerem, construiríamos vinculações outras com as experiências historicamente datadas da década de 1980. Isso porque entre as duas temporalidades prevalece ainda um discurso – grosso modo, homogêneo – de perda, em íntima relação com outro discurso: o da modernidade capitalista (como sinônimo de exclusão e de diluição das marcas dos sujeitos na cidade).

Perseguindo a historicidade das manifestações humanas em um e outro caso, parece-me significativo na década de 1980 – significativo porque persistente e prevalecente – aquilo que nomeio como a *ansiosa solicitude pela memória*. Memória, no caso amparense, feita em pedra, como nos dizeres de Andreas Huyssen; resposta a um “trauma histórico” ou, nas palavras de Orhan Pamuk, a uma “ferida espiritual”; um choque. O choque das relações modernas, destrutivas das experiências dos sujeitos de tal forma que os fazem deslocar suas experiências do tempo não mais para o futuro, mas em direção ao passado. No processo empírico referente ao patrimônio na cidade de Amparo, constituí no segundo capítulo o argumento de que a modernidade capitalista revelara-se, de maneira prevalecente e através dos discursos, na perspectiva da perda de edificações construídas entre aos anos finais do século XIX e a primeira metade

do XX. Não afirmei, contudo, que a perspectiva da perda não possa ter existido antes mesmo desta década ou em qualquer outro contexto. Nem tampouco que a modernidade tenha feito revelar seus efeitos mais devastadores – entre eles, a incerteza quanto ao futuro – apenas na década de 1980. O que procurei explicitar, através da escrita, foi a persistência – entre outras representações – do que chamei de uma imagem da perda, como uma imagem presente no universo citadino, mas que o extrapolou, a ponto de ter sido flagrado na relação com o próprio contexto ditatorial nacional e com um cenário mundial – entenda ocidental –, que se mostrou especialmente receptivo a este tipo de discurso.

Concordando com o postulado de Mikhail Bakhtin de que “o discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas” e que, portanto, é impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levar em conta o contexto narrativo⁷⁸ (BAKHTIN, 1981, p. 148), defendi que a materialidade da documentação pesquisada expressou, ao menos em parte, o contexto – historicamente datado – amparense. E o patrimônio local, entendido como uma forma de linguagem, fora capaz de traduzir muito das visões de mundo e sensibilidades dos sujeitos, de tal maneira que a luta pela preservação das edificações tornara-se, também, uma luta para a manutenção da própria sanidade e neste sentido, a prática do tombamento em Amparo terá significado o espelho de um comportamento narcisista (CHOAY, 2006, p. 240-241).

O historiador Peter Gay, ao realizar o que pareceu ser uma defesa das contribuições psicanalíticas para o diálogo com a História disse, num certo momento, ter se tornado consciente de que os documentos acessíveis socialmente (referindo-se ao romance, ao poema e à pintura) revelavam uma maneira de a sociedade resolver ou recusar-se a reconhecer questões que acharia muito delicadas para discutir francamente (1989, p. 153). Nesta ótica analítica referi-me ao patrimônio como *alegoria*. Agora, se a sua permanência no tempo/espço, enquanto objeto referencial de outros dizeres, terá feito o sujeito

⁷⁸ Bakhtin afirma a não separação entre texto e contexto, no sentido de uma relação. Não está afirmando a fusão texto-contexto.

lembrar-se mais/menos do seu passado, como nos sugere a provocação de Huyssen, penso que permanece como uma pergunta pertinente e ainda não respondida.

Quanto aos almanaques, notei por meio das suas manifestações escritas acerca das edificações amparenses, a existência de uma tênue linha que fizera corresponder as duas temporalidades – a década de 1980 e a virada do século XIX – por um mesmo discurso da modernidade. Entretanto, enquanto na década de 1980, a experiência moderna fora externalizada, prevalecentemente, na perspectiva da perda e no deslocamento das experiências individuais e coletivas para o passado, na virada do XIX estivera quase sempre vinculada aos entusiasmos do progresso material e da novidade e, por isso, a necessidade do primeiro capítulo mostrou-se tão forte.

Nele, afirmei que os almanaques foram a primeira publicação da cidade e sobre a cidade; talvez, também, a primeira a contribuir com registros escritos e visuais das edificações, hoje, tombadas e a primeira a participar da constituição, já ali, de uma dada representação do seu futuro patrimônio. No cerne deste registro esteve uma vinculação estreita com o “progresso” (termo próprio aos almanaques) que Amparo experimentou, através da atividade cafeeira, a partir do último quarto do século XIX. Progresso narrado não sem entusiasmos, na pena, entre outros, de Bernardino de Campos, Assis Prado, Francisco Antonio de Araújo e Jorge Pires de Godoy, seduzidos que estavam diante dos projetos racionais de arruamento, calçamento e nivelamento do espaço urbano; de instalação da iluminação pública e da rede de distribuição de água e coleta de esgoto e, evidentemente, diante das edificações. Suas linhas foram apreciadas para além do critério da beleza arquitetônica. Carregaram outros dizeres: o apogeu da técnica, da arte “sólida, sem nenhum defeito” e da salubridade, elementos importados do luxo industrial europeu e que se afirmou, contribuíram para a formação mesmo da “índole do povo”, na moralidade, inclinação ao trabalho e na vocação republicana civilizatória dos amparenses.

De maneira contraditória, o exaltado progresso material da cidade contrastou com imagens de um espaço urbano que fornecia “charcos”, “águas servidas”, “lixo nas ruas”, “ar viciado” e “muita falta de higiene” aos seus moradores. Espaço que abrigava um “povo bestializado” que insistia na “rotina de criar porcos”, indo na contramão da atividade cafeeira. Povo que precisava ser educado até mesmo para praticar uma “boa conversação”. O progresso capitalista, entretanto, não deixou de alimentar, de maneira ambivalente, ressentimentos naqueles que um dia o acolheram em suas casas e na sua escrita. Por isso remontei à imagem de um Jorge Pires, ao mesmo tempo, seduzido e traído por aqueles tempos modernos, quando sua própria casa é demolida, como parte do projeto de reordenamento urbano.

O que a reflexão acerca daqueles indícios documentais permitiu-me afirmar foi que, mesmo nas suas contradições e ambivalências, a modernidade orientou as racionalidades e as sensibilidades dos sujeitos, predominantemente, para o tempo futuro, um tempo “ridente e cheio de esperanças”. Nas construções arquitetônicas tal postura expressou-se através das constantes queixas quanto ao fato de as construções mostrarem-se velhas e serem preteridas sempre por outras novas e, preferencialmente, em um novo espaço. Ou nos pedidos para que fossem, ao menos, reconstruídas ou reformadas, de maneira a despertar nos moradores e nos olhares daqueles que visitavam Amparo – sobretudo, após a chegada dos trilhos da Mogiana – uma boa impressão acerca do seu progresso. Fora neste espírito que os almanaques se puseram a criticar o poder público, por demorarem a tomar providências quanto aos prédios da cadeia velha, da estação ferroviária e do mercado municipal, ao mesmo tempo em que exaltaram a livre iniciativa de particulares por financiarem, às suas próprias custas, o embelezamento da cidade, com construções que correspondiam ao seu progresso. Afinal, a Amparo “enlavadada” e “acostumada aos salões” não se harmonizava com a Amparo “acanhada e caipira” dos “velhos tempos”. Construí estes argumentos para afirmar que a noção de beleza estética, no que respeitou àquelas edificações patrimoniais, fora atravessada por categorias históricas e entre elas, a

modernidade capitalista. Certamente, não pretendi encerrar a análise na afirmação de que as construções só teriam figurado nos almanaques por traduzirem a modernidade. Contudo, como imagem prevalecente, a modernidade capitalista esteve impregnada na sua materialidade. E, sobretudo, nas mentalidades e sensibilidades dos sujeitos modernos. A ponto de atravessar um século e ser flagrada nas experiências contemporâneas da juventude amparense, alvo do terceiro e último capítulo.

Reafirmo não ter elaborado neste último capítulo, mais do que um ensaio, destinado a me aproximar das significações hodiernas produzidas por jovens – situados, especialmente, na urbe e no interior de uma instituição escolar classificada entre aquelas da categoria patrimonial. Como geração futura, os jovens ora moradores de Amparo e, especialmente, alunos da Escola Estadual Rangel Pestana, herdaram – pelos indícios constituídos – aquele patrimônio.

Articulando experiências por mim vividas, como aluno, professor e pesquisador, coloquei-me numa relação que se pautou pela tentativa de me aproximar, mais intimamente, daqueles sujeitos e das suas manifestações culturais. Interessei-me por tentar compreender se os significados construídos, acerca do patrimônio quando do seu tombamento na década de 1980, teriam encontrado correspondências, sido internalizados e/ou (re)significados pelos sujeitos, então localizados num futuro imaginado – que poderia ter sido, entre outros, este, onde me localizo.

Percebi como, nas experiências de alguns jovens, manifestas na modalidade oral e escrita, longe de evocar um desejo preservacionista ou uma ação valorativa, que pudesse ter correspondências com o contexto do tombamento, a presença de uma edificação patrimonial despertou verdadeiro incômodo. Isso porque a referida escola, nos seus olhares, foi considerada antiga, velha, precária, sinistra. Uma escola que, por vezes, causou verdadeiro medo, pois não apenas indicava o tempo transcorrido, através dos sons emitidos pelas escadas, janela e portas, mas, literalmente, *caía aos pedaços*, caía sobre os alunos e fazia-os cair *dentro* de si. O que, para aqueles que estiveram entre os formuladores dos pedidos de tombamento,

manifestou-se como as marcas do tempo e as marcas mesmo dos tantos sujeitos que transitaram pela Escola Rangel Pestana, para esses jovens alunos despertou reações de distanciamento com o espaço escolar. Terão preferido sua pintura, ou um conserto, uma reforma. Ou até mesmo outra escola, mais moderna, menos antiga, mais bonita (e o quanto antes, como fariam questão de pontuar, dado o ritmo das suas experiências vividas).

Como imagens ambivalentes, houve quem preferisse a escola da maneira como se encontrava e reconhecesse nela, uma importante construção, que estabeleceu relações concretas – pela transmissão de uma experiência – entre a Amparo do passado e àquela em que seus pés estão fincados. No diálogo com Walter Benjamin, posso afirmar tratar-se de um fenômeno cada vez mais raro em tempos de modernidade capitalista. Isso porque as gerações tendem, paulatinamente, a não mais comunicar-se, nem a se reconhecer na experiência do outro. A modernidade, tendencialmente, tem apartado, mediante um verdadeiro fosso, as experiências vividas dos sujeitos.

Como tendência cultural prevalecente, a juventude também anseia por novidade. Novidade materializada, em geral, na aquisição de sedutoras mercadorias. Esta condição participa, ativamente, da maneira como fazem a sua leitura da cidade. Quando lhes solicitei que realizassem um percurso que atravessasse o centro da cidade, não foram os equipamentos públicos, as edificações ou as pessoas o alvo primeiro e recorrente das observações, senão as vitrines das lojas, os restaurantes e os bares. Amparo, inclusive, fora chamada de uma cidade sem graça, parada, chata, por não contemplar, totalmente, os desejos irrefreáveis destas gerações. Os bares, justamente, representam uma das possibilidades de fuga desta monotonia. Enquanto prática urbana quase nunca individual, a presença nos bares possibilita interações sociais e divertimentos públicos que a Amparo de vocação histórica, patrimonial, não oferece. E os jovens, no seu desejo de pertencer, de estabelecer relações de patrimonialidade com a cidade, farão destes locais, seus patrimônios pessoais. Assim como a praça, o *half*, o Bar do Bolinho e as lojas.

Outra ideia, desenvolvida a partir das reflexões teóricas na relação com o processo empírico, foi a de que a arquitetura das construções e o espaço citadino educam os sentidos dos jovens. Certo que, pela materialidade das suas escritas, nem sempre terão reconhecido o discurso específico do patrimônio histórico em Amparo. Contudo e, ao mesmo tempo, foram capazes de, no interior de uma dada metodologia, fazer uma leitura dos espaços e das edificações de caráter histórico-patrimonial, que, em muito, se assemelhou àquela que compôs a listagem do tombamento. Isso para afirmar que, para além da perspectiva formal da educação patrimonial, a própria permanência da edificação, encravada no espaço urbano, que os sujeitos percorrem cotidianamente, educa – sutilmente – os sujeitos.

Com relação ao emprego de certos termos, afirmo que procurei expressar, por meio deles e o tanto quanto possível, a complexidade analítica dos sujeitos e as suas vinculações variadas com o patrimônio. Reconheço que qualquer tentativa de me debruçar sobre as experiências individuais e coletivas dos sujeitos não terá sido completa ou totalizante porque, fundamentalmente, as experiências, racionais e sensíveis, das pessoas não se acomodam em estruturas estanques – o argumento da *ambivalência*, a exemplo, tentou responder a esta orientação teórico-metodológica. Sem deixar de enfrentar as questões produzidas ao longo da pesquisa, (re)signifiquei os pensamentos, entre outros, de Walter Benjamin e de Peter Gay, reconhecendo, ao menos, a dualidade – para não dizer, a polissemia – das experiências humanas; reveladoras, ao mesmo tempo em que capazes de esconder, dimensões do vivido; atravessadas por esferas racionais, mas também sensíveis, sem que uma delas seja a-histórica. Por vezes, a ideia da ambivalência terá se aproximado do sentido de *contradição*, dada a oposição das imagens flagradas nos discursos. Também por isso, utilizei-me de termos como *persistente*, *prevalente*, *tendência cultural*, *maioria*, na tentativa de expressar, pela linguagem escrita, a condição humana, sem encerrá-la, porém buscando estabelecer relações de sentido entre as imagens flagradas. *Flagrar*, aliás, tratou-se de outra estratégia discursiva e analítica para me aproximar da condição de produtor do conhecimento historiográfico-educacional, reconhecendo neste ato,

tanto dimensões subjetivas como também objetivas (THOMPSON, 1981). Para um trabalho que pretendeu dedicar seu olhar às pessoas e, o quão aproximado possível, àquilo que pensam e sentem, ponderei constituir sentido a utilização da expressão *flagrar*, por traduzir de maneira mais fidedigna as relações historicamente datadas.

Sobre a *agonia*, fundamentei-me na sua relação com a imagem da *morte* e as ansiedades e aflições que a precederam. Isso porque, refletidamente, compreendi que o patrimônio comportou, no interior do processo empírico da presente pesquisa, outros dizeres e neste sentido, alegorias, entre as quais, a mais persistente, tenha sido a *alegoria da morte*. Morte localizada a partir do choque entre as relações capitalistas de produção – na representação cultural da modernidade – e os corpos, mentes e sensibilidades de sujeitos que, ansiosos e incomodados com a proximidade ou, mesmo, a velocidade do fim, reagiram e fizeram do discurso narrativo e das práticas patrimoniais possibilidades de resistência às tentativas de apagamento dos seus espaços de memória. Questionadores das tendências culturais prevaletentes, produziram, entretanto, fantasmagorias (no sentido empregado por Walter Benjamin, como distanciamento do tempo, espaço e das relações sociais), num processo não necessariamente consciente. Isso porque, na defesa dos seus referenciais de sentido, apagaram as significações que outros amparenses e/ou moradores de Amparo ora constituíam na relação com a cidade, com suas histórias e, correlativamente, com os seus patrimônios. Neste sentido, ao compor uma imagem patrimonial da cidade, vinculada ao seu centro histórico acabaram por reforçar, implicitamente, a agonia do patrimônio, pois anunciaram, por ele, a morte de representações outras e de sujeitos outros... que, por sua vez, não deixaram de reagir.

Como sugeriram os colegas do grupo de pesquisa, talvez esta sucessão de imagens, ambivalentes, quase sem fim, captadas no interior do processo empírico, tenha causado a mim, particularmente, também uma sensação de agonia. Em que tenha pesado as minhas dificuldades de acesso à documentação pretendida, o encurtamento do tempo para o desenvolvimento da

pesquisa, a escolha de uma linguagem que expressasse estas experiências, penso que, verdadeiramente, flertei, a cada despertar, com a possibilidade da “morte” do trabalho...

Este trabalho tem um fundamento analítico defendido por mim com muita insistência e que espero, o leitor tenha percebido. Ele vai ao encontro de pessoas! Atravessei três capítulos procurando produzir análises acerca do objeto focalizado, mas vigilante em estabelecer relações mais aproximadas com os sujeitos, suas visões de mundo e sensibilidades historicamente situadas, de forma a torná-los presentes no texto da maneira mais inteira e não tanto como adornos a atender às conveniências dos argumentos. Isso por entender ser tal postura aquela que mais respeita e valoriza os sujeitos, aquela que mais proporciona contato entre pesquisador e pesquisado, aquela que mais nos aproxima da natureza – historicamente datada – das pessoas. Fora uma aposta teórico-metodológica, baseada no comprometimento com uma produção de conhecimentos que não hierarquiza os saberes do outro e que, justamente, o instiga a continuar e a participar da história que está sendo narrada. Na minha ótica, para a temática do patrimônio, não poderia ter se mostrado mais importante tal postura.

O patrimônio não prescinde de pessoas. Ele não está apenas no objeto (neste caso, as construções arquitetônicas). É produção coletiva de sujeitos, travada no interior das relações sociais. O patrimônio não se constrói apenas a partir do objeto, nem do sujeito, mas na relação/tensão sujeito-objeto. Vigotski (2007), ao falar sobre a obra de arte, já terá afirmado que seu impacto maior residia nesta relação. Bakhtin (1981) dirá que organismo e mundo encontram-se no signo. Um patrimônio descolado das experiências dos sujeitos configura-se como barbárie e fantasmagoria, nas pegadas benjaminianas – obviamente, compreendendo tais imagens de forma ambivalente.

Lembro-me de que durante o processo de pesquisa aos periódicos da década de 1980, nas dependências do Museu de Amparo, pude acessar a

chamada reserva técnica da instituição, onde permaneciam guardados aqueles objetos que, por motivos variados, não se encontravam acessíveis ao público visitante. Na condição de pesquisador, percorri aquelas estantes, seduzido por cada objeto e imaginando cada pessoa que outrora o tocara ou a quem pertencera. Ao apanhar uma caixinha de música, percebi um papel fixado na sua parte de baixo, onde constavam o nome e o telefone da suposta doadora daquela peça. O recado, logo a seguir, pareceu-me o mais significativo. Referia-se ao fato de que a doadora do objeto visitara, em certa data, o Museu e descobrira que sua caixinha de música não estava exposta e sim, guardada do olhar público na reserva técnica e por isso decidira desfazer a doação e solicitar o resgate do objeto.

Numa outra imagem, esta compartilhada previamente com o leitor no terceiro capítulo, encontrei jovens desejosos por conhecer e se aproximar de edificações patrimoniais que, apesar de localizadas na cidade, estavam distantes dos sujeitos, pouco receptivas ao seu contato. Nesta ótica, faz sentido, novamente, a idéia de Maria Cecília Londres Fonseca, do patrimônio “pesado, porque mudo”. Talvez isso também explique o porquê de as construções que abrigam os estabelecimentos comerciais da cidade serem objeto da maior parte das descrições e apreciações estéticas. Nelas, os sujeitos são convidados a entrar. Explorar, criativa e autonomamente, com seus sentidos.

Sentidos. Penso que não há argumento mais importante para problematizar e produzir rupturas do que aquele que presenciei como estagiário do Museu Histórico de Franca: “Museu é para olhar com os olhos e não com as mãos!”. Se o patrimônio não está acessível às pessoas, igualmente, longe está de ser um patrimônio.

Desta perspectiva, aqueles sujeitos, participantes dos movimentos que resultaram no tombamento do centro histórico de Amparo terão muito se afastado. Na defesa de si, esqueceram-se do outro. Construíram, pois, uma relação quase secreta com o patrimônio, disponível apenas aos seus olhares e que representaram, sobretudo, apenas as suas agonias particulares.

Confio, pois, na potencialidade dos escritos desta pesquisa, como capazes de inspirar novas posturas e produções de conhecimentos, a contrapelo de práticas – neste caso, patrimoniais – que tem promovido o distanciamento das experiências dos sujeitos ou de uma categoria mais plural de sujeitos. Faço minhas, as palavras do escritor Victor Serge, em texto escrito em Leningrado, em 1932, quando preso, por conta das perseguições do regime stalinista às suas idéias, afirmou: “[...] chegamos a um ponto em que o escritor deve escolher seu destino; de agora em diante só nos interessam aqueles que querem servir a algo maior do que eles mesmos” (SERGE, 1989, p. 33).

REFERÊNCIAS

Acervos Consultados

Museu Histórico e Pedagógico “Bernardino de Campos” (Amparo – SP)
Biblioteca Municipal “Carlos Ferreira” (Amparo – SP)
Biblioteca do Centro Universitário Amparense “Josephina de Martin Bernardes”
(Amparo – SP)
Centro de Memória, UNICAMP (Campinas – SP)

FONTES

Almanaques

GODOY, Jorge Pires de. **Almanach da Comarca do Amparo para 1889**. Compreendendo os municípios do Amparo, Socorro e Serra Negra. Campinas: Typographia Livro Azul, 1888.

_____. **Almanach da Comarca do Amparo para 1891**. 2º anno. Compreendendo os municípios do Amparo e Serra Negra. Campinas: Typographia a vapor do Livro Azul, 1890.

_____. **Almanach do Amparo para 1892**. 3º anno. Amparo: Typographia da Cidade do Amparo, 1891.

_____. **Almanach do Amparo para 1893**. Contendo os municípios de Amparo, Serra Negra, Socorro e Freguezia da Conceição da Barra Mansa. Amparo: Typographia do Diário de Amparo, 1892.

_____. **Almanach do Amparo para 1894**. Amparo: Typographia Popular, 1894.

_____. **Almanach do Amparo para 1895**: compreendendo o município de Socorro. Campinas: Typographia Cardona, 1894.

_____. **Almanach do Amparo para 1896**. 7º anno de publicação. Amparo: Typographia da Gazeta do Amparo, 1896.

_____. **Almanach do Amparo para 1901**: contendo informações sobre os municípios do Amparo, Socorro, Serra Negra e Pedreira, bem como uma escolhida e variada parte litteraria, etc. 8º anno de publicação. Amparo: Typographia e Papelaria Popular Casa Edictora, 1900.

_____. **Almanach do Amparo para 1902**: contendo indicações sobre as cidades

do Amparo, Socorro, Serra Negra, Mogy-Mirim, Itapita e Espirito Santo do Pinhal; villas de Pedreira e Mogy-Guassú e a Freguezia de Monte Alegre, além de uma escolhida e variada parte literária, etc. 9º anno de publicação. Campinas: Typographia a vapor “Livro Azul”, 1902.

_____. **Almanach do Amparo para 1903:** contendo informações sobre a cidade do Amparo, Bragança, Socorro, Itatiba, Serra Negra, Atibaia, Villa de Pedreira, Districtos de Barra Mansa e Monte Alegre. 10º anno de publicação. Campinas: Typographia Livro Azul, 1903.

_____. **Almanach do Amparo para 1905:** contendo informações sobre as cidades do Amparo, Socorro, Serra Negra, Villa de Pedreira e Freguezia de Monte Alegre. 11º anno de sua publicação. Amparo: Ao Pindorama, 1905.

_____. **Almanach do Amparo para 1907:** contendo informações sobre as cidades do Amparo, Socorro, Serra Negra, Campinas, Jundiahy, Villa de Pedreira, Freguesia de Monte Alegre e districto da paz de Entre-Montes. 12º anno de publicação. Amparo: Ao Pindorama, 1907.

_____. **Almanach do Amparo para 1909:** contendo informações sobre a cidade do Amparo, Socorro, Serra Negra, Itatiba, Pedreira e Freguesias de Monte Alegre e Barra Mansa. 13º anno de publicação. Amparo: Ao pindorama, 1908.

_____. **Almanach do Amparo para 1912:** contendo informações sobre cerca de 25 municípios de Estado de São Paulo e alguns de Minas. 14º anno de publicação. Campinas: Typographia Casa Mascotte, 1911.

_____. **Almanach do Amparo para 1914:** contendo informações sobre cerca de 60 localidades de São Paulo e seis de Minas, além de selecta parte literária. 15º anno de publicação. Campinas: Typographia Casa Mascotte, 1913.

_____. **Almanach do Amparo para 1918.** 16º anno de publicação. Contém este livro informações obre municípios e cerca de 20 districtos dos Estados de São Paulo, Minas Geraes e Goyas. Amparo: Casa Pindorama, 1918.

LISBOA, José Maria; PRADO, Francisco D’Assis Santos. **Almanaks do Amparo e Campinas para 1872.** Campinas; Typographia da Gazeta de Campinas, 1871.

NETTO, Francisco Luzia; CATELLI, Luiz Humberto; CÔNSOLI, Nicolau (Eds.). **Almanaque do Amparo.** Edição do sequicentenário (1829-1979). Amparo: Gráfica Amparense Limitada, 1979.

NETTO, Francisco Luzia; DAGMAR; Eliana (Eds.). **Almanaque do Amparo:** 160 anos (1829-1889). Amparo: Mpc, 1989.

Periódicos

Jornal “A Cidade”, de fev. 1988 a dez. 1989.
Jornal “O Comércio”, de jan. 1980 a dez. 1989.
Jornal “O Município”, de jan. 1980 a dez. 1989.
Jornal “Folha de Amparo”, de jan. 1980 a dez. 1989.
“Jornal do Povo”, de jan. 1982 a dez. 1983.

Anais e Resumos de eventos

ABUD, Kátia Maria; RESENDE, Murilo José de; RIBEIRO, Regina Maria. **A pesquisa em ensino de história: metodologia e novos horizontes**. São Paulo, 2008. [Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 8., 2008: São Paulo: FEUSP, 2008].

CONTI, Raquel Félix. Educação, História e Patrimônio: da prática à teoria. In: Encontro Nacional Pesquisadores do Ensino de História, 7., 2006, Belo Horizonte. **Resumos eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2006 [CD-ROM]

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA: sujeitos, saberes e práticas, 5., 2004, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 7., 2009, Uberlândia. **Resumos...** Uberlândia: UFU, 2009. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 7., 2009, Uberlândia. **Trabalhos aprovados...** Uberlândia: UFU, 2009. Disponível em: <<http://www.viiperspectivas.ufu.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

LEITE, Juçara Luzia. Colando dos cacos da Memória: a educação patrimonial e sua interface com o ensino de História. In: Encontro Nacional Pesquisadores do Ensino de História, 4., 2003, Londrina. **Resumos eletrônicos...** Londrina: UEL, 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/enpeh/resumos-gts.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

SIMAN, Lana Mara de Castro (org.). **ENPEH: novos problemas e novas abordagens**. Belo Horizonte, 2006. [Anais Encontro Nacional dos Pesquisadores em Ensino de História, 7., 204p. Belo Horizonte: UFMG/FAE/LABEPEH, 2006.

SIMAN, Lana Mara de Castro; COSTA, Janice Pereira da. Escola, Museu e Ensino de História: perspectiva teórica e metodológica para avaliação desta relação: um estudo de caso. In: Seminário Perspectivas do Ensino de História, 4., 2001, Ouro Preto. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: UFOP, 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

Panfletos, manuais, legislações e estudos

AMPARO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Lei de despoluição visual:** orientações para adequação à lei sobre instalação de elementos publicitários ou de elementos não publicitários nas fachadas dos edifícios inseridos na área envoltória do centro de Amparo. Amparo, 2010, 16p.

BRASIL. Ato Institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s>. Acesso em: 11 fev. 2011.

JORGE, Luís Antônio. **Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo**, 2v, 2006. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=915:planos-municipais-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais&catid=138&Itemid=171>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE AMPARO. Amparo: preservação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e turístico. Amparo, 1990. 16 p.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT. Solicitação de Tombamento. São Paulo: [s.n], 1985.

BIBLIOGRAFIA

Sobre Almanques

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna:** Campinas, décadas de 1870 e 1880. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998. 341p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

Teses

CURY, Cláudia Engler. **Políticas culturais no Brasil:** subsídios para construções de *brasilidade*. 2002. 160 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. **Trilhos de modernidade:** memórias e educação urbana dos sentidos. 2007. 292 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARTINS, Maria do Carmo. **A construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos.** 1996. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de história: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais.** 2008. 245p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994. 179p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

Artigos e notícias

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, p.3-4, 1937. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20Nº%2001%20ANO%201937&pesq=>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

BAPTISTA, Maurício Nogueira. O planejamento urbano como instrumento de preservação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 33-39, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20Nº%2019%20ANO%201984&pesq=>>. Acesso em 27 jan. 2011.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. A Política de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Democracia no Brasil. **Revista Ciência & Trópico**, v.12, n.2, p. 212-214, 1984.

GIGANTE, Moacir. Reformas curriculares do ensino de História no Estado de São Paulo: da resistência à ditadura ao refluxo conservador. **Educação: teoria e prática**, [S.l.], v.5, n.8 e n.9, 34-41, jan.-jun. 1997 e jul.-dez. 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2387>>. Acesso em 27 jan. 2011.

Guy V.; Bernard L.; Daniel T. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.7-47, 2001.

LOPEZ, Immaculada. Memória Paulistana. **Revista Problemas Brasileiros**, v.32, n.311, p.33-36, 1995.

LÖWI, Michael. A escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamim e Habermas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 32, p. 119-127, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e aruqologia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.20, p. 33-36, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2019%20ANO%201984&pesq=>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.19, p. 112-123, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2019%20ANO%201984&pesq=>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

TEIXEIRA, Jorge Leão. Guardiã da memória. **Problemas Brasileiros**. v.34, n.319, 10 fev 1997, p.16-21. Artigo 370.05 Unesp - C. Franca.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 29-32, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2019%20ANO%201984&pesq=>>. Acesso em 27 jan. 2011.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 29-32, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2019%20ANO%201984&pesq=>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

Entrevistas

HUYSSSEN, Andreas. A memória e o tempo de Huysen. [28 jun. 2010]. Globo Universidade. Disponível em: <http://globouniversidade.globo.com/GloboUniversidade/0,,AA1711478-8745,00.html>. Acesso em: 09 fev. 2010.

VICTOR, Fabio. Entrevista Orhan Pamuk. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2011. Folha Ilustrada, Caderno E, p. 6.

SOBRE AMPARO

Obras Publicadas

CAMARGO, Áureo de Almeida. **O cidadão Assis Prado**. São Paulo: [s.n.], 1973.

_____. **Efemérides Amparenses (século XIX)**. Ilustrações de Ulisses. São Paulo: Clássico-Científica, 1969.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”**. Amparo: Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

_____. **Amparo: álbum comparativo**. 2.ed. Amparo: [s.n.], 2002. 51p. il.

_____. **Amparo: cartões postais**. Campinas: Modelo, 2005. 120p. il.

TURATTO, Paschoal Roberto. **Apontamentos para a História de Amparo**. [Amparo], [s.n.], 1959. 5v.

UM CONTEMPORANEO. **Perfil Biographico do Dr. Bernardino de Campos**. São Paulo: Oscar Monteiro, Editor, 1895.

Teses

CANTO E CASTRO, Elza Helena Camargo. **Conservação e sustentabilidade em cidades históricas de pequeno porte: gestão da conservação urbana integrada a partir do diagnóstico de Amparo – SP**. 2003. 126p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Arquitetura Forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados**. 2007. 343p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira: catálogo e análise das formas arquiteturais paulistas e lusitanas no Oitocentos**. 2001. 1573p. 3v. Tese (Doutorado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. **Transformação urbana:** inventário, análise e interpretação de um corpus específico na arquitetura paulista, o Município de Amparo até a crise de 1929. 1992. 150p. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PEREIRA, Paulo Roberto Accorsi. **O fazer e o aprender:** uma interação singular na produção de mobiliário artístico da Escola de Artes e Ofícios de Amparo. 2007. 164p. Dissertação (Mestrado em Artes; Ensino-aprendizagem) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

ZIMMERMANN, Cíntia Alen. **Memória e identidade da Praça Pádua Salles em Amparo, S.P.** 2006. 170p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Artigos e notícias

BASTOS, EDU. Os seis anos de vida do museu. **O Comércio.** Amparo, 13 dez. 1981.

_____. O que fazer do velho matadouro? **O Comércio.** Amparo: 21 de maio 1981.

FILHO, Nelson Machado. A preservação de nosso patrimônio histórico. **O Comércio.** Amparo: 30 nov. 1980.

JOTAFILHO. Um fato em foco. **O Município.** Amparo: 4 maio 1980, p. 7.

_____. Um fato em foco. **O Município.** Amparo: 19 abr. 1981, p. 6.

PACE, Pedro Paulo. Teatro João Caetano. **O Município.** Amparo: 12 dez.1982, p.22.

PINTO, Moacyr de Macedo. A descoberta de Amparo. **O Município.** Amparo: 27 set. 1981, p.13.

Entrevistas

CASTAN, Rita de Cássia Carrara. Entrevista. Amparo: 11 mar. 2011.

FRARE, Terezinha Nogueira. Entrevista. Amparo: 04 fev. 2011.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. Entrevista. Amparo: 04 fev. 2011. (entrevista

conjunta com Luiz Pereira de Oliveira).

OLIVEIRA, Luiz Pereira de. Entrevista. Amparo: 04 fev. 2011. (entrevista conjunta com José Eduardo Pimentel de Godoy).

GERAL

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Indústria cultural e sociedade**. 2.ed. Seleção Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. (Temas, vol. 9).

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia de linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de Jânio Quadros a Costa e Silva (1961-1967)**. 4.v. São Paulo: Fulgor, 1968.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet ; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

_____. **Rua de mão única**. 5.ed. Tradução Ruens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v. 2).

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução José Martins Barbosa; Hermerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução, Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade : Ed. UNESP, 2001.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCCA, Tânia Regina. **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Unesp: ANPUH, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ : MinC – IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. **Teoria da História**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Tudo é História, 153).

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Freud para historiadores**. Tradução Osmyr Faria Gabbi Júnior. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ : MinC – IPHAN, 1996.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional : Museu Imperial, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2.ed. Tradução Maria Helena Rauta Ramos; Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant [tradução das teses]; Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCAS. In: **Bíblia de estudo Almeida**. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. p. 119-120. Edição revista e atualizada.

MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. ANPUH/São Paulo: Marco Zero: FAPESP, 1994.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios).

SADER, Emir (Org.). **O mundo depois da queda**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH**. São Paulo: DPH, 1992.

SERGE, Victor. **Literatura e revolução**. Tradução Paulo Franchetti. São Paulo: Ensaio, 1989. (Cadernos Ensaio, v.4).

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. (Estado do Conhecimento, 7).

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3.ed.

Tradução Beatriz Perrone Moises. São Paulo: Martins Fontes, 2003

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organizadores: Michael Cole (et. al.). Tradução: José Cipolla Neto; Luis Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (Psicologia e Pedagogia).

ANEXO 1

Listagem componente do processo de solicitação de tombamento n. 24.300/85 (p. 3-22) ⁷⁹

Maria Teresinha Nogueira Frare (Diretora do Museu Histórico)

Jorge Coli (professor Dep. História UNICAMP)

Helena Camargo do Canto e Castro (Arquiteta)

Leandro(a) Bizello (Estudante)

Marcelo Lima de Carvalho (Estudante)

Euclides Edwin Truzzi (Comércio)

Roberto do Canto e Castro (Engenheiro Civil)

(?) Prado (Arquiteto)

Maria Silvia Leme Pinto Lima (Artista Plástica)

(?) Lucato Grossi (Estudante)

Haroldo de Araujo Cunha (Arquiteto)

Antonio Carlos Coelho (Desenhista arquitetônico)

Rita de Cássia Carrara Castan (Arquiteta)

Beatriz de Carvalho D'Amatto (Prendas domésticas)

Monica de Carvalho Bonani (Advogada)

Helena Camargo do Canto e Castro (Comércio)

Sylvia Camargo do Canto e Castro (Desenhista industrial)

Maria Teresa Camargo do Canto e Castro (Artista plástica)

Odette Vasconcelos Camargo Lui (Contadora)

Luiz Lee (Industriário)

Eunice Lopes de Burgos (Funcionária pública)

Carlos Affonso L. Burgos Neto (Industrial)

(?) Bemvinda Burgos (Fazendeira)

Thomaz Pinto Lima (-)

⁷⁹ As marcações com (?) significam que não foi possível a identificação da respectiva palavra. Já as marcações (-) significam que o assinante não declarou a respectiva informação.

Jorge Roberto Pinola (Engenheiro Civil)
Luciana Benevides de Carvalho (P. domésticas)
Rogério Bertozzi (Administrador)
Antonio (?) (Encarregado de obras)
Celso Antonio de Giuseppe (Estudante eng. Civil)
Maria Silveira de Moraes (-)
Nice Lopes de Arruda (-)
Maria Ignez de Freitas (-)
Maria Augusta Batista (-)
Filomena Lopes de Arruda Pinheiro (-)
Polyana Canela (Estudante)
Alessandra Mariano Silva (Estudante)
Maria Ligia Queiróz Ferreira Barata (Pedagoga)
Carlos Roberto Giuseppe (Estudante)
Heloisa de Carvalho Chiattonne (Psicóloga)
Heraldo Lulli (Op. Teleimpressor)
Maria O. Motta Raia Pagan (Professora, bailarina e coreógrafa)
Maria Dalva Nogueira Gonçalves (Secretária)
Maria Sueli Urbano (Cirurgiã dentista)
(?) Marson (Do lar)
José Fernando Pagan (Fazendeiro)
(?) Laura Ferreira Bueno Fernandes (Dona de casa)
(?) Fernandes (Estudante)
(?) Alvares Gardim (Estudante)
Flávia Gouveia (Estudante)
Maria Lúcia Araujo Cunha (Comerciante)
(?) Lopes de Burgos Neto (Estudante)
(?) de Arruda Pastana (Dona de casa)
(?) P. Teixeira Lima (Dona de casa)
Dirce Carrara Castan (Professora III)

(?) Estrada Borghi (Professor de História)
(?) Rossler Guimarães (Estudante universitária de História)
(?) Maria de O. Luiz (Estudante universitária de História)
Maria Faria (?) (Estudante universitária de História)
Maria do Carmo P. Bizio (Estudante de História)
(?) Zanini Junior (Estudante universitário de História)
(?) Helena Rocha (Estudante universitária de História)
Maria Aparecida Pedro Godoy (Estudante universitária de História)
(?) Jardim Chaves (Estudante universitária de História)
Denise de Fátima C. Ramalho (Estudante universitária de História)
(?) Regina Ferreira Mosca (Estudante universitária de História)
(?) de Fátima Sartori (Estudante universitária de História)
Guimarães (Estudante universitário de História)
Cláudia M. Pitarello (Estudante universitária de História)
(?) José Armellini (Estudante universitário História)
Ronaldo Casalini Lima (n. 14, 4 semestre História, estudante universitário História)
(?) Bazani (Universitária de História)
(?) – (Estudante universitária de História)
(?) Aparecida Beloli (Estudante universitária de História)
(?) Maffei (Estudante universitária de História)
Carmem Lucia Bazani (Estudante universitária de História)
(?) (Estudante universitário de História)
(?) (Estudante universitária de História)
Vicente de Paula Barata (Fazendeiro)
(?) Azevedo (Professor nível superior Geografia)
(?) Rosa (Professor nível superior Matemática)
(?) (Psicólogo e professor nível superior)
Roberto Assis de Barros Bueno (-)
Reinaldo Giacomasso (Eng. Civil)
(?) Aparecida Vicentini (Engenheira civil)

André Henrique Jeremias (Desenhista)
(?) Jeremias (Desenhista)
(?) Roque Guaraci Peterlim (Bancário)
(?) Maria Rocha (Aux. Escritório)
(?) Penteado (Aux. Escritório)
(?) (Aux. Escritório)
(?) Souza (Aux. Escritório)
Reinaldo Vieira (Enfermeiro)
Roberto (?) (Médico)
(?) (Administradora hospitalar)
Julio Arthur Marques Nepomuceno (Jornalista)
Elisabeth Camargo Lima da Silva (Faxineira)
Pedro da Silva (Pintor)
(?) Queiróz (Linotipista)
(?) Conceição (Paginador)
Luis S. Campos (Paginador chefe)
(?) Teixeira (Eng. Civil)
PM Marcio Tonelli Maciel da Silva (CMT da 2ª Cia da Polícia militar)
(?) Barros (Psicóloga)
Silvia D. Hadler (Professora de História)
(?) (Professora)
Alberto Lang (Eng. Civil)
João Ramalho Barata (Funcionário público)
Maria Silvia M. Alvim de Burgos (Relações públicas)
Celso D. Neto (Comerciante)
(?) (Jardineiro)
(?) Cazotto (Doméstica)
(?) (Perito judicial)
(?) Benini (Dona de casa)
José Carlos Boneti (Industrial)

Cristina Ferrari Boneti (Professora)
Luciana Ferrari Boneti (Estudante)
Ida Maria Sposito de Avila (Balconista)
Douglas B. Vieira Franco (Escriturário)
Luiz Carlos Bonafé (Aux. Escritório)
Marcos Rodrigues Pereira (Estudante)
Rosa Maria B.C Costa (?) (Funcionária Pública)
Luiz Fernando P. (?) Godoy (-)
Carmem Camargo de Godoy (Professora)
Clésio M. Paiva Vidual (Corretor de imóveis)
Vicente Ficondo (Funcionário público)
Clarice Matta (Funcionária pública)
Jaci Maria Felix (Professora)
Maria Helena Camargo Pires (Professora)
Marcia Cristina Oasi Brasil (Doméstica)
(?) Pupo (Aux. Contabilista)
Nelson A. Godoy Jr (Advogado)
(?) Vidual (Professor I)
Ana Maria Vidual Ficondo (Dona de casa)
José (?) (Funcionário público)
Jandyra Coutinho Machado (Funcionária pública)
Maria Regina Oasi Brasil (Doméstica)
Arnaldo Teixeira (?) (Médico)
Flávio H. B. Vasconcelos (Funcionário público)
Vera Lúcia de Lima (Bibliotecária)
Maria Aparecida Zanini (Secretária)
José Ricardo (?) da Silva (Metalúrgico)
Marlene Ap. Souza Silva (Chefe faturamento)
Silmara Costa de Oliveira (Professora)
(?) Esmeralda Bizi (Do lar)

Lizandra de Carvalho Fracassi (Estudante)
(?) Richard Fernand Lebet (Aux. Cartório)
Sebastião Magetto (Oficial serralheiro)
Antonio Luiz Paulista (Bancário)
José Eduardo Pimentel de Godoy (Funcionário público federal – supervisor da casa de contos de Ouro Preto – MG
(?) (Funcionário público federal MEC)
(?) de Godoy (T.A.E)
(?) Pimentel de Godoy (-)
Marcelo Leite Vasco de Toledo (Médico veterinário)
Maria Dulce Leite Vasco de Toledo (Professora)
Roseli Gouvea (?) Vasco de Toledo (Zootecnista)
(?) de Toldedo (Agropecuária)
Roberta L.V Toledo (Advogada)
Maria Aparecida M. Vasco de Toledo (Bióloga)
Elisa de Mesquita Sampaio (Assistente social)
Ricardo Mesquita Sampaio (Administrador de Empresas)
(?) Ferreira Nóbrega (Empregada doméstica)
(?) Souza Nóbrega (Aposentado bancário)
Claudio Fernandes (Aux. Escritório)
Célia Ferreira Bueno (Prendas domésticas)
Lucia Helena Ferreira Bueno (Aux. Escritório)
(?) Batista Pereira de Oliveira (Industriário)
(?) N.P de Oliveira (P. domésticas)
Nilton J. Tafner (Eng. Civil)
(?) Silvestre (Funcionária pública)
Luiza Raquel de Queiróz Mello (Funcionária pública)
(?) Fioravante (Publicitário)
Maria Lucia Fioravante (Publicitária)
Maria do Carmo de Queiróz Mello (Funcionária federal do Ministério da

Aeronáutica)

Maria José Benevides de Carvalho (Fazendeira - Faz. Cachoeira)

Marina Pastana Barata (Faz. Fazenda Barreiro)

Maria Flora de Q. Mello (Empresa de Turismo)

Euclides Uberaba Lopes da Silva (Motorista)

Antonio Fernando Peterlini (Comprador)

José Benedito dos Santos (Motorista)

Gilberto P. Martorano (Eng. Agrônomo)

Patricia M. Vallove (Comerciante)

Sylvia de Aguiar Martorano (Dona de casa)

Marli Lucia Peixoto de Aguiar (Comerciante)

Jacira Fernandes da Silva (Dona de casa)

Regis Bueno (?) Silva (Oficial legislativo)

Rita Elena Monteiro (Professora)

Sidiney (?) (Alfaiate)

Ap. B.C. Silveira (Funcionário público)

(?) Bastos (Servente)

(?) Carletti (Comércio)

Maria Ignez Lombardi (Professora)

Scatollini (Industrial)

José Manuel Bueno (Advogado)

Maria Angela Scatolini (Psicóloga)

Marcos Fernando D. Bueno (Estudante)

Marcia Duran Bueno (Estudante)

Mariza Duran Bueno (Dona de casa)

Wilma Theresinha Carrara Scatolini (Industriaria)

Maria Assumpta Carrara Andrade (Dona de casa)

(?) Godinho (Bancária)

Maria Helena Scatolini Pereira (Engenheira civil)

Roberto Pastana Teixeira Lima (Historia)

Ana Luiza Jorge (Administração)
Domingos Felicio Brunetto (Agente IBGE)
Rosemari Pavan de Moraes (Agente IBGE)
Regis B. Schlittler Silva (Advogado)
Donato Aleixo (Comerciante)
Paulo Castan (Diretor da Faculdade Plínio Augusto Amaral)
Lucia (?) (Secretária Plinio Augusto Amaral)
(?) (Funcionária da secretaria Plinio Augusto Amaral)
Silmara Ferraz (Escriturária da Fac. Plinio Augusto Amaral)
Sandra R. Varandas Groppo (Escriturária da FCL Plinio A. do Amaral)
(?) Zucatto Mantovani Nóbrega de Assis (Supervisora de ensino DE Amparo)
(?) (coordenadora pedagógica EE Rangel Pestana)
Rubens Celso (?) (Assistente de diretor de escola)
(?) Lancia Barbosa (Professora secundária)
(?) Mafioli Muller Carioba (Prof^a. Superior)
Paulo (?) (Delegacia de polícia)
(?) Lippi (Professora I, estudante universitária)
Roberta (?) (Professora I, estudante universitária)
Marta Elisa Merlo (Professora I, estudante universitária)
Regina Celia Virgini (Professora I, estudante universitária)
Margarete Ferreira (Professora I, estudante universitária)
Ana Maria Piazza (Professora I, estudante Universitária)
Floripes (?) Cardoso (Professora I, estudante universitária)
(?) (Secretário, Estudante universitário)
Marlene (?) Santos (Professor I, estudante universitário)
Maria Regina Carneiro Silva (?) (Professora)
Maria Luiza Lazarini (Funcionário público, estudante universitário)
(?) Ramalho (Secretária, estudante universitária)
Maria (?) (Estudante universitária)
Maria Estela (?) (-)

Edna Preto (Executante operacional)
Clélia Ferreira de Palha (-)
(?) (-)
Ligia Ap. (?) (-)
Maria da Glória de Souza (?) (-)
(?) (-)
Antonio (?) Romero (-)
(?) (-)
José Fernandes Alves (-)
(?) (-)
Mara Regina Paulella (Aux. Escritório – estudante universitária)
Sandra Aparecida Malavazi (Bancária, estudante universitária)
(?) de Siqueira (-)
(?) (-)
Helena Maria Varandas (Professora I, estudante universitária)
(?) (Estudante universitária)
Ana Lucia Guiselli (Estudante universitária)
Alda Lucia (?) (Professora de piano)
Rubens Panhan (Alfaiate)
(?) (Comerciante)
Mauro Previtarello (Balconista)
Moacir D. de Assis (Balconista)
Rogério José Cardozo (Estudante)
Cláudia de Moraes (Caixa)
(?) (-)
Allan Kardec Vieira da Rocha (Diretor sub-sede do sindicato dos bancários)
Jorge Rosa de Oliveira (Apontador)
Maria Rita Dorigatti (Executante operacional)
(?) (Executante operacional)
(?) (Executante operacional ECT)

Wilson R.C Motta (Arquiteto)
(?) Ap Del Buono (Professora)
Maria Tereza Bernardi (Bancária)
Maria E. de Almeida (Bancária)
Benedito Sergio da Cruz (Bancário)
(?) (Bancário)
Sueli Ap. Tescarolli Cunha (Bancária)
(?) Volpato (Bancária)
(?) (Sub-chefe expediente bancário)
(?) (Vendedor)
(?) (Bancário)
Marisa (?) (Bancária)
(?) (Estudante bancária)
(?) (Bancário)
(?) (Bancário – securitário)
Luis Alberto Nardin (Securitário)
(?) (Securitário)
Jordan Zanella Gutierrez (Estudante eng. Civil)
Katia Regina Barassa (Balconista)
Zilda Maria (?) Rodrigues (Faxineira)
Rogério Toniolo (Balconista revista)
(?) (Secretária Associação Comercial Industrial Amparo)
Silvia N.V.F. Marcondes (Diretora da Div. de Turismo)
Nilton Bueno (?) Silva (Cirurgião dentista)
Henny Wernech Schlitter Silva (Prof. primária)
Janice M.M. Sarti (Cirurgiã dentista)
(?) (Cirurgião dentista)
João Alberto Blummer (Aposentado)
(?) (Auxiliar de escritório)
(?) de Toledo (Secretária)

Marília Monteiro Araujo (Escriturária)
Beatriz Silveira Monteiro (Professora aposentada)
A. Silveira Monteiro (Professora aposentada)
Maria Eneida de Araujo Cunha (Prendas domésticas)
(?) (Comerciante)
Maria Lucia de Araujo Cunha (Comerciante)
Paulo Roberto Lemos (Vendedor)
Wilson Martins Coelho (Balconista)
Roseli Resende da Costa (Balconista)
Maria José P.T. Teixeira Lima (Professora)
Andreia Ortiz de Meneses (Recepcionista)
Silmara Souza Campos (Aux. Secretaria)
Maria Ap. B.M. Lima (Aux. Secretaria)
Antonia Rodrigues (Aux secretaria)
Sonia Ap. C. (?) (Aux. Secretaria)
Rosemeire Gonçalves (Recepcionista)
(?) (Auxiliar de farmácia)
(?) (Recepção)
(?) (Auxiliar supervisora)
(?) (Recepção)
(?) Vido (Recepção)
Maria Creusa (?) (Recepção)
Rosangela Briozo (Enfermeira)
(?) (Médico)
Hervé (?) (Médico)
Gilberto Caleffi (Enfermeiro)
Consuelo C M Barros Moraes (Aux. Enfermagem)
(?) (Enfermeira)
Maria Luiza do Angeli (Enfermeira)
Silvia da Silva (Enfermeira)

Elis Regina de Godoy (Enfermeira)
Berminda Candido (Tec. Raio X)
Ondina (?) (Professora)
(?) Pastana de A. Cintra (Professora)
Antonio Carlos Marcondes Dias (Médico)
Manuel Antonio Dias de Noronha (Médico)
(?) Helena V.T. Ribeiro (Médico)
José Eduardo Marques de Macedo (Médico)
Benedito Ap. Martins (Recepcionista)
Vito (?) (? público estado)
Lourdes Martini Antonacci (Professora)
Antonio (?) Antonacci (Comércio)
Nelson Luis Lippi (Publicitário)
(?) P. Pinto Lima (Advogada)
Maria Cecilia Precoppe Kuntz (Publicitária)
Pedro Mauricio Colombo (Motorista)
Paulo Dorigatti (Aux. Escritório)
Paulo Fernando da Silva (Vendedor)
(?) (Auxiliar de escritório)
José Biotto (Vendedor)
José Antonio Kuntz (Empresário)
Marisa Perez (Aux. Escritório)
Francisco de F. Martins (Faxineira)
José Tadeu de C. Nóbrega (Médico)
(?) Luiz Marson (Médico)
Benedeti Kalil (Médico)
(?) Ponciano (Médica)
Vitale José Tambellini (Comerciante)
José Aparecido Pereira (-)
Lucia Maria de Lima Kunter (Professora e do lar)

Maria de Lourdes Ancona (Do lar)
Suely Rodrigues (Do lar)
Lourdes de Siqueira (Estudante)
Creusa Reggiani Tamburu (Contadora)
Renata F. dos Santos (Doméstica)
Miriam K. da Silva (Dentista)
Filomena Antunes Batista (-)
Geni Loner Fratini (Professora)
(?) Carmo Morelli (Contadora)
Kiyoho Akiyama (Professora)
Maria Aparecida Galassio Carmona (Do lar)
Benedita Ap. F. Camillo (Do lar)
Judith de A. Carmo (Costureira)
Maria Adelaide Miranda (?) (Do lar)
Maria Margareth M. R. da Silva (Do lar)
Filomena Magarelli E. (Do lar)
Rosa (?) (Comerciante)
Maria Aparecida (?) (Do lar)
Marta (?) (Cabeleireira)
Sylvia Caleffi Orlandi (Enfermeira)
Maria Aparecida (?) Alamino (Artesã)
Teresa Nunes Casagrande (Do lar)
Márcia de Toledo Piza S. (Do lar)
Maria Odette Urbano (Do lar)
Wilma Ap. de O. Umebara (Do lar)
Julieta Conceição Costa (-)
Natalina dos Santos Bueno (Do lar)
Nair Ap. Angeloni (?) (Do lar)
Luciana Regina C. (Estudante)
José Gimenez Tricarico (Policial militar)

Marcilio Mazarini (Policial militar)
Tabajara Abreu Brozio (Policial militar)
Adelino Rodrigues de Camargo (Policial militar)
Herculano Monteiro Neto (Engenheiro)
Carlos A. Bulgari (Analista de sistemas)
Jaqueline Ap. Bueno de Souza (Estudante)
Edmar Monteiro Filho (Bancário)
Marcelo Machado Alvim de Burgos (Estudante universitário)
Miriam G. Alves (Terapeuta Ocupacional)
Marco A. Rebucci (Técnico arquitetura)
Jesus França (Estudante de engenharia)
Cláudia V de Burgos (Estudante jornalismo)
Fernanda Burgos Rebucci (Professora)
Maria Fernanda Geraldini (Psicóloga)
Carlos Roberto Rebucci (Marceneiro)
Sandra Leonora Sampaio (Psicóloga)
Tereza Rodrigues Leôncio (Do lar)
Fernando Rebucci (Comerciante)
(?) Velloso de Burgos (Do lar)
Antonio Fernando (?) (Professor, bancário)
Maria Velloso de Burgos (Estudante)
Maria Cecilia Moreira (?) (Professora)
Walter A.R. (Tradutor publico)
Nivea Lancini (Professora)
Sandra Ap. Costa (Estudante)
Ivone Magalhães (? financeiro trabalho)
Mauricio F. Pagotto (Estudante)
Pedro Guedes de Oliveira (Estudante)
Paulo Marcelo Amaral (Biólogo)
(?) (Estudante)

Josiane Cássia Garetta (Relações públicas)
Mario Carlos Liza Curi (Engenheiro)
Eduardo José de Campos Garrafa (Engenheiro)
Renata Maria Galvão de C. Cintra (Nutricionista)
Teresa Cristina dos Santos (Professora)
José Roberto Cintra do Prado (Adm. de empresas)
Marcia Aparecida Domingues Pinola (Professora)
Ana Bento Domingues (Do lar)
(?) (Aposentado)
Cecília Nobrega Cunha (Prendas domésticas)
Maria do Carmo Popolin (Do lar)
(?) (Alfaiate)
Giacomasso (Comerciante)
Nilza Giacomasso (Do lar)
(?) Jeremias (Prendas domésticas)
Edilson Jeremias (Construtor)
(?) Geremias (Doméstica)
Carlos Augusto (?) (Técnico eletrônico)

A esta listagem acrescer-se-à outra, selada pela academia, com as assinaturas recolhidas dos membros do “Núcleo de Estudos Regionais”, vinculado ao Centro de Memória da UNICAMP (CMU), que manifestaria seu apoio ao pedido de tombamento do patrimônio histórico arquitetural de Amparo, “dos mais valiosos” e reafirmaria a urgência dos “procedimentos necessários para a proteção dos edifícios”. Os membros foram os seguintes:

Claudio Bittencourt (Grupo febre amarela)
(?) Barreto (Bacharel em Turismo)
Odilon Nogueira de Matos (Professor)
(?) (Licenciada em C. Sociais)

Portella Santos (Arquiteto)
(?) (Estudante de arquitetura)
(?) (Estudante de arquitetura)
(?) (Jornalista)
Tereza Roland (Estudante)
(?) de Queiróz (Estudante de História)
Tercio (?) (Arquiteto)
(?) (Professora)
(?) (Professora)
Antonio da Costa Santos (Grupo febre amarela)
Ema Elisabete Rodrigues Camilo (Socióloga)
(?) (Professor assistente diretor)
Francisco de Palma de Araujo (Historiógrafo)
José Roberto do Amaral Lapa (Professor titular)
Ademir Gebara (Professor assistente doutor)

ANEXO 2

Produções dos alunos do terceiro colegial “A” e “B”, da Escola Estadual Rangel Pestana (mar. – junho 2011)

- 1) Solicitei-lhes que, num exercício imaginativo e apelando às suas memórias, fizessem um percurso pela cidade de Amparo, partindo da Escola Rangel Pestana e direcionando-se à Escola Estadual Luiz Leite.**
- 2) No mesmo exercício, convidei-os a que fizessem uma indicação de um lugar na cidade o qual gostariam que eu conhecesse ou elegeriam como o que de melhor eu poderia conhecer da cidade. Ao mesmo tempo, na condição de professor de História, pedi que me indicassem um lugar que considerassem “histórico” na cidade.**

1 – Sai do Rangel desce a rua do Rangel, passei em frente ao Bar do bolinho, subi a rua treze até a matriz, passei em frente ao banco do Santander, continuei a ir em frente passando a igreja do rosário ande mais ou menos 3km a sua direita se localizará a escola Luiz leite.

2 – Você pode ir no floresta (clube)

[...] no orquidário por causa das casas de madeira que tem lá. (S.P.R)

1 – Desde que eu tive liberdade para fazer esse percurso sozinha, todas as vezes que o faço, saio com algum lugar em mente. Por esse motivo não reparo muito; mas na rua 13 tem um relojoeiro chamado Rubens e todas as vezes que passo por lá me lembro dele e muitas vezes paro para conversar com ele, adoro o espaço onde ele trabalha e tenho um carinho por ele, que ele nem sabe.

Subindo mais um pouco, chegando na igreja Matriz me lembro de algumas coisas que fizeram parte da minha história e mais para frente há um bar onde já fui muitas vezes e que também me trazem lembranças.

Chegando no museu, um lugar que me chama muito a atenção, continuando passamos pelo bar do Márcio e mais para frente o jardim público, um lugar legal para se visitar de dia e depois, enfim, o Luiz Leite.

2 – Parque ecológico: por mais abandonado que ele esteja, é um lugar lindo onde há sossego.

Indico o hospital Ana Cintra, porque é uma construção antiga. (M.B)

1 – Ontem logo de manhã eu acordei e fui para a escola depois que sai da escola

fui direto para o Bar do Bolinho almoçar, o bar fica na rua Argemiro Silvestre, depois segui reto para a rua treze, mais o meu destino era ir até a escola Luiz Leite, cheguei até a Praça da Matriz e meu amigo Bruno me ligou dizendo que estava me esperando, eu já estava na frente do museu e resolvi entrar para conhecer coisas antigas. Bruno me ligou mais uma vez e eu mandei ele me esperar, eu sai do museu e cheguei até a escola e quando ele me viu ele abriu aquele sorriso e me abraçou, me perguntou o que eu iria fazer à tarde, eu disse que nada, e ele me perguntou se eu poderia levá-lo em algum lugar bonito, eu disse que sim, mais teríamos que dar uma volta na cidade, ele disse que não teria problema algum pois precisava se exercitar, pois estava começando a ficar gordo. Ele me perguntou mil vezes onde iríamos, eu queria fazer surpresa, estávamos já na frente do half, seguimos reto e viramos a direita, na Avenida da Saudade e seguimos até o horquidário, Bruno ficou encantado, com aquele lugar cheio de árvores, plantas, bichos como arara, jabuti, tucano, pássaros, e me agradeceu falando que nunca iria esquecer desse dia que passou junto a mim.

2 – Um bom lugar para visitação é a escola Coriolano Burgos, que antes de ser um colégio era um antigo cemitério, ninguém imaginava que era um cemitério, quem me contou isso foram meus avós e meu irmão, eu acho interessante para você conhecer a escola Bruno (R.M)

2 – Te levarei você para conhecer um lugar muito show apesar de muita alegria concerteza você iria gostar muito vai ficar lembrado para sempre. Te levarei para conhecer a praça da matriz tem muita [?] legais você vai gostar muito” (M.F.S)

1 – Eu L., estava saindo do Rangel, me sentei no banquinho da pracinha, onde me lembrei do dia que sai mais cedo da escola e com minhas amigas fizemos um lanch o, enquanto dava o horário pra ir embora. No percurso passei na frente da casa da minha tia, passei na frente do Bar do Bolinho, onde toda vez que eu ia trabalhar ia comer deliciosos bolinhos de batata.

Na padaria, parei para comprar coca-cola, na praça Pádua Salles, passei olhando para ver se havia alguém conhecido. Subindo a rua 13 de maio passei na frente de meu antigo serviço e senti um cheiro muito gostoso que veio do restaurante “Farol”. Subindo mais um pouco ao lado das Casas Bahia, parei na farmácia “FarmaL der” para me pesar.

Parei um pouco para olhar no reflexo das portas da Loft, bebi um pouco de água na pracinha da igreja Matriz, andando mais um pouco, passei na frente do cursinho onde meu ex-namorado estudava que fica ao lado da Igreja Largo do Rosário.

Logo após passei na frente do museu, e Jd. Público onde parei para descansar.

Levantando, cheguei enfim a escola, do Luiz Leite, onde meu amigo, é vizinho.

2 –   um lugar onde eu gosto muito, onde é tranqüilo, e tem uma sorveteria é o Jd. Público.

Lugar histórico a qual é legal estar visitando o Bar do Bolinho, porque além de ter bolinhos deliciosos, sua estrutura por fora é bem interessante (L.L)

1 – Ontem, saindo da escola do Rangel indo em frente a rua 13 de maio mais antes eu passei em frente ao Bar do Bolinho, hum que cheiro bom...mais enfim seguindo em frente.

Um pouco mais em frente encontrei um grande amigo, conversamos um pouco, depois segui andando cheguei na Matriz, sentei descansar, ufa, um banco para sentar, depois de descansar um pouco fui ando, depois chegando no largo do Rosário. Continuando em frente, passamos em frente ao Jardim Público e chegamos ao Luis Leite.

2 – Já na onde você pode ir é no Atlético, assistir um jogo tomar um banho de piscina, tomar uma gelada jogar um bilhar.
um lugar histórico que você pode visitar é o Museu de Amparo que tem bastante coisa da década anterior da História de Amparo. (S.M.R)

1 – Eu estava na frente do EE Rangel Pestana desci a Rua do Rangel passei pela frente do Bar do Bolinho, desci mais um pouco e cheguei no Açougue Triângulo comecei a subir a rua 13 de maio onde fica o sentro comercial, cheguei na prassa da Matriz. Continuei andando, passei pela rua 15 de novembro onde se localiza alguns bares da cidade, cheguei no Rosário e continuei andando até a Rua do Luiz Leite, chegando lá encontrei o professor Bruno.

2 – Bruno eu recomendo você a conhecer os bares da cidade para você ver o divertimento que eles nos proporciona.

Bruno eu te recomendo a você visitar a escola Rangel Pestana que foi tombada três vezes e por ele ser grande parece que foi construído para ser um hospital. E o Rangel tem 100 anos de idade. (R.S)

2 – Um lugar estórico rangel pestana porque é um lugar bem antigo que tem muitas história, por exemplo, professores que dam aula no Rangel a muito tempo que já estudarão aqui. (K.G.C)

1 – Saindo das rua do Rangel seguindo em frente passando pelo bar do Bolinho, logo depois pela padaria Tentação.

E atravessando a rua tem a padaria (sorveteria) copa de ouro. Logo depois tem os comersios.

Lojas e lugares muito conhecido como Casas Bahia. Ponto Frio. Pernambucanas entre outras logo depois tem a caixa federal econômica, a galeria 13, one, antigo prédio da prefeitura, um lugar muito utilizado a encontro com amigo matriz. Rovigo. Bar 15 largo do Rosário o botequim seguindo temos Buteco do coleguinha e o museu, bar do Marcio Empório da cerveja. Centro antigo da cidade jardim publico e o Luiz Leite.

Um lugar bacana muito conhecido e freqüentado e ótimo Rovigo.

2 – Bom eu não conheço bem a cidade mais tenho uma curiosidade de conhecer por dentro o Luiz Leite parese ser diferente construido em 1894. Ana Cintra parece ser muito antigo e é muito interessanteas estátuas logo na frente. (T.R)

1 – Saindo do Rangel descendo a rua, passo em frente do bar do bolinho, que sempre bate fome por causa dos salgados. Atravessando a rua sentido a rua 13, passando ao bar do gelo, há sempre muitos homens bebendo, geralmente fedendo.

Seguindo em frente na rua, olho sempre nas lojas para ver se tem algo novo ou algum conhecido.

Passando a Igreja da Matriz, atravesso a rua porque o lado direito é sempre ensolarado.

Seguindo em frente perto dos bares começo a lembrar do fim de semana, pois ali é onde geralmente passo meus fins de semana.

2 – Entrando no Luiz Leite encontro Bruno e como ele passou muito tempo fora, eu indico para ele conhecer o Empório, um bar que abriu recentemente e que é um lugar agradável para passar o fim de semana.

A praça Pádua Salles, pois foi uma estação de trem e abrigou o primeiro cinema da cidade. (A.P.L)

1 – Ontem eu sai do ‘Rangel Pestana’ as 12:20, desci em direção à praça “Páduaçalles”, subi a rua treze, passei na “Cacau Show” depois passei na Galeria 13 passei na lanchonete, comi um salgado, depois passei em frente a loft, passei em frente a Matriz, em frente tem o largo do Rosário, passei em frente a “Beabá”. Logo cheguei no Museu passei no Jardim Público cantei bebi água ao seguir cheguei ao Luiz Leite.

2 – Chegando lá encontrei com o Bruno, e indique a ele ir de domingo no Paraty. Gostaria de conhecer o Hospital Ana Cintra. (G.A.T)

1 – Sou L. L. apesar que o dia a dia é muito corrido.

Sairei da “escola Rangel” vou ir pro centro a direção da ‘escola Luiz Leite’. O horário de saída 12:20 está corrido, pois tem alunos de diferentes lugares em direção diferente. Estamos saindo mas tem outros alunos entrando.

Em direção do centro avistamos uma parte da praça Padoaçalles com um grande movimento de carros. Iniciando andar na 13 de maio vistamos lojas de diferentes mercadorias de excelente qualidade, com atenção total para os cliente, ouvindo as propaganda de divulgação, o aroma não recusável dos bares populares (bar do bolinho, bar do ponto). Uma parada para alimentação. (ninguém é de ferro). Restaurantes de diversos gostos. A diante entrei na loja “Andorinhas”, gastar um pokinho. Em seguida avançando e atravessando o farol, pude visualizar uma vista para o “cristo” com uma longa distância pude visualizar o “mercadão” e a rua que irá a “câmera”. Opções de vários serviços de bancos. Avistando a Igreja a matriz tirando várias fotos de diferentes angulos para apostar no “Orkut” mais tarde. Passando do lado avistamos mais “lojas, a biblioteca municipal” passamos por vários bares e lanchonetes populares, avistamos o museu indo em direção do “jardim público”. Relembrando do antigo centro da cidade.

Estamos o que viemos ver a Escola “Luiz Leite”.

Falar com o Bruno.....

2 – E indicar uma sugestão de divertimento.

Paraty

[...] Bruno eu te indico: E.E.Etec João Berlamínio pq uma escola que se identifica com a história de Amparo (aparentemente). (L.L)

1 – Ontem eu sai da minha casa, fui reto, passei na frente da escola Rangel Pestana, passei pela praça Meireles reis, continuei reto até a padaria tentação que fica na esquina, da rua Argemiro silvestre, atravessei a rua, passei na frente do bar continuei reto até o akichi onde vende comida japonesa, atravessei a rua, passa a rip chic, continuei seguindo até o final da rua que acaba no farol, na frente da loja Myachiro, atravessa a rua passa pelo banco do Brasil, continuei andando até a Igreja Matriz passei pela igreja e continuei andando na rua atrás da igreja, atravessei a rua, passei por várias lojas, cheguei na esquina aonde tem o botequim, atravessei a rua e continuei reto até a escola Luiz Leite onde encontrei o Bruno.

2 – Recomendo o Bruno a ir até o Bar XV, aonde tem música ao vivo, dança e muita gente bonita, você vai se divertir muito.

O lugar histórico que eu te indico é o museu, porque você como professor de história o melhor é o museu. (R.G)

1 – Estou desendo a rua do Rangel passando pela causada os carros vam passando a vista e ótima com doces e salgados da padaria que me enche os olhos, as pessoas na rua vam passando e seguindo suas vida ignorando os sinais em suas vontas, vou olhando as vitrines cheia de ropas e objetos que chaman atenção, tem a lanchonet da japonesa que é uma delícia, em frente dela há o consultório tentário onde fasso tratamento tratamento dentário, Matriz estou passando bem no chafariz onde cai aquela água no rosto, eca! da até nojo! Os medingos mijam lá! Rsr ouço o badalar dos sinos marcando a hora.

Segindo em frente vou passando pela lan House avisto a Igreja azul e de longe avisto o Beabá que mostra as novidades escolares, logo encontro amigos e cumprimento-os, passo pelo Conservatório Integrado e na banca de revista avisto a minha deusa Beyoncé estampando na capa da revista sigo mais adiante e vejo o Bruno em frente a escola Luiz Leite. A escola que eu não gosto!!! (R.)

1 – Saio da Escola do Rangel Pestana, vou descendo a rua de frente a escola, passando pelo bar do Bolinho, logo em seguida passo pela óticas Carol que se localiza no centro da rua treze de maio, seguindo em frente passo pela loja das Casas Bahia, logo depois passo pela loja de roupas mundial, e em seguida pela praça da Matriz, aonde se localiza uma igreja católica bem conhecida pela cidade como a “Igreja da Matriz”, e logo depois atrás a tal igreja é o Largo do Rosário, por aonde eu continuo a minha caminhada, passando ainda pela uma outra igreja católica é uma igreja azul, conhecida pela “igreja do Rosário” e logo em seguida pela papelaria do Beaba e indo mais a frente passando pela Jardim Publico e logo

um pouquinho mais a frente a escola do Luiz Leite, aonde é meu ponto de chegada.

2 – Dica de passeio: Jardim Público, porque é um ambiente bem alegre aonde temos contatos com um pouco da História da cidade, através das árvores históricas e temos contato com um pedacinho da natureza e com alguns animais. Lugar histórico. Na minha opinião um lugar bem histórico da cidade de Amparo é a Escola Rangel Pestana, porque ela já passou mais de 106 anos, e bastante dos moradores da cidade já estudou na Escola, e o que mais chama a atenção é o prédio que é antigo e possui porões que também revelam bastante a história do Rangel. (M.N)

1 – Saindo da escola Rangel Pestana, descendo a rua à sua frente, encontramos uma praça e logo abaixo se encontra o bar do bolinho. Seguindo a rua, chegamos à Rua 13, onde logo na esquina vemos a Copa de Ouro. Subindo o centro, onde encontra-se várias lojas, tem as Casas Bahia e seguindo reto chegamos à praça Matriz, onde tem uma Igreja. Atrás dessa igreja fica a rua 15 de maio, onde vemos o bar XV à frente tem a igreja do Rosário e logo atrás dela vemos a Doçura. Seguindo reto chegamos ao Jardim Público e continuando chegamos a escola Luiz Leite.

2 – Dica de passeio – Jardim Público e Cristo Redentor. Jardim Público é um lugar sossegado e bonito e o Cristo também é um lugar bonito onde você vê toda a cidade.

O Museu de Amparo. Lá traz a história da cidade com objetos antigos e fatos mostrando como era a cidade. (J.M)

1 – Saindo do Rangel é passei perto do Bar do Bolinho, passei pela rua Treze parei na Gil Modas. Depois continuei subindo passei pela Galeria. Depois passo pela Matriz. Também dei uma passadinha perto da Roviggo. E passei em frente do Museu. E passei pelo Jardim Público e depois cheguei no Luiz Leite. Que eu encontrei o Bruno o professor de História.

2 – Qual é o lugar mais bonito de Amparo que você me indicar?

Bom na minha opinião é praça que tem na popular. Lá eu já passei por muitas coisas legais.

Eu te emdico o Museu. Porque tem algumas coisas muito da hora. E uma das coisas mais legais de Amparo. (J.B.G)

1 – Quando saio do Rangel subo a rua 13 de maio, paro na Galeria 13, depois vou para loja da minha mãe, passo pelo Rozario, depois pelo Jardim Público.

2 – O Jardim Público é um lugar muito bacana você adoraria conhecer.

Um lugar histórico da cidade muito interessante é o Conservatório Integrado. Antes, a escola COC integrado era lá. Hoje é um conservatório com vários tipos de aulas entre elas o ballet que fica na sala onde era o conservatório. (M.E)

1 – Escola no caminho a rua treze de maio. E dali eu vejo: uma praça e uma

pastalaria subo a rua onde tem uns banco. Tem o banco do Brasil e a caixa que são enfrente. Podemos ver a escola de computação e endioma chamada Pleoplo e um pouco mas atiante tem a Igreja da Matriz e mais pra frente vimos a Igreja do rosário. Andano mais um pouco. Vimos a escola Luiz leite. E um lugar para você conhecer. É um lugar muito lindo. Tem muitas paisagens.

2 – Ali onde é o bar 15 era uma casa muito antiga de um tio da amiga da minha tia R. Na frente era muito lindo e continua a ser lindo. (N.C)

1 – Saio do Rangel Pestana pego a decida passo na frente do Bar do Bolinho na frente da padaria e pego a rua 13 de maio e vou em frente e passo em frente de varias lojas Ponto Frio, Ron Jon passo na Matriz depois pego a rua 15 de novembro e passo no lago do Rosário passo em da Doçura da uma vontade de parar para comer um doce vou em frente passo em frente de mais uma padaria depois passo no jardim publico até que chego no luiz leite encontro o professor Bruno e ele me pergunta se há um lugar legal aqui em Amparo o (2) Empório e um clube para baladas e é muito interessante se eu fosse você não perderia essa oportunidade de ir conhecer o empório é divertido e você não vai se arrepender vá lá conhecer.

Eu vou indicar a onde era a estação de trem o caminho ia de Amparo a Jaguariuna na Estação de trem aconteceram várias por exemplo exportações de mercadorias para outras localidades. (A.C)

2 – Um lugar histórico para mim é o museu, porque lá conta muito bem a história de amparo desde o começo da cidade. (L.P)

1 – Quando saio do Rangel e vejo uma pequena praça na frente da escola mais para frente encontro o bar do bolinho e sempre da uma fome. Na esquina tem uma padaria e na outra um bar, do lado esquerdo da rua tem uma banca de jornal, uma pouco mais há frente tem a Copa de Ouro. Subindo a treze tem muitas lojas com várias coisas bonitas na vitrine da vontade de sair comprando também encontro várias pessoas de diferentes estilos. No final da rua tem um farol. Do lado esquerdo tem a galeria 13 no outro lado tem um banco ando mais um pouco e chego na matriz e continuo andando passo pelo bar quinze e por algumas lojas.

Agora cheguei no lago do Rosário, ao lado tem um ponto de taxi e sigo em frente passo por várias casas e cheguei no jardim publico tem uma escola de dança ao lado ando mais um pouco e finalmente cheguei no Luiz Leite.

2 – Um lugar que eu gosto é o Cristo porque lá dá pra conversar, comer, beber, etc. Um ponto histórico para você conhecer é o museu por que lá você irá conhecer várias coisas e poderá saber um pouco mais de Amparo. (J.L)

1 – Saindo do Rangel, desço a rua a Argemiro Silvestre e subo a rua 13. Quase sempre paro em frente às lojas para ver as novidades. Quando chego ao largo da Matriz sento em alguns dos bancos e relembro das confusões que ali aconteceram. Depois sigo pela rua XV e sempre paro em frente a pizzaria Rovigo e lembro de

um grande amigo que ali trabalha. Depois que chego ao jardim publico, relembro as histórias do prof. Basílio, das quais, várias aconteceram ali. Depois sigo para o Luiz Leite e encontro Bruno, um turista que vem e me pergunta: “qual o local mais bonito de Amparo que você possa me indicar?”

2 – E eu respondo: Para mim o local mais bonito de amparo é a praça que fica perto da casa onde gosto de ficar e lembrar os melhores momentos que ali passei.

O patronato, por causa do seu tempo de existência e por sua arquitetura. (A.P)

1 – Saio da escola com mais duas amigas, as vezes paro no Bar do Bolinho para almoçar. Depois disso subo a Rua 13 até a Galeria 13 onde me despeço das mesmas e vou ao trabalho. Trabalho a tarde toda, ando bastante pela rua e sempre conheço novas pessoas. Quando chega às 18:00h saio do meu trabalho e vou para minha casa. No meio do caminho observo pessoas, pássaros e algumas paisagens. Passando em frente ao Luiz Leite, encontro o prof. Bruno e conversando com ele indiquei um lugar que eu não vou sempre, mas acho a paisagem linda e ampla que é o (2) Cristo Redentor.

Eu indicaria o Largo Santa Cruz. Lá tem muitas casas antigas e uma praça, da para comparar as construções e ter uma boa noção de como a cidade era antigamente. (R.M.S)

1 – Bom, saiu do Rangel Pestana com D., R. e I. Desço a rua, passo em frente do bar do bolinho, olho lá dentro que o cheiro é muito bom.

Subo a rua treze olhos as lojas, passo em frente do café, onde eu trabalho, comprimento as meninas que trabalham comigo.

Seguindo o meu percurso, a Renata para na Galeria treze, para ir trabalhar, e nós seguimos em frente.

Chega a vez da I., onde deixa eu, e D. que sobe o Santander.

Eu e D. seguimos em frente, onde também chega vez dela, onde para na loja da mãe. E, assim eu vou seguindo sozinha. passo pela rovigio pizzaria, a Gelato, e vou pela rua de cima, passo no bar do Márcio, pelo sussego da mamãe e finalmente chego ao Luís leite.

2 – Encontro o Bruno, onde ele me pergunta onde eu poderia levá-lo em algum lugar de Amparo que seria legal e bonito.

E falo que ele poderia ir no JP.

(Jardim público). É, muito bom lá. (M.G)

1 – Eu saí da escola desso pelo Bar do Bolinho

Continuo saindo as vitrines me chamam a atenção, me lembro de cada coisas que por ali aconteceram comigo e minhas amigas

Passo pela matriz.

pela sorveteria gelado café. mais uma igreja uma banca ao lado, Bar 15 e a praça antes da escola e a escola. o prof Bruno esta lá e me pergunta

2 – Qual é o lugar mais lindo de amparo? Parque Linear “Ralf”

Qual um lugar histórico?

O Padronato, eu gosto de lá é bem antigo é bem da hora lá. (P.R)

1 – Saindo da escola, sigo em frente vejo uma praça, e ai continuo seguindo em frente, passo na frente do bar do bolinho 1, com 2 passos eu passo na mesma calçada passo na frente do lava-rápido, do lado do lava-rápido tem uma padaria, atravessando a rua tem uma bar, passando na mesma calçada passo em uma loja de perfume, depois pego em frente, passo em uma sorveteria, sigo a reta, vejo varias lojas que da vontade de comprar tudo.

Passo no farol que bem na frente tem uma academia que se chama body fit, do lado tem um bando, e na frente tem outro banco. Seguindo em frente tem a igreja matriz, atrás da igreja tem um barzinho que chama Bar Quinze, que fica na rua quinze de novembro, você continua seguindo em frente você vai ver uma igreja azul, que é a igreja do Rosário, depois pra frente tem o museu que agora esta em reforma, na frente tem uma doçura você continua seguindo em frente você vai chegar na praça do Jardim Público, e você continua reto vou chegar na escola Luis Leite aonde o Bruno está.

2 – O ponto que eu falo para você é no Cristo redentor, em Sexta, Sábado lá Lota, aonde muita gente vai de carro e coloca som e fica lá dançando, conversando.

O ponto histórico é no Museu aonde você encontra muitas coisas antigas, que passaram em Amparo! (M. M.P)

1 – Saindo da escola Rangel Pestana, eu sigo um percurso, onde eu sigo pela rua treze de maio, onde eu paro sempre na loja SMURF para ver a vitrine.

Chegando na igreja matriz vejo o club 8, a onde vou em festas.

Saindo da praça da matriz sigo pela a rua 15 de novembro onde paro na sorveteria gelo doce.

2 – Professor Bruno eu te indico o Horquidário, onde uma diversidade de animais, plantas, árvores, uma coleção de horquidias e um observatório.

Está dada minha dica, espero q você goste. (G.F)

1 – Saindo do Rangel, indo em direção à 13 passando pelo bar do bolinho, depois pela padaria tentação e passando pelo outro bar do bolinho que fica perto do akashi, subindo pela 13 passando pelas lojas, chega até o farol que fica perto do banco do Brasil e a caixa ainda na rua 13, depois seguindo passo pela matriz sigo em frente e passo pela Rovigo que fica logo depois da matriz, e vai para outra igreja o Rosário segue passando pelo bar do Márcio e outros barzinho, seguindo vai para o Jardim público e andando mais um pouco chega o Luis Leite encontro você (BRUNO), e (2) indico um lugar para visitar o jardim Público, por ter um bom clima e uma boa gente que habita lá.

Indicar um lugar historico. Museu um lugar histórico, pois, além de ser um prédio antigo, lá possui a historia de Amparo. (I.B)

3) Numa outra temporalidade, indaguei-os sobre a relação que eles estabelecem, enquanto geração futura que são, com as edificações ora tombadas de Amparo e, especialmente, com o Rangel Pestana.

Pra falar a verdade o Rangel é pequeno, apagado e muito antigo nada que não possa melhorar. Mas na minha opinião deveria demolir e construir de novo. Ficar restaurando aos poucos vai demorar muito. Eu já estudei no Coriolano e não sei se é porque é mais nova mais é maior, mais “vivo” um ambiente mais harmônico quem sabe se mudasse as cores e trocassem por cores mais vivas ela ficaria mais agradável.

Na própria escola temos uma maquete perfeita dela que mostra bem como ela era quando foi construída, mas infelizmente mudou bastante ela era até bem bonita mais hoje está muito acabada as escadas fazem barulho quando se pisa nelas, a pintura está descascada, as janelas estão muito velhas entre outros detalhes. Se continuar assim daqui um tempo os alunos vão ser soterrados. Não sei se vai adiantar melhorar a escola se os alunos também não se conscientizarem e parar de destruir a escola, pois o Rangel tem muitos sinais que mostram que ela é bem antiga mais não podemos negar que os sinais de vandalismo feitos pelas pessoas também está bem visível (Sem nome).

O Rangel é uma escola muito grande ela está em reforma ela foi construída em um lugar de fácil acesso. Eu acho que o Rangel está precisando de uma mudança por exemplo pinturas janelas. Eu faço ? dela porque algum dia os outros vão falar do Rangel e vou poder falar que estudei lá o Rangel da época para agora mudou muito o Rangel. (A.C)

“Eu tenho muita relação com o banheiro do Rangel no recreio”. (Sem nome).

Eu gosto da idéia de se manter os patrimônios históricos da cidade. Acho isso muito importante para as futuras gerações poderem ver as construções que fizeram a nossa história. É legal quando você pode contar para um filho ou neto: - olha estudei naquela escola ou, o seu avô morou naquela casa... Além de poder contar as histórias você pode mostrar coisas que também fizeram parte dela. Só penso que as pessoas poderiam preservá-las mais e as que precisam de reforma, a prefeitura se encarregar disso pois esses lugares foram ‘cenários’ de muitas histórias e serão sempre lembranças concretas de bons momentos. (R.)

A minha relação com os patrimônios da minha cidade é boa. E com o Rangel Pestana também pois gosto muito de estudar aqui. E tem cada lugar que é patrimônio lindo que deveria ser restaurada para ficar mais bonito. (N.C.P)

Particularmente acho a escola Rangel Pestana um lugar bom a arquitetura antiga faz com que seja mais confortável e parece muito maior alguns problemas pequenos como a pintura ou portas quebradas ofuscam um pouco a beleza mas

ainda assim continua sendo um lugar muito bom para estudar. (F.H.P)

O Rangel é uma escola bem grande e foi construída em um lugar que é de fácil acesso. Mais a escola esta um pouco velha e mal conservada pois as pessoas em vez de cuidar estão destruindo. Mais apesar disso ela tem uma arquitetura legal. (J.L)

Eu gosto de estudar no Rangel, ela é uma escola bonita, mais o que estraga nela é a pintura, os matos que as vezes não são cortados. E o lado bom dela que ela foi construída em um lugar que é fácil de achar. Aqui no Rangel deveria mudar algumas coisas, como construir, mudar as torneira, e muito mais. (M.M.P)

Minha relação é normal, porém a escola está bem 'acabada'. Com uma aparência já velha, então só venho, e faço o uso da escola para estudar. (Sem nome.)

Só faço uso da escola, acho bonito os edifícios procuro não ter relação com nenhum, nem saber quanto tempo nada. Mas às pessoas da cidade vão a igreja, á pessoas que moram em casas antigas, ás escolas são um patrimônio de todos, mas podem melhorar com um restauro. Como exemplo o museu, a escola Coriolano Burgos e outros edifícios restaurados. Não tenho pensamento de lembrar o que os antepassados deixaram. (L.)

A minha relação é de cuidar dos patrimônios, é de ajudar a manter limpo, organizado, ajuda na manutenção quando estiver ao meu alcance. Na minha opinião a relação com a escola, tem que ser a de cuidar e amar essa patrimônio que faz parte da nossa vida e da nossa formação. Assim a história da nossa cidade sempre vai estar viva. (M.N)

Uma relação de cuidar, preservar, manter limpo. Cada patrimônio tem uma história. Então devemos nos esforçar para preservar esses lugares, sempre ajudando no que for possível. Não sujando, quebrando. Considerando a escola um patrimônio, devemos também cuidar porque é nela que temos ensinamento para ser cada vez melhor no futuro. E a relação que eu tenho é simplesmente de estudar. (J.M)

Minha relação é de respeito, mas não significa que eu gosto. Por ex: eu nunca picharia a escola ou qualquer outro patrimônio da cidade. (E.P.D)

Eu gosto de estar aqui no Rangel, ela é uma escola bonita, só a pintura dela que esta feia e da a impressão de um ambiente chato, um ambiente meio morto, desanimado, mas na verdade, para quem convive diariamente aqui dentro é um ambiente legal, divertido e animado.(L.P)

Faço uso as escola, um patrimônio histórico. Gosto de aprender, mas coisas que me interessam. A escola em geral é boa, porém o ensino é muito lento. Minha

relação com a escola é simplesmente para estudar; não fico pensando em nenhum patrimônio histórico que antepassados me deixaram. (M.B.S)

O Rangel é uma escola muito grande, alta, extremamente assustadora, a arquitetura é muito velha, faz parecer que escola é suja, as janelas caem aos pedaços, literalmente na cabeça dos alunos, mas, mesmo com todos esses defeitos é uma escola bastante aconchegante, por ter as salas muito grandes e altas, são bem claras e ventilado, ninguém fica se sentindo em uma lata de sardinha, apesar de eu achar que um prédio novo seria muito melhor. (M.E.P.R.T.F)

A minha relação com os patrimônios da minha cidade é uma relação de admiração, eu gosto da arquitetura, pela história. Eu gosto muito de construções modernas mais sou apaixonada por construções antigas eu acho tão linda as casas, prédios e etc. Eu não iria gostar se demolicem a minha escola e nem outros patrimônios tombados da cidade para construir escolas, prédios novos. Porque todos esses patrimônios fazem parte de uma história, inclusive da minha. (G.F)

Eu gosto muito do jardim público pois é um lugar sucecado e quando eu vou lá eu me sinto bem, é um ambiente muito confortável. Eu também gosto do Rangel, e não gostaria que derrubasse ele, é bom freqüentar um lugar diferente, um lugar antigo, e o Rangel por ser antigo, não é um lugar ruim, feio, é uma estrutura muito boa. (N.L)

Rangel – é um lugar grande e antigo, minha relação com ela é que venho todos os dias, se fosse mais cuidada e conservada seria mais bonita e se pintasse o prazer de vir estudar e ficar nesse ambiente, não só pra mim mas para todos os outros que estudam aqui; o fato de ser patrimônio histórico deveria ser mais valorizado, por todos. (I.B)

Uma relação boa. No caso do Rangel, gosto de ficar aqui. Já passei por muitos momentos felizes, momentos engraçados etc. O ambiente sempre foi agradável, com algumas brigas e intrigas, mas nada que não passasse rápido. Como patrimônio, o Rangel deveria ser restaurado e voltar a ser como era na sua estrutura, arquitetura e fachada. Porém, mesmo estando do jeito que está, o Rangel a maioria dos alunos gosta daqui e se sente bem. (A.P)

A minha relação é nenhuma, talvez porque eu não seja parente de nenhum desses caras dessa década de 80, mas a cidade em si é muito bonita, os casarões de Amparo chamam muito a atenção, tudo aqui é bem antigo e quase tudo tem uma história, mas que nem algumas casas tem um patrimônio, as vezes esses patrimônios são doados para outras pessoas” (R. M)

“Amparo em si tem existencia sim de patrimônio Rangel Pestana por exemplo foi

uma dos patrimônios tombados entre outros. Porém não cultivado como deveria ser. A uma importância maior para eles serem cultivados para nova geração que se aproxima. (T.R)

Eu gosto de arquiteturas antigas, mas acho que o passado deve ficar no passado e não é o que acontece em Amparo, após o tombamento de vários edifícios na cidade, impediu que a estrutura da cidade evoluísse. Se ao menos fosse preservado, só que por falta de incentivo monetário do governo e de consciência das pessoas acabam caindo aos pedaços. (A.P)

Na minha opinião, a arquitetura antiga de Amparo temo charme que toda cidade precisa. De um certo modo está preservada e atrai turistas curiosos que apreciam obras, como monumentos. Esses patrimônios são importante para nós, pois nos mostra um pouco de como as estruturas antigas eram, isso tudo faz parte de nossa cultura e dizer que tudo isso é insignificante, é o mesmo que rejeitar nossa história. (R.)

O patrimônio tombado é importante para a cidade pois preserva a cultura e suas origens, mas algumas delas são deixadas de lado e corre o risco de cair, e acabar causando danos a alguém. O Rangel é um patrimônio tombado mas deixado de lado, precisaria de uma reforma, é uma arquitetura bonita e na cidade encontramos vários casarões antigos bem preservados, mas o Rangel encontra-se em um estado precário. (T.P.S)

Falando bem a verdade eu gosto da cidade sim, porque eu quase nunca saio de casa, mais quando eu saio eu gosto de ver as construções antigas dos patrimônios históricos. Eu tenho um grande privilégio de poder estudar em uma delas que é o Rangel Pestana, e ? os patrimônios que foram tombados já estavam pensando nas gerações futuras. Outro patrimônio histórico tombado que eu de vez enquanto tenho a felicidade de participar é na Igreja São Benedito, e em outro patrimônio que eu já passei foi na Santa Casa Ana Cintra, e o Grêmio Hospital. (S.)

Os patrimônios históricos se bem reformados deixam o aspecto da cidade bem mais bonita, só que como eles não estão reformado, parece que a cidade fica velha. Eu tenho uma idéia do que se faz com o patrimônio histórico. No Rangel eu estudo, e eu gosto, mas tem algumas que eu não faço nada só olho, e também tem alguns que é história da cidade como os Hospitais. Fora a igrejas tudo isso faz parte da História dessa cidade. Alias tombamento é aqueles imóveis que não pode ser mexido, ou perder sua arquitetura. (R.)

Amparo, seria linda se restaurassem em geral. Deixaram passar muito tempo para reformar. Os patrimônios históricos de Amparo hoje faz que a futura geração terá acesso as gerações passadas. E pensar, refletir com as pessoas viveram no passado. Os adolescentes tem muitas sugestões de culturais. Mas falta interesse

dos jovens. Uma cidade, não é interessantes se não houver patrimônios. Patrimônio faz gerar uma cidade em minha opinião. A beleza da cidade, os patrimônios. (L.L)

Eu não gosto muito de morar em uma cidade que tem muitos monumentos históricos, mas até que é interessante ver como era a cidade antigamente e que durou até hoje a aparência das casas e de outros monumentos. Se os lugares fossem mais conservados, sem perder a originalidade, mas sim deixar com uma aparência melhor e sem prejudicar os monumentos tombados. (R.G)